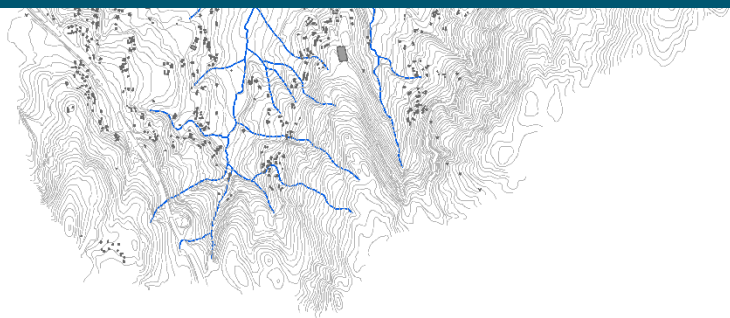


# RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA



lugar do plano



outubro 2019

## **Câmara Municipal de Valença | outubro 2019**

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura, Lda.



**lugar do plano**-gestão do território e cultura, lda

Avenida Araújo e Silva, 52 | 3810-048 Aveiro - Portugal | Tel +351 234 426 985 | [lugardoplano@lugardoplano.pt](mailto:lugardoplano@lugardoplano.pt)

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1. Quadro Legal de Referência.....	11
<b>2. METODOLOGIA ADOTADA .....</b>	<b>13</b>
2.1. Metodologia Geral.....	13
2.2. Constituição do REOT .....	14
<b>3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS .....</b>	<b>17</b>
<b>4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESÍGNIOS DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>25</b>
4.1. Âmbito Nacional .....	27
4.1.1. Programa Nacional Da Política De Ordenamento Do Território .....	27
4.1.2. Plano Rodoviário Nacional 2000 .....	31
4.1.3. Plano Nacional da Água .....	35
4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima .....	36
4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000 .....	40
4.2. Âmbito Regional .....	43
4.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte .....	43
4.2.2. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho .....	44
4.3. Âmbito Intermunicipal .....	48
4.3.1. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho   Alto Minho adaPT .....	51
4.3.2. Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável do Alto Minho 2020 ..	52
4.4. Âmbito Municipal.....	54
4.4.1. Dinâmicas do Planeamento.....	54
4.4.2. Plano Diretor Municipal de Valença.....	57

4.4.3. Plano de Urbanização da Área Central de Valença.....	62
4.4.4. Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença- Plataforma Logística.....	65
4.4.5. Conclusão .....	67
4.5. Programas Estratégicos de Financiamento – Portugal 2020 .....	68
4.5.1. Reabilitação Urbana.....	73
<b>5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS .....</b>	<b>77</b>
5.1. Enquadramento Físico e Uso do solo.....	77
5.2. Demografia .....	82
5.3. Habitação.....	91
5.3.1. Habitação Social .....	98
5.3.2. Estratégia Local de Habitação .....	100
5.3.3. Dinâmica Urbanística.....	101
5.3.3.1. Obras de Edificação .....	101
5.3.3.2. Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas .....	105
5.4. Economia .....	106
5.4.1. Dinâmica Empresarial .....	114
5.4.2. Áreas de Acolhimento Empresarial .....	121
5.4.2.1. Parque Empresarial de Valença (Alto da Força).....	122
5.4.2.2. Zona Industrial de São Pedro da Torre .....	124
5.4.3. Turismo .....	125
5.5. Redes de Conetividade .....	131
5.5.1. Rede Rodoviária .....	132
5.5.2. Rede Ferroviária .....	135
5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População .....	138
5.5.4. Sistema de Transportes Públicos .....	143
5.5.5. Aeródromo.....	143
5.5.6. Mobilidade Suave e Ativa.....	144

5.6. Património .....	146
5.7. Infraestruturas .....	149
5.8. Equipamentos .....	159
5.8.1. Desportivos .....	159
5.8.2. Saúde .....	160
5.8.3. Escolares .....	161
5.8.3.1. Ensino Superior .....	161
5.8.3.2. Ensino Profissional .....	161
5.8.3.3. Ensino Artístico .....	162
5.8.3.4. Ensino Secundário e Básico do 2º e 3º Ciclo .....	162
5.8.3.5. Escolas Básica do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar .....	164
5.8.3.6. Jardins de Infância .....	165
5.8.4. Sociais .....	166
5.8.4.1. Infância e Juventude- Creches e Jardins de Infância .....	167
5.8.4.2. Infância e Juventude- Lares de Apoio .....	168
5.8.4.3. População Adulta e Idosa- Centros de Atividades Ocupacionais .....	168
5.8.4.4. População Adulta e Idosa- Centro de Convívio .....	168
5.8.4.5. População Adulta e Idosa- Centros de Dia .....	169
5.8.4.6. População Adulta e Idosa- Lares de Idosos .....	169
5.8.4.7. População Adulta e Idosa- Serviços de Apoio Domiciliário .....	170
5.8.5. Segurança Pública .....	171
5.8.6. Administrativos .....	171
5.9. Ambiente .....	171
5.9.1. Resíduos .....	171
5.9.2. Qualidade do Ar .....	175
5.9.3. Qualidade da Água .....	177

5.9.4. Energia.....	178
5.9.5. Ruído .....	181
5.9.6. Proteção Civil .....	185
5.9.6.1. Defesa da Floresta Contra Incêndios .....	185
5.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe .....	189
5.9.7. Pedreiras .....	190
<b>6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM .....</b>	<b>194</b>
<b>7. CONCLUSÕES E LINHAS DE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>196</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>198</b>
Legislação .....	200
Sítios da Internet.....	205
Siglas e acrónimos .....	207
Glossário.....	211
<b>ANEXO.....</b>	<b>214</b>



**ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1. Localização Geográfica do concelho de Valença.....	17
Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho nas NUTS III .....	18
Figura 3. Agregação de freguesias com a reorganização administrativa em 2013 no concelho de Valença .....	21
Figura 4. Instrumentos de gestão territorial com incidência no concelho de Valença.....	26
Figura 5. Cronologia dos Planos e Programas com Incidência Territorial no concelho de Valença .....	27
Figura 6. PRN 2000 - Rede rodoviária no concelho de Valença e envolvente .....	33
Figura 7. Delimitação geográfica da Região Hidrográfica do Minho e Lima (2015) .....	37
Figura 8. Áreas Classificadas no âmbito do Plano Setorial da Rede Natura 2000 .....	41
Figura 9. Sub-Regiões Homogéneas e os corredores ecológicos do PROF EDM (2019).....	46
Figura 10. Planta de Ordenamento do PDM em vigor (2010) .....	57
Figura 11. Planta de zonamento do PU da Área Central de Valença .....	63
Figura 12. Planta de zonamento do PU da Área Empresarial de Valença.....	65
Figura 13. Delimitação da ARU do Centro Histórico de Valença .....	71
Figura 14. Delimitação da ARU da Área Central da Cidade de Valença .....	71
Figura 15. Altimetria do concelho de Valença .....	77
Figura 16. Hidrografia do concelho de Valença.....	78
Figura 17. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Valença (1995 e 2015).....	80
Figura 18. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Valença .....	84
Figura 19. Densidade populacional (hab./km <sup>2</sup> ), por freguesia, no concelho de Valença .....	85
Figura 20. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Valença .....	90
Figura 21. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Valença .....	91
Figura 22. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Valença .....	92
Figura 23. Idade média dos edifícios (anos) e estado de conservação (%), por freguesia, no concelho de Valença.....	93
Figura 24. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Valença .....	94
Figura 25. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km <sup>2</sup> ), por freguesia, no concelho de Valença.....	96
Figura 26. Taxa de variação (%) da população ativa no período intercensitário, por freguesia, no concelho de Valença.....	108
Figura 27. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia, no concelho de Valença.....	109

Figura 28. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia, no concelho de Valença .....	110
Figura 29. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Valença .....	111
Figura 30. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Valença .....	113
Figura 31. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM (em vigor) de Valença com a delimitação das áreas empresariais e industriais .....	122
Figura 32. Localização da área do Parque Empresarial de Valença (Alto da Forca) .....	123
Figura 33. Localização da área do Parque Industrial de São Pedro da Torre, no concelho de Valença .....	124
Figura 34. Rede rodoviária no concelho de Valença .....	132
Figura 35. Rede ferroviária no concelho de Valença .....	136
Figura 36. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Valença que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º) .....	140
Figura 37. População que entra e sai (%) do município, para trabalhar ou estudar, no concelho de Valença .....	140
Figura 38. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Valença .....	141
Figura 39. Rede de abastecimento de água, no concelho de Valença .....	151
Figura 40. Rede de saneamento, no concelho de Valença .....	155
Figura 41. Índice da qualidade do ar na Zona Norte Litoral (históricos anuais).....	176
Figura 42. Zonamento Acústico.....	185
Figura 43. Mapa de Risco de Incêndio.....	186
Figura 44. Áreas ardidas (ha) no concelho de Valença .....	187

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de variação (%) das classes de uso e ocupação do solo, no concelho de Valença (entre 1995 e 2015) .....	80
Gráfico 2. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Valença (1995 e 2015) .....	81
Gráfico 3. População residente (N.º), por freguesia, no concelho de Valença .....	84
Gráfico 4. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Valença.....	86
Gráfico 5. Taxa de natalidade e mortalidade (‰) no concelho de Valença.....	87
Gráfico 6. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (‰) no concelho de Valença ..	88
Gráfico 7. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Valença .....	88
Gráfico 8. Índice de envelhecimento e o Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) no concelho de Valença .....	89
Gráfico 9. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Valença .....	95
Gráfico 10. Edifícios licenciados (N.º), no concelho de Valença.....	102



Gráfico 11. Evolução dos edifícios licenciados (N.º), por tipo de obra, no concelho de Valença	102
Gráfico 12. Evolução dos edifícios licenciados (N.º), por destino de obra, no concelho de Valença	103
Gráfico 13. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), no concelho de Valença	103
Gráfico 14. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), por tipo de obra, no concelho de Valença	104
Gráfico 15. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), por destino de obra, no concelho de Valença	104
Gráfico 16. Evolução da superfície habitável média das divisões licenciadas e das divisões concluídas (m²) em construções novas para habitação familiar, no concelho de Valença	105
Gráfico 17. Índice de renovação da população ativa (%) no concelho de Valença	107
Gráfico 18. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia, no concelho de Valença	112
Gráfico 19. Empresas (N.º) no concelho de Valença	114
Gráfico 20. Dimensão das empresas no concelho de Valença	115
Gráfico 21. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Valença	115
Gráfico 22. Empresas (N.º), por atividade económica, no concelho de Valença	116
Gráfico 23. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Valença	117
Gráfico 24. Valor dos bens importados e exportados e o saldo da balança comercial (€) no concelho de Valença	118
Gráfico 25. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Valença	128
Gráfico 26. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Valença	128
Gráfico 27. Proveitos totais (€ milhares) dos estabelecimentos hoteleiros no concelho de Valença	131
Gráfico 28. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Valença	139
Gráfico 29. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Valença	141
Gráfico 30. Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m³) no concelho de Valença	153
Gráfico 31. Águas residuais drenadas (m³) no concelho de Valença	154
Gráfico 32. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), no concelho de Valença	158
Gráfico 33. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha no concelho de Valença	173
Gráfico 34. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Valença	174
Gráfico 35. Água segura (%)	177
Gráfico 36. Consumo total de energia elétrica (kWh)	178
Gráfico 37. Consumo total de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	179
Gráfico 38. Consumidores de energia elétrica (N.º) por tipo de consumo	180
Gráfico 39. Áreas ardidas (ha), por ano, no concelho de Valença	187

**ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1. Medidas específica do PGRH Minho e Lima para o concelho de Valença (2016) .....	38
Tabela 2. Questões significativas e causas por área temática para o concelho de Valença (2016) .....	38
Tabela 3. Detalhes das orientações de gestão para o concelho de Valença .....	42
Tabela 4. Âmbito Territorial do PROF de Entre Minho e Douro (2019) .....	45
Tabela 5. Normas do PROF EDM a compatibilizar no PDM de Valença (2019) .....	47
Tabela 6. PMOT em vigor .....	54
Tabela 7. Quantificação das categorias de espaço da atual Planta de Ordenamento do PDM em vigor .....	59
Tabela 9. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Valença .....	68
Tabela 10. Investimentos do fundo FEDER (euros), no concelho de Valença .....	69
Tabela 11. Investimentos do fundo FSE (euros), no concelho de Valença .....	69
Tabela 12. Projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020, para o concelho de Valença .....	70
Tabela 13. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Valença (2015).....	81
Tabela 14. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal .....	83
Tabela 15. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal .....	91
Tabela 16. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal .....	94
Tabela 17. Características do parque habitacional no concelho de Valença (2018) .....	97
Tabela 18. Características gerais do parque habitacional no concelho de Valença (2011) .....	97
Tabela 19. Habitação social no concelho de Valença.....	98
Tabela 20. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional até ao municipal .....	106
Tabela 21. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Valença .....	107
Tabela 22. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017*) .....	112
Tabela 23. Evolução do volume de negócios (€) das empresas, por sectores de atividade, no concelho de Valença .....	118
Tabela 24. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Valença .....	119
Tabela 25. Investimentos do fundo FEDER (euros) no concelho de Valença .....	119
Tabela 26. Condições de oferta do Parque Empresarial de Valença .....	123
Tabela 27. Condições de oferta do Parque Industrial de São Pedro da Torre .....	124
Tabela 28. Empreendimentos turísticos em Valença (2018) .....	129
Tabela 29. Unidades de Alojamento local em Valença (2018) .....	129
Tabela 30. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM (2010) .....	147
Tabela 31. Património classificado e em vias de classificação atualmente (2019) .....	148

Tabela 32. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de abastecimento de água e a cobertura (%) da rede (2011), por freguesia, no concelho de Valença .....	152
Tabela 33. Investimento total (€) em infraestruturas de abastecimento de água, no concelho de Valença .....	154
Tabela 34. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de drenagem de águas residuais, por freguesia, no concelho de Valença .....	156
Tabela 35- Nº de Equipamentos Desportivos no Concelho de Valença .....	160
Tabela 36- Equipamentos de Ensino Superior .....	161
Tabela 37- Equipamentos com ensino profissional .....	162
Tabela 38- Equipamentos com ensino artístico .....	162
Tabela 39- Equipamentos com o ensino secundário e básico do 2º e 3º ciclo .....	163
Tabela 40- Equipamentos com o ensino básico e/ou pré-escolar .....	164
Tabela 41- Equipamento de ensino do 1º ciclo encerrados .....	165
Tabela 42- Equipamentos com jardim de infância .....	165
Tabela 43- Equipamento com jardim de infância encerrados .....	166
Tabela 44- Creches e jardins de infância .....	167
Tabela 45- Lares de Apoio .....	168
Tabela 46- Centros de Atividades Ocupacionais .....	168
Tabela 47- Centro de Convívio .....	169
Tabela 48- Centros de Dia .....	169
Tabela 49- Lares de Idosos .....	170
Tabela 50- Serviços de Apoio Domiciliário .....	170
Tabela 51- Equipamento de Segurança Pública .....	171
Tabela 52. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino no concelho de Valença .....	173
Tabela 53. Tipo de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t), no concelho de Valença ....	174
Tabela 54. Análise (N.º) das águas para consumo humano por parâmetro de qualidade .....	177
Tabela 55. Objetivos, metas e indicadores do PMDFCI de Valença .....	188
Tabela 56. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Valença .....	191

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Quadro Legal de Referência

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo<sup>1</sup> (LBGPPSOTU), e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>2</sup> (RJGIT), vêm confirmar a importância da monitorização dos instrumentos de gestão territorial como forma de avaliar se a sua concretização está numa trajetória convergente com os objetivos pré-definidos, responsabilizando os órgãos de poder central, regional e local pela elaboração dos respetivos Relatórios sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT). A análise dos indicadores irá fundamentar a eventual necessidade de alteração ou revisão bem como de elaboração dos estudos necessários inerentes.

De acordo com o n.º 4 do artigo 189.º do RJGIT, os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”.

Neste contexto legal compete à Câmara Municipal de Valença a elaboração, de quatro em quatro anos, do REOT que deve ser submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias<sup>3</sup>, à apreciação da Assembleia Municipal e divulgado através do site da Câmara Municipal.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

<sup>3</sup> Artigo 189º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.



## 2. METODOLOGIA ADOTADA

### 2.1. Metodologia Geral

O presente documento centra-se na análise e avaliação das estratégias de desenvolvimento municipal e a sua aplicabilidade, pretendendo-se monitorizar as dinâmicas territoriais do concelho de Valença, com implicações a nível ambiental, económico, social e cultural.

Pretende-se, com este REOT, traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho de Valença os quais, deste modo, foram objeto de avaliação, decorrentes de um processo constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas.

Do modelo seguido, um entre os múltiplos possíveis, adotou-se o método “comparativo” entre o estado atual do território e dos seus principais indicadores e o preconizado em 2010, ano da entrada em vigor da revisão do PDM.

Neste sentido, tornou-se essencial proceder à análise e tratamento de informação estatística proveniente do Instituto Nacional de Estatística, INE, recorrendo aos resultados definitivos dos Censos de 2001 e 2011 e ainda a estimativas realizadas para os anos posteriores, por forma a identificar a evolução da conjuntura, bem como perspetivar as tendências evolutivas nos diversos domínios do ordenamento do território enquanto construção social. Importa, no entanto, salientar o carácter volátil das estimativas e, como tal, será necessário ter a devida precaução na interpretação de tais informações, em virtude da inconstância dos ciclos económicos e consequentemente sociais.

Portanto, efetuar-se-á uma caracterização e diagnóstico da situação e da dinâmica atual do município de Valença através do recurso a uma série de indicadores estatísticos. Atente-se que apesar de os mesmos deterem por base a organização administrativa anterior à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que Estabelece o Regime Jurídico do Associativismo Municipal, todas as variáveis serão agrupadas e devidamente calculadas em função da nova organização administrativa, de modo a facilitar e adequar a informação existente à nova configuração territorial e a permitir a construção de análises temporais comparativas.

Face ao exposto, o balanço efetivo da execução do plano foi consequência de uma monitorização bem estruturada e contínua, que permitiu perceber as variações existentes, mantendo-se a coerência dos dados, ao mesmo tempo que se desenvolverá uma análise ao



nível da condição demográfica, habitacional, económica, ambiental e da mobilidade, relativamente à estratégia e objetivos estabelecidos pelo PDM reequacionando, sempre que necessário, as ações e os procedimentos de implementação.

Realizou-se ainda o enquadramento aos instrumentos de gestão territorial em vigor da administração central com incidência no concelho de Valença, a fim de elencar as alterações, as suas interferências no processo de desenvolvimento municipal.

Ademais, será desenvolvida a avaliação do nível de execução das propostas elencadas no Relatório do Plano do PDM em vigor, de modo a compreender o grau de implementação das ações previstas, bem como referenciar as que, embora não descritas nesta sede, por força de oportunidade criada, foram igualmente implementadas.

Por fim, apresentar-se-á as considerações finais, onde se identificarão as principais conclusões face aos vários domínios estudados, pretendendo-se elucidar o município através de recomendações a ter em consideração, de modo a ser possível colmatar eventuais lacunas detetadas.

## 2.2. Constituição do REOT

O presente REOT, integra as seguintes temáticas e conteúdos:

1. Referenciais Estratégicos Nacionais e Municipais – Políticas e os Planos;
2. Articulação e o desenvolvimento das estratégias dos Planos e Programas – Nível Nacional, Regional e Municipal;
3. Indicadores e a leitura das respetivas dinâmicas: Demográfico; Habitacional; Económico; Social; Cultural; Ambiental; Acessibilidades e Mobilidade e Estrutura Urbana.
4. Balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal em vigor;
5. Opções e estratégias de desenvolvimento de medidas de sustentabilidade ambiental;
6. Dinâmicas de intervenção e dinamização dos espaços agrícolas e florestais;
7. Análise às expectativas, à procura e pretensões de investimento público e privado;
8. Leitura das opções municipais – Planos e orçamentos e as principais medidas por área de atuação;
9. Linhas de Orientações Estratégicas de Desenvolvimento.

Na elaboração do REOT privilegiou-se o recurso a figuras, quadros e gráficos complementados por textos tão sintéticos quanto possível, como forma de promover uma maior eficácia na análise da informação disponibilizada.

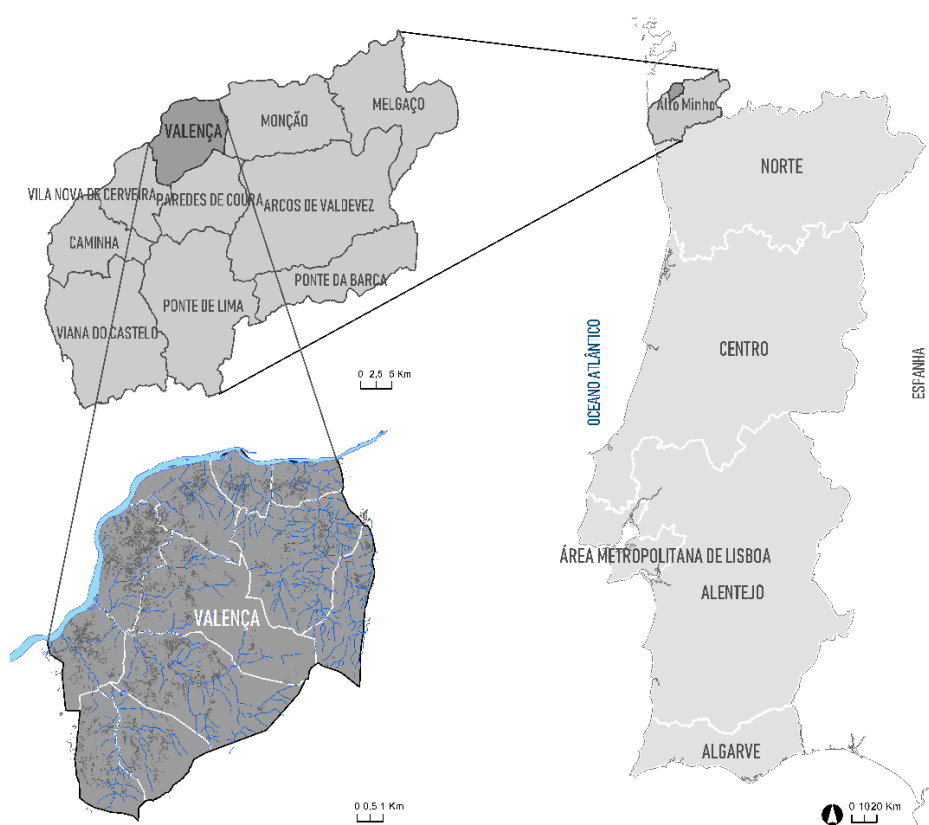
Para além de fazer uma recolha atualizada dos dados da caracterização social, económica e habitacional., este relatório procura considerar o nível de execução dos instrumentos de planeamento em vigor, para perceber a evolução ocorrida nos últimos anos.

Procura-se, ainda, para identificar o nível de concretização das ações propostas pelo PDM do espaço urbano previsto nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, perceber a dinâmica urbanística e territorial ocorridas nos anos que medeiam a aprovação da revisão do Plano Diretor em vigor e o atual ano de 2019



### 3. ENQUADRAMENTO E DINÂMICAS POLÍTICAS DE DECISÃO: TERRITÓRIO E GOVERNÂNCIAS

O concelho de Valença, encontra-se localizado no norte de Portugal, e em termos de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, NUTS, faz parte da Região Norte – NUTS II e o Alto Minho, enquanto sub-região – NUTS III<sup>4</sup>, conforme demonstrado no Figura 1.



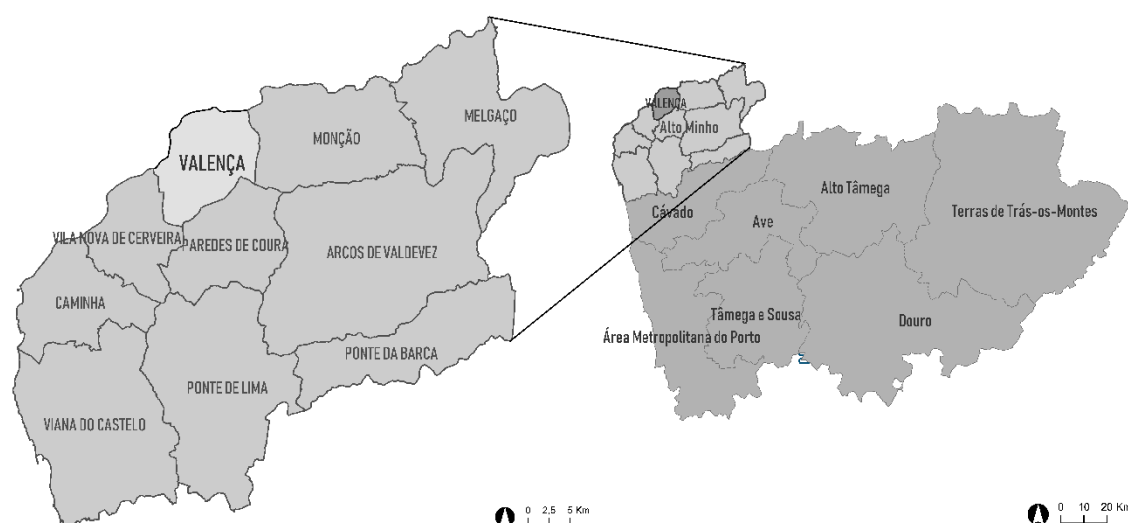
**Figura 1. Localização Geográfica do concelho de Valença**

FONTE: CAOP (2018)

Num dos mais recentes processos de reforma administrativa foram criadas as Comunidades Intermunicipais, CIM. Ainda que a sua base de limites geográficos se relacione com a área das Nomenclatura de Unidade Territorial III, NUT III, definidas para fins estatísticos que demonstram nem sempre terem as aptidões para se constituírem em unidades administrativas eficazes entre concelhos relacionáveis, a verdade é que assim foram criadas e, conseqüentemente se definiu a CIM do Alto Minho.

<sup>4</sup> NUT estatística e administrativa estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014.

A CIM Alto Minho, foi constituída a 15 de outubro de 2008 como pessoa coletiva de direito público, ao abrigo da Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, englobando os municípios que correspondem à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Minho-Lima, Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, conforme a Figura 2.



**Figura 2. Enquadramento da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho nas NUTS III**

FONTE: CAOP 2018 e EUROSTAT 2013

Tendo em conta a experiência de associativismo intermunicipal desenvolvida, durante a década de 90, pelas Associações de Municípios e Gabinetes de Apoio Técnico dos Vales do Minho e Lima e, depois de 2004, pela Comunidade Urbana Valimar e pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, a CIM Alto Minho tem como propósito fundador fazer do Alto Minho “um espaço de excelência ambiental com capacidade de desenvolver uma nova conjugação de recursos e atividades turísticas, de energias renováveis, de acolhimento empresarial e de provisão de serviços de proximidade com qualidade e modernidade, que respondam aos desafios de competitividade, coesão e sustentabilidade”.

Atendendo ao enquadramento nestas sinergias locais e regionais, e às relações entre territórios, pode afirmar-se que, as formas de governação local, tem vindo a transformar-se, na sequência do crescente envolvimento de novos atores, como as CIM que embora constituída pelos municípios, tem nesta plataforma de decisão, um exercício mais lato de debate.

As CIM começam a ser desenhadas em 2008 com a publicação da Lei<sup>5</sup> que regula o associativismo municipal de fins múltiplos, devendo estas ter por base as unidades territoriais definidas pelas NUTS III. Ficaram estabelecidas na altura, as atribuições e fins públicos a que se destinam as CIM, assim como, as competências de gestão territorial.

#### Fins Públicos:

- *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
- *Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*
- *Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN;*
- *Planeamento das acções de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*

Competências no sentido de assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- *Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;*
- *Rede de equipamentos de saúde;*
- *Rede educativa e de formação profissional;*
- *Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;*
- *Segurança e proteção civil;*
- *Mobilidade e transportes;*
- *Redes de equipamentos públicos;*
- *Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;*
- *Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.*

Às CIM cabe também exercer as responsabilidades e funções transferidas da administração pública central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram. O processo de transferência de competências do nível central da administração para

---

<sup>5</sup> Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto - Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio.



as regiões é operacionalizado mediante mecanismos de contratualização (setorial ou territorial) e de descentralização por via legislativa<sup>6</sup> no ano de 2013.

Com a entrada em vigor desta legislação de descentralização de competências do estado para as entidades locais e regionais, em 2019 a CIM do Alto Minho, publica em Diário da República, por despacho<sup>7</sup> o novo regulamento interno, pela necessidade de proceder a alterações e adaptações em relação às competências que passam a ser da incumbência das CIM.

Ainda no contexto da governação regional na sequência do decreto-lei<sup>8</sup> de 2016, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, em que as NUTS III correspondem às unidades territoriais de aplicação dos investimentos, as CIM começam a firmar os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, um acordo de parceria entre os municípios.

As suas principais atribuições incidem na promoção do planeamento e da gestão da estratégia do desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas: redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; rede de equipamentos de saúde; rede educativa e de formação profissional; ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; segurança e proteção civil; mobilidade e transportes; redes de equipamentos públicos; promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; e rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Cabe também à CIM, nos termos da atual Lei, exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que a integram, assim como designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

---

<sup>6</sup> Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

<sup>7</sup> Despacho n.º 472/2019 - Alteração ao Regulamento interno de organização e funcionamento dos serviços da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro - Fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL) impõem que se verifique uma forte sintonia com as prioridades estratégicas enunciadas na «Estratégia Europa 2020».

Com isto, emerge o conceito de governação multinível<sup>9</sup> que constitui um desafio acrescido, quanto à dotação do município em termos de autonomia, de capacitação institucional e de recursos financeiros para fazer face às novas exigências da governação.

Acresce ainda, em termos de administração local, a articulação entre o município e as freguesias que advém da reorganização administrativa do território<sup>10</sup> em 2013 que implicou no concelho de Valença, uma redução do número de freguesias, passando assim a ser composto por 11, ao invés das 16 que anteriormente existiam aquando da elaboração do PDM em vigência, a saber: Boivão, Cerdal, Fontoura, Friestas, Gandra, Taião, Valença, Cristelo Covo, Arão, Ganfei, Gondomil, Sanfins, São Julião, Silva, São Pedro da Torre e Verdoejo, conforme é exibido na Figura 3.



**Figura 3. Agregação de freguesias com a reorganização administrativa em 2013 no concelho de Valença**

FONTE: CAOP 2011 e CAOP 2018

As estratégias e as ações de desenvolvimento concelhio devem ser definidas tendo conta, as novas organizações administrativas locais e regionais, como o enquadramento supramunicipal e regional em termos de governação, denotando-se ser desejável apostar no desenho e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento económico que consagrem as sinergias decorrentes deste contexto atual de inter-relações.

<sup>9</sup> Transferência de competências do nível central do governo para as entidades intermunicipais (NUTS III) e para os municípios.

<sup>10</sup> Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro, que estabelece a reorganização administrativa das freguesias por agregação das mesmas, originando alterações dos seus limites territoriais.

No entanto as populações e as autarquias locais devem ter uma opinião determinante no reconhecimento das assimetrias territoriais, atendendo ao conhecimento profundo que as várias comunidades locais têm do seu território como ponto de partida para avaliar a revisão da reforma administrativa das freguesias. É neste contexto que em 2019 encontra-se em desenvolvimento uma proposta de lei<sup>11</sup> que define o regime jurídico de criação de freguesias, para que, a fusão ou a desagregação seja, concretizável, no futuro.

A governação local tem vindo a sofrer atualmente inúmeras transformações que se vêm processando a diferentes ritmos, o que pode condicionar o desempenho do município no que respeita aos desafios de natureza económica, social, cultural e de sustentabilidade ambiental, que estão relacionados entre si, pela dimensão institucional, dimensão territorial e a dimensão da gestão pública<sup>12</sup>.

De facto, poder-se-á estar na presença de uma mudança de paradigma na governança pública, que inclui a reformulação de estruturas, instituições, papéis, competências e escalas de atuação, como chama a atenção Teles<sup>13</sup> (2016) para a profundidade e implicações estruturais destas reformas.

A integração regional e a modernização da administração pública em geral, convergem como resposta a estes desafios, suscitando uma maior coordenação, entre os municípios da Região do Alto Minho e entre os diferentes níveis do governo nacional, regional e municipal. Contudo, será de ressaltar que “(...) os executivos não deixam de assumir um lugar central nas redes de governação territorial que se desenham e multiplicam sectorialmente.<sup>14</sup>”

Por outro lado, importa também fazer uma abordagem à existência da euro-cidade Valença-Tui, que engloba uma área com cerca de 35 mil habitantes, tendo sido pensada e criada com o objetivo de efetuar uma rede cooperação no âmbito europeu, sendo um exemplo para o território comunitário.

Esta parceria tem sido responsável pela potenciação de sinergias entre as duas cidades, e tem garantido o incremento de relações institucionais, económicas, sociais, culturais e ambientais.

No plano prático, os dois concelhos partilham valências e serviços, nomeadamente ao nível da promoção turística, equipamentos públicos e organização de variados eventos.

<sup>11</sup> Enviada pelo secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, para parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), sendo posteriormente remetida ao parlamento após aprovação em Conselho de Ministros.

<sup>12</sup> OECD (2017), Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences, OECD Multi-level Governance Studies, Paris: OECD Publishing.

<sup>13</sup> Teles, F. (2016), Local Governance and Inter-municipal Cooperation, UK, Palgrave Macmillan.

<sup>14</sup> Tavares, António; de Sousa, Luís. Qualidade da governação local em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santo (2018) pp. 10

Dá-se destaque à intenção por parte das duas cidades da institucionalização da partilha de equipamentos, tais como a Piscina Municipal de Valença, o Teatro Municipal de Tui, o Conservatório de Música de Tui, os Bombeiros Voluntários de Valença e os serviços de saúde de ambos, mais concretamente a utilização do centro de saúde de Tui por habitantes de Valença no horário noturno, altura em que a unidade de saúde local do concelho português encerra.



## 4. PLANOS E PROGRAMAS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL E INTERFERÊNCIA NOS DESÍGNIOS DO MUNICÍPIO

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território, PMOT, devem, no âmbito da sua elaboração, traduzir ou incorporar o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional<sup>15</sup>.

Os PMOT estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental. A sua elaboração obriga a identificar e a ponderar os planos, programas e projetos com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações<sup>16</sup>.

De acordo com a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional e local e é concretizado através de instrumentos de Gestão Territorial. Nesse sentido é determinante para a elaboração deste documento, a necessidade de integração dos instrumentos de gestão territorial.

Neste âmbito, a política de ordenamento do território e de urbanismo que incidem sobre o concelho de Valença é concretizada através dos instrumentos exibidos na Figura 4.

<sup>15</sup> Como previsto na alínea a) do Artigo 75.º do RJGT, bem como a definição de outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [alínea l) do Artigo 75.º / RJGT

<sup>16</sup> N.º 4 do Artigo 76.º / RJGT



## GEOGRAFIAS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO

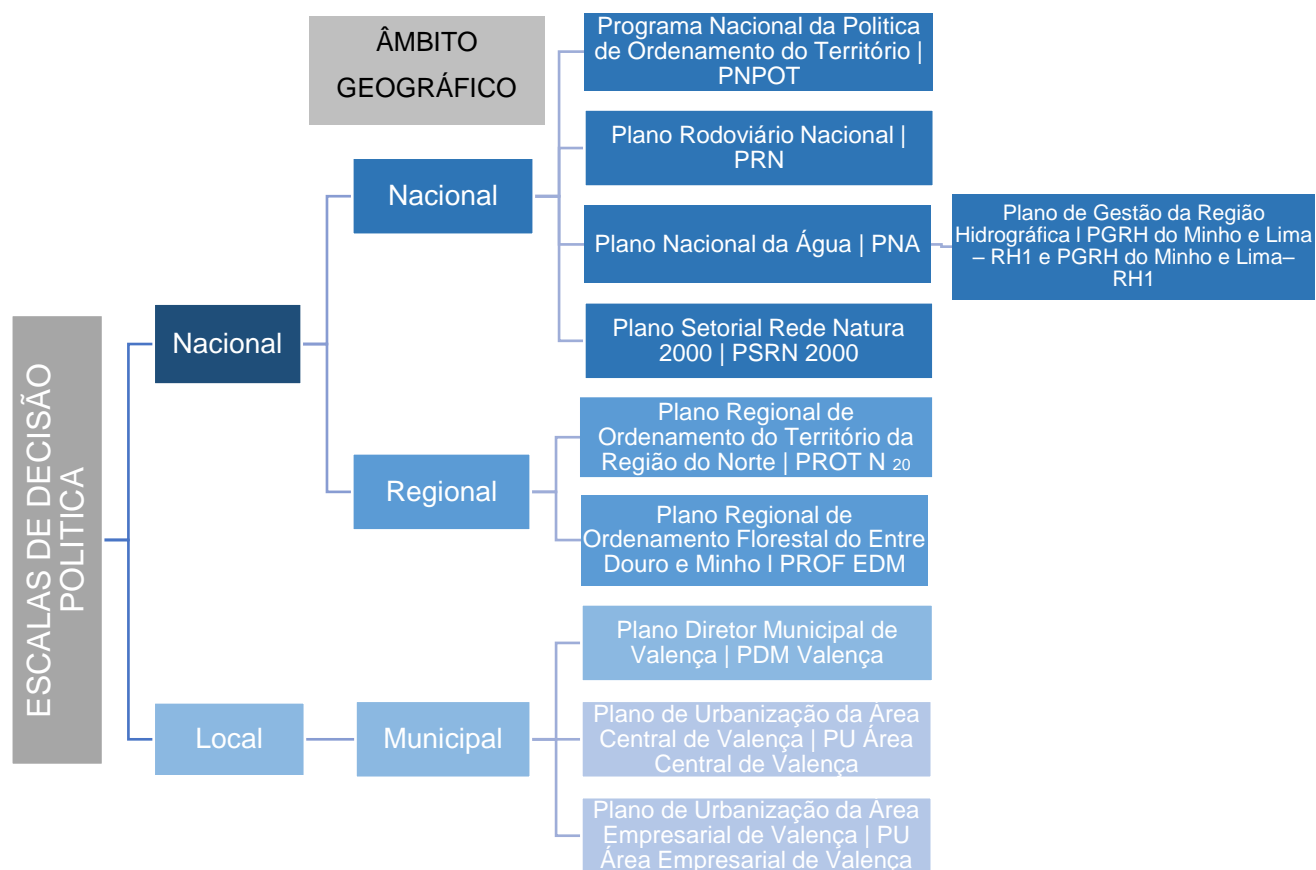


Figura 4. Instrumentos de gestão territorial com incidência no concelho de Valença

FONTE: DGT (2019)

Note-se que, vários foram os planos e programas que entraram em vigor ou foram revistos e alterados desde 2010, aquando e posteriormente à 1.ª revisão do PDM de Valença.

<sup>17</sup> Sem prejuízo do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte não se encontrar em vigor, não deixamos de o considerar neste trabalho

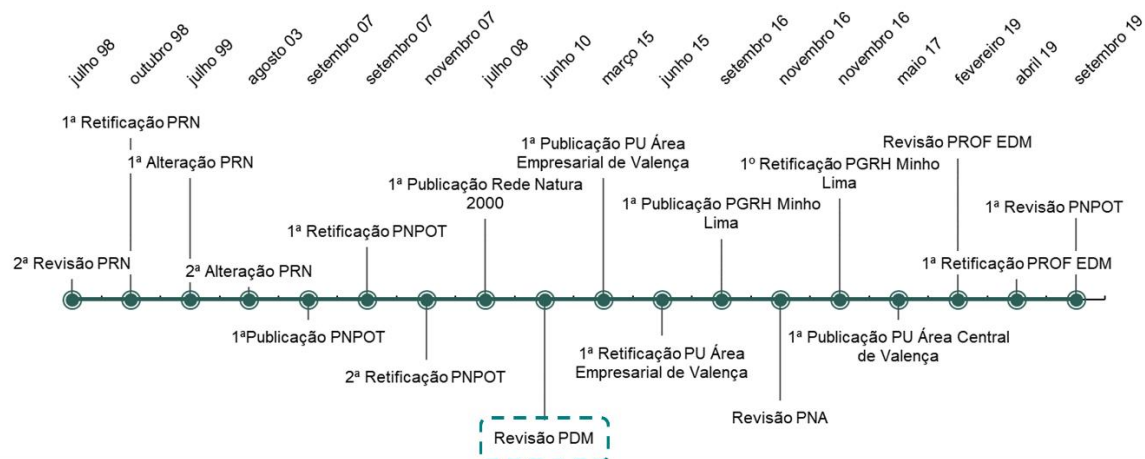


Figura 5. Cronologia dos Planos e Programas com Incidência Territorial no concelho de Valença

FONTE: DGT (2019)

## 4.1. Âmbito Nacional

### 4.1.1. Programa Nacional Da Política De Ordenamento Do Território

A visão estratégica e o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPT, constituem os elementos de referência para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, uma vez que são estabelecidas as orientações específicas, sistematizando-as de forma a evidenciar o modo como devem ser acolhidas e concretizadas nos seguintes instrumentos:

- Programas Setoriais I PS
- Programas Especiais de Ordenamento do Território I PEOT
- Programas Regionais de Ordenamento do Território I PROT
- Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território I PIOT
- Planos Municipais de Ordenamento do Território I PMOT

O PNPT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, a fim de dotar o país de um instrumento detentor de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território, capaz de coordenar e articular políticas públicas.

O primeiro PNPT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007 de 23 de novembro, aplicando-se a todo o território nacional, versão sobre a qual foi elaborado o PDM em vigor de Lousada.

No entanto, o PNPOP foi alvo de uma avaliação em 2014, com o intuito de determinar os resultados provenientes do programa de ação e apresentar recomendações para o futuro. Face aos problemas encontrados e vertidos no diagnóstico da avaliação, foi determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, o processo de alteração.

Assim, a 5 de setembro de 2019 foi publicada em Diário da República, 1.ª série, N.º 170, a primeira revisão do PNPOP, onde se identificaram os cinco desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

1. *Gerir os recursos naturais de forma sustentável*
2. *Promover um sistema urbano policêntrico*
3. *Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial*
4. *Reforçar a conectividade interna e externa*
5. *Promover a governança territorial*

A revisão do PNPOP foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

Assim, olhando às diretivas das políticas europeias e ao 7.º Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial de 2017, o PNPOP desenvolveu o princípio da coesão territorial na sua estratégia, em harmonia com orientações presentes, por exemplo, no Programa Nacional para a Coesão Territorial. Neste seguimento, o novo PNPOP afirma que:

*“No futuro, o **aprofundamento da cooperação transfronteiriça** implicará a adoção de uma nova geração de instrumentos, metodologias e domínios de intervenção que permitam aos territórios de fronteira enfrentar os **desafios e oportunidades** com que estarão confrontados, nomeadamente no que respeita aos transportes e mobilidade, à conservação e uso sustentável dos recursos naturais, combate aos efeitos transfronteiriços da poluição, a gestão da água, a dotação e partilha de serviços públicos, o aproveitamento e a valorização económica dos recursos únicos (naturais, culturais e patrimoniais), ao desenvolvimento económico, ao envelhecimento da população, à conciliação do trabalho com a vida familiar, aos novos contextos demográficos, à investigação, inovação e ensino superior, e ao emprego, entre outros.*

*O financiamento comunitário, em paridade dos dois lados da fronteira, é indispensável e decisivo para o aprofundamento da cooperação transfronteiriça não sendo, contudo,*

*condição suficiente para garantir um desenvolvimento sustentável destes espaços territoriais específicos. Deverá, por isso, ser acompanhado pela introdução de uma **nova cultura territorial de cooperação** que valorize e reforce a notoriedade política e que permita a simplificação e a descomplexificação administrativa e regulamentar.”*

Posto isto, atualmente a proposta de alteração foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num **sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial**, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

Denota-se assim, que “será dada prioridade, visibilidade e notoriedade **política à cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento**, a qual se deverá traduzir em estratégias, ações e iniciativas realmente transfronteiriças em que a ação comum e concertada entre os dois lados da fronteira **produz resultados e efeitos positivos que de outra forma não seriam atingíveis, em matérias vitais para a sustentabilidade, integração e competitividade destas áreas.**

Por outro, assistir-se-á ao **alargamento do âmbito da cooperação transfronteiriça a novos domínios**, como as estratégias de especialização inteligente conjuntas, a articulação entre a investigação científica, o ensino superior e as empresas, as novas tecnologias, a internacionalização, a preservação e valorização dos recursos comuns, a gestão e regeneração urbana, os serviços de proximidade, os transportes e a educação, entre outros.”<sup>18</sup>

#### **Objetivos Operacionais:**

1. *Dar prioridade, visibilidade e notoriedade política à cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento;*
2. *Consensualizar, articular, operacionalizar e monitorizar de forma permanentemente, as estratégias e prioridades de intervenção nos territórios de fronteira, designadamente, através da adoção de novas estruturas de articulação e cooperação;*
3. *Gerir conjuntamente projetos de cooperação transfronteiriça, incluindo na área da conservação da natureza, através da gestão de áreas classificadas e na gestão de cursos de águas transfronteiriços.*
4. *Garantir a coerência estratégica da gestão e execução dos instrumentos de financiamento comunitários dirigidos ao desenvolvimento dos espaços de fronteira e ao aprofundamento da cooperação transfronteiriça;*
5. *Estimular a competitividade económica dos espaços de fronteira a partir do aproveitamento dos valores naturais, patrimoniais e culturais, partilhados entre Portugal e Espanha, existentes, designadamente, nas bacias hidrográficas;*

<sup>18</sup> PNPOT. Alteração Estratégica. pp. 73. (20 de julho de 2018)

6. *Reforçar o apoio ao investimento privado de carácter empresarial nos espaços de fronteira, articulando-o com investimento público, planeado em conjunto;*
7. *Alargar do âmbito da cooperação transfronteiriça a novos domínios como a gestão e regeneração urbana, os serviços de proximidade, os transportes e a educação, entre outros.*
8. *Desenvolver políticas de ordenamento do território que tenham em consideração a instalação de equipamentos e infraestruturas comuns nos dois lados da fronteira.*

**Efeitos esperados:**

- *Aumento do número de iniciativas e de projetos de cooperação transfronteiriça (de cariz social, económico, cultural, ambiental), promovendo a partilha de conhecimento, equipamentos, serviços e infraestruturas;*
- *Modernização económica relacionada com as atividades logísticas e intermodais e localização de novas empresas;*
- *Desenvolvimento de novos espaços com atividades logísticas e equipamentos de turismo e cultural;*
- *Qualificação e reabilitação urbana e dos espaços públicos num âmbito transfronteiriço;*
- *Potenciação dos recursos locais;*
- *Atração de população (visitantes e novos residentes).*

Interessa, por isso, realçar que as novas diretrizes do PNPOP indicam que o PDM deve ter os conteúdos estratégico e regulamentar reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Além disso, aponta-se para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais de reclassificação do solo, que evitem operações casuísticas passíveis de prejudicar a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

Ainda de acordo com o PNPOP “para além dos principais pólos e sistemas urbanos que organizam o espaço nacional, as novas acessibilidades podem conferir melhorias de centralidade a certas localizações-chave (centralidades potenciais) em áreas frágeis do ponto de vista urbano, aumentando a capacidade de projetarem a sua influência sobre o território rural envolvente”.

Assim, no Modelo proposto assinalam-se seis “centralidades potenciais” ao nível nacional, duas das quais situadas no Alto Minho (Valença; Ponte de Lima/Ponte da Barca). É também declarada a relevância de munir os principais centros urbanos dos respetivos planos de urbanização, a fim de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos.

## 4.1.2. Plano Rodoviário Nacional 2000

Um dos elementos estruturantes de qualquer território é a rede de vias de comunicação, uma vez que constitui um fator indispensável a ter em consideração na definição das políticas e estratégias ao nível do ordenamento do território. Esta constatação justifica a relevância do Plano Rodoviário Nacional, PRN, bem como a importância de englobar as suas opções no presente estudo.

Até 1985, as grandes diretrizes da política rodoviária em Portugal estavam definidas no PRN de 1945, PRN45, visando colmatar a deficiência das estradas. Entretanto, o rápido desenvolvimento do tráfego automóvel, tanto a nível das características, como em volume de tráfegos, que apesar das inúmeras alterações avulsas àquele diploma legal, tornaram-no obsoleto, sobretudo a partir dos anos setenta, tendo sido oportuno procederem à revisão do PRN45.

Assim, em 1985 foi aprovado um novo PRN, PRN85<sup>19</sup>, que se transformou num instrumento estruturante da rede viária, quer a nível nacional, quer a nível concelhio. A Rede Nacional definida então integrava apenas duas categorias de estradas, que constituíam a Rede Nacional Fundamental e a Rede Nacional Complementar, e procedia à ‘desclassificação’ de inúmeras vias, cuja gestão se transpunha para as Autarquias Locais.

Mais recentemente, em 2000, deu-se a atualização do PRN, consubstanciada no PRN 2000<sup>20</sup>. A novidade pauta-se pela consideração de uma Rede Nacional de Autoestradas, transversal às restantes classificações, e de Estradas Regionais, um novo nível no âmbito das Outras Estradas da Rede Nacional Complementar.

Este diploma tem como objetivos assumidos o fomento correto e articulado do funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Com o intuito de corrigir muitas das assimetrias que se verificavam no desenvolvimento socioeconómico do país, situação a que o concelho de Valença não está imune, o PRN2000 advoga ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns municípios.

<sup>19</sup> Decreto-Lei n.º 380/85 de 26 de setembro

<sup>20</sup> Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto



Preconiza também a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Todas estas intenções devem ser ponderadas e articuladas com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o PDM, que deve assumir uma visão estratégica da rede viária concelhia através da concertação com a sua envolvente supramunicipal, de forma a conseguir, localmente, melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego.

O PRN,<sup>21</sup> define assim a rede fundamental, constituída pelos:

- *Itinerários principais (vias que asseguram as ligações entre os centros de relevância supradistrital, e entre estes e os portos, aeroportos e fronteiras);*
- *Rede complementar, constituída pelos itinerários complementares e pelas estradas nacionais que asseguram a ligação entre a rede fundamental e os centros urbanos de influência infradistrital;*
- *Rede regional, assegurada pelas estradas regionais com interesse complementar relativamente Rede nacional.*

---

<sup>21</sup> Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.

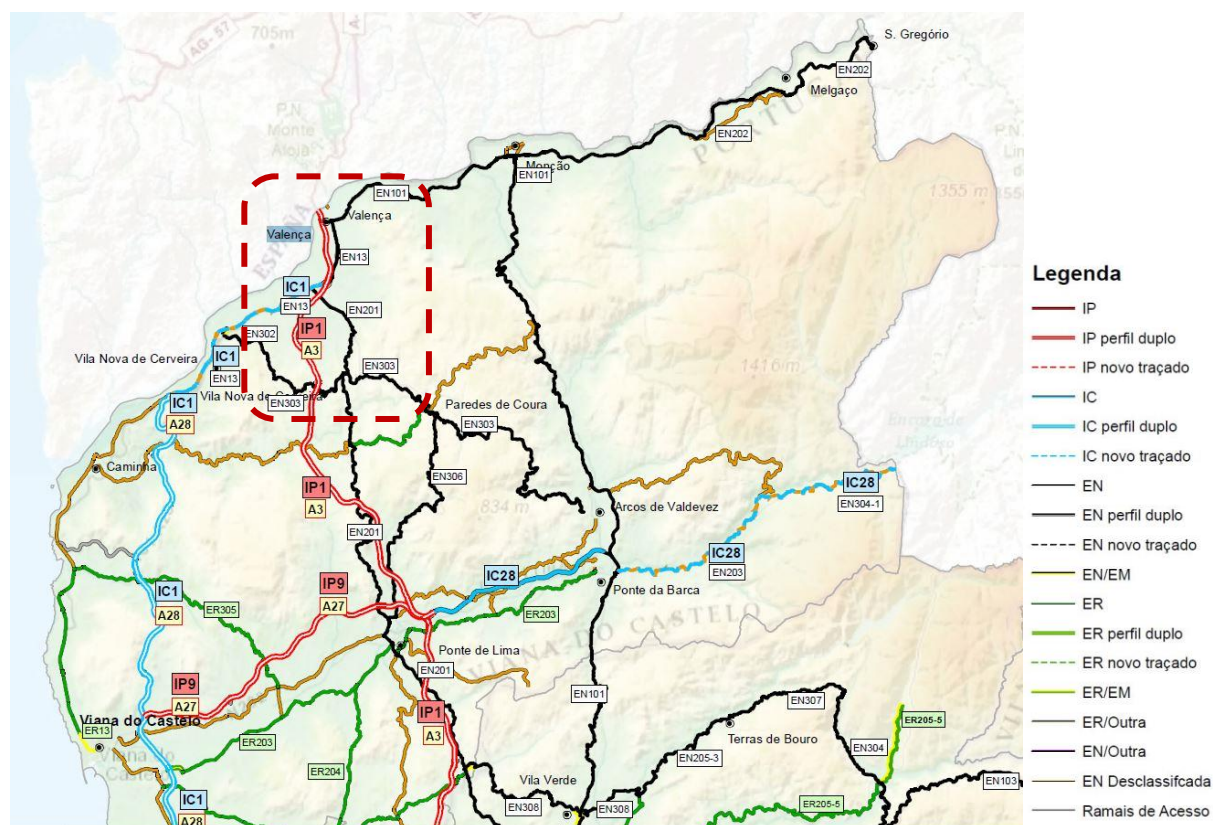


Figura 6. PRN 2000 - Rede rodoviária no concelho de Valença e envolvente

FONTE: Infraestruturas de Portugal (2019)

Na Figura 6, encontra-se representada a hierarquia viária estabelecida pelo PRN2000 no concelho de Valença e envolvente, tornando-se perceptíveis as principais ligações viárias e os eixos estruturantes previstos por este instrumento de gestão territorial.

Deste modo, segundo a classificação adotada pelo PRN2000, os principais eixos viários que servem, de uma forma direta ou indireta, o concelho de Valença são os seguintes:

#### ▪ Rede Nacional Fundamental

**IP 1** | Valença-Castro Marim | Valença-Braga-Porto-Aveiro-Coimbra-Leiria-Santarém-Lisboa-Montijo-Setúbal-Aljustrel-Faro-Castro Marim

#### ▪ Rede Nacional Complementar

**IC 1** | Valença-Guia | Valença-Viana do Castelo-Póvoa de Varzim-Porto-Espinho-Ovar-Aveiro-Figueira da Foz-Leiria-Caldas da Rainha-Torres Vedras-Lisboa-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola-Ourique-Guia (IC 4)

**EN 13** | São Pedro da Torre-Valença | São Pedro da Torre (IC 1) -Valença

**EN 101** | Valença-Amarante | Valença-Monção-Arcos de Valdevez-Ponte da Barca-Vila Verde-Braga-Guimarães-Felgueiras-Lixa-Amarante

**EN 201 | São Pedro da Torre-Braga | São Pedro da Torre (entroncamento da EN 13) -São Bento da Porta Aberta -Ponte de Lima -Ponte Nova-Prado-Braga**

Segundo o PRN, o IP1 ligará Lisboa a Valença, contudo existem ainda vários troços por construir, alguns dos quais estão a ser objecto de estudos tendo em vista a definição rigorosa do traçado a adoptar, encontra-se nesta situação o troço do IC 1 entre Viana do Castelo e Valença.

De acordo com o PRN, prevê-se que o IC 1 se estenda de Viana do Castelo a Valença (pois do Porto a Viana já se encontra construído), mais precisamente até ao nó do IP 1 em São Pedro da Torre.

Torna-se contudo fundamental estudar o traçado a adoptar, a este nível haverá que fazer todos os esforços para que o traçado do IC 1 neste troço não coincida com o da actual EN 13 pois esta via, por diferentes motivos a seguir explicitados, já não oferece condições para se poder vir a transformar num itinerário complementar com os requisitos técnicos e níveis de serviço característicos deste tipo de itinerários.

Essa dificuldade ou impossibilidade prende-se com a significativa ocupação marginal (nalguns casos com actividades que geram um volume considerável de tráfego), com o elevado número de inserções e atravessamentos, com a proximidade (nalguns casos atravessamentos) aos aglomerados urbanos, e ainda com o considerável volume de tráfego local que aí se regista.

Conforme se pode observar no mapa que a seguir se apresenta está previsto um novo traçado em corredor próprio para o IC 1 desde Viana até Vila Praia de Âncora ( aproximadamente ), e daqui até S. Pedro da Torre o traçado desta via seria coincidente com o da actual EN 13, ora seria contudo fundamental, pelos motivos aqui expostos, que fosse estudado e seleccionado um corredor próprio para o IC 1 na globalidade do troço compreendido entre Viana e São Pedro da Torre.

Torna-se assim fundamental estudar e aprovar um corredor (canal) próprio para esta via, para tal deverá haver uma forte articulação entre os Concelhos directamente afectados por esta via nomeadamente Valença, Caminha e Vila Nova de Cerveira. Com a construção do IC 1 com um traçado próprio, possibilitar-se-á ainda a requalificação da actual EN 13 numa via com características mais urbanas, com um perfil transversal mais adequado à ocupação marginal e tipo de tráfego que suporta.

O estado de conservação dos pavimentos destas vias apresenta-se satisfatório, mas já no que se referem às suas características técnicas registam-se alguns problemas/deficiências, em determinados troços, nomeadamente:

- *O perfil transversal nalguns dos troços, particularmente naqueles que apresentam uma maior ocupação marginal, deveria ser requalificado, com a introdução de passeios e disciplinando os atravessamentos pedonais;*
- *Corrigir e melhorar algumas das inserções de vias com uma menor importância hierárquica que constituem pontos de perigosidade (através da abertura dos cruzamentos e/ ou entroncamentos, de sinalética adequada, e da criação de faixas de aceleração e de mudança de direção), e evitar a abertura de novas inserções;*
- *Nas zonas com uma maior ocupação marginal procurar reduzir os acessos diretos de lotes à via, sempre que possível através da criação de vias de serviço;*
- *Melhorar / corrigir o traçado de algumas curvas que se apresentam bastantes fechadas nomeadamente na EN 101.*

### 4.1.3. Plano Nacional da Água

O Plano Nacional da Água (PNA) define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e regras de orientação a aplicar pelos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH) e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O primeiro PNA<sup>22</sup>, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos. Sendo, posteriormente, desenvolvida a revisão<sup>23</sup> do PNA, onde se definiram as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos PGRH para o período 2016-2021 e ainda os programas de medidas que lhes estão associados. Apontou-se também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água (DQA).

<sup>22</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de abril. Elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de fevereiro

<sup>23</sup> Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho

Assim, o PNA<sup>24</sup>, instrumento de política sectorial de âmbito nacional, prossegue três objetivos fundamentais para a gestão das águas, designadamente:

1. *A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
2. *A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
3. *A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.*

Neste contexto, importa referir que a Lei da Água<sup>25</sup>, refere que o PNA deve ser coordenado e articulado com o PNPT, uma vez que este estabelece o RJGT, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

Aliás, também afirma que medidas preconizadas nos PS, PEOT e PMOT devem ser compatibilizadas e articuladas com os instrumentos de planeamento das águas.

#### 4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima

A Lei da Água<sup>26</sup>, transpõe a DQA<sup>27</sup>, de modo a estipular os objetivos ambientais para a proteção das águas superficiais interiores, de transição, costeiras e subterrâneas, através da aplicação dos programas de medidas especificados no PGRH, sendo a competência da sua elaboração atribuída à APA.

Nestes termos, o PGRH está estruturado em ciclos de 6 anos. Atualmente está em vigor o 2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021<sup>28</sup>.

No quadro da especificidade das bacias hidrográficas, Valença enquadra-se na região hidrográfica internacional que integra as bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Âncora e Neiva e das ribeiras da costa ao longo da região hidrográfica e as massas de água subterrâneas,

<sup>24</sup> Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro aprovou o PNA, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008 de 31 de maio, e criou a Comissão Interministerial de Coordenação da Água

<sup>25</sup> Lei n.º 58/2005. Artigo 17.º - Articulação entre ordenamento e planeamento. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 29 de dezembro de 2005

<sup>26</sup> Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho

<sup>27</sup> Diretiva Quadro da Água. N.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho

<sup>28</sup> Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, retificado e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016 de 18 de novembro



de transposição e costeiras adjacentes<sup>29</sup>, com uma área total de 2 400 km<sup>2</sup> em território nacional, observável na Figura 7, constituindo-se pelas duas primeiras bacias hidrográficas transfronteiriças<sup>30</sup>.

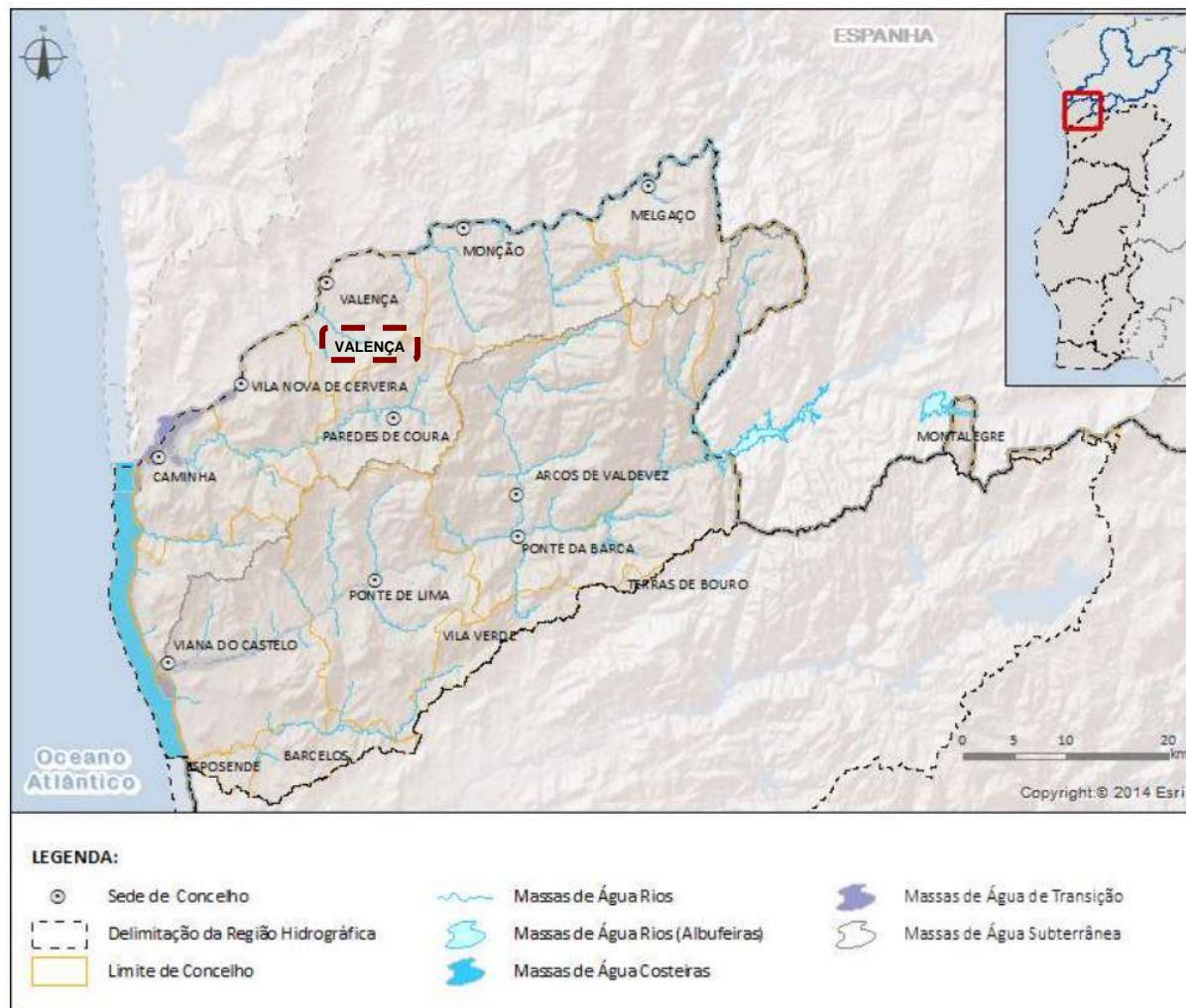


Figura 7. Delimitação geográfica da Região Hidrográfica do Minho e Lima (2015)

FONTE: PGRH Minho e Lima (2019)

O rio Minho nasce em Espanha, na serra de Meira, a uma altitude de 700 m e desagua em Portugal no Oceano Atlântico, frente a Caminha e La Guardiã, após um percurso de 300 km, dos quais 230 km se situam em Espanha servindo os restantes 70 km, de fronteira entre os dois países.

O rio Lima nasce em Espanha, na Serra de S. Mamede, a cerca de 950 metros de altitude. Tem cerca de 108 km de extensão, dos quais 67 km em território português e desagua em Viana do Castelo, no Oceano Atlântico.

<sup>29</sup> Conforme o Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, que procedeu à delimitação georreferenciadas das regiões hidrográficas

<sup>30</sup> Sub-bacias que intersectam a linha de fronteira entre Portugal e Espanha

Ademais, o PGRH pressupõe um programa de medidas organizadas em eixos, definindo as ações, técnica e economicamente viáveis. Inclui medidas de base, suplementares e adicionais, adaptadas às características da região hidrográfica.

Deste modo, importa destacar que o PGRH Minho e Lima, apresenta um conjunto de medidas específicas para o concelho de Valença, de modo a que possam ser atingidos ou preservados os objetivos ambientais.

**Tabela 1. Medidas específica do PGRH Minho e Lima para o concelho de Valença (2016)**

Eixo	Programa	Designação	Tipologia	Natureza	Prioridade	Indicadores	Metas	Programação Física*	Ponto de Situação
Eixo 1 I Redução ou eliminação de cargas poluentes	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	Construção de redes de saneamento e ETAR em 4 freguesias do concelho de Valença	Medida de base	Corretiva	Específica	N.º de ETAR Construídas	3 em 2021	2017-2022	Em execução
						N.º de Estações Elevatórias construídas	5 em 2021		

FONTE: PGRH Minho e Lima (2019)

\* Programação Física Retificada. Avaliação Intercalar da Implementação das Medidas do PGRH1 (março 2019)

Assim, na Tabela 1 verifica-se que a medida específica do PGRH se associa essencialmente ao eixo da redução ou eliminação de cargas poluentes, com o propósito de construção/melhoria do nível de tratamento de ETAR - ETAR de Valença e ETAR Campos - das Águas do Noroeste, no âmbito da Diretiva de tratamento de águas residuais urbanas, na bacia do Minho. De referir que a execução física das medidas possuiu o horizonte a 2021, não obstante a existência de inúmeros fatores que podem condicionar a sua execução temporal, nomeadamente de ordem financeira. Além disso, prevê-se um investimento de 2 907 mil euros, tendo como fonte de financiamento a Autarquia Local, numa programação física, entre 2016 e 2021, que foi mais recentemente retificada.

Neste contexto, face às informações contidas no âmbito do presente PGRH, evidencia-se na Tabela 2, os aspetos mais relevantes e as principais preocupações a considerar em cada área de intervenção do PGRH Minho e Lima.

**Tabela 2. Questões significativas e causas por área temática para o concelho de Valença (2016)**

Questões significativas	Causas
Contaminação das massas de água por poluição de origem urbana, industrial e agrícola (nitratos, fósforo, CBO <sub>5</sub> , azoto amoniacal)	Poluição difusa devida às más práticas agrícolas, particularmente em Veiga de Valença.
Risco de cheias e de inundações	Zonas mais afetadas: zonas urbanas de Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Ponte da Barca e nas zonas ribeirinhas de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção.

Questões significativas	Causas
Erosão e assoreamento	Assoreamento particularmente relevante na zona de emparcelamento de Ganfei – Valença e no estuário do Minho.

FONTE: PGRH Minho e Lima (2019)

Em análise aos elementos elencados na tabela anterior, constata-se que as massas de água em incumprimento se localizam, maioritariamente, em zonas de maior densidade populacional, próximo dos principais centros urbanos (Valença, Viana do Castelo, Paredes de Coura, Lanheses, Ponte da Barca e Barroelas).

Denota-se ainda, que o vale do rio Minho é aquele que apresenta maior pressão antropogénica em toda a região hidrográfica, com uma ocupação predominantemente agrícola e florestal, e um tecido urbano que se desenvolve ao longo da sua margem, concentrando-se nas povoações de Caminha, Valença, Monção e Melgaço.

Em termos espaciais, de um modo geral, as massas de água da Região Hidrográfica do Minho e Lima apresentam um “Bom” estado, verificando-se problemas pontuais, nomeadamente, no troço internacional do rio Minho, e algumas ribeiras junto de Valença, devido a pressões urbanas e industriais, sendo na grande maioria dos casos associado ao efeito cumulativo de alterações hidromorfológicas e prática agrícola.

Na sub-bacia do Minho existem algumas infraestruturas de apoio à náutica de recreio, nomeadamente em Caminha e em Valença do Minho, prevendo-se, no horizonte do PGRH Minho e Lima a construção de novas infraestruturas, dedicadas a embarcações de pequenas dimensões e vocacionadas principalmente para o mercado local.

Segundo o PNA e o PGRH pode-se concluir que o rio Minho é navegável em toda a sua extensão, sendo que a montante de Valença apenas é praticável por pequenas embarcações de recreio ou pesca local, salientando-se a existência de carreiras regulares de *ferry-boat* entre Portugal e Espanha em Caminha e em Vila Nova de Cerveira.

Em suma, a análise destes planos permite a identificação dos principais riscos associados a cheias, com origem muitas vezes no planeamento e ordenamento do território, bem como problemas relacionados com as alterações ao regime de escoamento, risco de cheias e de inundações, erosão e assoreamento, dragagens e manutenção dos canais de navegação, degradação de zonas costeiras, entre outros.



O PDM enquanto instrumento de planeamento de articulação das estratégias sectoriais, deverá refletir, no seu regulamento, nas plantas de ordenamento e condicionantes, estes riscos, elegendo-se a estrutura ecológica municipal como tradução das zonas de proteção dos recursos naturais, de ribeiras, praias, zonas costeiras, áreas com incidência de variação de marés, zonas inundáveis, entre outros.

#### 4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) é uma rede ecológica de âmbito europeu que visa assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. Esses objetivos são aplicados tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades regionais e locais.

O PSRN 2000<sup>31</sup> vincula as Entidades Públicas, transpondo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da Administração Central e Local.

As áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 abrangidas pelo PSRN 2000 (Figura 8), no concelho de Valença, nomeadamente:

- **PTZPE0001 Estuários dos rios Minho e Coura<sup>32</sup>** - Zonas de Proteção Especial abrangidas pelo PSRN 2000;
- **PTCON0019 Rio Minho<sup>33</sup>** - Sítios de Importância Comunitária abrangidos pelo PSRN2000.

<sup>31</sup> Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/4, tendo sido aprovado em 2008, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

<sup>32</sup> Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro de 1999

<sup>33</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto. Classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004 que adota, nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica

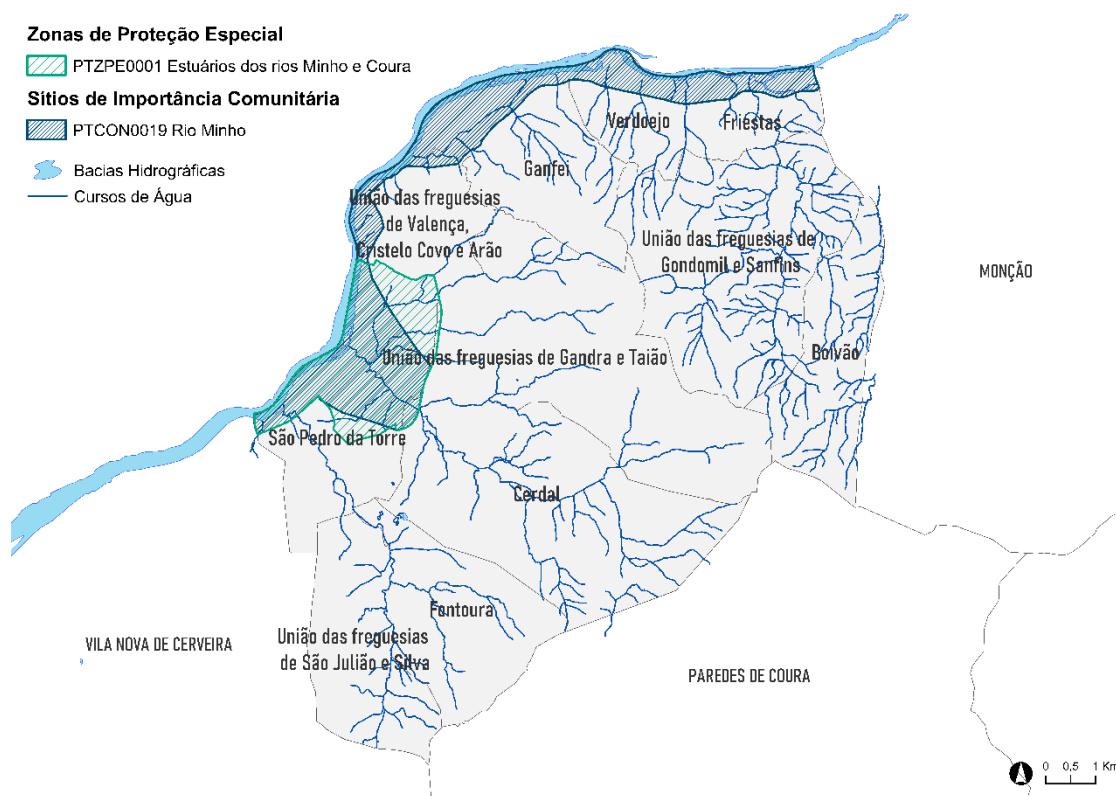


Figura 8. Áreas Classificadas no âmbito do Plano Setorial da Rede Natura 2000

FONTE: ICNF (2019)

A ZPE dos Estuários dos rios Minho e Coura estende-se desde Valença até à foz do rio Minho. Esta área reúne um conjunto de habitats húmidos de elevada importância ecológica incluindo águas estuarinas, bancos de vasa e de areia, sapais, matas ripícolas, caniçais e juncais. Na zona central do estuário a velocidade do fluxo diminui permitindo a acumulação de depósitos sedimentares e a formação de ilhas, que são utilizadas para exploração agrícola e pecuária.

Na SIC do Rio Minho, destaca-se por ser um dos rios em Portugal menos intervencionados por grandes empreendimentos hidráulicos, ainda que seja afetado por variações de caudal, devidas a descargas de barragens localizadas a montante. Ao longo do vale predomina a agricultura de regadio, em pequenas parcelas, intercalada por usos florestais dispersos, com ocorrências significativas de sebes, matas e matos, originando um mosaico diversificado. Os povoados acompanham o vale, ocorrendo alguns centros urbanos de maiores dimensões, correspondentes às sedes de concelho.

Para o efeito estão sistematizados na Tabela 3 os fatores de ameaça e as orientações de gestão, assentes em prioridades de conservação dos valores naturais.

Tabela 3. Detalhes das orientações de gestão para o concelho de Valença

PSRN 2000	Fatores de Ameaça	Orientações de Gestão
<b>ZPE Estuário dos rios Minho e Coura</b> Código PTZPE0001	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pressão e destruição de áreas de sapal;</li> <li>▪ Artificialização das margens do Rio Minho;</li> <li>▪ Expansão urbano-turística, e a abertura de vias rodoviárias em áreas de sapal ou paralelas à margem do rio Minho;</li> <li>▪ Edificação de paredões e colocação de pedra para obstar à sua erosão e com o fim de aumentar o número de embarcadouros;</li> <li>▪ Intensas dragagens;</li> <li>▪ Extração de inertes a montante do estuário;</li> <li>▪ Pressão cinegética;</li> <li>▪ Pesca é igualmente uma atividade intensiva;</li> <li>▪ Intensificação agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação de aves aquáticas e passeriformes migradores;</li> <li>▪ Manutenção e restauração dos habitats húmidos;</li> <li>▪ Promoção de boas práticas ambientais e do zonamento de áreas sensíveis (instrumentos de gestão territorial);</li> <li>▪ Garantir a qualidade da água melhorando a eficácia de fiscalização sobre a emissão de poluentes;</li> <li>▪ Promover-se a revitalização do sistema hidráulico.</li> </ul>
<b>Sítio Rio Minho</b> Código PTCON0019	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Variações do caudal;</li> <li>▪ Construção de barragens;</li> <li>▪ Pesca Intensiva;</li> <li>▪ Extração de inertes;</li> <li>▪ Intensas dragagens na zona de estuário;</li> <li>▪ Poluição doméstica, agrícola e industrial;</li> <li>▪ Obras de regularização hidráulica;</li> <li>▪ Presença de espécies da flora infestantes nos corredores ripícolas;</li> <li>▪ Intensificação de práticas agrícolas;</li> <li>▪ Drenagem de terrenos para a obtenção de terras aráveis ou abertura de vias rodoviárias;</li> <li>▪ Pressão urbanística ao longo do curso de água;</li> <li>▪ Pressão turística na zona da foz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação da ictiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático, bem como para a conservação da vegetação ripícola.</li> </ul>

FONTE: ICNF (2019)

As orientações de gestão dos Sítios e das ZPE reportam-se para as exigências ecológicas dos valores naturais, tendo em conta os respetivos objetivos de conservação. Nesse contexto, são elencadas as orientações de gestão com a identificação dos valores naturais que as determinam, o que permite estabelecer a relação com a informação das Fichas de caracterização ecológica e de gestão de valores naturais<sup>34</sup>, onde são detalhados os condicionamentos específicos a observar.

<sup>34</sup> Plano Setorial da Rede Natura 2000 - documentos: Listas de ocorrência de habitats naturais e de espécies de flora e fauna em SIC e ZPE; Fichas de caracterização ecológica e de gestão dos valores naturais

## 4.2. Âmbito Regional

### 4.2.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte<sup>35</sup>

O n.º 1 do Artigo 52.º do RJIGT refere que “os programas regionais definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas e dos planos intermunicipais e dos planos municipais”.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, PROT-Norte, foi elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, CCDR-N, com a participação de uma comissão de acompanhamento e de inúmeros peritos nos domínios visados neste instrumento de política.

Contudo, pese embora o Governo<sup>36</sup>, tenha determinado a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, PROT-N, o mesmo não entrou, até à data, em vigor. Ainda assim, constituiu-se como um documento de trabalho.

De acordo com a proposta do PROT-N o sistema urbano regional de carácter policêntrico estrutura-se através de um conjunto de aglomerações, centros e núcleos urbanos que desempenham funções diferenciadas e que se constituem como as âncoras do desenvolvimento regional, em cinco níveis de estruturação funcional:

- Aglomeração Metropolitana do Porto;
- Cidades de Equilíbrio Territorial;
- Cidades Regionais e Conjuntos Regionais de Cidades;
- **Centros Estruturantes Sub-Regionais;**  
“Cidades e vilas que desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, polarizadoras do sistema urbano numa escala supramunicipal. São Centros Estruturantes Sub-Regionais: **Valença**, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez/Ponte da Barca.
- Centros Estruturantes Municipais.

Por seu lado, ao nível da região Norte, a proposta do PROT destaca “Viana do Castelo como pólo relevante do grande eixo urbano do litoral Norte/Galiza, através da sua oferta turística e de lazer e da sua vocação produtiva tradicional ou emergente.

<sup>35</sup> Documento de trabalho. Plano ainda não publicado em Diário da República, pelo que não se encontra em vigor.

<sup>36</sup> Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte em Diário da República n.º 59/2006, Série I-B de 23 de março de 2006.

No corredor transfronteiriço do Vale do Minho (Caminha-Vila Nova de Cerveira-Valença-Monção-Melgaço) transparece o potencial do turismo/ambiente, da economia do vinho e da complementaridade de ofertas urbanas.

O desenvolvimento de novas funções económicas associadas à logística contribuirá para o reforço do papel de Valença, já que esta região evidencia uma capacidade de polarização capaz de amarrar e qualificar o espaço rural de baixa densidade do interior do Lima, assim como o reforço da coesão interna e a articulação com outros subsistemas do Norte, mais concretamente com a Aglomeração Regional de Braga.

#### 4.2.2. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho

Na Lei de Bases da Política Florestal<sup>37</sup>, estabeleceram-se os princípios orientadores da política florestal e determinou-se que o ordenamento e a gestão florestal ficariam a cargo do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho<sup>38</sup>, PROF EDM.

O Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro aprova o regime jurídico dos programas e planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e constitui a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.

No artigo n.º 4 do referido decreto, o PROF é definido como “instrumento programático de concretização de política setorial”, previsto na Lei de Bases da Política Florestal e “estabelece as normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos previstos na Estratégia Nacional para as Florestas”. No n.º 7 do mesmo artigo e de acordo com o disposto no artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, os Planos Diretores Municipais “devem adaptar as suas disposições ao conteúdo dos PROF”.

Constituem objetivos gerais dos PROF:

<sup>37</sup> Aprovada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto

<sup>38</sup> Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 114/2010, de 22 de outubro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 65/2017, de 12 de junho, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal

- *A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*
- *A definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;*
- *A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;*
- *A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.*

A revisão dos PROF é determinada pela ocorrência de factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio, e deste modo através do Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, é determinada a revisão dos PROF e redefinida a sua abrangência geográfica, passando de 21 PROF para 7.

O PDM deve ser adaptado ao PROF EDM, tendo em consideração as implicações à escala intermunicipal, na medida em que os contínuos florestais extravasam, geograficamente, os limites administrativos do concelho, sendo impreterível garantir uniformidade na transposição do PROF EDM, alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.

Relativamente ao PROF EDM, este abrange os territórios englobados nas regiões NUTS III e municípios apresentados na tabela seguinte.

**Tabela 4. Âmbito Territorial do PROF de Entre Minho e Douro (2019)**

NUTS III	Municípios
Área Metropolitana do Porto	Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Póvoa do Varzim, Paredes, Porto, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia
Alto Minho	Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira
Alto Tâmega	Ribeira de Pena
Ave	Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vizela
Cávado	Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde

NUTS III	Municípios
Tâmega e Sousa	Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Resende

FONTE: PROF EDM (2019)

O PROF de Entre o Douro e Minho, PROF EDM, é aprovado e publicado no Diário de República, 1.ª série, n.º 29, Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 14/2019 publicada a 12 de abril e compreende as sub-regiões homogêneas indicadas na Figura 9.

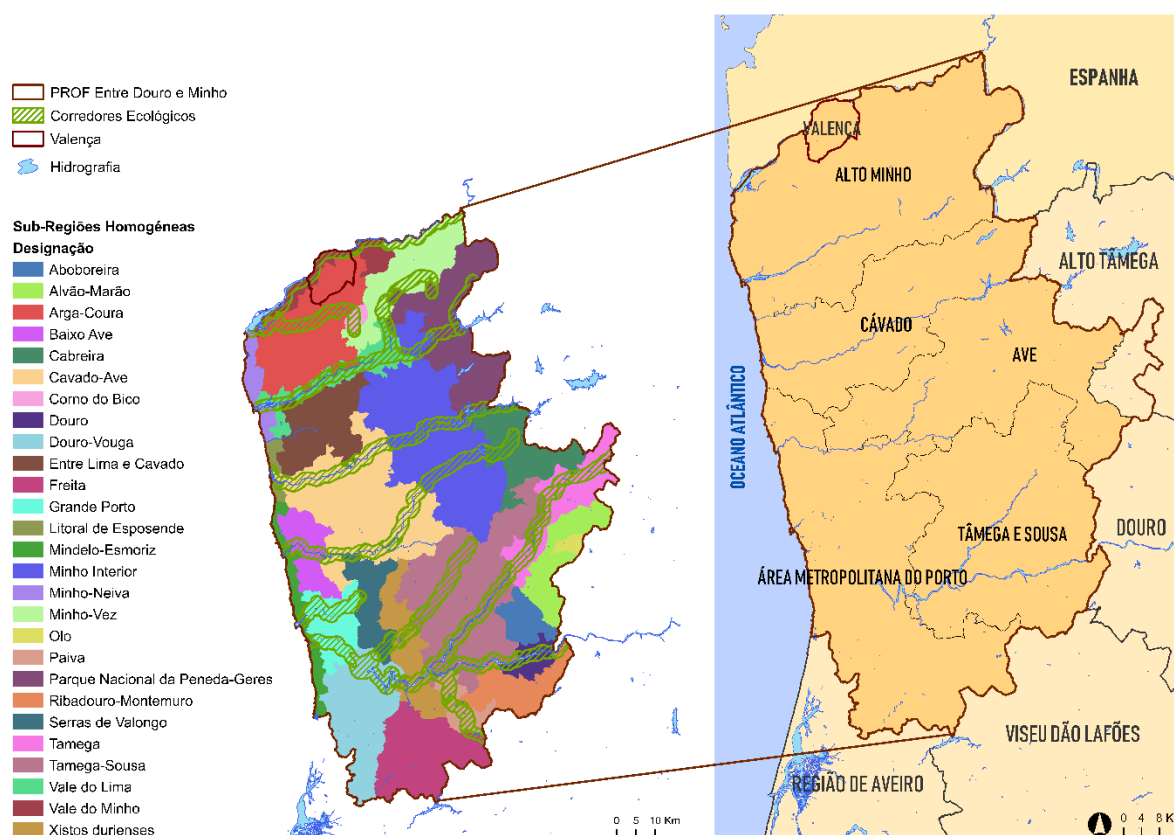


Figura 9. Sub-Regiões Homogêneas e os corredores ecológicos do PROF EDM (2019)

FONTE: ICNF (2019)

O PROF EDM é constituído pelo Documento Estratégico, que entre outros elementos, incluiu a caracterização da região; a análise prospetiva e objetivos; nomas e modelos gerais de silvicultura e de gestão; a articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial; o programa de execução e atribuições; e pelo Regulamento e Carta Síntese.

No PROF EDM são definidas Áreas florestais sensíveis, que de acordo com o Documento Estratégico - Capítulo C (ICNF, 2018), devem ter por base os seguintes fatores:

- *Perigosidade de Incêndio;*
- *Suscetibilidade a pragas e doenças;*
- *Risco de erosão;*
- *Importância ecológica.*

E definidos os Corredores Ecológicos, que têm como principais objetivos:

- *Compensação dos efeitos da fragmentação da paisagem, facilitando a dispersão de animais e plantas através da paisagem;*
- *Promover a continuidade com habitats de difícil acesso;*
- *Aumentar a qualidade da paisagem;*
- *Fomentar atividades de recreio.*

O concelho de Valença é abrangido pelas sub-regiões homogéneas do Arga-Coura e Vale do Minho para a qual são atribuídas as funções gerais de produção, proteção e de silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, de recreio e valorização da paisagem, tal como definido nos artigos n.º 19 e 42 da Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro. Verifica-se, também, que o concelho é atravessado, a norte pelo Corredor Ecológico, que inclui respetivamente, o Rio Minho.

De acordo com o RJGT, a adequação dos PMOT é obrigatória e com a entrada em vigor do PROF EDM. Neste contexto, foram identificadas as disposições dos planos territoriais preexistentes incompatíveis com o PROF EDM, evidenciando-se na Tabela 5 os artigos analisados neste âmbito relativamente ao PDM de Valença.

**Tabela 5. Normas do PROF EDM a compatibilizar no PDM de Valença (2019)**

Atualizar (A) / Incompatível (I)		Secção/Anexo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT e referir o diploma legal de aprovação do mesmo.	Capítulo I / Artigo 5º / n.º 2 / b	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho, adiante designado por PROF AM, publicado no Diário da República através do Decreto Regulamentar n.º 16/2007 de 28 de março.
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT.	Capítulo IV / Artigo 27º / n.º 1	(...) A identificação das áreas de povoamentos florestais, a classificação das respetivas manchas, as medidas preventivas contra incêndios e as normas de gestão destes espaços são as constantes do Plano Municipal de Floresta Contra Incêndios e do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho, a seguir designados, respetivamente, como PMDFCI e PROF AM e que fazem parte integrante



Atualizar (A) / Incompatível (I)		Secção/Anexo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
			deste Plano Diretor Municipal.
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT.	Capítulo IV / Artigo 29º	O uso preferencial é o uso florestal, admitindo funções de enquadramento a outros usos, como silvo -pastorícia, agricultura de montanha, caça, pesca, recreio e estética da paisagem, no quadro da regulamentação da REN, RAN e Regime Florestal Parcial, quando aplicáveis, sem prejuízo do disposto no PROF AM e PMDFCI. São ainda admitidos usos habitacionais, de comércio e serviços, industriais, turísticos, de equipamentos e infraestruturas, e pecuários.
A	Com a aprovação do PROF de Entre Douro e Minho deverá alterar-se a referência ao IGT.	Capítulo IV / Artigo 33º	O uso preferencial é o florestal, submetido às funções de proteção e conservação dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades económicas. Admite -se funções de enquadramento a outros usos, como silvo -pastorícia, agricultura de montanha, caça, pesca, recreio e estética da paisagem, no quadro da regulamentação da REN, RAN e Regime Florestal Parcial, quando aplicáveis, sem prejuízo do disposto no PROF AM e PMDFCI.

FONTE: PROF EDM (2019)

Verifica-se, portanto, que existem quatro situações a serem acauteladas no regulamento do PDM, nomeadamente a necessidade de atualizar, nos artigos referidos na tabela anterior.

Por fim, importa mencionar que o PROF EDM detém mecanismos de monitorização através de indicadores e metas, para o médio e longo prazos, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos.

De referir, ainda, que o PROF EDM vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de 5 em 5 anos, tendo em consideração os relatórios anuais da sua execução elaborados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, ou a alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

### 4.3. Âmbito Intermunicipal

De entre outros documentos de importância estratégica, elaborados em sede da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, destacamos:

- **Asistencia Reciproca Interegional en emergencias y riesgos transfronterizos (2019)**

O projeto ARIEM PLUS, liderado pela Axencia Galega de Emerxencia, tem como objetivo central a definição de um Plano Territorial de Emergências transfronteiriças e criação de uma rede unificada de Comando Operacional para a gestão de recursos humanos e materiais em situações de risco que permitam, em conjunto, melhorar a gestão e a coordenação efetiva de emergências, destacando-se as seguintes atividades / ações:

- i) Identificação dos riscos territoriais, em especial os que decorrem da mudança climática (ex. incêndios florestais, cheias e inundações) e, paralelamente, a definição de um plano de mitigação desses riscos;
- ii) Reforçar a capacidade operacional incorporando novas tecnologias de informação e comunicação e novos meios e equipamentos para a prevenção e gestão de riscos (aquisição de 4 Kits de materiais perigosos e 8 Kits de apoio a salvamento).

Cofinanciamento INTERREG VA (Em execução).

- **Plano de Ação para o Desenvolvimento da Náutica no Alto Minho “Náutica 2020” (2014)**

- Deve ser pensada uma ligação turística terrestre Valença - Ponte de Lima (a pé, a cavalo, de bicicleta, em transporte cadenciado de autocarro...) para:

- Ligar as 2 zonas náuticas potenciais dos rios Lima e Minho;
- Ligar as 2 penetrantes náuticas que são esses 2 rios magníficos.

- À volta dessas duas zonas do território e dos seus prestadores de serviços, deverá ser criado um produto com atividades múltiplas de 2 ou 3 dias (alojamento, restauração, prestações).

- Potenciar o Caminho Português de Santiago, nomeadamente o Caminho da Costa.

- Navegabilidade do rio Lima para barcos até cerca de 10 metros e levá-los a subir o rio até Ponte de Lima com um sistema de eclusas. Essa possibilidade permitiria a realização de circuitos turísticos, ligando a náutica e a terra e permitindo partir de Viana para ir a Ponte de Lima, utilizar uma ligação terrestre até Valença, ir até Caminha pelo rio, e voltar a Viana pelos caminhos do litoral marinho e as Aldeias de Mar.

- **Valorização Costeira-Pesqueira do Litoral Norte 2015-2020:** Estratégia de Desenvolvimento Local & Parceria DLBC/GAL Costeiro (janeiro de 2015)

- Propõe-se a inclusão das freguesias/união de freguesias do rio Minho, envolvendo núcleos piscatórios de elevada associados à pesca de lampreia, truta, sável e savelha. A importância atribuída à intervenção integrada junto das comunidades piscatórias destes núcleos resulta da presença de espécies de elevado valor acrescentado e de emprego e know-how locais. Merecem destaque neste âmbito as freguesias de S. Pedro da Torre, bem como núcleos piscatórios com articulações funcionais com as freguesias adjacentes de U.F. de Valença, Cristelo Covo e Arão.

- No total, os núcleos piscatórios localizados nas freguesias de Caminha à U.F. de Valença, Cristelo Covo e Arão representam 476 pescadores matriculados, 329 embarcações e 50.000 ton. de pescado.

- Nos concelhos de Valença, V. N. de Cerveira e Caminha, pontuam cerca de 29 fundeadouros/ancoradouro, de menor expressão que se estendem pelas diversas freguesias destes concelhos.

▪ **Carta Europeia de Turismo Sustentável do Alto Minho: Plano de Ação 2015-2019**

Turismo Religioso - Organizar os cinco principais Caminhos de Santiago portugueses (da Costa, Ponte de Lima/Valença, Portela do Homem, Chaves e Bragança) e articulá-los como oferta turística do Xacobeo 2021.

- Promover o aumento da acessibilidade a pontos de atração turística;
- Introduzir e reforçar o conceito de transporte a pedido;
- Reforçar a oferta de mobilidade suave e intermodalidade;
- Desenhar e implementar circuitos de miniautocarros elétricos, funcionando estes como “tour bus” nos centros urbanos;
- Criação e disseminação do conceito de bilhete único;
- Disseminar os hotspots públicos e o acesso gratuito à internet;
- Negociar com as operadoras de telecomunicações o reforço de cobertura das redes móveis e internet;
- Promover a ligação em rede de fibra ótica à rede de áreas de acolhimento empresarial no território como pontos distribuidores de hotspots públicos;
- Desenvolver o processo inerente à certificação do anho de Sanfins e com vista à sua valorização;
- Promover o património cultural do território.

▪ **Pacto Territorial “Alto Minho 2020” (junho de 2013): Estratégia & Plano Global de Ação**

### 4.3.1. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho | Alto Minho adaPT

O presente projeto tem por objetivo reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas dos municípios do Alto Minho, abrangendo os impactos das alterações climáticas que, atualmente, já se fazem sentir no território do Alto Minho - e que tendem a ser mais significativos num cenário de agravamento do aquecimento global – ditam a urgência da definição e subsequente implementação, de um plano de ação que conjugue, numa visão devidamente estruturada, interligada e articulada, um conjunto de opções e medidas de adaptação às alterações climáticas.

É este o contexto que justifica e no qual se enquadra a operação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho<sup>39</sup>, PIAAC do Alto Minho. Sendo o objetivo global da operação, reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas do território do Alto Minho pela adoção e articulação de medidas transversais, sectoriais e territoriais, contribuindo, assim, para a:

- **definição de opções, medidas e projetos de adaptação** às alterações climáticas no território do Alto Minho e nos dez municípios que o integram, através da adequada articulação entre políticas setoriais, municipais e intermunicipais, suportada no conhecimento das vulnerabilidades atuais e futuras;
- **sensibilização, envolvimento e informação de atores regionais** de diversos setores estratégicos para as vulnerabilidades e impactos das alterações climáticas e para a necessidade de adoção de opções e medidas de adaptação;
- **implementação**, no Alto Minho, da **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas** (ENAAC 2020).

Assim, a estratégia definida no PIAAC do Alto Minho deverá estar alinhada com os objetivos principais da ‘Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas’ (EEAAC) e da ‘Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas’ (ENAAC 2020), criando condições para a sua operacionalização à escala sub-regional, com as necessárias transposições de escala e ajustamentos à realidade do território.

<sup>39</sup> Em execução. Cofinanciada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).

**Operacionalização:**

- Ação 1 - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho (PIAAC do Alto Minho) – Diagnóstico, Modelação e Plano de Ação
- Ação 2 - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho (PIAAC do Alto Minho) – Comunicação, Capacitação e Sensibilização

Para que tal se concretize, resulta crucial sensibilizar e mobilizar decisores e responsáveis políticos, técnicos municipais e os mais variados atores locais, de índole pública e privada, assim como, definir um quadro de atuação operacional, exequível e financeiramente estruturado e justificado, para a implementação das diversas opções e medidas de adaptação que vierem a integrar o PIAAC do Alto Minho.

De referir que, no âmbito da sua estratégia de atuação ao nível intermunicipal e no que concerne ao combate às alterações climáticas, a CIM tem já adotado algumas medidas de mitigação, em conjunto com os dez municípios do Alto Minho, nomeadamente através da adesão à iniciativa da Comissão Europeia “Pacto de Autarcas”; da intervenção nos sistemas de iluminação pública (instalação de tecnologia LED); da elaboração do programa de ação para o controlo das perdas nas redes de distribuição pública de água dos municípios; ou da modelação da cartografia de localização e integração dos riscos naturais, mistos e tecnológicos identificados para o território.

### **4.3.2. Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável do Alto Minho 2020**

Nos últimos anos, a crescente consciencialização da necessidade de se promover um desenvolvimento mais sustentável, coloca este tema da mobilidade como um problema central da sociedade moderna.

Atualmente, os problemas mais comuns que têm sido identificados no que diz respeito às questões de mobilidade são, nomeadamente:

- *Aumento excessivo do uso do transporte individual;*
- *Redução da utilização do transporte público;*
- *Fraca adesão aos modos “suaves”, designadamente, pedonal e ciclável;*
- *Aumento do estacionamento ilegal;*
- *Aumento do congestionamento;*
- *Diminuição da segurança rodoviária;*
- *Impactos negativos no ambiente.*

Consequentemente, a Comunidade Intermunicipal, CIM, do Alto Minho entendeu ser prioritário desenvolver o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, PAMUS Alto Minho 2020, para o seu território de influência – a NUT III do Alto Minho, tendo presente os seguintes objetivos:

- *Melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;*
- *Promoção de uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;*
- *Garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;*
- *Redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;*
- *Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.*

Esta abordagem centrada na mobilidade pretende promover uma visão de região integrada a partir de diferentes perspetivas que envolvem políticas/estratégias de mobilidade, tendo presente os aspetos ambientais, sociais e económicos.

O programa de ação constitui-se como um mecanismo de implementação das propostas estratégicas atrás preconizadas, devendo ser efetivado gradualmente através de um conjunto de medidas pontuais, mas que contribuam para estratégia global da mobilidade.

Dentro dos programas de ação preconizados são identificadas as medidas com contribuição para a estratégia de mobilidade da Região do Alto Minho, indicando as intervenções e, consequentes, medidas que deverão ser desenvolvidas tendo em atenção as propostas estratégicas formuladas anteriormente, segundo a contribuição para as mesmas.

Assim, são apresentadas as ações consideradas quer a nível da Região do Alto Minho, quer a nível local, pelos diferentes municípios. De modo a atingir os objetivos estratégicos propostos, a estratégia a adotar para a mobilidade futura deverá assentar numa abordagem diferenciada em função da organização territorial, proteção dos locais de vivência urbana função de uma hierarquização rodoviária, aposta no transporte coletivo por parte de todos os atores, de entre os quais CIM, município e operadores de transportes, promoção dos modos suaves e a contenção da utilização do transporte individual.

Relativamente aos programas de ações dos PAMUS aprovados em Valença, destaca-se a nova rede ciclável, cuja obra se iniciará em 2019 e terá o prazo de execução de um ano.

## 4.4. Âmbito Municipal

### 4.4.1. Dinâmicas do Planeamento

O Plano Diretor Municipal de Valença entrou em vigor no dia 18 de junho, de 2010, após a sua publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 117, como indicado na Tabela 6. No que respeita aos PMOT, no concelho de Valença encontram-se ainda em vigor o Plano de Urbanização da Área Central de Valença e o Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença.

Importa também referir anterior existência do Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra, que foi revogado pelo Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença.

Tabela 6. PMOT em vigor

PDM de Valença		
Revisão	Aviso n.º 12235/2010	Diário da República, 2.ª série — N.º 117 — 18 de junho de 2010
PU da Área Central de Valença		
1.ª Publicação	Edital (extrato) n.º 265/2017	Diário da República, 2.ª série — N.º 86 — 4 de maio de 2017
PU da Área Empresarial de Valença		
1.ª Retificação	Declaração de retificação n.º 548/2015	Diário da República, 2.ª série — N.º 122 — 25 de junho de 2015
1.ª Publicação	Aviso (extrato) n.º 2614/2015	Diário da República, 2.ª série — N.º 48 — 10 de março de 2015

FONTE: DGT (2019)

A 1.ª revisão do PDM em 2010 foi elaborada devido a um conjunto de razões justificativas, conforme a necessidade de adequação do plano às disposições da nova legislação na matéria, induzida com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo<sup>40</sup> e subsequente Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>41</sup>.

A adequação e/ou transposição para o PDM das estratégias, orientações e diretrizes dos diversos planos setoriais e regionais elaborados pela Administração Central, com incidência em Valença, e à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, levaram à elaboração da revisão do PDM, que veio a ser concluída com a sua publicação em Diário da República.

<sup>40</sup> Lei n.º 48/98 de 11 de agosto

<sup>41</sup> Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro

Essa elaboração teve ainda em conta as exigências técnicas previstas pela necessidade de atualização e correção da informação estatística e cartográfica, a revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana e o desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento.

Assim, o processo de revisão do PDM de Valença<sup>42</sup>, elencou um conjunto de objetivos estratégicos quer para a proposta do plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares de gestão do território, que são resumidamente os seguintes:

1. *Estabelecer as principais regras que devem obedecer à ocupação, uso e transformação do solo*
2. *Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho para uma utilização racional dos recursos do território com vista à melhoria da qualidade de vida das populações.*
3. *Promover uma gestão de recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação do solo pretendida.*

De referir que o PDM estabelece as grandes estratégias de desenvolvimento, as orientações e as políticas urbanísticas para o território municipal, define a programação da respetiva execução e as regras para as ações dos vários atores que intervêm no território, para responder aos objetivos fixados e assentes na estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Importa por isso, ressaltar os desafios que se apresentavam ao Município de Valença, e para os quais o PDM procurou dar resposta, nomeadamente:

- *Substanciais alterações ocorridas decorrentes da integração numa sociedade e mercado cada vez mais globalizados, e ainda das decisões de macropolítica ao nível da União Europeia, a que correspondeu a “abolição” das fronteiras internas entre os países membros da União e a constituição do mercado único europeu, eliminando direitos aduaneiros e controlos nas fronteiras internas;*
- *Contexto macrorregional estes fatores atuam sobremaneira na constituição de um espaço ibérico, e nomeadamente no fortalecimento de relações muito próximas e intensas entre a Região Noroeste de Portugal e a Galiza;*
- *Pressão quer nas infraestruturas de suporte, nomeadamente as infraestruturas referentes às vias de comunicação, quer do ponto de vista da organização dos espaços: os espaços urbanos, espaços industriais, e os espaços de cultura, recreio e lazer;*

<sup>42</sup> Capítulo I. Artigo 3.º Deliberação de aprovação da revisão do PDM de Valença. Aviso (extrato) n.º 12235/2010. Diário da República, 2.ª série — N.º 117, de 18 de junho de 2010



- *Contexto pautado com novas macroestruturas, não só em território nacional, mas também em território vizinho, destacando-se o papel da futura plataforma logística de Valença, do comboio de alta velocidade, e do futuro Porto Seco de Salvaterra (Galiza, Espanha), cujas novas dinâmicas necessitam de ampla consideração da redefinição da estratégia de desenvolvimento;*
- *Diluição das fronteiras urbano/rural e centro/periferia, através de padrões comportamentais diversos dos de outrora, auxiliados pelo valor atribuído à componente ambiental, pelas novas possibilidades construtivas, pelos novos fatores de mobilidade e por conceitos valorizados de semiperiferia;*
- *Necessidade da revisão dos perímetros urbanos e das áreas que permitem edificabilidade, e respetivos parâmetros de uso do solo, nomeadamente face à extrema divisão cadastral, num ambiente de minifúndio, onde se afigura extremamente importante repensar as áreas mínimas e outros parâmetros;*
- *Concretização de grandes infraestruturas no âmbito de planos sectoriais com incidência no Concelho de Valença trazem consigo novas dinâmicas, nomeadamente quanto ao Plano Rodoviário Nacional 2000, a concretização do Itinerário Principal n.º 1 (IP 1).*

Consagrados no PDM, estes princípios nortearam os vetores de desenvolvimento assentes em linhas estratégicas, responsáveis pelas ações e metas a implementar no território concelhio, e que atualmente se entende estarem ainda em vigo



Acrescem aos parâmetros de ocupação do solo exposto na Figura 10, em termos de proposta de ordenamento, a definição de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, UOPG, que corresponde a uma área de intervenção no território, devidamente delimitada, para ser tratada com um nível de planeamento mais detalhado com vista à sua execução.

A UOPG identificada na Planta de Ordenamento referente à Área Central da Vila de Valença tem os seguintes objetivos:

- a) *Reforçar e qualificar a imagem e a atratividade da centralidade de Valença;*
- b) *Tornar a vila de Valença atrativa à função residencial, comercial e de lazer;*
- c) *Promover uma ocupação urbana 'legível' e orientadora de percursos, articulada com a envolvente;*
- d) *Reordenar a circulação viária compatibilizando -a com as funções urbanas que deve apoiar;*
- e) *Promover uma ocupação urbana multifuncional apoiada numa rede de espaços públicos de apoio à diversidade de mobilidades contemporâneas e articulados com a envolvente;*
- f) *Dar enquadramento urbano à diversidade de espaços equipamentais que aqui se concentram;*
- g) *Promover uma imagem urbana equilibrada contrariando excessivo protagonismo de alguns edifícios no conjunto urbano;*
- h) *Promover a ocupação efetiva de espaços devolutos, aumentando as dinâmicas e vivências da vila bem como as condições de segurança da sua permanente utilização.*

De ressaltar que até ao momento a UOPG no decorrer da revisão do PDM, foi constituída no Plano na figura de Plano de Urbanização, a partir do qual o Município pode possuir parâmetros de avaliação desta importante área urbana.

Na Tabela 7 apresentam-se as áreas que totalizam no todo concelhio, as categorias de espaço consideradas na atual planta de ordenamento, em vigor.

Tabela 7. Quantificação das categorias de espaço da atual Planta de Ordenamento do PDM em vigor

Solo	Categorias de Espaço		Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Rural	Espaço Agrícola	Espaço Agrícola em RAN	1 612,9	14,12	2 141,83	18,75
		Espaço Agrícola Complementar	528,93	4,63		
	Espaço Florestal	Espaço Florestal de Produção	1 624,69	14,22	6 272,94	54,92
		Espaço Florestal de Proteção e Conservação	4 648,25	40,70		
	Indústria Extrativa	Indústria Extrativa	148,05	1,30	148,05	1,30
	Espaço Natural	Florestas e Matagais Naturais	132,56	1,16	216,5	1,90
		Matos e Vegetação Pioneira	65,52	0,57		
		Rios	18,42	0,16		
	Espaço Equipamento	Equipamento Meio Rural	17,33	0,15	99,55	0,87
		Parque Ambiental	82,22	0,72		
Urbano	Solo Urbanizado	Espaço de Memória e Cultura	20,17	0,18	1 754,23	15,36
		Urbano Média Densidade	11,79	0,10		
		Urbano Baixa Densidade	90,15	0,79		
		Urbano Unifamiliar	1 632,12	14,29		
	Indústria, Armazenagem e Serviços	Indústria, Armazenagem e Serviços	3,42	0,03	3,42	0,03
	Espaço Equipamento	Equipamento Meio Urbano	42,19	0,37	42,19	0,37
	Estrutura Ecológica em Meio Urbano	Estrutura Verde Urbana	214,5	1,88	214,5	1,88
	Solo Urbanizável					
		Espaço Programado Unifamiliar	42,81	0,37	42,81	0,37
		Espaço de Indústria, Armazenagem, Serviços e Logística	123,84	1,08	253,24	2,22
		Plataforma Logística	129,4	1,13		

Solo	Categorias de Espaço		Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Espaços Canais e de Infraestruturas	Infraestruturas	Parque de Sucata	5,3	0,05	98,87	0,87
		Parque Eólico	83,72	0,73		
		Aeródromo	9,35	0,08		
		ETAR	0,5	0,00		
	UOPG	PU da Área Central da Vila de Valença	45,71	0,40	45,71	0,40
	PMOT em vigor	PP da Zona Industrial da Gandra	87,64	0,77	87,64	0,77

FONTE: Relatório do Plano | PDM de Valença (2010)

Além disso, face às alterações legislativas, com a profunda alteração do enquadramento legislativo introduzido pela LBGPPSOTU, nomeadamente, quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do RJGT que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração até 13 de julho de 2020 e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, o PDM em vigor necessita de realizar a devida adequação a estes diplomas principalmente na Planta de Ordenamento onde as designações solo urbanizado, urbanizável e rústico deverão ser eliminadas.

#### a) Planta de Condicionantes | 1:10 000

Representa e identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo.

No que à planta de condicionantes respeita, as considerações sobre a evolução das áreas ocupadas pela REN e pela RAN são pertinentes, na medida em que permitem aferir sobre a sua evolução até ao PDM em vigor e considerar novas delimitações mais adequadas à realidade do ordenamento, na atualidade.

#### b) Anexos à Planta de Condicionantes, que dela fazem parte integrante:

- i. Planta de risco de Incêndio à escala 1:25 000
- ii. Planta das áreas Percorridas por Incêndios à escala 1:25 000

Acompanham o PDM de Valença ainda os seguintes elementos:

- a) Estudos de Caracterização do Território Municipal;
- b) Relatório Fundamentando as Soluções Adotadas;
- c) Relatório Ambiental;
- d) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- e) Planta de enquadramento regional;
- f) Planta da situação existente;
- g) Planta da estrutura ecológica municipal;
- h) Planta das Intervenções Estratégicas;
- i) Planta do Zonamento Acústico;
- j) Planta dos Recursos Geológicos;
- k) Estudos e Plantas dos Recursos Agrícolas e Florestais:
  - i. Estudos que fundamentam a delimitação da RAN;
  - ii. Emparcelamento;
  - iii. Regime Florestal;
  - iv. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
  - v. Planta das Áreas Percorridas por Incêndios.
- l) Plantas e Estudos referentes aos Recursos Ecológicos:
  - i. Estudos que fundamentam a delimitação da REN;
  - ii. Plano Sectorial da “Rede Natura 2000” e os Planos Diretores Municipais no Vale do Minho.
- m) Estudos e Plantas do Património;
- n) Estudos e Plantas de Análise e Programação de Equipamentos;
- o) Estudos e Plantas de Caracterização das Infra -Estruturas:
  - i. Rede de Abastecimento de Águas;
  - ii. Rede de Drenagem de Águas Residuais;
  - iii. Rede Elétrica;
  - iv. Gasoduto;
  - v. Rede Rodoviária;
  - vi. Rede Ferroviária;
  - vii. Aeródromos;
  - viii. Marcos Geodésicos;
  - ix. Parque Eólico.

- p) Planta com identificação das Atividades Perigosas: Localização de Estabelecimentos com Produtos Explosivos;
- q) Carta do Ruído;
- r) Planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor;
- s) Participações recebidas em sede de discussão pública e Relatório de Ponderação das Participações.

De resto, este PDM revogou dois Planos de Pormenor: PP da Área Central da Vila de Valença e o Plano de Urbanização de Monte Faro.

### 4.4.3. Plano de Urbanização da Área Central de Valença

O Plano de Urbanização da Área Central de Valença, PUACV, decorre de um antigo Plano de Pormenor da Área Central que nunca chegou a ser publicado em Diário da República. Assim, face às transformações urbanísticas ocorridas nas últimas décadas que contribuíram para a necessidade de qualificar esta área, o Município entendeu no decorrer da revisão do PDM elaborar de novo um trabalho sobre a forma de Plano de Urbanização, sendo constituída para esse fim uma UOPG.





FONTE: DGT, 2016

- a. A definição da organização espacial do meio urbano, prosseguindo o equilíbrio da composição urbanística;
- b. A conservação e reabilitação do edificado, a colmatção e compactação da malha urbana e a compatibilização de usos;
- c. A procedimentalização da conceção geral da forma urbana, estabelecendo os parâmetros urbanísticos, o destino das construções, os valores patrimoniais a proteger, os locais destinados à instalação de equipamentos, os espaços livres e o traçado esquemático da rede viária e das infra -estruturas principais, promovendo a sua requalificação e inovação urbana;
- d. A promoção de uma intervenção que valorize a componente ecológica de sustentabilidade e consolidação e de mobilidade urbana, conferindo uma maior qualidade de vida.

A estratégia do PUACV assenta assim a sua estratégia na intervenção e requalificação do espaço publico como condição necessária para revitalizar a zona central, tornando-se num



espaço valorizado, renovado e atrativo de pessoas, de atividades económicas e de projetos potenciadores da regeneração e dinamização da área.

Neste sentido, em termos de objetivos operacionais este plano pretendia:

- *Tornar a cidade de Valença atrativa à função residencial, comercial e de lazer;*
- *Promover uma ocupação urbana “legível” e orientadora de percursos, articulada com a envolvente;*
- *Reordenar a circulação viária compatibilizando-a com as funções urbanas que deve apoiar;*
- *Promover uma ocupação urbana multifuncional numa rede de espaços públicos de apoio à diversidade de mobilidades contemporâneas e articuladas com a envolvente; dar enquadramento urbano à diversidade de espaços de equipamentos que aqui se concentram;*
- *Promover uma imagem urbana equilibrada contrariando o excessivo protagonismo de alguns edifícios no conjunto urbano;*
- *Promover a ocupação efetiva de espaços devolutos, aumentando as dinâmicas e vivências da cidade, bem como, as condições de segurança da sua permanente utilização.*

A elaboração do PU da Área Central de Valença procurou assim promover a definição do Modelo Territorial que o PDM previa para a Área Central de Valença, que visou enquadrar o território nas estratégias de desenvolvimento económico e social à imagem dos instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior e das linhas estratégicas do município. Este plano foi publicado a 4/5/2017, através do edital 265/2017.

#### 4.4.4. Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença- Plataforma Logística

O Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença<sup>43</sup>, PUAEV, surgiu para fazer face às novas oportunidades existentes no concelho de Valença na concretização de uma política/estratégia municipal onde se englobou as atividades empresariais, nomeadamente, de serviços, logística e indústria.

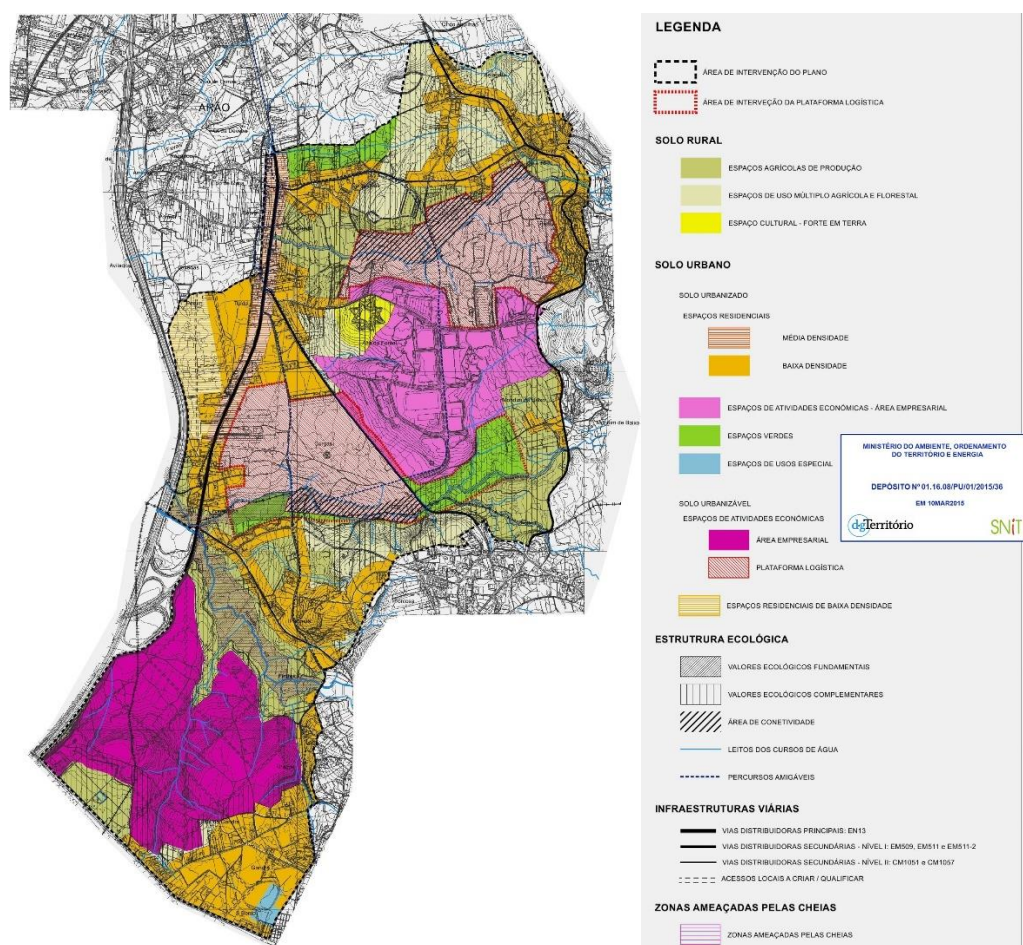


Figura 12. Planta de zonamento do PU da Área Empresarial de Valença

FONTE: DGT, 2014

Esta oportunidade foi alavancada pela posição geoestratégica que o concelho detém no Noroeste Peninsular e pelos impulsos de investimento nacional tais como: Portugal Logístico, que previa a criação de uma plataforma logística em Valença.

<sup>43</sup> Publicado a 10/03/2015 através do aviso 2614/2015 e retificado através da declaração 548/2015 de 25/06/2015

Estas novas infraestruturas implicaram uma resposta estruturada das políticas municipais, em concreto do seu modelo de organização territorial.

Em termos de objetivos gerais este plano pretendia:

- *Ser um instrumento com orientações globais e orientadoras da estratégia da área do plano, servindo de suporte à gestão deste, tendo em vista os novos desafios que se preconizam para o local, dos quais se destacam as infra-estruturas viárias, logísticas e industriais;*
- *Estabelecer regras sobre o ordenamento estruturando classes e usos, com o “desenho” da implantação das infraestruturas, dos espaços de utilização coletiva, da forma e tipologia de edificação, da integração na paisagem, da localização e inserção urbanística dos equipamentos e, demais organização espacial das atividades de interesse geral;*
- *Dotar o território de maior dinamismo e atratividade;*
- *Assegurar uma boa integração, numa estrutura urbana que se pretende qualificada.*

Como objetivos específicos, apontavam-se:

- *Estruturar as funções empresariais e de infraestruturas da futura Plataforma Logística de Valença, da futura Linha de Alta Velocidade e suas estações, bem como, dar coesão da Zona Industrial de Valença, com possíveis expansões e sua zona envolvente;*
- *Ordenar a área do plano, através do estabelecimento de princípios orientadores que no seu conjunto tendem a dar coerência formal, funcional e estética à totalidade do espaço;*
- *Definir parâmetros e indicadores urbanísticos que reflitam os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno, a distribuição volumétrica, a localização dos equipamentos e das zonas verdes e, a distribuição de funções;*
- *Criar uma forte relação espacial e funcional entre a zona urbana existente e a área envolvente, tendo em especial atenção as características paisagísticas;*
- *Garantir a inserção dos princípios orientadores para a inexistência/eliminação de barreiras arquitetónicas.*
- *Definir, quantificar e localizar as infraestruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade no acesso a infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral;*
- *Reformular da estrutura viária (municipal, nacional).*

Destaca-se a oportunidade de concretização de uma oportunidade relevante para o desenvolvimento económico de Valença e da região, que é a implantação da Plataforma Logística Norte definida no Plano Portugal Logístico, a fim de tornar a economia do concelho de Valença mais competitiva, de criação de emprego e fixação da população e da promoção de um

ordenamento mais racional do espaço territorial, podendo libertar solos ocupados por atividades industriais e logísticas dispersas.

#### 4.4.5. Conclusão

Sobre as dinâmicas de planeamento da câmara municipal de Valença regista-se que os objetivos de concretização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão foram duplicados, o que revela preocupações de ordenamento e urbanismo que a estratégia bem incorporou na sua ação.

Assim, para além da elaboração da UOPG, que definiu como forma da sua execução um Plano de Pormenor para a Área Central da Vila de Valença, proposta pelo PDM, elaborou ainda, sobre a mesma tipologia de plano, o da Área Empresarial de Valença- Plataforma Logística.

Neste sentido se pode referir que desde 2010, momento de aprovação da revisão do PDM, e até ao ano de 2015, altura de aprovação destes dois Planos de Urbanização, a câmara municipal de Valença teve um persistente trabalho de planeamento do território, quer de urbanismo da cidade, quer de ordenamento empresarial, de muita importância.

## 4.5. Programas Estratégicos de Financiamento – Portugal 2020

O Portugal 2020 é um acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Importa também referenciar a importância dos fundos europeus na dinâmica atual de apoio ao investimento municipal tem permitido a construção ou modernização de infraestruturas coletivas, de que são exemplo as escolas, a promoção do património cultural e natural, a aposta em eficiência energética, a promoção das TIC nos serviços públicos, bem como da reabilitação e mobilidade urbanas. Incluem-se, ainda, neste domínio investimentos de carácter intermunicipal.

Assim, Valença conta com oito projetos de investimento empresarial aprovados, no domínio da competitividade e empreendedorismo, aos quais correspondem os financiamentos que se podem aferir na Tabela 8.

Tabela 8. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Valença

Concelho	Projetos Aprovados	Investimento Elegível	Apoio UE
Valença	8	4 988 990,87 €	4 182 810,75 €

FONTE: NORTE 2020 (2019)

Por outro lado, são seis as tipologias de investimento consagrados e financiados através dos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER, como se pode verificar na Tabela 9, nomeadamente a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, a inclusão social e emprego, o capital social e a competitividade e internacionalização.

Tabela 9. Investimentos do fundo FEDER (euros), no concelho de Valença

Tipologia da Operação	Investimento Total Aprovado	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado
<b>Mobilidade Urbana Sustentável</b>	595 983,71 €	430 526,40 €	365 947,44 €
<b>Património Natural</b>	389 893,36 €	348 308,21 €	296 061,98 €
<b>Reabilitação Urbana</b>	525 378,39 €	525 378,39 €	446 571,63 €
<b>Reabilitação Urbana</b>	1 847 050,00 €	1 120 677,76 €	952 576,10 €
<b>Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE – Projetos Âncora</b>	173 840,00 €	173 840,00 €	89 932,51 €
<b>Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino</b>	3 243 471,97 €	2 035 000,00 €	1 729 750,00 €
<b>Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos</b>	183 031,42 €	116 497,11 €	99 022,54 €

FONTE: NORTE 2020 (2019)

Por conseguinte, do total de despesas elegíveis para apoio em âmbito de FEDER, dos 4 750 227,87 milhares de euros, foi aprovado um total de financiamento na ordem 6 958 648,85 milhares de euros, um recurso muito significativo.

Através do Fundo Social Europeu, FSE, instrumento principal para promover o capital humano, Valença contabiliza um investimento consagrado na Tabela 10, no âmbito do combate ao insucesso escolar.

Tabela 10. Investimentos do fundo FSE (euros), no concelho de Valença

Tipologia da Operação	Investimento Total Aprovado	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado
<b>Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos</b>	238 763,00 €	238 763,00 €	202 948,55 €

FONTE: NORTE 2020 (2019)

Ademais, do total de despesas elegíveis para apoio em âmbito de FSE, pode perceber-se que foram aprovados 202 948,55 milhares de euros, dos 238 763,00 candidatados como despesas elegíveis.

**Tabela 11. Projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020, para o concelho de Valença**

Nome da Operação	Data de Início da Operação	Data Fim da operação
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos	01/09/2018	31/08/2021
Requalificação da EB2,3/S de Valença	01/01/2019	30/06/2020
E-Gov - Valença	26/06/2015	31/03/2019
Rede Cicável de Valença	01/04/2018	31/03/2020
“VEIGAS DO MINHO APPÉ – Valorização e Interpretação do Sítio de Importância Comunitária “Rio Minho””	01/01/2017	10/09/2019
Requalificação Urbana da Área Central da Cidade de Valença – fase 1	02/05/2016	30/04/2018
Requalificação Urbana do Centro Histórico de Valença, 4.ª fase	01/07/2017	30/06/2019
Qualificação das Experiências de <i>Touring</i> Cultural no Minho - Centro Interpretativo Mosteiro de Sanfins (CIMOS)/Valença	01/01/2019	31/12/2020

FONTE: Projetos Aprovados NORTE 2020 (2019)

No âmbito do Portugal 2020 foi realizado o convite aos municípios para apresentarem a sua candidatura ao Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU, a fim de beneficiarem de financiamento no eixo da regeneração urbana, no âmbito da Prioridade de Investimento 6.5 – “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.”

Portanto, o PARU apresenta-se como uma oportunidade de superar os constrangimentos existentes em vários domínios, sendo de destacar a capacidade de desenvolvimento de novas competências viradas para o futuro, em particular na área da eficiência energética e da construção sustentável.

Nesta senda, o município de Valença procedeu à elaboração do PARU, com uma estratégia formulada, tendo em conta, e garantindo a sua articulação com as orientações e os objetivos e estratégias definidas no âmbito do PDM.

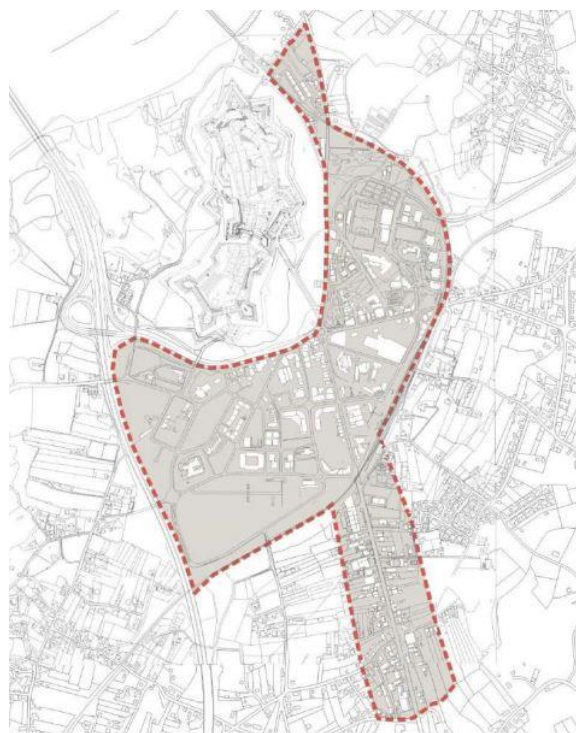
No que diz respeito à dimensão territorial das intervenções de regeneração urbana (PI 6.5), as operações incidiram em espaços inframunicipais das duas Áreas de Reabilitação Urbana de Valença. A Câmara Municipal delimitou assim a ARU do Centro Histórico de Valença e da ARU da Zona Central da Cidade de Valença regulada pelo Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, aprovadas em Assembleia Municipal a 25 de junho de 2015.





**Figura 13. Delimitação da ARU do Centro Histórico de Valença**

FONTE: CMV, 2015



**Figura 14. Delimitação da ARU da Área Central da Cidade de Valença**

FONTE: CMV, 2015

No alinhamento dos objetivos estratégicos definidos nas duas ARU, para além de procurar melhorar a acessibilidade e a mobilidade, o município estabeleceu para efeitos de regeneração urbana:



- Reabilitar o tecido urbano degradado ou em degradação;
- Reabilitar edifícios degradados ou funcionalmente inadequados;
- Promover a refuncionalização de edifícios, equipamentos, espaços de valor arquitetónico e cultural e de espaços públicos coletivos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;
- Modernizar infraestruturas;
- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
- Garantir o princípio da sustentabilidade, garantindo que as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentável e equilibrado;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e coesão territorial;
- Incentivar a iniciativa privada, direta e indiretamente, a uma intervenção pró-ativa, sustentada e de valor acrescentado.
- Embora a autarquia tenha vindo a demonstrar grande preocupação com as problemáticas afetas às duas ARU, onde já procedeu a intervenções, é importante e necessário dar continuidade aos trabalhos de reabilitação e requalificação iniciados e desenvolvidos ao longo dos últimos anos.

Neste contexto, para além da Delimitação da ARU, a Câmara Municipal estruturou ainda os principais vetores de desenvolvimento local e medidas de ação consideradas estruturantes para a Reabilitação/Regeneração Urbana que veio a definir em sede de Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU, base da candidatura aos fundos estruturais, que se enumeram seguidamente:

- Requalificação Urbana da Área Intramuralhas de Valença
- Requalificação Urbana da área central da cidade de Valença
- Reabilitação do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal
- Arranjo paisagístico da área envolvente ao Colégio Asilo Fonseca
- Reabilitação do edifício do antigo Colégio Asilo Fonseca
- Requalificação do antigo Campo da Feira da Avenida de Cristelo e Portas do Sol
- Reabilitação do Mercado Municipal
- Reabilitação do Edifício Ferroviário de Valença
- Reabilitação do edifício do Cineteatro de Valença
- Reabilitação do edifício para residência universitária
- Reabilitação de Casas-Mata

### 4.5.1. Reabilitação Urbana

A reabilitação de áreas urbanas é fundamental na política de ordenamento do território do município de Valença, sendo uma das prioridades estratégicas do executivo municipal, na medida em que é crucial salvaguardar o património edificado, a qualificação do espaço público e a recuperação de equipamentos, revitalizando as dinâmicas económicas e turísticas.

As presentes Áreas de Reabilitação Urbana, ARU, enquadram-se legalmente no estabelecido na Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, a qual procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, onde se estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, RJRU, e à 54ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Para efeitos de aplicação do RJRU, (artigo 2º, alínea b), entende-se por “Área de Reabilitação Urbana - a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”.

Neste sentido, encontram-se delimitadas duas ARU<sup>44</sup>:

- ARU do Centro Histórico de Valença;
- ARU da Área Central da Cidade de Valença.

Decorrente do RJRU, o município dispunha de um prazo máximo de 3 anos para a elaboração e aprovação das Operações de Reabilitação Urbana, ORU, correspondentes às ARU delimitadas anteriormente.

Neste sentido foram elaboradas as respetivas ORU aprovadas em Assembleia Municipal a 29 junho de 2018. A ORU do Centro Histórico de Valença foi publicada em Diário da República, 2ª série, através do Aviso nº12291/2018, de 27 de agosto e da área Central de Valença foi publicada em Diário da República, 2ª série, através do Aviso nº12290/2018, de 27 de agosto.

Atendendo à complexidade das questões abrangidas, as operações de reabilitação desenvolvidas são de natureza sistemática.

---

<sup>44</sup> Aprovadas em Assembleia Municipal a 30 de setembro de 2015.

Uma ORU sistemática, orientada por um PERU, requer um conhecimento abrangente e detalhado do território que se pretende intervir. Por sua vez, o PERU apresenta um conjunto de opções estratégicas de reabilitação e revitalização da área de intervenção, estabelecendo um equilíbrio e harmonia dos interesses de todos os agentes intervenientes, sejam eles públicos ou privados.

Neste sentido, o grande desafio na elaboração da ORU sistemática passa pela construção de um PERU que permita valorizar o aglomerado urbano, definindo com clareza as opções estratégicas, as prioridades e as ações estruturantes, envolvendo de um modo proactivo todos os interessados neste processo de reabilitação (agentes públicos e privados), garantindo uma abordagem integrada e coerente e tendo sempre em vista uma estreita articulação, física e funcional, com o tecido urbano envolvente.

Na prossecução dos objetivos já expressos, a Câmara Municipal elencou um conjunto de ações públicas prioritárias, no sentido de minimizar os constrangimentos observados, de melhorar a atratividade local e de forma a criar novas dinâmicas sociais, económicas e culturais para a cidade de Valença.

Na ORU do Centro Histórico de Valença foram definidas 14 ações para a respetiva Área de Reabilitação Urbana, que se passam a enumerar:

1. Fase IV da requalificação urbana do Centro Histórico de Valença
2. Serviços Técnicos da Câmara de Valença
3. Paiol do Açougue
4. Casa Mata das Portas do Sol e do Revelim das Portas do Sol
5. Edifício do antigo Cineteatro
6. Reconversão do edifício em residência universitária
7. Espaço Público envolvente ao edifício do Paiol do Campo de Marte
8. Paiol do Campo de Marte (Loja de turismo)
9. Porta da Coroada e do Revelim da Coroada com Casa Mata
10. Requalificação do antigo Campo da Feira
11. Rota dos Miradouros
12. Logística Comercial Urbana
13. Albergue para Peregrinos
14. Ações Paralelas de gestão urbana

Na ORU da Área Central de Valença definiu 8 ações para a respetiva Área de Reabilitação Urbana, que se passam a enumerar:

1. Requalificação Urbana da Área Central da Cidade de Valença – fase 1

2. Reabilitação do Colégio Asilo Fonseca e Requalificação do Espaço Envolvente
3. Requalificação do Jardim Municipal
4. Reabilitação do Mercado Municipal
5. Reabilitação do Edifício Ferroviário e Guarda Fiscal
6. Rede ciclável de Valença
7. Estrutura Verde de Valença
8. Requalificação do espaço público e arruamentos na envolvente ao estádio Municipal

É de salientar que opção da ORU sistemática permite, à luz do definido no artigo 54.º do RJRU, o recurso pleno dos instrumentos de execução de política urbanística. Nomeadamente, imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas; empreitada única; demolição de edifícios; direito de preferência; arrendamento forçado; servidões; expropriação, venda forçada e reestruturação da propriedade.

Conforme o n.º 1 do artigo 20.º, do RJRU, as ORU sistemáticas de Valença vigoraram pelo prazo estabelecido de dez anos, estimando-se que os projetos de intervenção se desenvolvam entre 2017 a 2027. É de salientar que âmbito temporal máximo admitido para a vigência das operações de reabilitação urbana é de quinze anos.



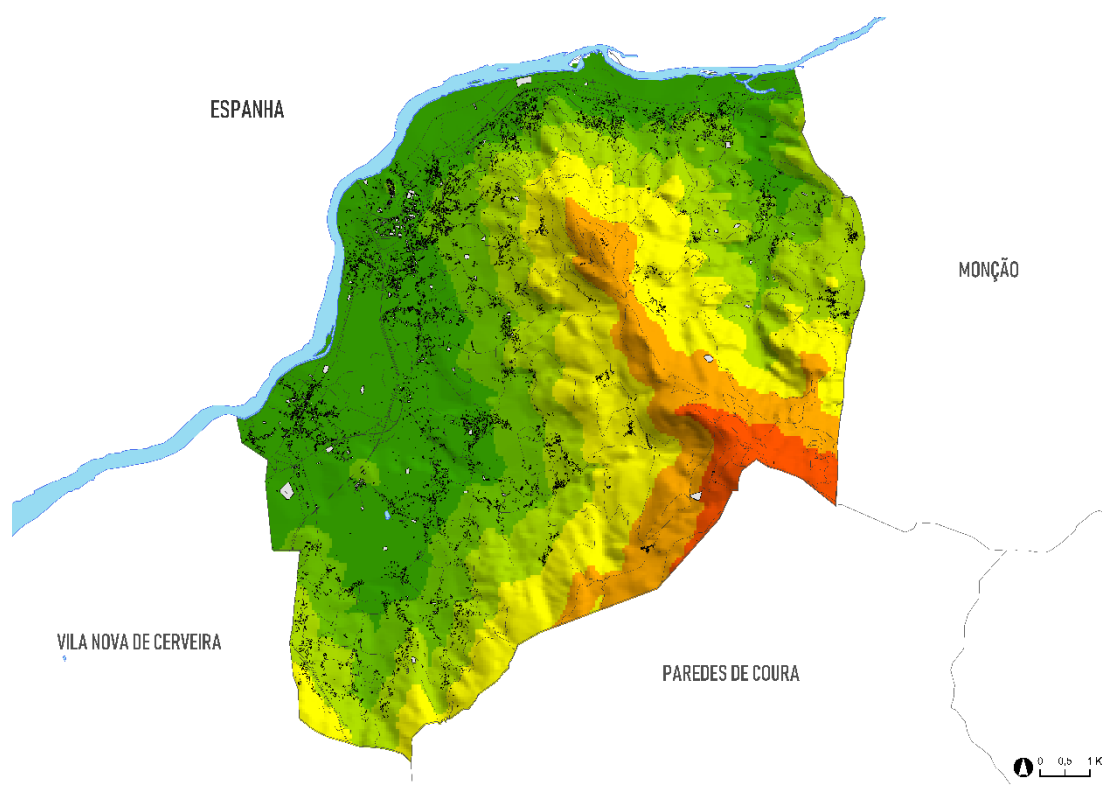
## 5. EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

### 5.1. Enquadramento Físico e Uso do solo

As divisões administrativas do território estão profundamente relacionadas com as características orográficas do concelho de Valença, onde as planícies aluviais, as zonas montanhosas, e as margens do Rio Minho, estabelecem fronteiras naturais.

O concelho é constituído por duas áreas geomorfológicas distintas: planícies aluviais, de noroeste a nordeste na faixa litoral e margens do Rio Minho, e duas zonas montanhosas, uma na direção Noroeste - Sudeste, e outra no limite Sul - Sudeste do concelho.

Neste âmbito, observando a Figura 15, verifica-se que o concelho de Valença apresenta um gradiente altimétrico que se desenvolve desde os zero metros, nas margens do rio, aos 785 metros no limite Sudeste do concelho. A zona mais densamente povoada localiza-se nas faixas litoral e marginal ao Rio Minho, entre os 0 e os 200 m. Há ainda alguns povoamentos dispersos acima dessa altitude.



**Figura 15. Altimetria do concelho de Valença**

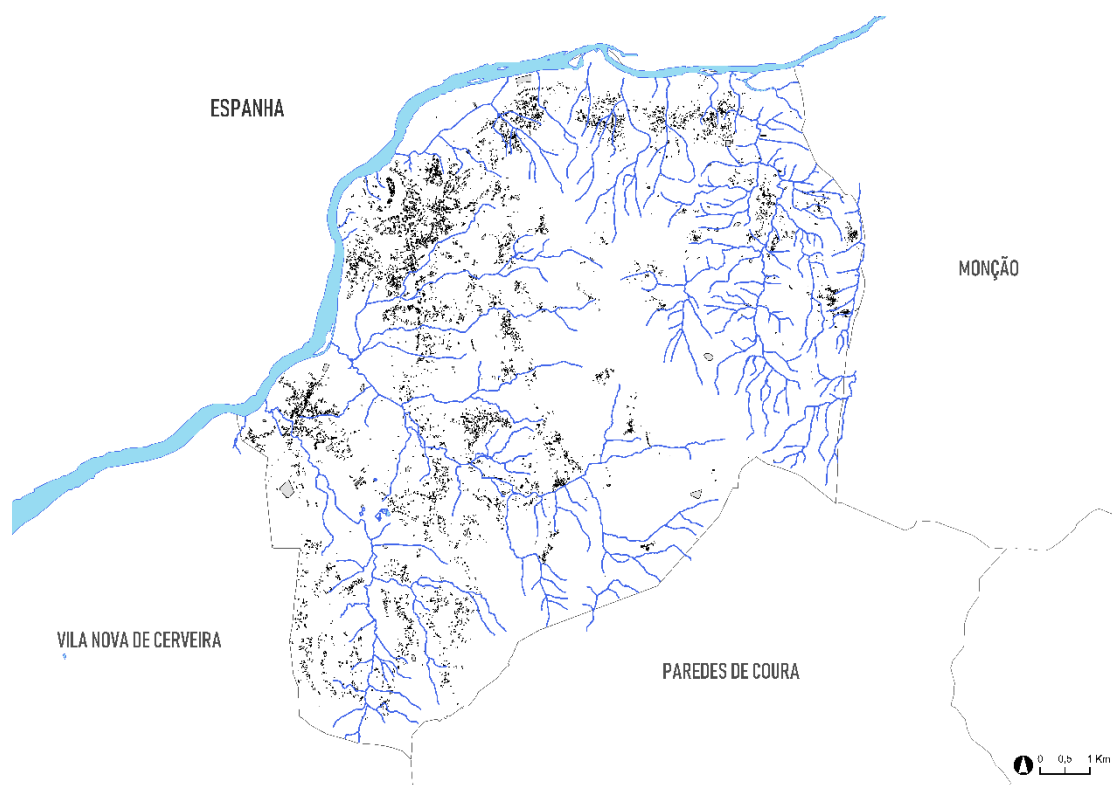
FONTE: Atlas do Ambiente (2019)

Com espaçamento de 50m produzido a partir da informação da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000.

A topografia do concelho impõe vivências e ocupações diferentes. Sendo que, à maior sinuosidade e valor de cotas altimétricas associa-se uma menor concentração habitacional, populacional e uma maior dinamização da atividade agrícola. Ao contrário, aos terrenos mais planos encontra-se associado uma maior densidade de ocupação urbana, com reflexos nas actividades económicas: a prática agrícola é praticamente inexistente, havendo uma maior dependência exclusiva da atividade industrial, comercial e de serviços.

Note-se que a presença dos eixos viários, primeiro a N15 e posteriormente o IP 1 e IC 1, foram fundamentais para o estabelecimento das populações nas zonas de menor altitude e declive, o mesmo acontecendo para algumas ligações secundárias.

O Rio Minho, com a sua bacia hidrográfica, marca o concelho do extremo norte a sul, como observável na Figura 16. Os ribeiros ou regatos, afluentes do Rio Minho, mais marcantes são o Ribeiro da Furna, o Mira e o Rio Torto. No contacto destes ribeiros com o Rio Minho é possível encontrar espaços naturais privilegiados como o parque de lazer do Rio Furna ou o biótipo da Veiga da Mira.



**Figura 16. Hidrografia do concelho de Valença**

FONTE: Atlas do Ambiente (2019)

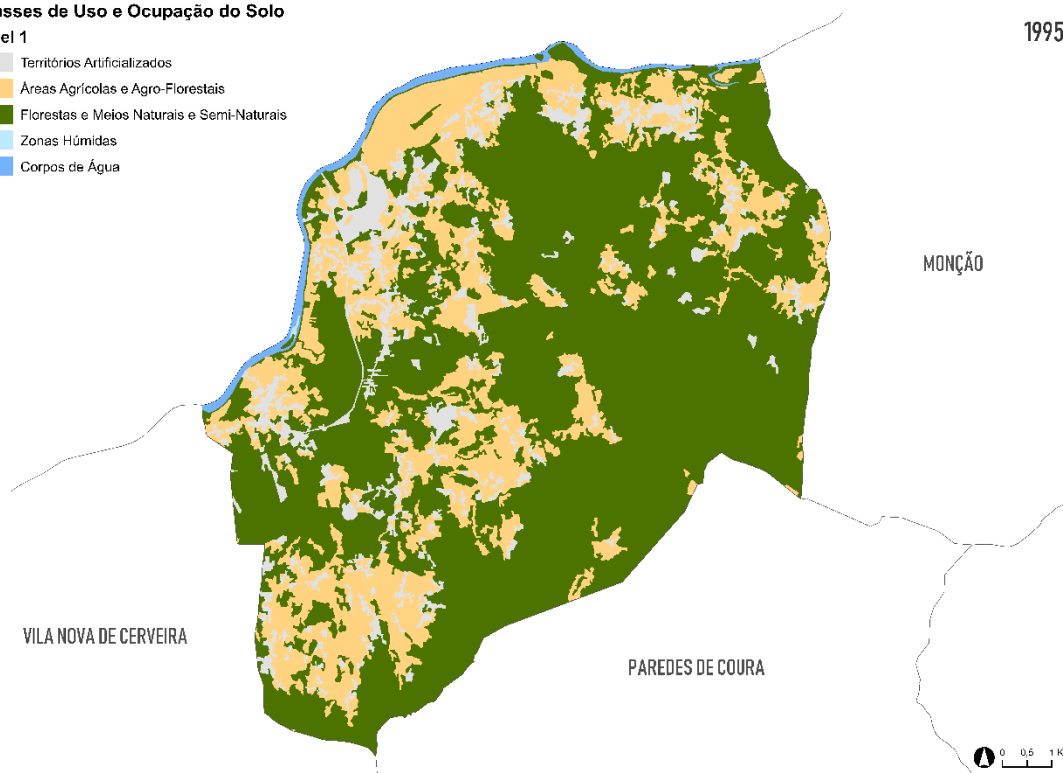
No que diz respeito à área do concelho de Valença, o Rio Minho é o ponto de confluência de três bacias hidrográficas: duas ribeiras na zona oeste do Concelho, Ribeira das Ínsuas e Ribeira da Veiga de Mira e de um rio localizado a Este, Rio Manco. A bacia hidrográfica da Ribeira da Veiga de Cima é a que apresenta maior área de drenagem, que proporcionalmente ao seu comprimento a torna pouco alongada (reduzido comprimento). A Ribeira de Ínsuas e o Rio Manco apresentam áreas de drenagem significativamente mais pequenas e alongadas.

Outro dos aspetos que importa realçar é a nomenclatura da Carta de Uso e Ocupação do Solo<sup>45</sup>, COS, que acata uma hierarquia que representa a ocupação e uso do solo em diferentes níveis de detalhe temático<sup>46</sup>.

#### Classes de Uso e Ocupação do Solo

##### Nível 1

- Territórios Artificializados
- Áreas Agrícolas e Agro-Florestais
- Florestas e Meios Naturais e Semi-Naturais
- Zonas Húmidas
- Corpos de Água



<sup>45</sup> Direção Geral do Território. Relatório Técnico: Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015. pp. 3-5. (2018)

<sup>46</sup> A COS detém cinco níveis de detalhe temático. Aqui foi considerado o nível um, de modo a ser possível a obtenção de uma representação legível do nível concelhio.



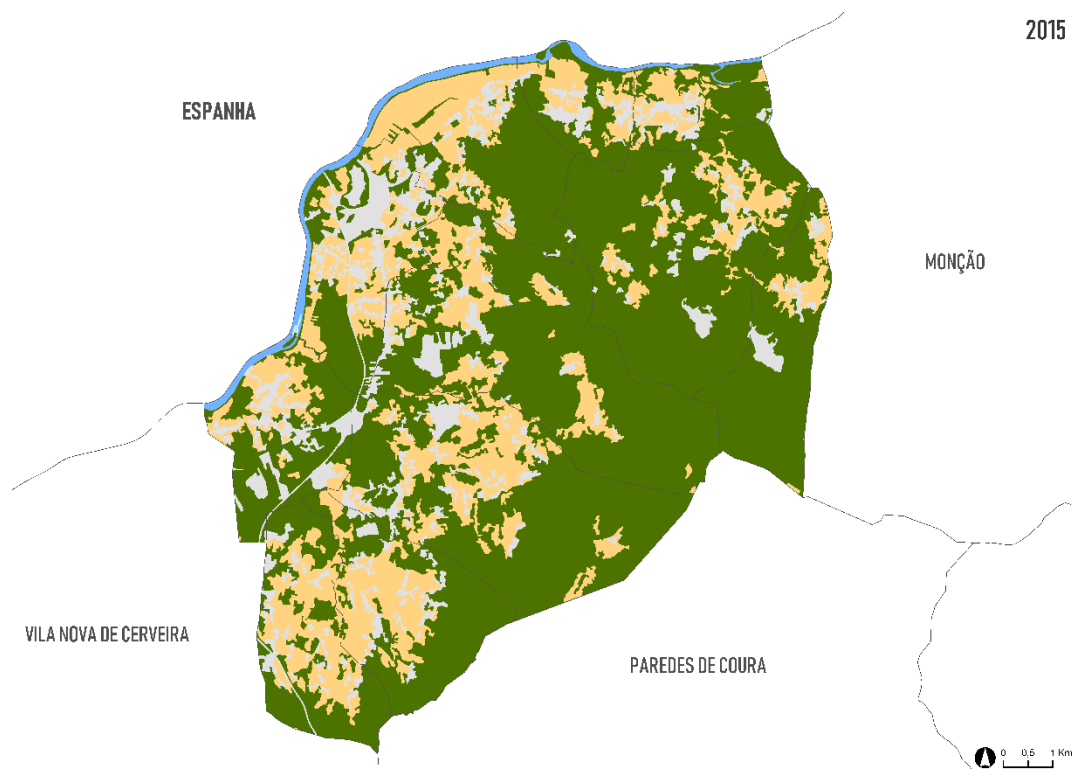


Figura 17. Carta de Uso e Ocupação do Solo do concelho de Valença (1995 e 2015)

FONTE: DGT (2019)

Neste sentido, na Figura 17 são ilustrados os principais usos e ocupações do solo nos anos de 1995 e 2015, exibindo-se a evolução de cinco classes de solo<sup>47</sup>, e respetiva taxa de variação, como demonstrado no Gráfico 1.



Gráfico 1. Taxa de variação (%) das classes de uso e ocupação do solo, no concelho de Valença (entre 1995 e 2015)

FONTE: DGT (2019)

<sup>47</sup> **Territórios artificializados:** Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.

**Áreas agrícolas e agro-florestais:** Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agro-florestais.

**Florestas e meios naturais e semi-naturais:** Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.

**Zonas húmidas:** Zonas húmidas interiores que incluem zonas apaúladas (caniais, canaviais e juncais) e turfeiras; zonas húmidas litorais que incluem sapais, juncais e caniais halófitos; salinas e zonas entre-marés.

**Corpos de água:** Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais e artificiais; superfícies de água salgada, que incluem oceanos, e/ou de água salobra que incluem lagoas costeiras e desembocaduras fluviais.

Por sua vez, o Gráfico 2 evidencia a porção de território ocupado por cada uma das classes, verificando-se que em 20 anos, os territórios artificializados aumentaram, enquanto que as áreas agrícolas e agroflorestais, bem como as florestas e meios naturais e semi-naturais, diminuíram a sua representatividade.

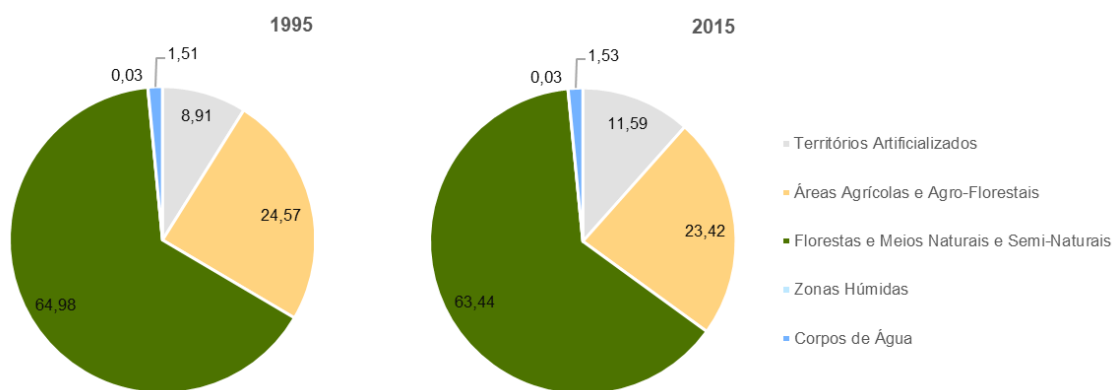


Gráfico 2. Carta de Uso e Ocupação do Solo (%) do concelho de Valença (1995 e 2015)

FONTE: DGT (2019)

Na Tabela 12 é possível aferir, com maior detalhe, as características destas classes do solo no ano de 2015.

Tabela 12. Classes de ocupação do solo (ha e %) no concelho de Valença (2015)

Classes de Ocupação do Solo (Nível 1 e 2)	Área (ha)	(%)
<b>Territórios Artificializados</b>	<b>1 356,99</b>	<b>11,59</b>
Tecido Urbano Contínuo	294,09	2,51
Tecido Urbano Descontínuo	684,48	5,84
Indústria, comércio e equipamentos gerais	105,54	0,90
Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	80,61	0,69
Aeroportos e aeródromos	2,32	0,02
Áreas de extração de inertes	1 12,63	0,96
Áreas de deposição de resíduos	6,44	0,06
Áreas de construção	32,26	0,28
Espaços verdes urbanos	4,21	0,04
Outras instalações desportivas e equipamentos de lazer	7,25	0,06
Equipamentos culturais e outros e zonas históricas	27,15	0,23
<b>Áreas Agrícolas e Agro-Florestais</b>	<b>2 743,02</b>	<b>23,42</b>
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	684,57	5,84
Vinhas	134,18	1,15
Pomares	103,55	0,88
Pastagens permanentes	4,48	0,04
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	738,58	6,31
Sistemas culturais e parcelares complexos	901,00	7,69

Classes de Ocupação do Solo (Nível 1 e 2)	Área (ha)	(%)
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	176,65	1,51
<b>Florestas e Meios Naturais e Semi-Naturais</b>	<b>7 430,35</b>	<b>63,44</b>
Florestas de outros carvalhos	601,90	5,14
Florestas de eucalipto	1 039,63	8,88
Florestas de espécies invasoras	3,98	0,03
Florestas de outras folhosas	489,50	4,18
Florestas de pinheiro bravo	2 723,33	23,25
Florestas de outras resinosas	85,16	0,73
Vegetação herbácea natural	35,05	0,30
Matos	2 306,01	19,69
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	145,78	1,24
<b>Zonas Húmidas</b>	<b>2,96</b>	<b>0,03</b>
<b>Corpos de Água</b>	<b>179,54</b>	<b>1,53</b>
<b>Área Total (ha)</b>	<b>11 712,86</b>	<b>100,00</b>

FONTE: DGT (2019)

De referir que a distribuição dos territórios artificializados está muito associada à presença de vias rodoviárias principais, enquanto as áreas agrícolas e agroflorestais estão localizadas nas imediações dos aglomerados populacionais e, quando estão mais dispersas, distribuem-se nas áreas de instalação da rede hidrográfica e de relevo menos acentuado. Destaca-se ainda o peso das florestas de eucalipto e de pinheiro bravo, que sobressaem na classe das florestas e meios naturais e semi-naturais.

## 5.2. Demografia

Os indicadores demográficos são domínios indispensáveis de análise, cada vez mais importantes para melhor compreender a composição e distribuição populacional no território, ao mesmo tempo que servem de base para definir uma estratégia de desenvolvimento adaptada ao contexto.

Assim, no que respeita ao enquadramento regional, Valença integra-se na Região Norte e na sub-Região do Alto Minho, unidades territoriais que são apresentadas na Tabela 13, a fim de se perceber a tendência verificada desde o nível nacional ao municipal.

Tabela 13. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)	2018*	Tx. de Variação (%)
Portugal	10 356 117	10 542 398	1,80	10 276 617	-2,52
Região Norte	3 687 293	3 687 224	0,00	3 572 583	-3,11
Alto Minho	250 275**	244 149**	-2,45	230 954	-5,40
<b>Valença</b>	<b>14 187</b>	<b>14 045</b>	<b>-1,00</b>	<b>13 283</b>	<b>-5,43</b>

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2017\*

\*Estimativas INE

\*\* Valor relativo à antiga NUT III do Minho-Lima

Deste modo, pode perceber-se que o concelho de Valença apresenta uma dinâmica decrescente entre 2001 e 2011, onde se assinalou uma diminuição de 142 habitantes. Sendo que, as estimativas<sup>48</sup> de 2018, apontam para uma variação de -5,43% face a 2011, o que, de resto, é meramente indicativo, dado estas avaliações apresentarem um carácter incerto, mas note-se que se trata de uma tendência semelhante à apresentada para Portugal, para Região Norte e ainda para o Alto Minho.

Além disso, as projeções efetuadas não têm em consideração as estratégias entretanto implementadas para atração de população como, por exemplo, as que estão relacionados com a empregabilidade, e que poderão vir a alterar a tendência estimada.

Aliás, apenas o próximo recenseamento demográfico poderá confirmar a evolução populacional, uma vez que apresentará um conjunto de dados oficiais que permitirão retirar conclusões mais assertivas.

<sup>48</sup> Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.

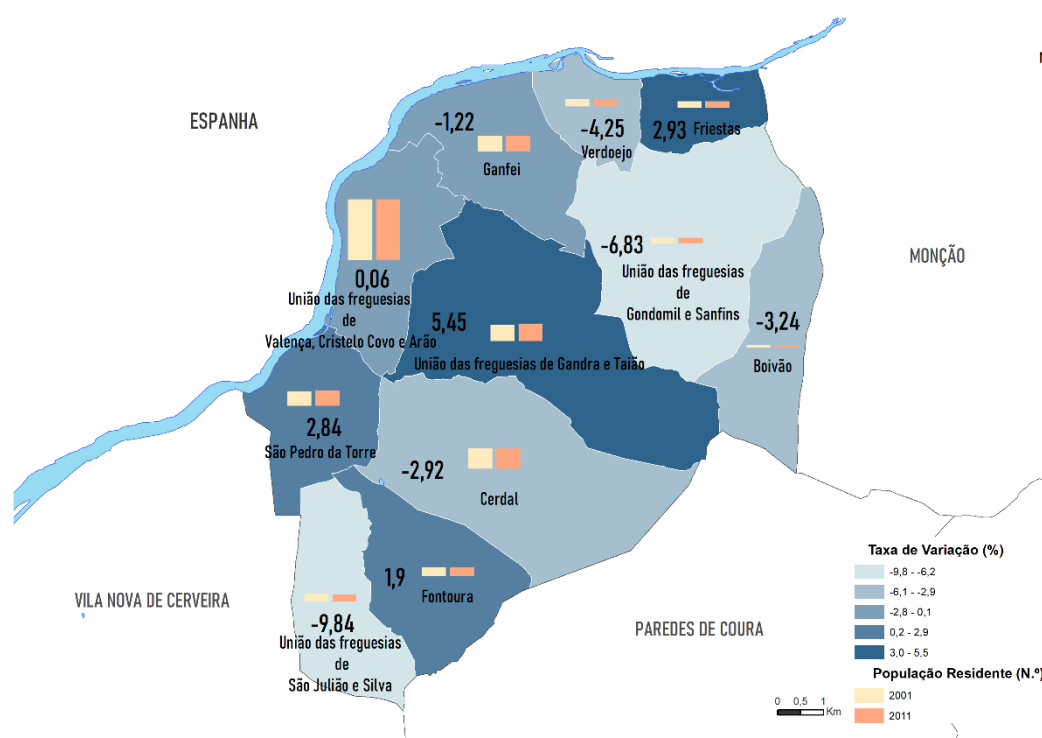


Figura 18. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE (2001 e 2011)

Neste âmbito, pode ainda observar-se que a Figura 18, que apresenta a distribuição da população residente por freguesias, evidencia que no período de 2001 e 2011, apenas cinco freguesias registaram acréscimos populacionais, à exceção das freguesias Boivão, Cerdal, Ganfei, Verdoejo, a União das freguesias de Gondomil e Sanfins e a União das freguesias de São Julião e Silva, em resultado dos atributos orográficos caracterizados por altitudes médias a altas e ainda da significativa porção do território ocupada por espaços florestais e agrícolas

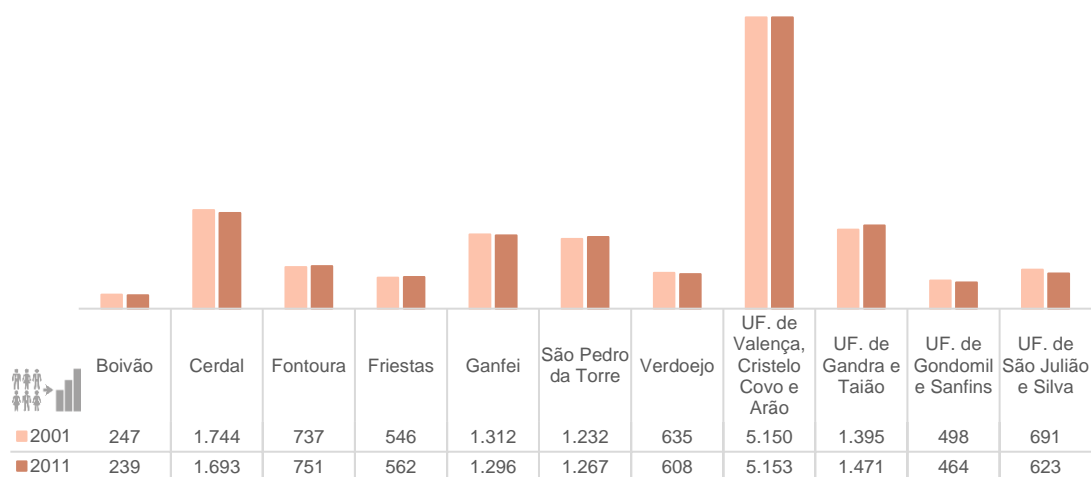


Gráfico 3. População residente (N.º), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE (2001 e 2011)

Todavia, a nova configuração territorial, resultante na agregação da freguesia de Valença (onde se insere o núcleo central da cidade) com a freguesia de Cristelo Covo e Arão, assim como a União das freguesias de Gandra e Taião, podem justificar os resultados apresentados.

Presentemente, as vantagens geoestratégicas de que beneficia (pois Valença, pela sua localização geográfica, constituirá ponto de passagem obrigatório no incremento das relações transfronteiriças, entre a Galiza e o Norte de Portugal), bem como, a boa acessibilidade externa, poderão induzir efeitos multiplicadores consideráveis no desenvolvimento do concelho, inclusivamente na alteração dos padrões tradicionais de localização de atividades, com reflexos na estrutura atual da população.

Nesta senda, importa também verificar a intensidade do povoamento para cada freguesia, estabelecida pela razão entre o número de habitantes e a área em quilómetros quadrados.

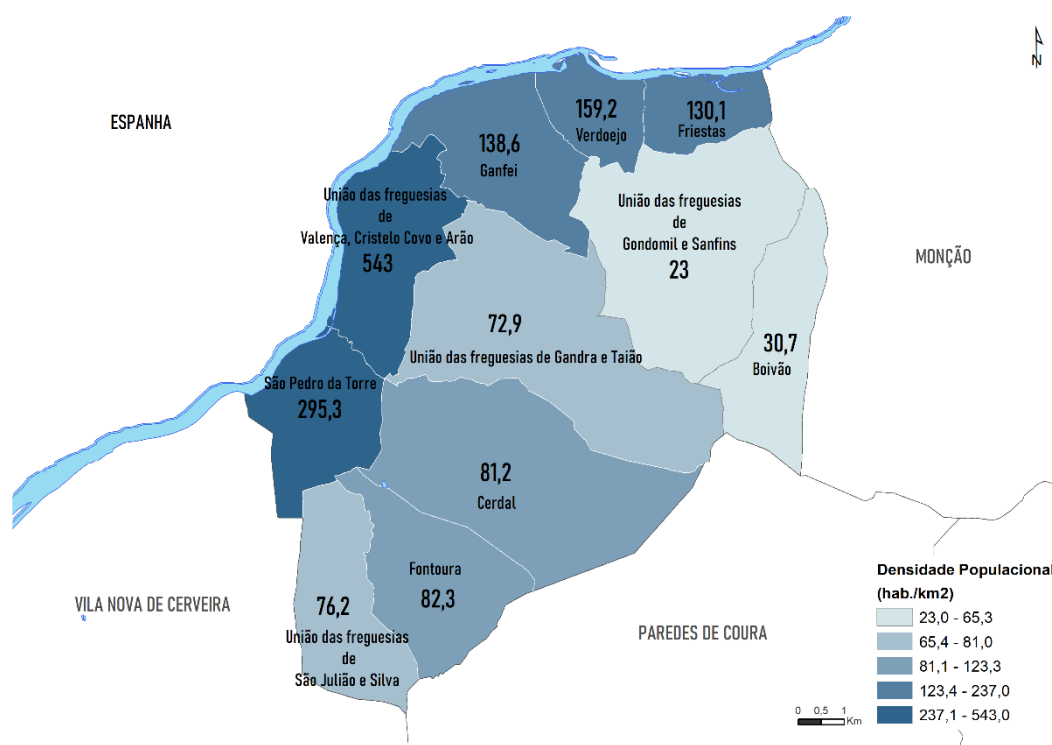


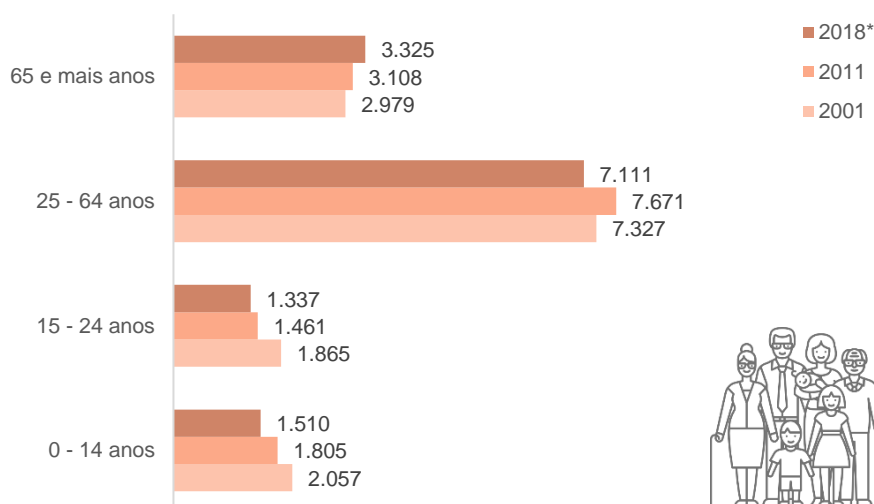
Figura 19. Densidade populacional (hab./km²), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE (2011)

Assim, na Figura 19 constata-se que as freguesias mais densamente povoadas são, sobretudo, aquelas que apresentam características urbanas, detendo, por isso, melhores condições para o estabelecimento de residência, na medida em que a oferta de solo habilitado para construção, as

oportunidades de trabalho e ainda a proximidade a serviços e equipamentos aumentam a atratividade destes territórios.

Neste âmbito, apresenta-se de seguida, no Gráfico 4, a análise da composição da população por grupos etários, uma vez que esta reforça a compreensão da estrutura populacional do concelho, contribuindo para a perceção das tendências de envelhecimento ou de juventude.



**Gráfico 4. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018\*

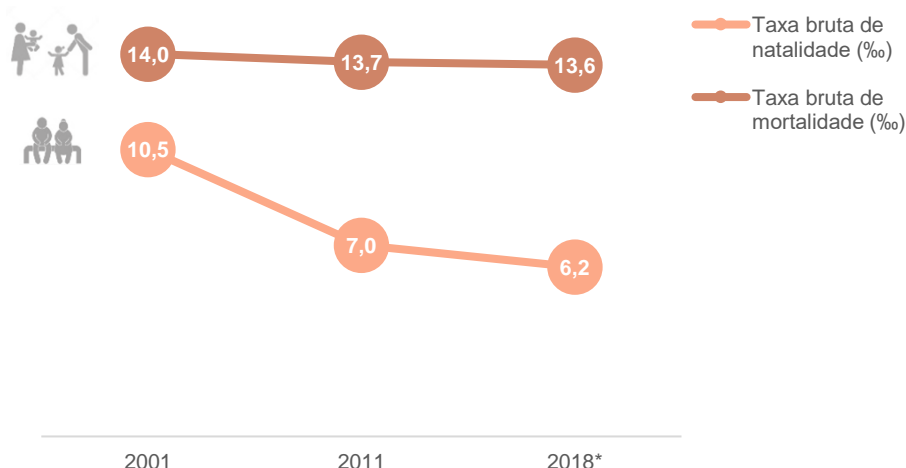
\*Estimativas INE

Assim, ao nível dos grupos etários é evidente a existência de dois cenários distintos. Por um lado, os grupos etários das crianças dos 0 aos 14 anos e dos jovens dos 15 aos 24 anos revelam uma diminuição dos efetivos populacionais, o que corresponde a uma redução de 252 crianças e 404 jovens, entre 2001 e 2011.

Por outro lado, a população adulta dos 25 aos 64 anos e idosa com mais de 65 anos registou um aumento, correspondente ao acréscimo de 344 adultos e 129 idosos, entre 2001 e 2011. De notar ainda que as estimativas de 2018 apontam para a continuação do mesmo panorama, o que deve constituir uma preocupação a ser considerada na estratégia de desenvolvimento concelhio.

Sobressai, portanto, a possibilidade de surgimento, a médio prazo, do designado fenómeno de envelhecimento populacional, o que pode pôr em causa a capacidade de substituição das gerações e condicionar também a programação de equipamentos como, por exemplo, os escolares, uma vez que o funcionamento das escolas é dificultado pela falta de alunos.

De facto, como é observável no Gráfico 5, a proximidade entre a taxa de natalidade e mortalidade tem encurtado distância nos últimos anos, impedindo, deste modo, o rejuvenescimento populacional.



**Gráfico 5. Taxa de natalidade e mortalidade (%) no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018\*

\*Estimativas INE

Constata-se assim, neste âmbito, que o concelho de Valença apresentava uma taxa de natalidade de 10,5‰ nascimentos por 1 000 habitantes em 2001, seguindo até 2011 uma tendência descendente ao registar 7,0‰. Por sua vez, a evolução entre os resultados definitivos de 2011 e as estimativas de 2018 também apontam para uma ligeira diminuição de 0,8‰.

De notar ainda que esta situação revela particular interesse, pois começa-se a definir em termos futuros, uma tendência para uma certa diminuição da população do Concelho, essencialmente como consequência do decréscimo do crescimento natural, ao qual está evidentemente associado o envelhecimento da população.

No que diz respeito à taxa de mortalidade, evidencia-se a existência de um comportamento mais ou menos constante, uma vez que entre 2001 e 2018 houve somente um aumento de 0,4‰.

Deste modo, a existência de uma diferença entre a taxa de mortalidade e de natalidade, com a última a ser sempre inferior, traduz-se numa taxa de crescimento natural negativo decrescente entre 2001 e 2011, e com perspetivas de estagnação entre 2011 e 2018, conforme é evidenciado no Gráfico 6.



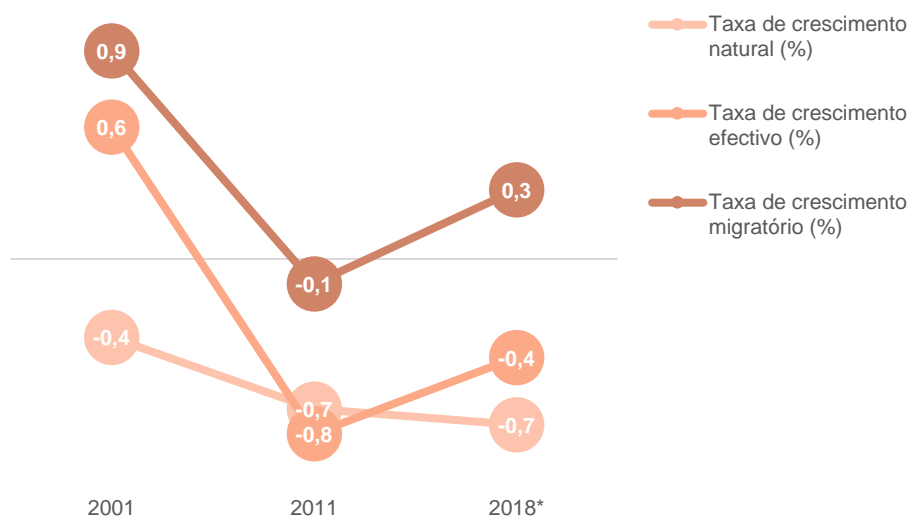


Gráfico 6. Taxa de crescimento natural e crescimento migratório (%) no concelho de Valença

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018\*

\*Estimativas INE

Por sua vez, a taxa de crescimento migratório também tem diminuído, chegando a atingir valores negativos em 2011. A este facto não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional desfavorável à data do último ano censitário. No entanto, o concelho tem vindo a realizar esforços, a fim de capacitar o concelho de condições de atratividade que permitam alterar esta dinâmica. Note-se, portanto, que as estimativas podem não traduzir a efetiva realidade.

Relativamente aos índices de dependência exibidos no Gráfico 7, estes expressam a relação entre a população jovem ou idosa e a população em idade ativa.

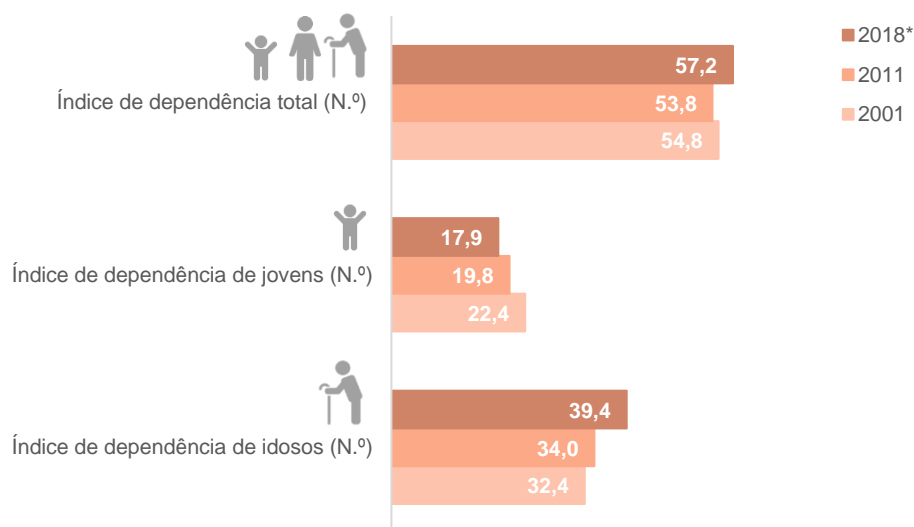


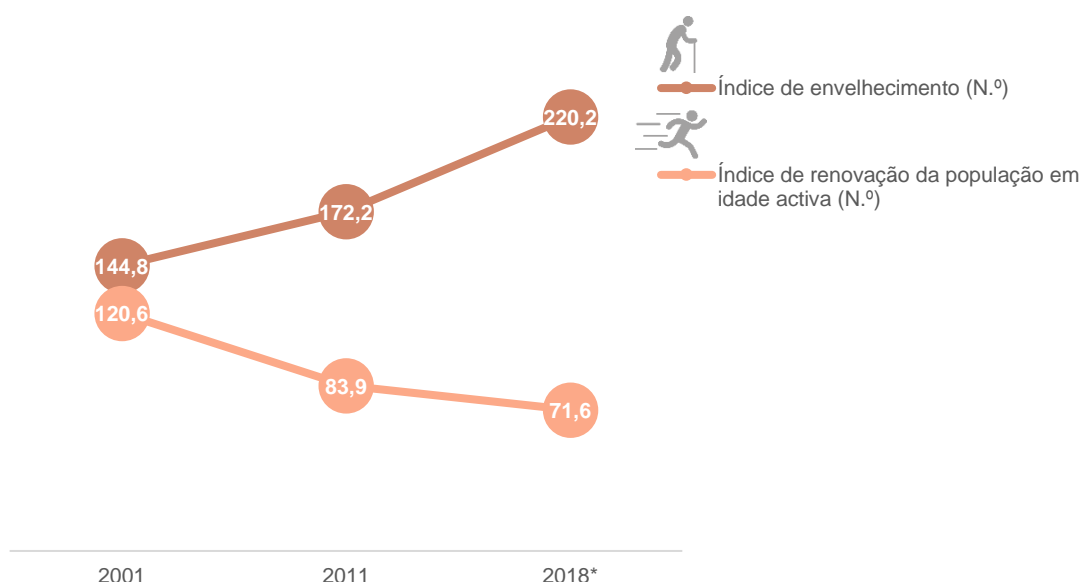
Gráfico 7. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Valença

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018\*

\*Estimativas INE

Em Valença, entre 2001 e 2011, a variável respeitante à dependência da população com 65 ou mais anos aumentou, ao contrário do que sucedeu com os jovens. Este acréscimo revela o alargamento do peso da população idosa dependente. Deve realçar-se ainda o facto de os valores de dependência total serem inferiores a 100, o que indica que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

Neste âmbito, o Gráfico 8 reforça a tendência descrita anteriormente no que concerne ao aumento da população idosa relativamente aos jovens. Contudo, os valores apresentarem-se francamente negativos, havendo 172 idosos por cada 100 jovens em 2011. As estimativas indicam que este índice sofrerá um aumento considerável.



**Gráfico 8. Índice de envelhecimento e o Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2001, 2011 e 2018\*

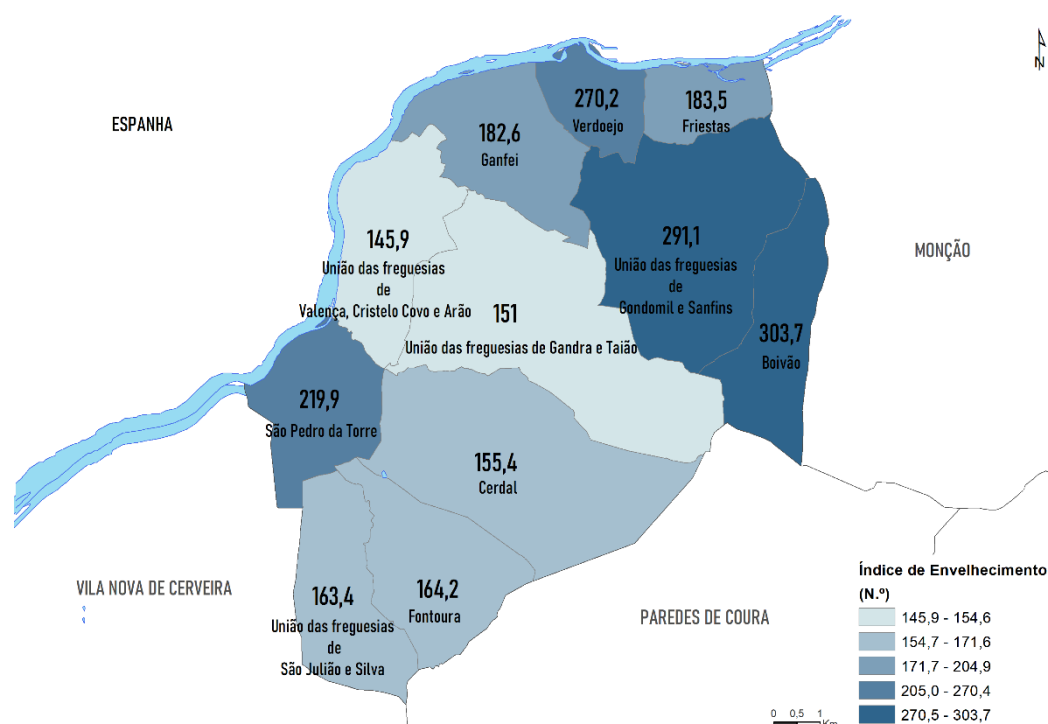
\*Estimativas INE

Atenta-se que esta tendência se apresenta assim como um dos fenómenos demográficos mais preocupantes do país, traduzindo-se num desafio que se coloca às sociedades contemporâneas e ao concelho de Valença, por mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares que sinalizam novas formas de viver em família, assinalando precisamente a dificuldade de substituição da sua população ativa.

De uma forma geral, sobressai, portanto, o reforço, ao longo dos anos, do designado fenómeno de envelhecimento da população, conjuntura esta que decorre do aumento da esperança média de vida, em resultado da ampliação da cobertura de cuidados médicos primários, bem como dos

apoios sociais, mas também pelo facto de os jovens constituírem família cada vez mais tarde, quer por razões económicas, quer por motivos profissionais, fazendo com que a taxa de natalidade diminua inevitavelmente.

Observando a distribuição do referido índice ao nível da freguesia, a Figura 20 indica que a dinâmica é semelhante, ou seja, em todas as freguesias o número de população com menos de 15 anos é superior àquele que possui 65 ou mais anos, sobretudo na sede de concelho e os territórios circundantes, uma vez que são freguesias também as freguesias mais populosas.



**Figura 20. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Valença**

FONTE: INE (2011)

De notar, portanto, que o panorama evidenciado vai de encontro ao contexto demográfico que ocorre em Portugal, onde o aumento do envelhecimento da população, a diminuição da taxa de natalidade, as alterações comportamentais da população em idade reprodutiva e as condições profissionais, potenciam uma conjuntura negativa no que à evolução da população diz respeito.

Ainda assim, apenas o próximo recenseamento demográfico poderá confirmar a evolução populacional, uma vez que apresentará um conjunto de dados oficiais que permitirão retirar conclusões mais assertivas. Importa também verificar a forma como os valores apresentados se traduzem em termos territoriais no concelho de Valença.

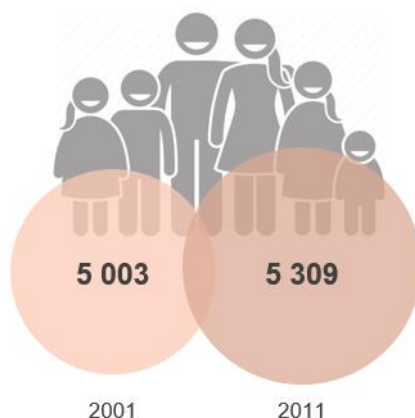


Figura 21. Famílias clássicas (N.º), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por fim, importa patentear que, no que concerne ao número de famílias clássicas, na Figura 21 verifica-se que no período entre 2001 e 2011 se registou uma variação positiva de 6,1%, não acompanhando o decréscimo populacional assinalado neste intervalo de tempo.

### 5.3. Habitação

A análise do parque habitacional permite melhor compreender a evolução das características e dinâmicas dos últimos anos, detetando eventuais fragilidades e potencialidades, por forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território.

Assim, neste âmbito, no concelho de Valença foram registados 6 817 edifícios no ano de 2011, correspondendo a 5,6% do total existente na sub-região do Alto Minho e 0,6% da região do Norte, tal como se pode observar na Tabela 14.

Tabela 14. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	3 160 043	3 544 389	12,16
Região Norte	1 100 329	1 209 911	9,96
Alto Minho	108 587*	120 886*	11,33
<b>Valença</b>	<b>6 454</b>	<b>6 817</b>	<b>5,62</b>

FONTE: INE, 2001 e 2011

\*Valor da antiga NUT III do Minho-Lima

De referir que o concelho contou, em 2011, com uma taxa de variação de 5,6% do edificado face a 2001, crescimento reduzido quando comparado com as unidades territoriais supramunicipais.

Na Figura 22 é possível verificar que, o crescimento está também patente nas freguesias do concelho de Valença, exibindo a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão o maior crescimento do edificado com 10,6%, seguida da freguesias de Friestas com 9,9% , e ainda a freguesia de Ganfei e a União das freguesias de São Julião e Silva, ambas com 8,8%.

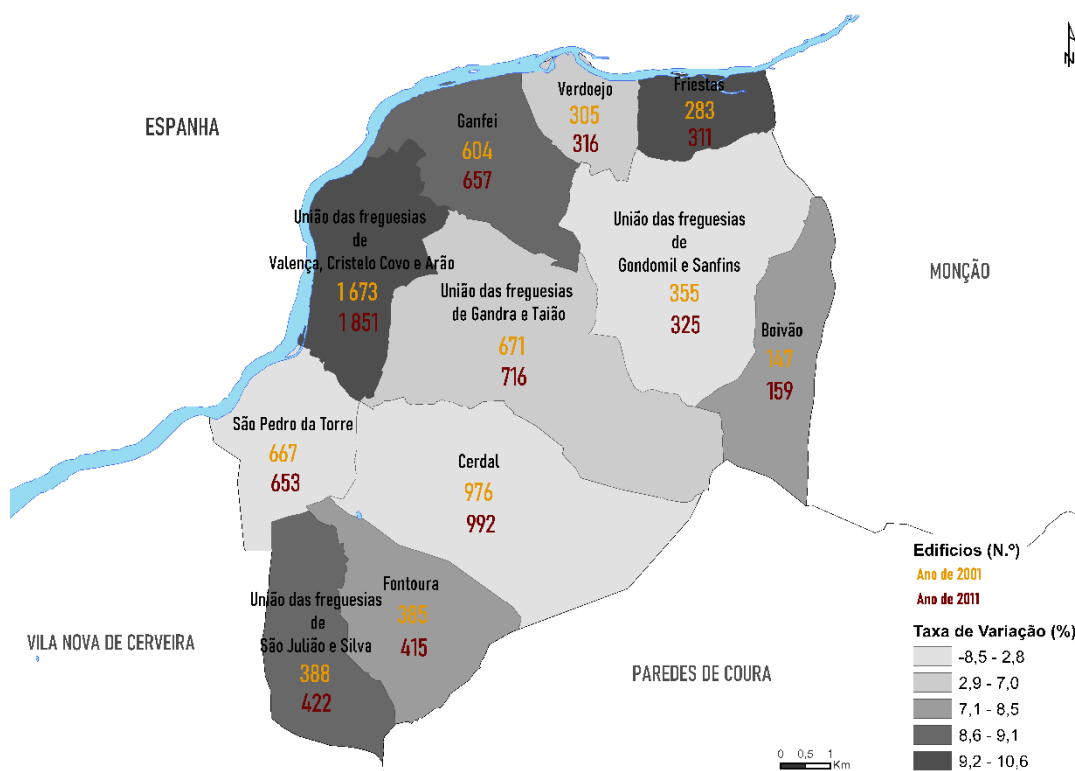


Figura 22. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE (2001 e 2011)

Em contrapartida, a União das freguesias de Gondomil e Sanfins e a freguesia de São Pedro da Torre, apresentam decréscimos, registando uma variação negativa de 8,5% e 2,1%, respetivamente.

Relativamente à idade média dos edifícios, o concelho de Valença assinala em 2011, uma média de 37 anos, registo inferior à média nacional (38 anos) e da Região Norte (37 anos), pelo que se pode considerar que o concelho possui um parque edificado relativamente novo.

Além disso, na Figura 23 pode observar-se que a freguesia de Boivão e a União das freguesias de Gandra e Taião revelam ser as freguesias com parque edificado mais antigo, com 45 e 47 anos, respetivamente.

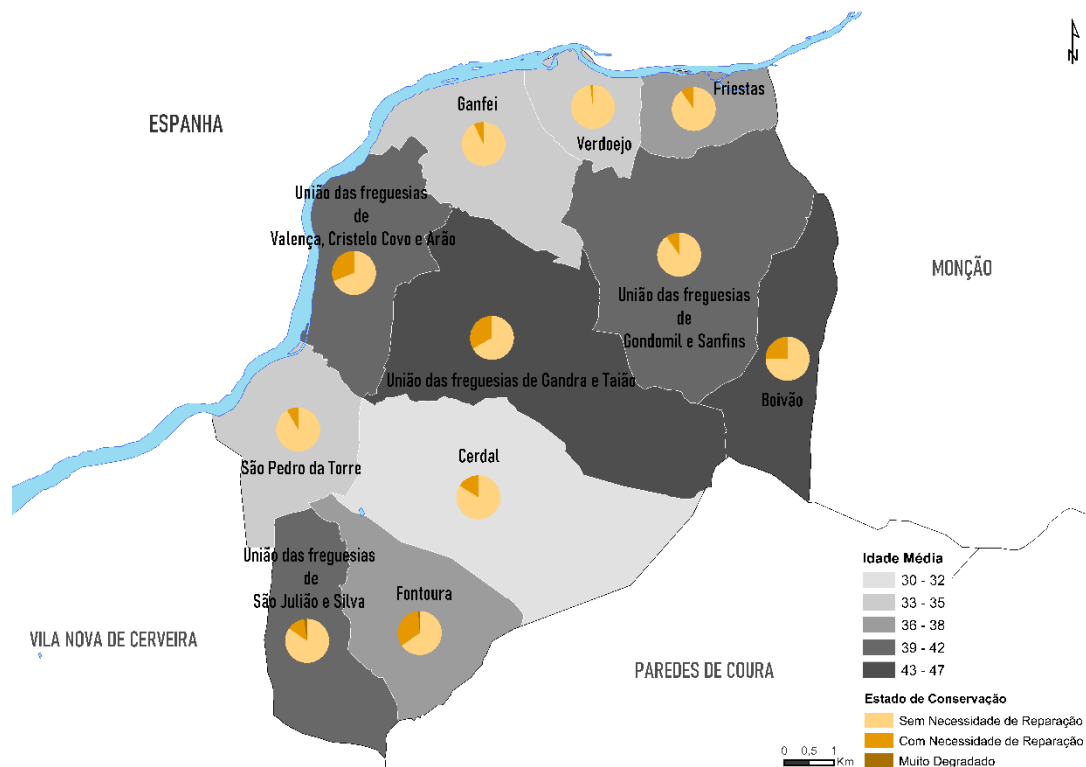


Figura 23. Idade média dos edifícios (anos) e estado de conservação (%), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE (2011)

Por sua vez, a freguesia de Cerdal afirma-se com a média de edifícios mais baixa do concelho de Valença, com 30 anos. De notar ainda que o estado de conservação do edificado se apresenta, maioritariamente, em boa condição, uma vez que a porção de edifícios sem necessidade de reparação é sempre superior àquela que precisa de intervenção.

No que concerne ao número de alojamentos, verifica-se que à semelhança do número de edifícios, estes também aumentaram no concelho de Valença, registando em 2011 um total de 8 150 alojamentos, correspondendo a uma variação de 7,6% face a 2001, conforme evidenciado na Tabela 15.

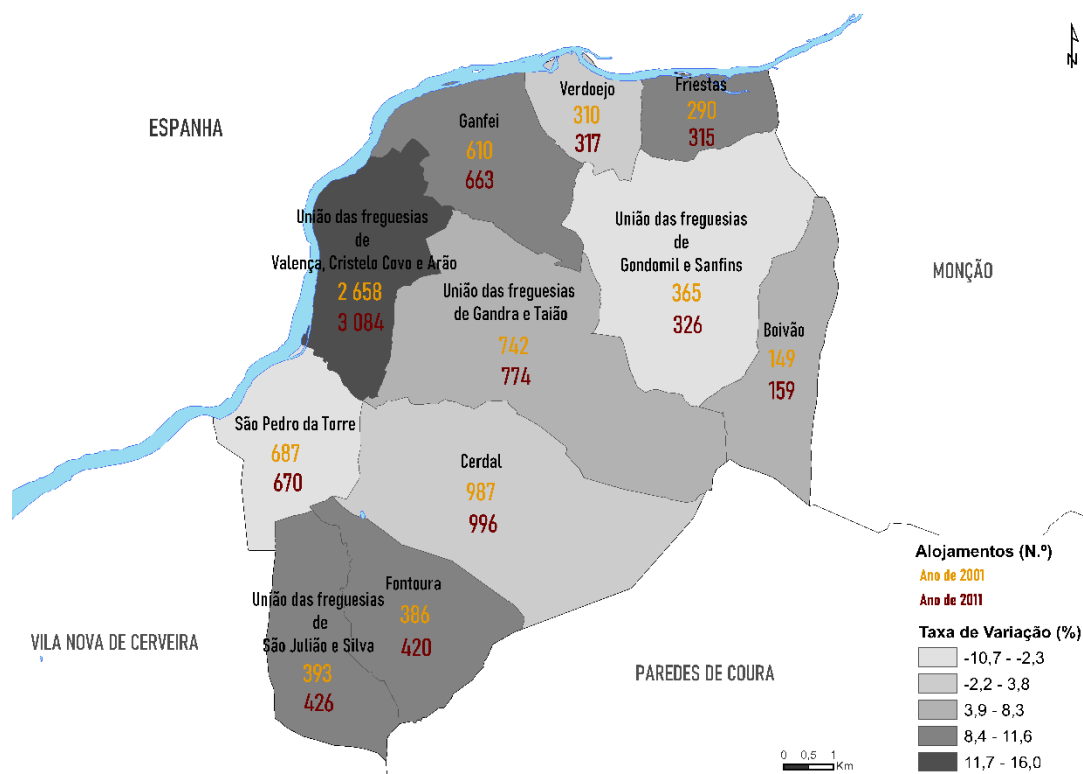
Tabela 15. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal

Unidade Territorial	2001	2011	Tx. de Variação (%)
Portugal	5 054 922	5 878 756	16,3
Região Norte	1 613 781	1 850 890	14,7
Alto Minho	133 420	150 899	13,1
<b>Valença</b>	<b>7 577</b>	<b>8 150</b>	<b>7,6</b>

FONTE: INE (2001 e 2011)

\*Valor da antiga NUT III do Minho-Lima

Por sua vez, ao nível das freguesias, também se assiste ao aumento generalizado do número de alojamentos entre 2001 e 2011, tal como se pode verificar na Figura 24.



FONTE: INE (2001 e 2011)



A União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, demonstra a maior variação positiva de alojamentos nos dez anos em análise, na ordem dos 16%. As freguesias com uma variação negativa quanto ao número de alojamentos foram a freguesia de São Pedro da Torre e a União das freguesias de Gondomil e Sanfins, registando uma variação que rondou os -2,5% e os -10,7%, respetivamente.

De facto, os indicadores relativos ao número de edifícios e alojamentos correlacionam-se, apresentando, como é natural, uma dinâmica territorial semelhante. Por isso é expectável que as freguesias que tenham registado um maior acréscimo do número de edifícios, sejam também aquelas que apresentam um aumento mais elevado relativamente ao alojamento.

Em relação à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos exibidos no Gráfico 9, cerca de 65% são destinados a residência habitual, indicador que contou com uma variação de 6,9% no último período censitário.

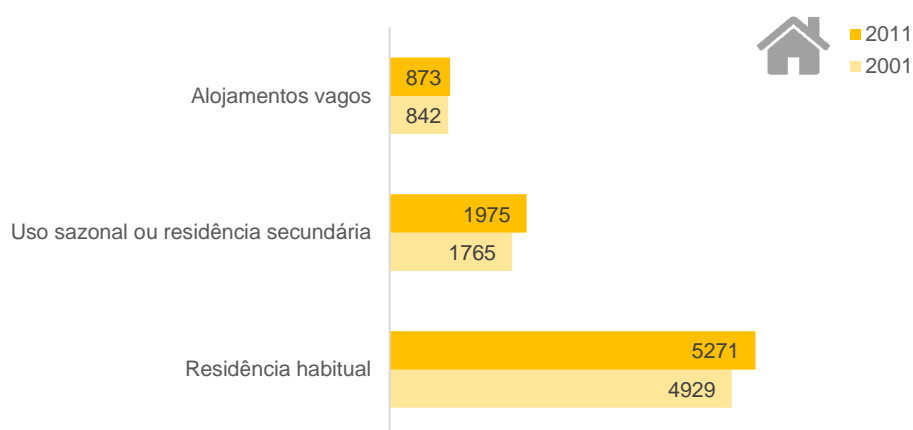


Gráfico 9. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Valença

FONTE: INE (2001 e 2011)

Por sua vez, os alojamentos de uso sazonal ou secundário correspondem a 24,3% dos alojamentos familiares clássicos do concelho que, apesar de não ser uma forma de ocupação expressiva, registaram uma variação na ordem dos 11,9%, o que pode significar o aumento da atratividade do concelho para estadias mais ou menos prolongadas, pela população residente ou por indivíduos externos ao município. O crescimento destes alojamentos foi notável na freguesia de Cerdal (+42%), na União de freguesias de São Julião e Silva (+30) e na freguesia de Fontoura (+29%).

Ademais, interessa salientar que os números de alojamentos vagos existentes no município são inferiores ao número de alojamentos de uso sazonal. Em 2011, no concelho de Valença, cerca de 10,8% dos alojamentos encontravam-se vagos, situação que se vem a agravar desde 2001, sobretudo na freguesia de Friestas (+500%) e na freguesia de Boivão (+200%). Esta situação não será alheia ao facto de a população ter diminuído no último período intercensitário e os edifícios e alojamentos terem registado acréscimos significativos.

Por outro lado, a freguesia de Fontoura e a freguesia de Cerdal reduziram de forma significativa o parque habitacional vago, em 70 e 50%, respetivamente.

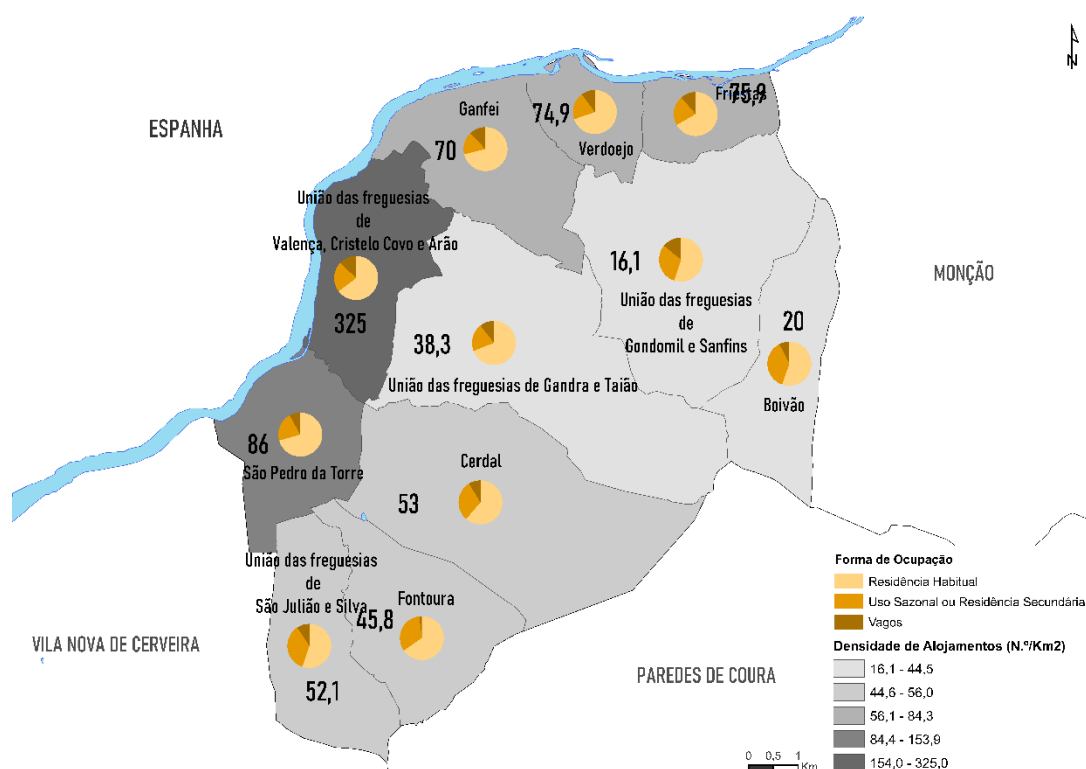


Figura 25. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km²), por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE, 2011

A Figura 25 demonstra o regime de ocupação e a densidade dos alojamentos familiares clássicos e como se pode verificar, a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão é a que maior densidade de alojamentos apresenta, registando 325 Aloj./Km².

Mais recentemente, o INE disponibilizou os dados apresentados na Tabela 16, referentes ao ano de 2017, onde comparativamente com 2001 e 2011, anteriormente detalhados, se confirma uma evolução edificatória positiva, em resultado do aumento do número de edifícios e alojamentos.

Tabela 16. Características do parque habitacional no concelho de Valença (2018)

Indicadores	Unidades
Edifícios de habitação familiar clássica (N.º)	6 978
Alojamentos familiares clássicos (N.º)	8 291
Média da população residente por alojamento (N.º)	1,6
Média de alojamentos por edifício (N.º)	1,2
Densidade de edifícios (N.º/Km²)	59,6
Densidade de alojamentos (N.º/Km²)	70,8

FONTE: INE (2019)

Tabela 17. Características gerais do parque habitacional no concelho de Valença (2011)

Indicadores	Unidade(s)
Edifícios (N.º)	6 817
Edifícios de habitação familiar clássica (N.º)	6 845
Densidade de edifícios (N.º/Km²)	58,20
Média de alojamentos por edifício (N.º)	1,2
Taxa de variação dos edifícios (2001 - 2011) (%)	5,62
Idade média dos edifícios (Ano)	36,64
Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%)	20,70
Alojamentos (N.º)	8 150
Alojamentos de habitação familiar clássica (N.º)	8 148
Densidade de alojamentos (N.º/Km²)	69,58
Média de habitantes por alojamento (N.º)	1,7
Taxa de variação dos alojamentos (2001 - 2011) (%)	7,56
População residente (N.º) nos alojamentos	14 127
Famílias clássicas (N.º) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual	5 293
Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	9,33
Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)	10,75
Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)	24,33
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)	218,61
Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (%)	13,39

FONTE: INE (2019)

### 5.3.1. Habitação Social

A CMV, dispõe de um serviço de habitação social ao abrigo de um acordo de Colaboração celebrado, em 1994, entre o IGAPHE e a Câmara Municipal, foram construídas 72 habitações de tipologia T2, T3 e T4, distribuídas por cinco núcleos, São Pedro da Torre (16), Bogim (25), Friestas (19) e Passos (12).

Este programa teve como objetivo o realojamento de agregados familiares com baixos rendimentos e que simultaneamente apresentassem más condições habitacionais.

Segundo os dados do INE, referentes a 2011 e 2015 expostos na Tabela 18, verifica-se que o concelho abarca mais habitações a custos controlados, do que aqueles do controlo do município.

Tabela 18. Habitação social no concelho de Valença

Habitação social	2011	2015
Edifícios de habitação social (N.º)	79	91
Fogos de habitação social (N.º)	86	94
Fogos de habitação social reabilitados (N.º)	60	49
Despesa efetuada em obras de conservação e/ou reabilitação do parque de habitação social (€)	1 100	10 147
Despesa orçamentada em obras de conservação e/ou reabilitação do parque de habitação social (€)	66 100	5 000
Receita prevista de rendas de habitação social (€)	46 309	42 231
Fogos de habitação social reabilitados (N.º)	10	1

FONTE: INE (2011 e 2015)

A promoção municipal de habitação tem, de um modo geral, incidido na promoção direta de habitação a custos controlados através do estabelecimento de parcerias e da celebração de protocolos de colaboração com a Administração Central para a construção de habitação social (na sua maioria na modalidade de arrendamento, se bem que, tem vindo a crescer a quota de promoção para venda), dada a reduzida solvência dos agregados familiares concorrentes.

A sua intervenção passou ainda, pelo incentivo à criação de condições para a promoção de habitação por outras entidades, apoiando o acesso a créditos e bonificações do Instituto Nacional da Habitação - INH para aquisição ou infraestruturação de solos por agentes promotores de habitação social e/ou facilitando também o acesso ao crédito do INH, Caixa Geral de Depósitos e de outros agentes bancários, ao abrigo dos Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH's).

Todavia, também a promoção por via indireta, tem registado um incremento, nomeadamente pela disponibilização de terrenos para construção de habitação a custos controlados, quer por empresas municipais, quer ainda, por cooperativas de habitação, Institutos particulares de segurança social, etc.

Sendo que, constitui competência do Município a prestação de apoios a estratos sociais desfavorecidos pelos meios adequados e nas condições constantes de Regulamento Municipal<sup>49</sup>. Um destes apoios traduz-se na promoção de medidas de apoio com vista à resolução dos problemas habitacionais, particularmente, nas situações de maior carência.

Assim, atualmente a autarquia detém mecanismos de apoio à recuperação de habitações, com o objetivo de favorecer a inserção social e a melhoria das condições habitacionais das populações mais desfavorecidas, a Câmara Municipal de Valença implementou o Regulamento Municipal para a Recuperação de Habitações Degradadas.

A autarquia presta também apoio ao Programa Porta 65 Jovem<sup>50</sup>, através do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Valença, que fornece informações sobre o programa e presta apoio nas candidaturas.

<sup>49</sup> Nos termos consignados no artigo 64º nº4, alínea da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

<sup>50</sup> Sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, isolado, constituído em agregados ou em coabitação, regulado por um conjunto de diplomas legais.

### 5.3.2. Estratégia Local de Habitação

A Nova Geração de Políticas de Habitação, NGPH, foi desenvolvida no sentido de ultrapassar situações de carência e vulnerabilidade no acesso à habitação, perspetivando o alargamento de habitação para arrendamento público, destacando-se neste processo o papel fundamental das autarquias locais, dadas as suas relações de proximidade com os cidadãos e o território.

Na prossecução do quadro de soluções da NGPH foi recentemente criado o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no sentido de garantir o direito de acesso à habitação, numa dinâmica predominantemente dirigida à reabilitação e arrendamento, promovendo a inclusão social e territorial.

As candidaturas são apresentadas pelos Municípios ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, sob a forma de uma Estratégia Local de Habitação, ELH, elaborada de acordo com os princípios do programa, nomeadamente o princípio do planeamento estratégico local, da reabilitação do edificado, do incentivo ao arrendamento e da integração social. As soluções definidas no âmbito do programa podem considerar:

- Arrendamento;
- Reabilitação;
- Construção;
- Aquisição.

Sendo estas financiadas em duas componentes:

- Comparticipação não reembolsável – até 50%
- Empréstimo bonificado para a parte não reembolsável.

Por fim, reconhece-se a pertinência e utilidade da ELH no planeamento da intervenção pública à escala local, assim como o papel imprescindível dos municípios na implementação das políticas de habitação e reabilitação.

### 5.3.3. Dinâmica Urbanística

Para aferir a dinâmica urbanística no concelho de Valença nos últimos anos, num primeiro momento recorreu-se à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, SIOU, do INE, utilizando-se, para o efeito, os indicadores referentes aos edifícios licenciados e concluídos por tipo e destino de obra, assim como a superfície habitável média das divisões em construções novas para habitação familiar. De referir que o período em estudo se baliza, entre 2010 e 2018, sendo que são dados definitivos até 2010 e preliminares de 2011 em diante., até 2018, possuindo o ano de 2010 particular importância devido ao facto de corresponder à data da 1ª revisão do PDM.

No segundo momento, relativamente à informação referente às pretensões que deram entrada nos serviços municipais, nomeadamente loteamentos, licenciamentos e obras concluídas, pretende-se avaliar a sua evolução e expressão territorial.

#### 5.3.3.1. Obras de Edificação

O Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios produzido pelo INE resulta num conjunto de dados relativos aos projetos de construção de edifícios, bem como na quantificação de elementos de caracterização física dos edifícios licenciados e concluídos.

Assim, no período compreendido entre 2010 e 2018, observando o Gráfico 10, verifica-se que foram alvo de licenciamento um total de 513 edifícios, o que corresponde a uma média de 57 edifícios licenciados por ano. Além disso, é possível constatar que houve uma oscilação na dinâmica ao longo dos últimos anos, sendo de destacar o aumento registado entre 2016 e 2017 e ainda a recuperação desde 2013 até 2015.

Por outro lado, para os fogos existentes nas áreas rurais não há procura devido à fraca capacidade de mobilidade ser uma condicionante e ainda por as características do parque edificado não apresentarem a contemporaneidade exigida, nem o contexto urbano que satisfaça as eventuais procuras.



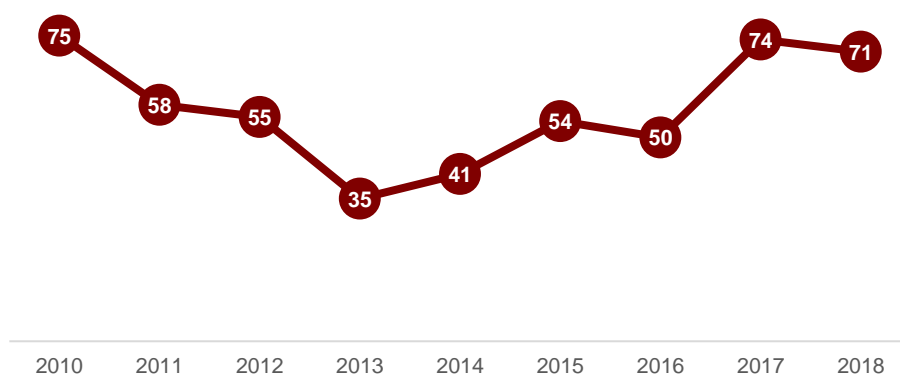


Gráfico 10. Edifícios licenciados (N.º), no concelho de Valença

FONTE: INE (2010 e 2018)

Dados definitivos até 2010 e preliminares de 2011 em diante.

Em termos de distribuição geográfica, deteta-se que estes edifícios se distribuem um pouco por todo o território concelhio, contudo com maior incidência nas freguesias de Cerdal, Ganfei, na União das Freguesias de Gandra e Taião e na União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, uma vez que é a sede do concelho, concentrando um maior número de população e oferta de serviços, que a tornam uma área atrativa.

Por sua vez, no Gráfico 3 é possível observar a evolução dos edifícios licenciados, por tipo de obra, no concelho de Valença, entre 2010 e 2018, constatando-se que, na sua generalidade, os licenciamentos correspondem sobretudo a construções novas (72%).

Podemos salientar que depois de 2010 em diante foram licenciadas 369 construções novas, enquanto que as ampliações, alterações e reconstruções assinalam 144 registos. A reabilitação surge, por isso, como uma oportunidade efetiva na dinamização do setor imobiliário e da construção em resposta a necessidades concretas, evidenciando a sua crescente importância na revitalização do mercado imobiliário.

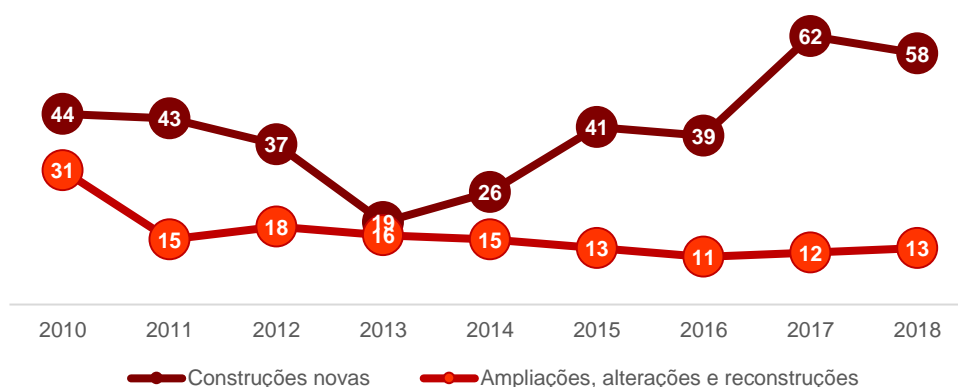


Gráfico 11. Evolução dos edifícios licenciados (N.º), por tipo de obra, no concelho de Valença

FONTE: INE, SIOU (2019)

Por seu turno, no que respeita ao destino de obra, o Gráfico 11 indica uma tendência de oscilação de ambas as tipologias e evidencia que as obras se destinam essencialmente à habitação familiar (64%), em detrimento de outros usos (36%), como são o caso da agricultura, comércio, indústria, entre outros. De notar que se registou, entre 2014 e 2016, uma aproximação entre ambas as finalidades.

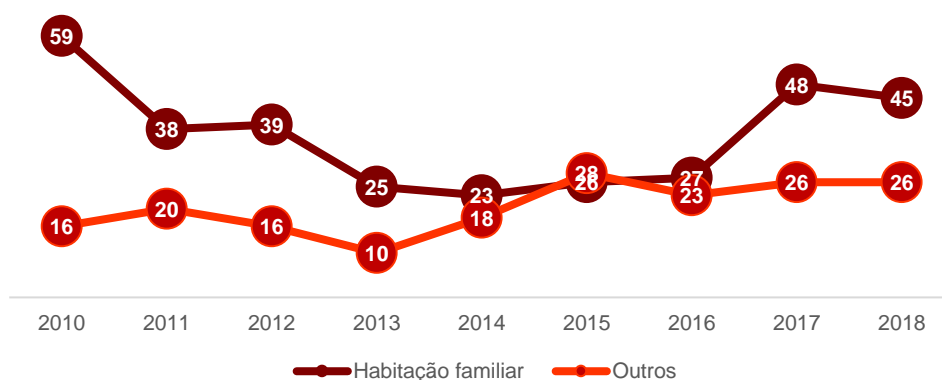


Gráfico 12. Evolução dos edifícios licenciados (N.º), por destino de obra, no concelho de Valença

FONTE: INE, SIOU (2019)

Relativamente ao número de edifícios concluídos, no Gráfico 12 é possível constatar uma redução quase sempre contínua entre 2011 e 2016. Contudo, no período de 2010 a 2018 foram concluídos 443 edifícios, o que perfaz uma média aproximada de 49 edifícios concluídos por ano. Importa referir que as estimativas referentes ao ano de 2018 se apresentam como reforço de um contínuo panorama positivo face ao aumento a partir de 2016.

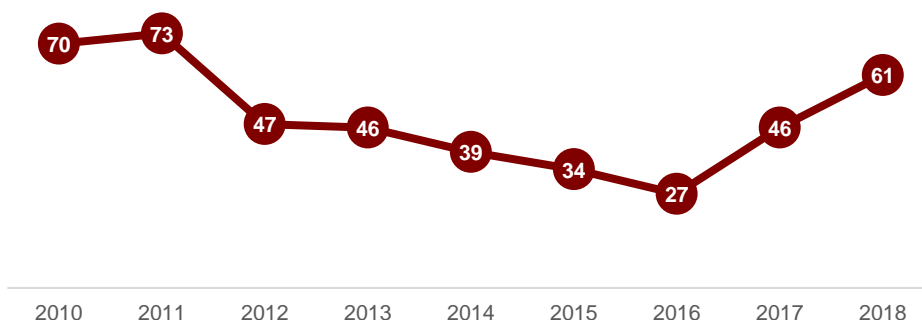


Gráfico 13. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), no concelho de Valença

FONTE: INE, SIOU (2019)

No Gráfico 13 é possível observar a evolução dos edifícios concluídos, por tipo de obra no entre 2010 e 2018. Desta forma, constata-se que a sua maioria corresponde a construções novas (70%), enquanto as ampliações, alterações e reconstruções representam 30%.

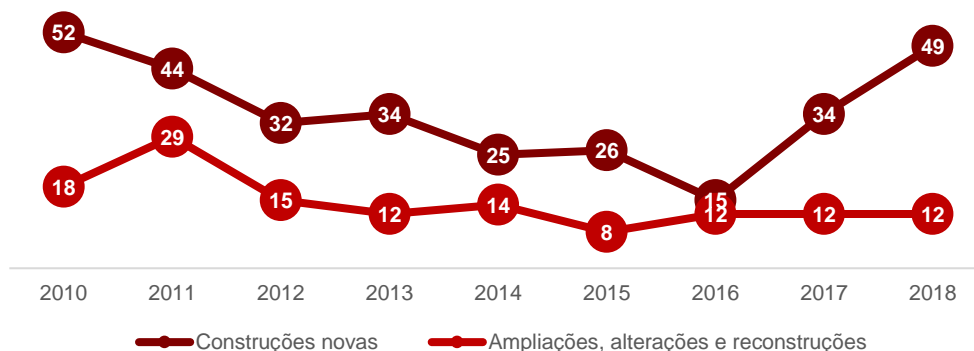


Gráfico 14. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), por tipo de obra, no concelho de Valença

FONTE: INE, SIOU (2019)

No que respeita ao destino de obra, no Gráfico 14 observa-se que os edifícios concluídos se destinam maioritariamente a habitação familiar (68%), mas ainda assim os outros usos representam 32%.

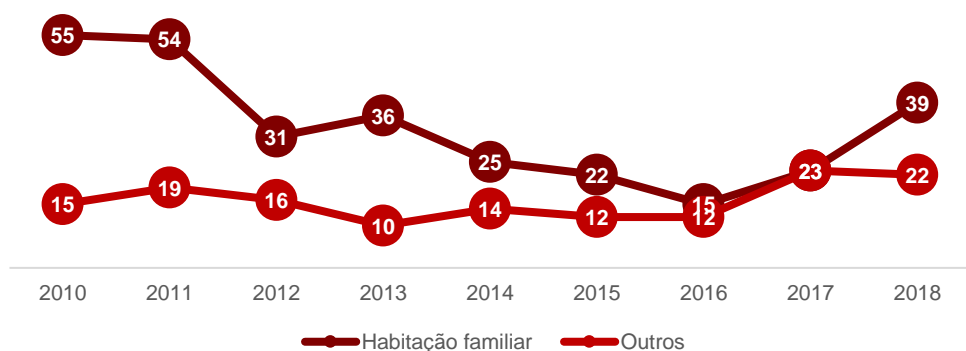
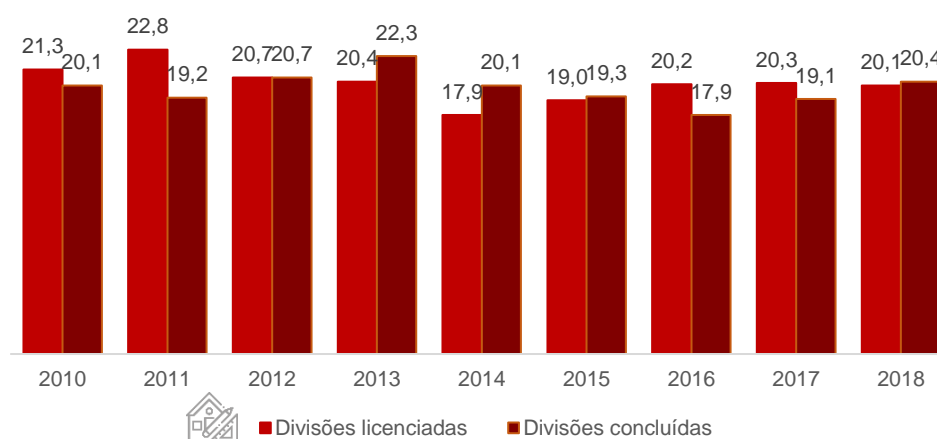


Gráfico 15. Evolução dos edifícios concluídos (N.º), por destino de obra, no concelho de Valença

FONTE: INE, SIOU (2019)

A dinâmica urbanística apresentada beneficiou das alterações e da nova visão que a revisão do PDM trouxe ao concelho de Valença. Sendo que, se verifica uma tendência de diminuição desde 2011, averiguando-se, contudo, nos últimos anos uma tendência de recuperação.

Importa ainda considerar a transformação na intervenção e apropriação do território surge da evolução da melhoria das condições de habitabilidade, e das novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzidas em intervenções que são tipologicamente diversificadas, quer em termos de divisões, quer em termos de áreas adstritas à superfície habitacional.



**Gráfico 16. Evolução da superfície habitável média das divisões licenciadas e das divisões concluídas (m²) em construções novas para habitação familiar, no concelho de Valença**

FONTES: INE, SIOU (2019)

Neste sentido, a partir do Gráfico 16, é possível verificar oscilações da superfície habitável média das divisões das construções novas de habitação familiar, tanto a nível das divisões em edifícios licenciados como em concluídos, fixando-se em 2018, em 20,1 m² e 20,4 m², respetivamente.

### 5.3.3.2. Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas

Para avaliar a dinâmica urbanística no concelho de Valença nos últimos anos, analisaram-se as pretensões que deram entrada nos serviços municipais, nomeadamente licenciamentos e loteamentos, pretendendo-se avaliar a sua evolução e expressão territorial.

A aferição destas características reveste-se de elevada importância para a compreensão dos processos edificatórios de Valença, uma vez que identifica os polos territoriais onde a dinâmica urbanística apresenta maior representatividade.

Nesta senda, a análise seguinte parte do tratamento dos dados da Divisão de Urbanismo e Planeamento da CMV, consistindo no uso de métodos gráficos e cartográficos que consideram a distribuição temporal e espacial, respetivamente, das pretensões que deram entrada nos serviços municipais entre 2010 e 2018, relativamente aos seguintes processos:

- Loteamentos;
- Licenciamentos de construção;
- Informações prévias.

## 5.4. Economia

Os municípios possuem um papel muito relevante no processo de promoção do desenvolvimento económico local. É expectável, portanto, que o setor público e do associativismo, a execução de projetos indutores do progresso territorial centrados no aproveitamento potencialidades e dos recursos locais seja uma aposta do planeamento.

Neste âmbito, o estudo das dinâmicas económicas procura identificar as tendências evolutivas dominantes, assim como os setores e atividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento concelhio, no sentido de aferir rumos e trajetórias de desenvolvimento e dar ferramentas de apoio à decisão baseadas no retrato territorial.

Este capítulo desenvolve-se com o objetivo de caracterizar o concelho de Valença, através da análise de vários indicadores que permitem construir um cenário económico e social deste território.

Tabela 19. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional até ao municipal

Unidade Geográfica	2001		2011	
	População Ativa	Taxa Atividade	População Ativa	Taxa Atividade
Portugal	4 990 208	48,2	5 023 367	47,6
Região Norte	1 775 015	48,1	1 756 065	47,6
Alto Minho	104 010	41,6	104 124	41,6
<b>Valença</b>	<b>6 116</b>	<b>43,1</b>	<b>6 079</b>	<b>43,1</b>

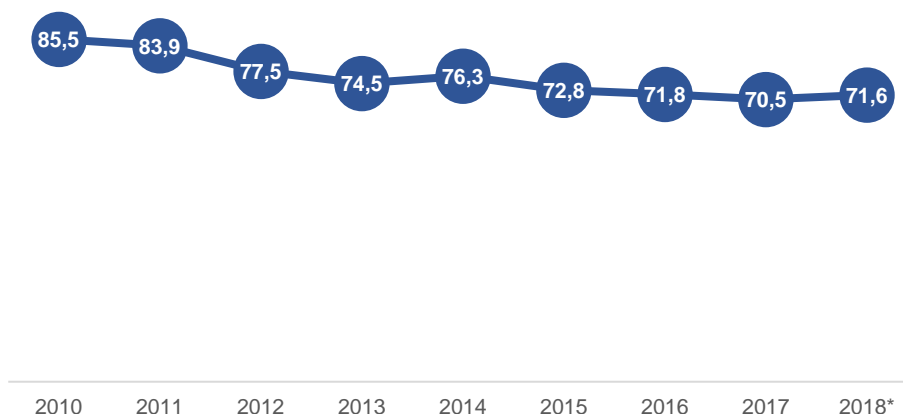
FONTE: INE, 2001 e 2011

\*\* Valor relativo à antiga NUT III do Minho-Lima

De acordo com as informações relativas ao período intercensitário em análise, exibidas na Tabela 19, a população ativa de Valença, em comparação com os valores dos territórios supra municipais, regista uma taxa de atividade de 43,1%, tanto no ano de 2001 como no ano de 2011, o que denota uma percentagem de população em idade ativa mais reduzida em relação à presente nas restantes unidades territoriais, mas superando a taxa de atividade da sub-região do Alto Minho.

Esta situação poderá explicar-se, relativamente ao concelho de Valença, pela presença e aposta na criação de zonas empresariais, constituindo a implementação de empresas e de estratégias comerciais um dos motores da economia, potenciando a criação de emprego, fator de desenvolvimento da economia local, e que são hoje, uma referência no acolhimento industrial na região transfronteiriça Norte de Portugal/Galiza.

A este nível Valença representa-se por três pontos fortes, como o Parque Empresarial, a Plataforma Logística e o Parque Industrial de S. Pedro, o que apesar de tudo não se tem refletido no índice de renovação da população ativa, como exposto no Gráfico 17.



**Gráfico 17. Índice de renovação da população ativa (%) no concelho de Valença**

FONTE: INE (2011-2017)

\*Estimativas INE

O município de Valença tem uma taxa de compensação, desde 2011 até 2017, sempre cifrada num valor inferior 100%, numa trajetória decrescente, o que decorre da diminuição da população jovem, continuando até 2018 a não assegurar a transição compensatória, o que se traduz numa situação em que o número de pessoas em idade potencial de saída (entre 55 e 64 anos) do mercado trabalho não tem vindo a ser compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada (entre 20 e 29 anos).

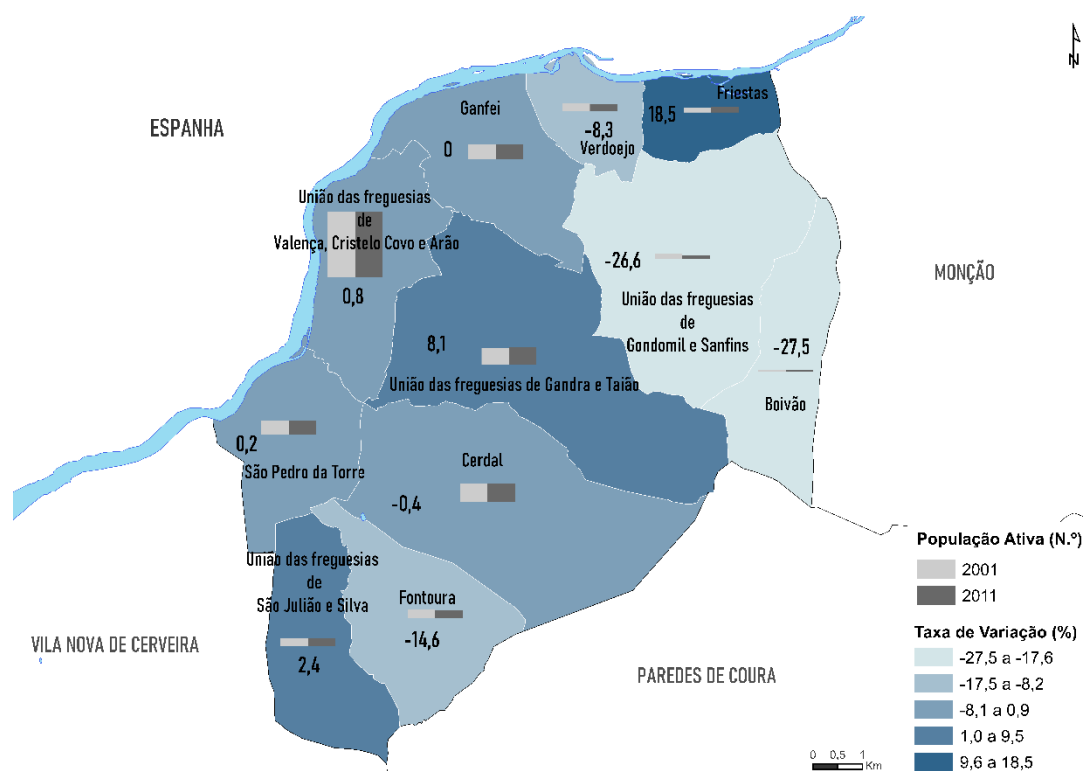
**Tabela 20. População ativa (N.º), por freguesia, no concelho de Valença**

Freguesias	2001	2011
Boivão	76,9	70,0
Cerdal	136,7	69,1
Fontoura	94,9	66,3
Friestas	77,9	114,6
Ganfei	153,3	62,3
São Pedro da Torre	85,2	74,6
Verdoejo	106,7	60,9
União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	388,2	292,3
União das freguesias de Gandra e Taião	211,1	124,7
União das freguesias de Gondomil e Sanfins	226,1	96,0
União das freguesias de São Julião e Silva	307,9	182,5
<b>Concelho de Valença</b>	<b>121,7</b>	<b>84,26</b>

FONTE: INE, 2001 e 2011

Entre o Norte de Portugal e a Galiza, Valença marca o centro nevrálgico do Noroeste Peninsular. Com boas acessibilidades e a menos de uma hora de grandes cidades como o Porto, Vigo ou Braga, Valença é uma placa fixadora e potenciadora dos fluxos industriais desta euro-região.

Cidade jovem, dinâmica, urbana e atrativa com ampla atividade comercial e turística apresenta o Parque Empresarial como um espaço de acolhimento industrial privilegiado. Diversidade e qualidade dos serviços, a Escola Superior de Ciências Empresariais, o Centro de Inovação e Logística e a futura Plataforma Logística são fatores que reforçam a atratividade de Valença.



**Figura 26. Taxa de variação (%) da população ativa no período intercensitário, por freguesia, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2001 e 2011

Quando se desce ao nível da freguesia, verifica-se um aumento da população ativa, na sua globalidade, no território concelhio, destacando-se a freguesia de Friestas, uma vez que esta regista um aumento de população ativa que chega a atingir 19%.

Em contrapartida, a União das freguesias de Gondomil e Sanfins e a freguesia de Boivão, apresentam taxas de variação negativas, assinalando perdas de ativos que chegam aos 28%. A Figura 26 e a Tabela 20 que a precede evidenciam esta realidade também nas freguesias de Fontoura, Verdoejo e Cerdal.



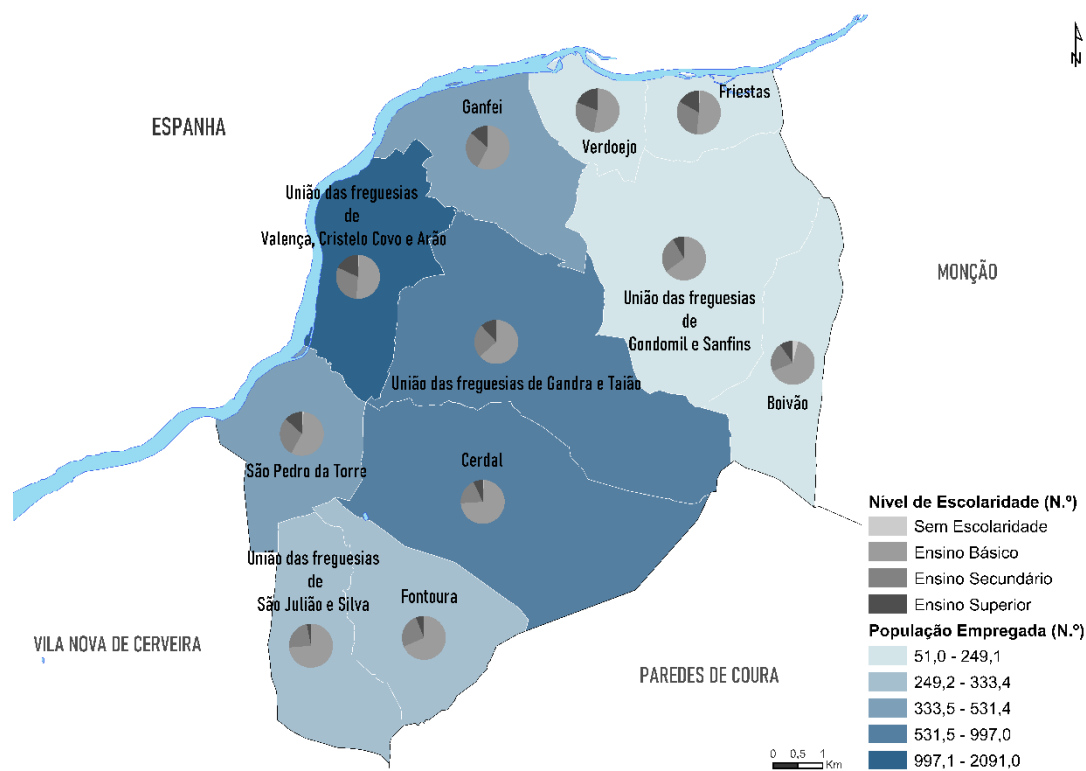
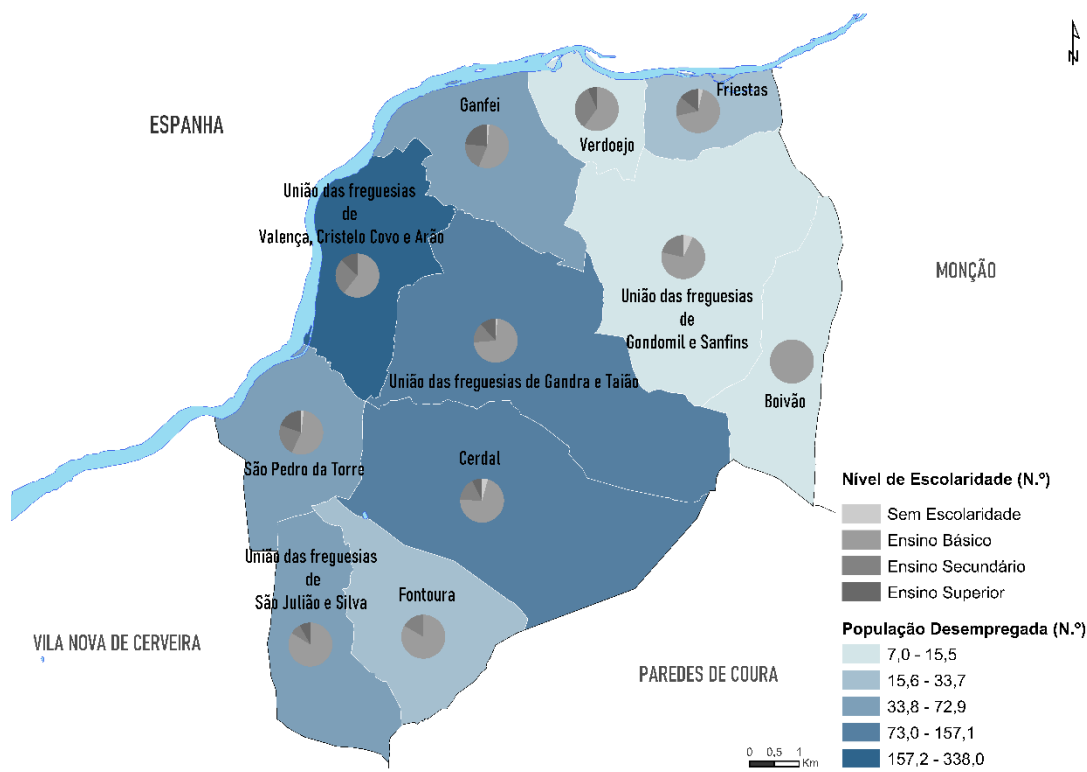


Figura 27. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população empregada, por freguesia, no concelho de Valença

FONTE: INE, 2011

A Figura 27 evidencia o nível de escolaridade dominante na população empregada no concelho de Valença, em que são as freguesias mais centrais no território, - onde se concentram os serviços em termos de atividade económica -, apresentam maior número de população empregada e os ensinos básico e secundário são dominantes. Contudo, verifica-se que apenas cerca de 14% da população empregada possui o ensino superior.

Em sentido contrário, os territórios das restantes freguesias, onde se concentra menos população, apresentam números mais baixos de população empregada, que se caracteriza por ser maioritariamente constituída por indivíduos com o ensino básico.

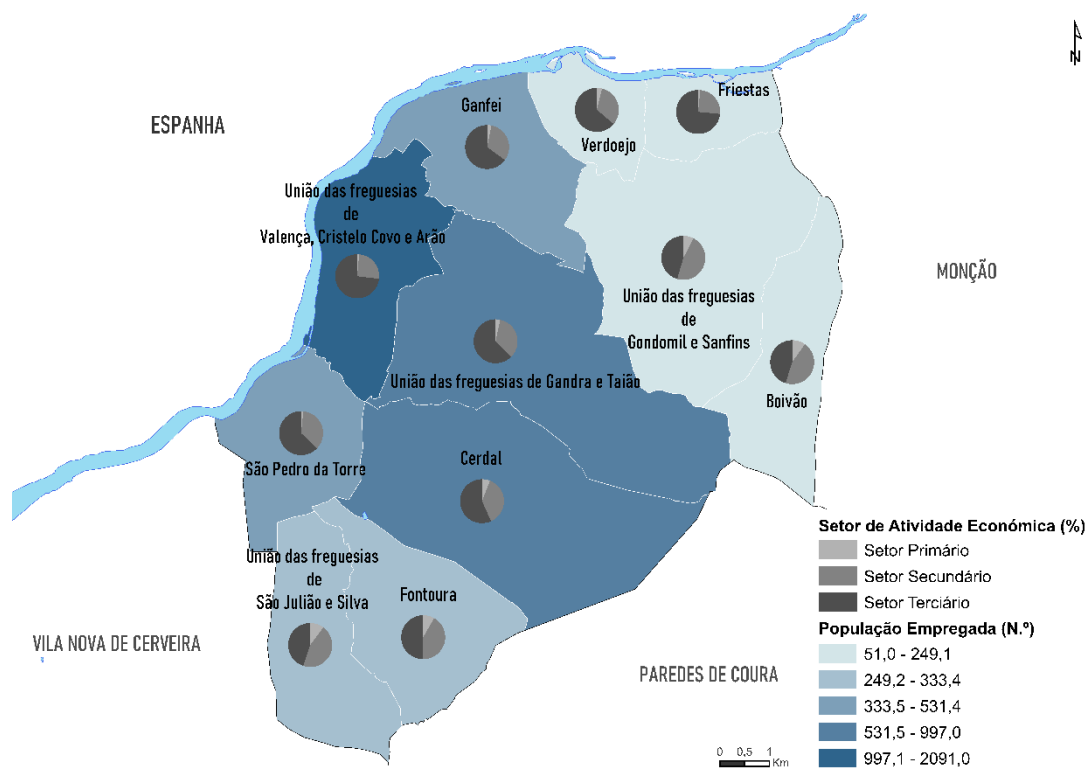


**Figura 28. Distribuição dos vários níveis de ensino (%) pela população desempregada, por freguesia, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2011

Acresce mencionar o reduzido número de população sem escolarização. No entanto, quando analisado a Figura 28, verifica-se que a população desempregada é na sua larga maioria detentora apenas do ensino básico.

Além disso, sabe-se que as dinâmicas demográficas, económicas e socioculturais têm expressão na capacidade de fixação de população jovem e na criação de atividades geradoras de novos e mais qualificados empregos. Nesse sentido, importa avaliar a relação entre a população empregada e os setores de atividade. É fundamental a análise deste tipo de características, a fim de criar dinâmicas que possam contornar eventuais situações pouco vantajosas.



**Figura 29. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2011

Na Figura 29, constata-se que as freguesias ao longo da estrada nacional 13 e nas imediações da sede concelho são as que tem o maior número de população empregada e onde o setor terciário, associado ao comércio de bens e à prestação de serviços, é o mais representativo. É designada terciarização económica.

Por seu turno, o setor secundário, relacionado com a transformação de matérias-primas, em produtos acabados ou semiacabados é o que domina em termos de empregabilidade, tanto nas freguesias com mais população como nas que tem menores quantitativos de população empregada.

No mesmo sentido, a participação do setor primário na geração de emprego é muito diminuta. Esta situação advém da reduzida atratividade para os mais jovens, resultante da dificuldade em obter apoios e também do sistema de minifúndio da propriedade que não permite processos de mecanização por forma a colocar a atividade agrícola no mercado concorrencial.

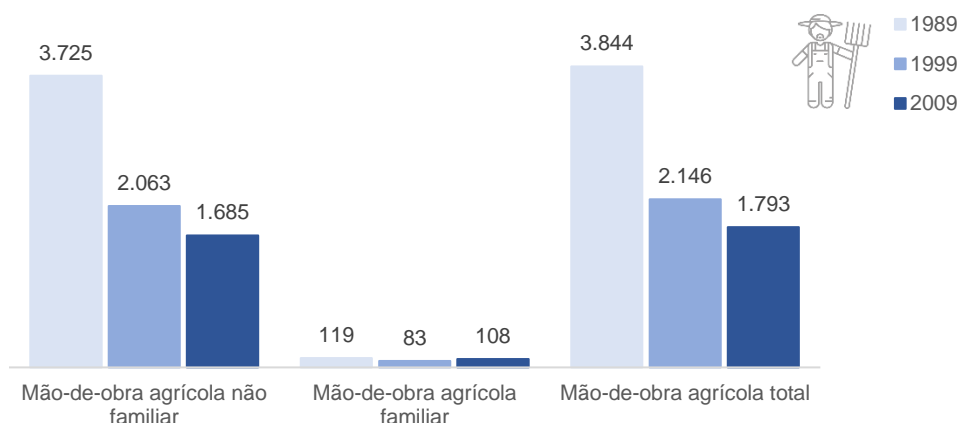


Gráfico 18. Mão-de-obra agrícola (N.º), por tipologia, no concelho de Valença

FONTE: INE, 1989, 1999 e 2009

Soma-se igualmente o facto de a agricultura ser predominantemente de subsistência, situação que está patente no Gráfico 18, que expõe uma porção muito elevada de mão-de-obra agrícola familiar, ou seja, de trabalhadores pertencentes à família do produtor.

Por seu turno, a problemática do desemprego é um fator de menor preocupação a cada ano que passa, uma vez que tem vindo a reduzir nos últimos anos, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável no país e que se reflete ao nível regional e local.

Tabela 21. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017\*)

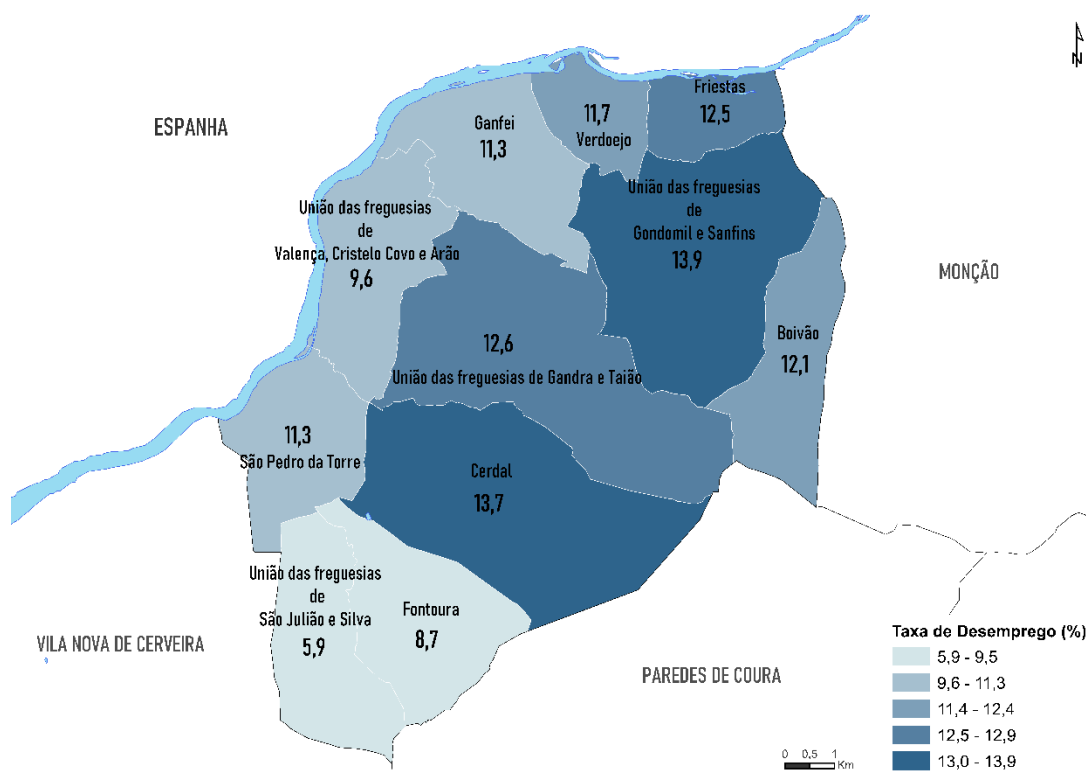
Unidade Territorial	2001	2011	2017*
Portugal	6,7	13,2	5,4
Região Norte	6,6	14,5	6,2
Alto Minho	6,7*	11,8*	3,5
<b>Valença</b>	<b>6,3</b>	<b>12,4</b>	<b>4,6</b>

FONTE: INE; PORDATA\*

\*\* Valor relativo à antiga NUT III do Minho-Lima

Assim, à semelhança do que ocorreu ao nível nacional, o concelho de Valença registou um aumento da taxa de desemprego na ordem dos 6 pontos percentuais no último período intercensitário, conforme é visível na Tabela 21. Contudo, o ano de 2011 assentou em valores inferiores à taxa nacional, 12,4%.

Por sua vez, no ano de 2017 o mais recente com dados disponíveis, os resultados são francamente mais favoráveis, dado que Valença vê a sua taxa de desemprego baixar para 4,6%, à semelhança do que acontece na região e no país, em franco crescimento económico, depois da saída da crise que atravessou na década 2010.



**Figura 30. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2011

A Figura 30 revela a taxa de desemprego e a sua distribuição diferenciada entre as freguesias que compõem o concelho. De notar que em 2011, as freguesias que se apresentavam com menos população empregada, eram também as que exibiam taxas de desemprego mais elevadas.

A sede de concelho, bem como as freguesias circundantes possuem um cenário mais favorável, presumivelmente associado à proximidade ao centro urbano de Valença pela oferta de atividades económicas e ainda pela presença de boas acessibilidades.

### 5.4.1. Dinâmica Empresarial

Segundo os dados estatísticos apresentados no Gráfico 19, que expõe o número de empresas existentes no concelho, é a partir de 2013 que se assiste à transição e à recuperação económica, registando-se, deste modo, um aumento gradual até ao ano de 2017, invertendo a linha de tendência de diminuição que vinha de 2010, anos de franca crise económica nacional.

A crescente dinâmica de instalação de novas unidades industriais - três empresas das áreas de logística e metalurgia - no Parque Empresarial de Valença, em Gandra, fez-se acompanhar pela beneficiação das acessibilidades. A Câmara Municipal de Valença interveio assim nas vias de circulação e acesso ao Parque Empresarial, em Gandra, de modo a reforçar a fluidez dos fluxos de trânsito.

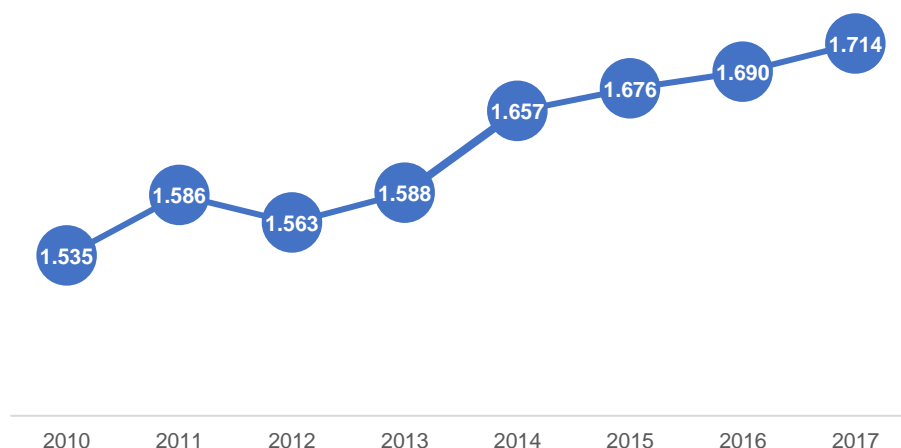


Gráfico 19. Empresas (N.º) no concelho de Valença

FONTE: INE, série 2010-2017

Contudo, ao avaliar-se o número de colaboradores afetos às empresas concelhias, percebe-se que o setor é dominado pelas micro, pequenas e médias empresas, subsistindo uma empresa com mais de 250 pessoas até 2012, sendo que atualmente existem duas que refletem a dinâmica económica que tem vindo a ser exposta.

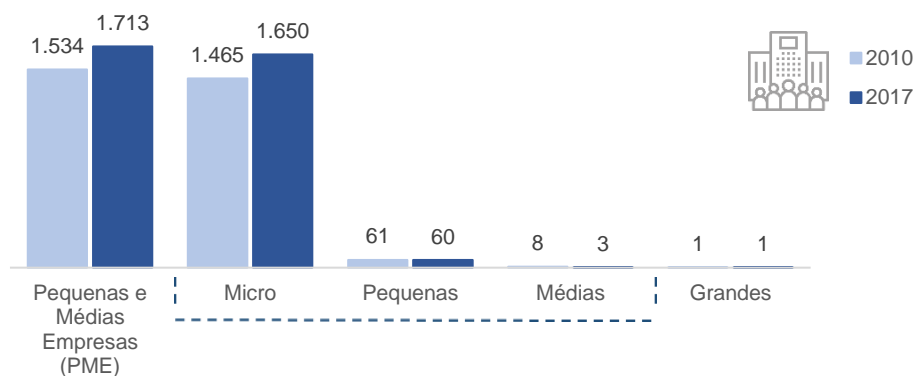


Gráfico 20. Dimensão das empresas no concelho de Valença

FONTE: INE, série 2010-2017

Esta tendência evolutiva descrita anteriormente assemelha-se ao comportamento das microempresas apresentado no Gráfico 20, uma vez que estas, constituídas por menos de 10 pessoas ao serviço, demonstram uma dinâmica de oscilação que indica o peso do panorama geral regional e nacional.

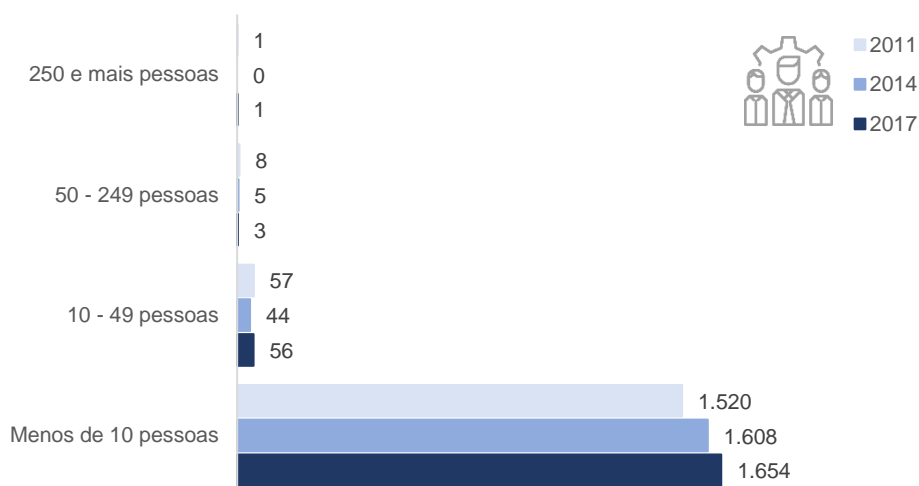


Gráfico 21. Empresas (N.º), por pessoal ao serviço, no concelho de Valença

FONTE: INE, 2010, 2014 e 2017

De notar também o domínio das empresas com menos de 10 trabalhadores, constituindo em 2017, 97% do tecido empresarial existente no concelho.



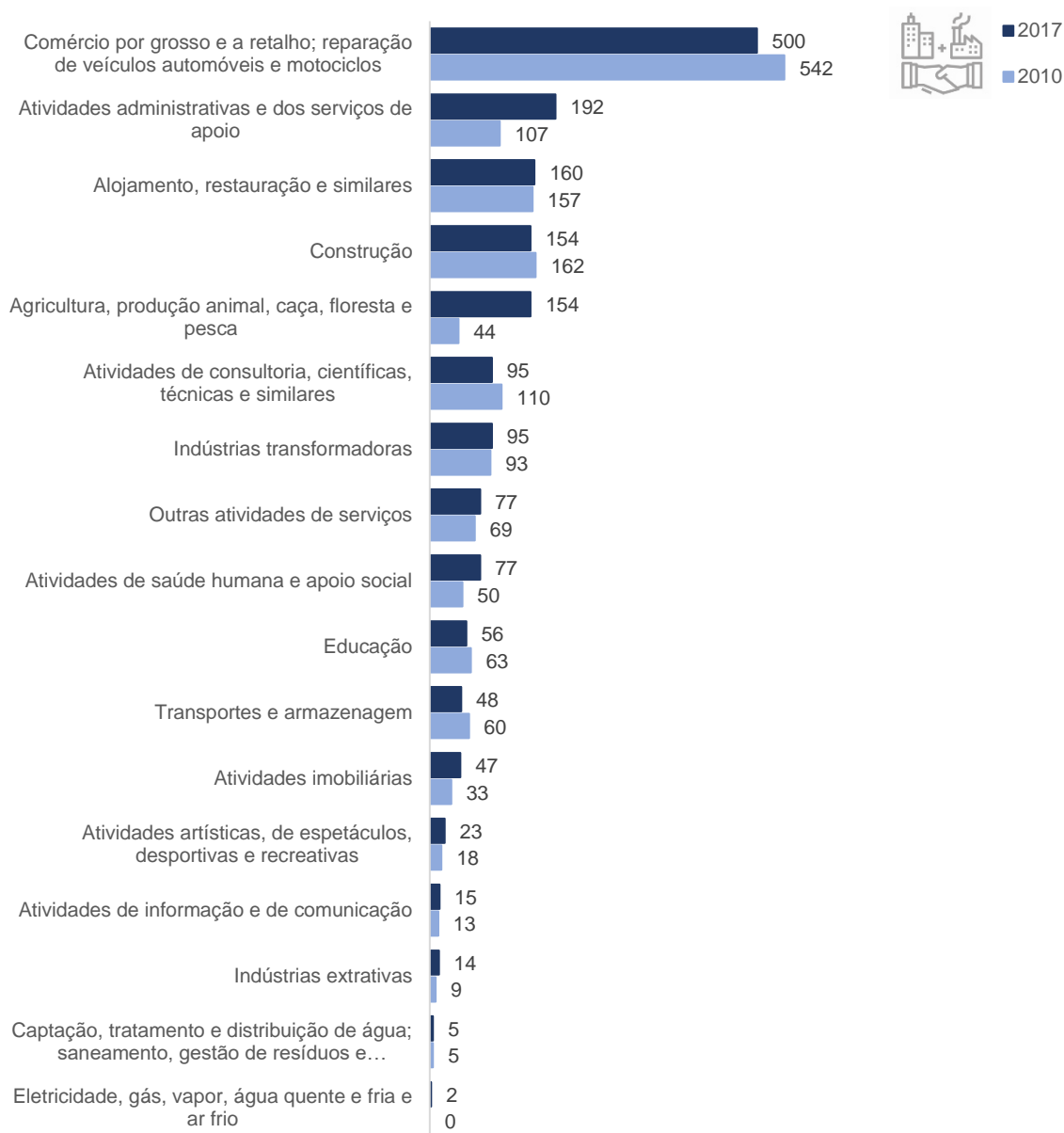


Gráfico 22. Empresas (Nº), por atividade económica, no concelho de Valença

FONTE: INE, 2010 e 2017

Por sua vez, o Gráfico 22 aponta para a diminuição dos setores empresariais dominantes, nomeadamente o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos, a construção e a indústria transformadora. Atente-se que o período de crise económica terá influenciado tal dinâmica no cluster dos componentes automóvel, setor com bastante expressão no Alto Minho pela grande concentração de grupos multinacionais, fruto da proximidade com a PSA Peugeot-Citroën de Vigo (Galiza, Espanha) e da facilidade de escoamento da produção.

Em sentido contrário, o registo obrigatório na autoridade tributária dos agricultores com atividade comercial, fez aumentar significativamente o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, constituindo, assim, um aumento do número de empresas em nome individual.

Denota-se, que o concelho de Valença possui as maiores extensões de explorações de kiwis de Portugal, com dois grandes núcleos, um em São Pedro da Torre e outro na Veiga de Ganfei e Valença, próximo do Rio Minho.

De referir, no entanto, que a taxa de sobrevivência das empresas tem apresentado nos últimos anos, tal como é possível verificar no Gráfico 23, um aumento contínuo apenas a partir de 2011 até 2013, sendo que até então a tendência foi decrescente, sendo notório que nos anos de 2015, 2016 e 2017 levou a que só cerca de metade das empresas criadas tenha sobrevivido ao fim de 2 anos.

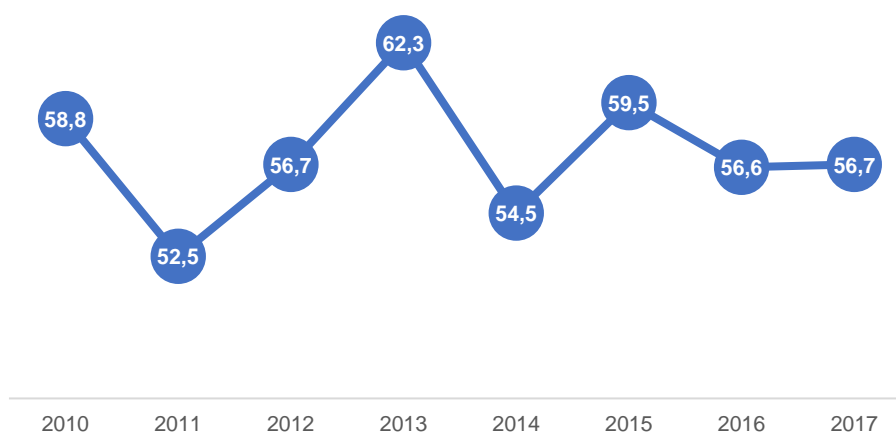


Gráfico 23. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Valença

FONTE: INE, série 2010-2017

Por sua vez, no Gráfico 24 encontra-se expresso o valor dos bens importados e exportados pelas empresas de Valença no período entre 2010 e 2018. Pode observar-se que, neste intervalo de tempo, o valor das exportações foi superior ao das importações, à exceção do ano de 2018, demonstrando, de uma forma empírica, que a venda de bens e de serviços ao estrangeiro pelas empresas existentes no concelho é superior à compra dos bens e serviços.

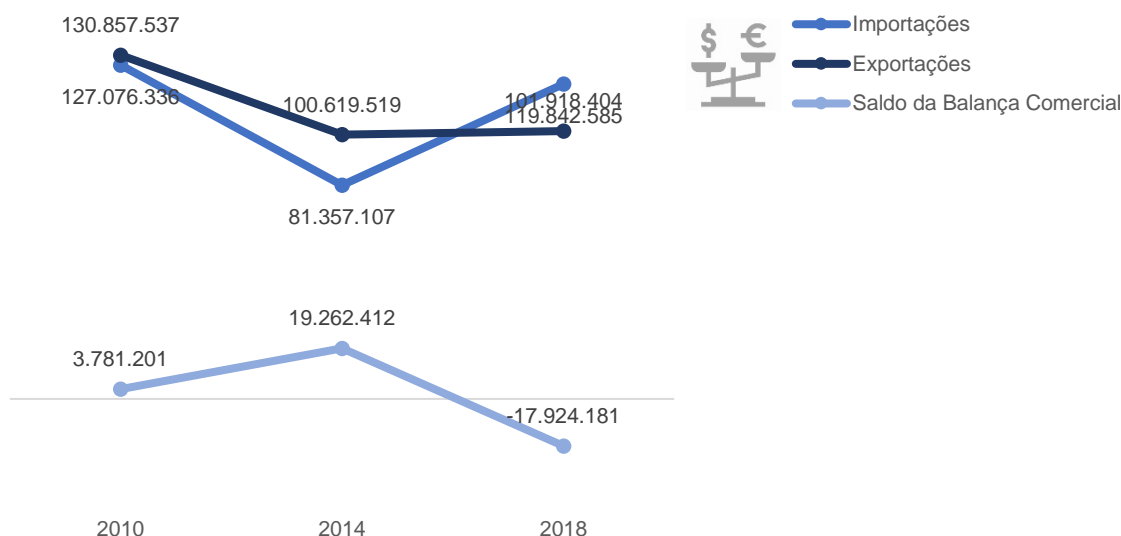


Gráfico 24. Valor dos bens importados e exportados e o saldo da balança comercial (€) no concelho de Valença

FONTE: INE, 2010, 2014 e 2018

Face ao exposto, apresenta um saldo negativo da balança comercial, uma vez que as empresas importaram mais do que exportaram, em 2018. Estes valores de volume de negócios demonstram um tecido económico concelhio pouco vigoroso e em decréscimo na última década.

Tabela 22. Evolução do volume de negócios (€) das empresas, por sectores de atividade, no concelho de Valença

Sector de atividade Económica	2010	2014	2017	Taxa Variação 2012- 2017
<b>Primário - Agricultura, Silvicultura e Pescas</b>	342 097 052	267 442 491	330 590 928	23,6 (%)
<b>Secundário - Indústria</b>	791899	5 762 680	9 469 597	64,3 (%)
<b>Terciário - Comércio e Serviços</b>	9 912 467	4 532 407	22 075 609	387,1 (%)

FONTE: INE, 2010, 2014 e 2017

No âmbito da conjuntura económica mais diretamente relacionada com as empresas e o peso do seu volume de negócios, por sector de atividade, na economia do concelho de Valença, a Tabela 22 evidencia que é o setor primário o mais representativo, mas o terciário também tem um peso significativo no volume de negócios total.

Por sua vez, o setor terciário verifica um crescimento exponencial na ordem dos 387%, mas detém com um peso diminuto no total da receita do tecido empresarial municipal, comparativamente às receitas do setor primário.

Considerando as referidas áreas de especialização produtiva, importa, desta forma, promover

uma articulação sectorial que dinamize a proximidade entre os clusters de especialização do Alto Minho e da Galiza, aproveitando os clusters galegos de maior relevo e cooperando naqueles em que exista um potencial de desenvolvimento conjunto. Importa também referenciar a importância dos apoios dos fundos europeus na dinâmica atual do tecido económico e empresarial local.

No contexto do sistema de incentivos às micro e pequenas empresas com investimentos na região, o NORTE 2020 apoia projetos de qualificação ou internacionalização, inovação e I&DT e ainda o estímulo ao microempreendedorismo - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego.

Assim, no contexto do sistema de incentivos às micro e pequenas empresas com investimentos na região e no concelho, entre 2015 e 2017, Valença conta com 5 projetos de investimento empresarial aprovados, no domínio de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego, aos quais correspondem os financiamentos que se podem aferir na Tabela 23.

Tabela 23. Projetos aprovados (N.º) do Norte 2020 para o concelho de Valença

Concelho	Projetos Aprovados	Investimento Elegível EUR	Apoio UE EUR
Valença	5	601 427,78	349 135,64

FONTE: NORTE 2020, agosto 2019

Por outro lado, são três as tipologias de investimento consagradas e financiadas através dos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER, como se pode verificar na Tabela 24, nomeadamente a qualificação e internacionalização, a inovação empresarial e empreendedorismo e a qualificação e internacionalização.

Tabela 24. Investimentos do fundo FEDER (euros) no concelho de Valença

Domínio Temático	Investimento Total Aprovado	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado
<b>Competitividade e Internacionalização</b>	481 637	481 637	288 982,2
<b>Inclusão Social e Emprego</b>	143 164,78	119 790,78	60 153,44

FONTE: NORTE 2020, agosto 2019

Em síntese, o concelho de Valença integra o centro geoestratégico do Noroeste Peninsular, com uma esfera de influência, entre o Norte de Portugal e a Galiza, sendo o território concelhio dominado pelo fabrico de componentes para a indústria automóvel, que assume uma elevada importância no contexto da sub-região do Alto Minho, pelo seu elevado potencial de crescimento, cujo significado adquire uma maior dimensão se considerarmos a sua inserção suprarregional Galiza, onde o sector automóvel apresenta níveis de desenvolvimento relevante.

No contexto regional em que se insere é um dos municípios com melhores indicadores ao nível do emprego, o que se repercute numa baixa taxa de desemprego, enfatizando o contributo do cluster automóvel para a economia nacional.

Como foi anteriormente referido, nos últimos anos, têm-se vindo a registar algumas melhorias em termos da infraestruturação de acolhimento empresarial no concelho. Iniciativas como o Parque Empresarial de Valença ilustram bem estas melhorias. A empresa municipal que gere o espaço, - a InterMinho<sup>51</sup>, constituída pela Câmara Municipal de Valença, a Associação de Municípios do Vale do Minho e a Associação Empresarial de Portugal (através da sua empresa participada Parqueinvest SA) -, estabeleceu critérios de seleção de empresas candidatas à localização no Parque que exigindo, nomeadamente que:

- *sejam não poluentes e que se enquadrem no espaço envolvente em termos urbanísticos e ambientais;*
- *fomentem a complementaridade das actividades implantadas, visando, nomeadamente, a exploração de sinergias;*
- *tenham capacidade para efetuar investimentos sólidos e consistentes.*

De notar que, embora em termos de volume de negócios seja o setor primário que mais contribui para a balança económica local, é o setor terciário que mais população ativa emprega e que apresenta melhor desempenho, até pelos projetos de investimento com apoio dos fundos europeus que ajudam a uma maior robustez económica local.

Assim, ao avaliar-se a evolução das atividades económicas constata-se a terciarização da economia, sector dominante de empregabilidade. A aposta na captação de novos investimentos tem sido uma das grandes prioridades do concelho que neste momento dispõem do Parque Empresarial de Valença e da Zona Industrial de São Pedro da Torre.

O setor produtivo e industrial é caracterizado por pequenas empresas, quer pelo volume de negócios, quer pelo número de colaboradores que integram. Quanto à força produtiva, verificou-se que à exceção das freguesias onde se concentram os serviços e que tem uma percentagem de pessoas significativa com o ensino superior, a massa laboral concelhia é caracterizada pela baixa escolaridade com a maioria dos trabalhadores só com o ensino básico como habilitações literárias.

---

<sup>51</sup> Fonte: <http://www.interminho.pt>

### 5.4.2. Áreas de Acolhimento Empresarial

A importância do acolhimento empresarial tem merecido uma ampla atenção por parte de diversos documentos e planos orientadores de âmbito nacional e regional. A nível nacional destacam-se o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, PNPOT, e o Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN.

As orientações estratégicas definidas pelo PNPOT para o acolhimento empresarial na região Norte focalizam-se na necessidade de reordenar e de qualificar estas áreas, de forma a disponibilizar espaços de maior qualidade, que promovam a atratividade de investimentos e de recursos qualificados, potenciando as economias de aglomeração e a densificação de interações criativas e inovadoras.

Por sua vez, o QREN, que enquadra a aplicação dos apoios comunitários para a coesão económica e social, e veicula também um conjunto de disposições para o acolhimento empresarial, estabelecendo um conjunto de intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, onde se incluem incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial.

A captação de novos investimentos industriais, para o Parque Empresarial e Zona Industrial de São Pedro da Torre, tem sido uma das prioridades da CMV, reforçando a dimensão de áreas que cada vez se afirmam mais como um dos grandes nichos industriais do Noroeste Peninsular.

Assim, a caracterização e diagnóstico das zonas industriais do município de Valença é indispensável face à importância estratégica destas áreas no modelo de desenvolvimento socioeconómico do concelho.

De referir que as zonas industriais doravante mencionadas no presente capítulo, correspondem às áreas empresariais / industriais existentes e propostas, bem como aos núcleos de concentração industrial, e estão delimitadas na Planta de Ordenamento do PDM em vigor.

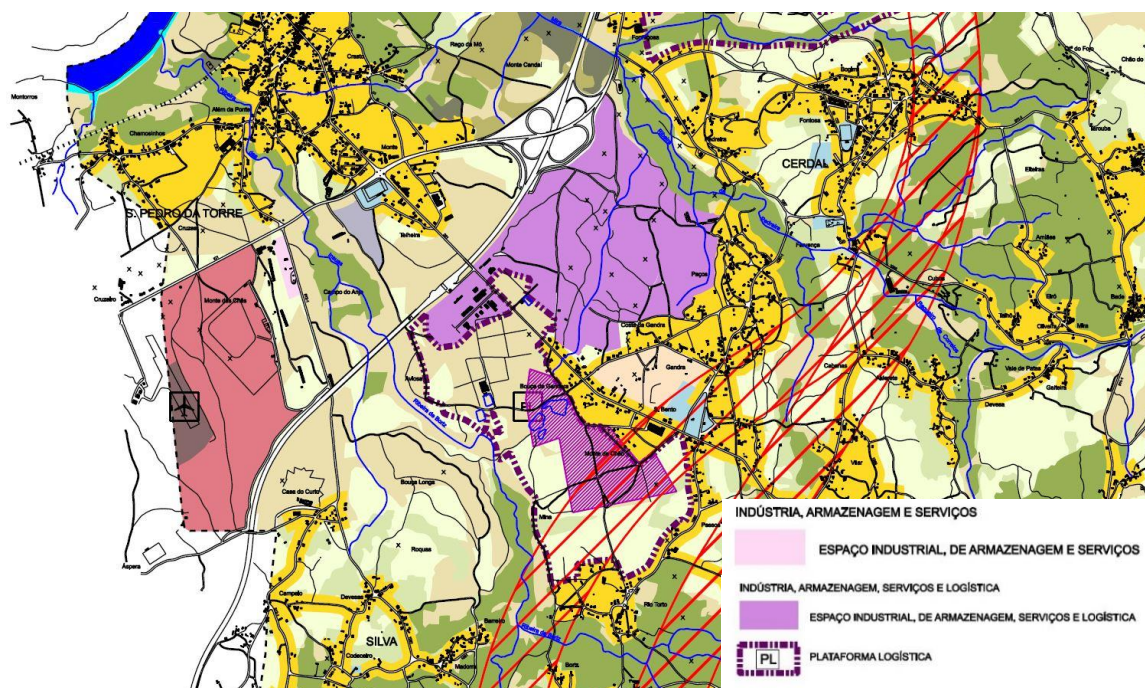


Figura 31. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM (em vigor) de Valença com a delimitação das áreas empresariais e industriais

FONTE: Planta de Ordenamento do PDM de Valença, 2010

Posto isto, no concelho de Valença existem 2 áreas empresariais / industriais e núcleos de concentração industrial, cuja localização é apresentada na figura anterior.

#### 5.4.2.1. Parque Empresarial de Valença (Alto da Forca)

O Parque Empresarial de Valença tem zonas específicas destinadas a instalação de empresas industriais, de serviços administrativos, de armazéns e de oficinas. O Parque encontra-se capacitado para instalar cerca de 20 empresas industriais, entre 6 e 10 armazéns, mais de 20 pequenas oficinas e mais de 20 escritórios de serviços administrativos, estando a gestão da área de acolhimento empresarial a cargo da Entidade Promotora Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais.





Figura 32. Localização da área do Parque Empresarial de Valença (Alto da Forca)

FONTE: Google Earth, 2019

Neste âmbito, quanto aos equipamentos previstos para o Parque, estava perspetivada a construção de uma rede viária com um acesso direto à Estrada Nacional EN 13, a aproximadamente 500 metros do nó de São Pedro da Torre da Autoestrada A 3, rede essa que cobrirá todo o espaço do Parque Empresarial.

Tabela 25. Condições de oferta do Parque Empresarial de Valença

<b>Estado</b>	Ativo
<b>Área global*</b>	893 257 m <sup>2</sup>
<b>Área total para instalação de empresas*</b>	187 439 m <sup>2</sup>
<b>Espaço disponível para instalar empresas</b>	Sim
<b>Disponibilidade de lotes</b>	Sim (45 000 m <sup>2</sup> )
<b>Disponibilidade de pavilhões</b>	Não (0 m <sup>2</sup> )
<b>Disponibilidade de escritórios</b>	Não (0 m <sup>2</sup> )

FONTE: CCDR Norte, 2019

\*A área global, ao contrário da área para instalar empresas, inclui espaços de circulação, equipamentos comuns, espaços verdes de enquadramento e outros espaços da área de acolhimento que não se destinem à instalação de empresas.

Atualmente, o processo de venda da primeira fase do Parque Empresarial de Valença, com 7 lotes industriais, 3 para armazéns e 3 para serviços está concluído. “Este processo permitiu a captação de investimento âncora, na sua maioria estrangeiro, de empresas dos sectores da náutica de recreio, componentes automóveis, embalagens, eletrónica e apoio à construção civil, bem como empresas de logística e serviços de vários ramos que ocupam os 187.430 m<sup>2</sup> desta fase. No total permitiram a criação de cerca de 700 postos de trabalho.” (Boletim Municipal de Valença, Maio 2008)

A InterMinho, sociedade gestora do Parque Empresarial de Valença, está presentemente a fomentar a ocupação da área designada “Zona das Oficinas” que tem como principal finalidade a criação de áreas destinadas aos pequenos empresários locais de forma a promover o desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, PME’s, no Concelho e à concentração das pequenas indústrias atualmente distribuídas pelo município.

### 5.4.2.2. Zona Industrial de São Pedro da Torre

A zona industrial de São Pedro da Torre foi a primeira e única até ao momento zona industrial do concelho, sendo a área de acolhimento empresarial gerida pelo Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro da Torre.

Apresentando um carácter precário, por não estar completa, esta Zona Industrial sofreu ao longo do tempo determinadas vicissitudes formais que impediram uma dimensão qualificadora que a sua localização estratégica lhe confere.

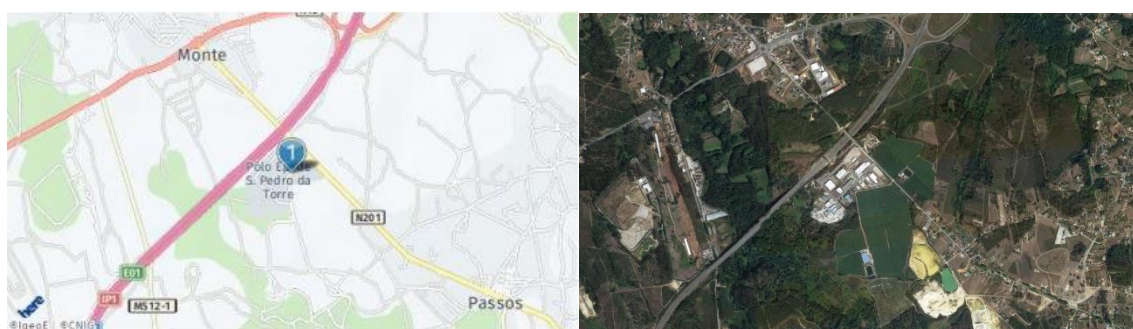


Figura 33. Localização da área do Parque Industrial de São Pedro da Torre, no concelho de Valença

FONTE: Google Earth, 2019

Com efeito, privilegiada na localização face à Plataforma Logística e Industrial de Salvaterra e As Neves, PLISAN, pela proximidade ao nó da A3, Autoestrada Internacional e, futuramente pela existência da Alta Velocidade, este espaço industrial apresenta-se, por estes fatores locativos, como um local geograficamente estratégico com fortes potencialidades de desenvolvimento.

Tabela 26. Condições de oferta do Parque Industrial de São Pedro da Torre

Estado	Ativo
Área global*	117 111 m <sup>2</sup>
Área total para instalação de empresas*	Sem dados
Espaço disponível para instalar empresas	Sim
Disponibilidade de lotes	Sim (3 500 m <sup>2</sup> )
Disponibilidade de pavilhões	Não (0 m <sup>2</sup> )
Disponibilidade de escritórios	Não (0 m <sup>2</sup> )

FONTE: CCDD Norte, 2019

\*A área global, ao contrário da área para instalar empresas, inclui espaços de circulação, equipamentos comuns, espaços verdes de enquadramento e outros espaços da área de acolhimento que não se destinem à instalação de empresas.

O Espaço de Indústria, Armazenagem e Serviços é destinado à ocupação industrial, de armazenagem e serviços, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos nomeadamente comerciais, de equipamento e serviços ou atividades que apenas se poderão instalar em parcelas autónomas das instalações industriais, desde que do facto não resultem condições de incompatibilidade.

Encontra-se ainda previsto um Espaço de Indústria, Armazenagem, Serviços e Logística que se constitui como uma área de potencial localização de empresas de logística, comércio especializado, unidades de armazenagem e de serviços, bem como usos complementares, designadamente espaços comerciais de apoio diário, equipamentos e estabelecimentos hoteleiros.

Estes espaços visam, para além da organização do território, apoiar o desenvolvimento estratégico do Concelho que será fortemente potenciado com o surgimento de novas infraestruturas nomeadamente o TGV e a plataforma logística.

### 5.4.3. Turismo

O turismo, enquanto atividade económica, é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal e depende de uma política assente na valorização do território.

Deste modo, nas sociedades atuais, o turismo detém uma panóplia de efeitos multiplicadores que fomentam o desenvolvimento local e regional, designadamente:

- Promoção do desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Criação de emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões do concelho impõem-se como fundamentais para o desenvolvimento global do território. A base deste impulso passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades que a região oferece.

O turismo em Valença é um sector em crescimento. Muitas são as potencialidades do concelho em termos de património, percursos, artesanato, gastronomia e um sem número de eventos de vária índole, capazes de atrair visitantes e turistas ao município.

Assim, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho profícuo e cooperante pela autarquia e por particulares ligados a esta atividade no sentido da crescente dinamização turística. A oferta diversificada no concelho de programas e atividades turísticas e de lazer tem vindo a ter reflexo nos números e indicadores que caracterizam este território, sendo importante destacar a Fortaleza de Valença, candidata a Património Mundial da UNESCO.

A Fortaleza de Valença enquanto uma das principais fortificações militares da Europa, com cerca de 5 km de perímetro amuralhado, sobranceira ao rio Minho, frente a Tui. Um espaço de convivência galaico-minhoto, comercial e turístico por excelência.

A obra de arquitetura militar abaluartada, cujos primeiros muros remontam a um povoado da Idade do Ferro e que atualmente possui um sistema abaluartado, edificado nos séculos XVII e XVIII.

A fortificação localiza-se no topo de dois outeiros e é formada por dois polígonos: a Magistral (mais antiga) e a Coroada, separados por um fosso, com falsas-bragas, e constando ainda outros elementos da arquitetura militar abaluartada possíveis de observar nesta fortificação, detalhadamente: dez baluartes e dois meios baluartes, cinco revelins, cinco reparos, seis redentes, dois contraguardas, dois cobre-faces, uma tenalha, 34 guaritas, 214 canhoneiras, seis fortes, três poternas, dois paióis e dez casamatas.

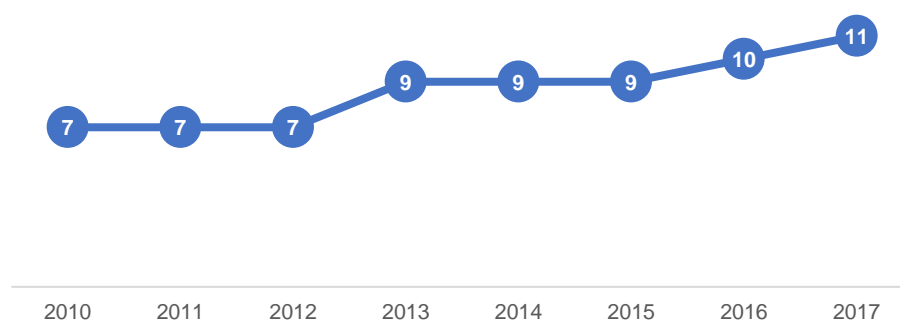
A crescente procura por destinos turísticos, culturais, históricos e naturais cria novas oportunidades e impulsiona a oferta de um turismo alternativo de qualidade, sendo vários os produtos turísticos que Valença tem para oferecer, passando pelas diversas Rotas – itinerários que integram beleza paisagística com circuitos específicos como o dos Caminhos de Santiago ou do Românico, e pelos vários tipos de oferta turística onde o turista entra em contacto com as características locais e com o espaço rural.

Surgem assim, associados às diferentes particularidades presentes no Concelho, vários tipos de monumentos e locais a visitar, tais como:

- Baluarte de Santa Ana;
- Baluarte do Carmo;
- Baluarte Socorro;
- Capela Militar do Bom Jesus;
- Casa do Eirado;
- Estátua de S. Teotónio;
- Fonte da Vila;
- Igreja de Santo Estevão;
- Igreja de Santa Maria dos Anjos;
- Marco Miliário Romano;
- Moradia Régia;
- Paiol do Campo de Marte;
- Portal Champalimaud Nussane;
- Portas da Coroada;
- Portas da Gaviarra;
- Antiga Alfândega;
- Capela do Monte do Faro;
- Convento de Ganfei;
- Cruzeiro do Adro Velho.

Assim, por razões patrimoniais e por estar, claramente, Valença é visitada por milhares de turistas. Sendo, pois, o turismo uma das fortes apostas a ter em consideração num contexto de modernidade em que as exigências de funcionalidade e de comodidade dos espaços urbanos, dos equipamentos e da oferta hoteleira não podem ser descuradas.

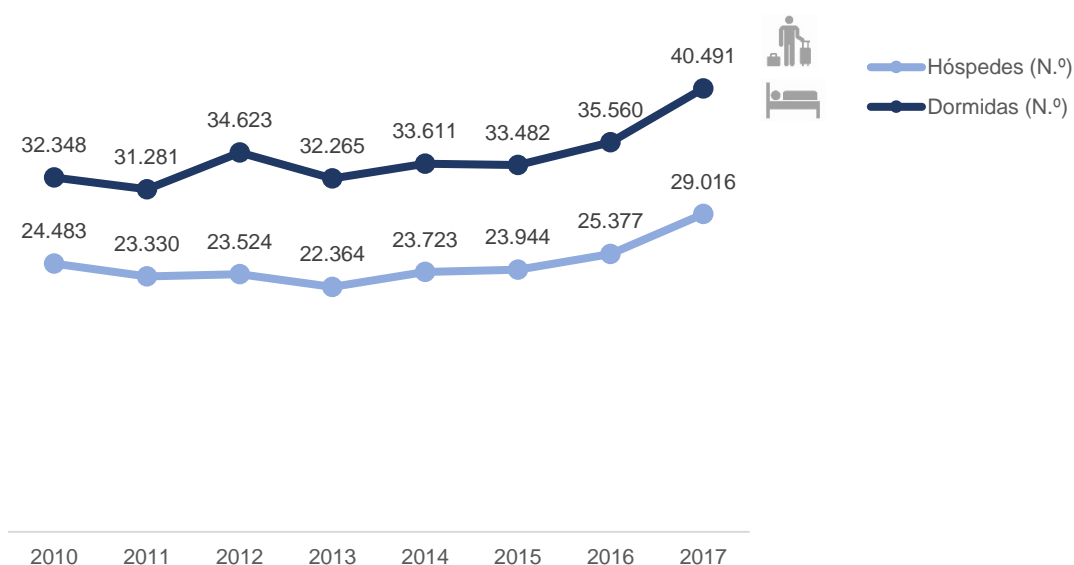
De acordo com os dados estatísticos do Gráfico 25, o número de estabelecimentos hoteleiros no concelho de Valença tem vindo a evoluir no sentido do aumento a partir de 2012, chegando ao ano de 2017 com mais quatro de unidades do que as que detinha até 2012.



**Gráfico 25. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Valença**

FONTE: INE, série 2010-2017

Por outro lado, também se tem verificado uma oferta crescente em termos de alojamento local, o que se traduz no exponencial aumento quer do número de hóspedes, quer do número de dormidas a partir de 2014, conforme identificado no Gráfico 26.



**Gráfico 26. Hóspedes e dormidas (N.º) no concelho de Valença**

FONTE: INE, série 2010-2017

De facto, o setor do turismo pode certamente beneficiar o desenvolvimento do concelho e reequilibrar as dinâmicas territoriais. Por isso, a caracterização dos dados relativos à capacidade e número de unidades de alojamento em Valença tem também por base a análise da estrutura hoteleira.

Tabela 27. Empreendimentos turísticos em Valença (2018)

Empreendimentos Turísticos	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Casa da Eira de Gondomil	8	4	Valença
Casa do Diogo	9	6	Arão
Hotel Padre Cruz	55	31	São Pedro da Torre
Hotel Val Flores	61	31	Valença
Hotel Valença do Minho	72	36	Valença
Lara Hotel – Sociedade Turística do Minho, Lda.	108	54	Valença
Pousada de São Teotónio	36	18	Valença
Quinta da Devesa	8	4	Cerdal
Quinta Grande da Raposeira	12	6	Valença

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Com a informação proveniente do Turismo de Portugal, verifica-se que o alojamento turístico é diversificado, mas sobretudo localizado na vertente oeste do concelho.

Contudo, vários anos passaram e o panorama, entre 2012 e 2018, densificou-se, nomeadamente com o facto de o alojamento local ter ganho um considerável número de registos, estendendo-se a todo o território, tal como se pode verificar na Tabela 27 e Tabela 28.

Tabela 28. Unidades de Alojamento local em Valença (2018)

Alojamento Local	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Quinta Estrada Romana	18	18	Cerdal
Alojamento da Vila	17	20	Valença
BU – Casa da Urgeira	7	9	Valença
Bulwark	17	19	Valença
Caminho Central	2	6	Valença
Casa Augusta	3	12	São Pedro da Torre
Casa Balerdi	4	7	Arão
Casa Canta Galo I	5	9	Ganfei
Casa Canta Galo IV	5	8	Ganfei
Casa da Quinta Nova	5	9	Friestas
Casa das Acácias	5	6	Ganfei
Casa de Alderete	4	4	Valença
Casa de Calinha	4	7	Ganfei
Casa de Fajacos	5	8	Gondomil

Alojamento Local	Capacidade	Unidades de alojamento (Nº)	Freguesia
Casa de Gandra	1	2	Gandra
Casa de Joaquina	2	3	Cerdal
Casa do Avó Manuel	6	12	Valença
Casa do Moinho	4	8	Valença
Casa do Pinheiro Manso	2	4	Valença
Casa do Poço	9	14	Valença
Casa do Sapateiro	3	6	São Julião
Casa no Caminho de Santiago	3	6	Valença
Casa Sivana	2	4	Silva
Casas Novas	3	4	Cristelo Covo
Domus Avocat	3	5	Valença
Entre Caminhos	5	9	Cristelo Covo
Hillside	2	2	Valença
ValençaLiiving in Valença   A Casinha	3	4	Valença
Lumar	2	4	Valença
New House Valuel	10	10	Valença
Pilgerpause	6	14	Valença
Quinta de Real	20	24	Fontoura
Quinta do Caminho	27	34	Cerdal
Relajante Apartamento con Encanto y Vistas	2	6	Valença
Residencial Portas do Sol	8	16	Valença, Cristelo Covo e Arão
Residencial STOP	10	20	São Pedro da Torre
St. Peter Cottage	2	4	São Pedro da Torre
Valença – Caminho de Santiago	3	6	Valença
Villa Abel	5	6	Valença
Villa de Fajacos	4	7	Gondomil
Yavanna	4	6	Fontoura
Yavanna Portugal	4	6	Fontoura

FONTE: Registo Nacional de Turismo, 2019

Por sua vez, os proveitos totais exibidos, como seria de esperar, apresentam um crescimento a cada ano, indo ao encontro da curva apresentada no Gráfico 27.





**Gráfico 27. Proveitos totais (€ milhares) dos estabelecimentos hoteleiros no concelho de Valença**

FONTE: INE, série 2010-2017

Face ao exposto, tudo aponta que a cultura e o turismo continuarão a ser uma das grandes apostas da Autarquia na promoção e apoio de iniciativas, projetos e ações que visem o desenvolvimento cultural e o alargamento das potencialidades, assumindo efetivamente um papel relevante no dinamismo do concelho.

## 5.5. Redes de Conetividade

A criação de dinâmicas em rede potencia a concretização efetiva de um sistema de transportes e de comunicação que interligue os diversos lugares do território com as atividades económicas, propiciando o crescimento das designadas economias de escala, que garantam fatores de sucesso e de competitividade, apenas conseguidas por intermédio de melhores condições de acessibilidade e mobilidade, quer a nível concelhio, quer supramunicipal.

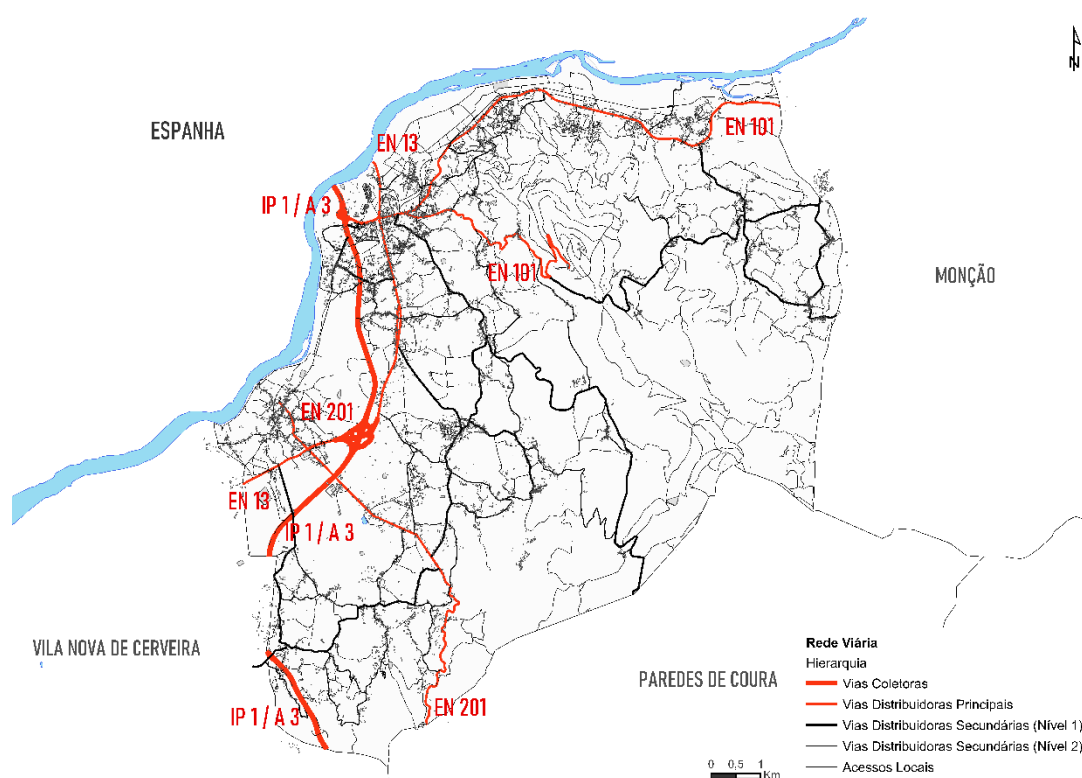
De facto, esta temática constitui hoje em dia um dos temas centrais das políticas de planeamento e ordenamento do território na medida em que se pretende reequacionar os desafios inerentes à qualificação urbanística e à sustentabilidade ambiental, energética e económica.

Deste modo, será apresentado o enquadramento rodoviário e ferroviário do concelho de Valença, entendendo-se pertinente aferir sobre as ligações das infraestruturas no estabelecimento de conexões intra e extra município. Além disso, realizar-se-á a análise aos padrões e fluxos de mobilidade da população, atendendo às características dos movimentos pendulares, assim como a contextualização do sistema de transportes públicos coletivos e as dinâmicas desenvolvidas no âmbito da mobilidade suave e ativa.

### 5.5.1. Rede Rodoviária

A topografia do Concelho de Valença foi um fator determinante quer na implantação e traçado das infraestruturas, particularmente ao nível da rede viária. Excetuando a orla Poente e Norte do Concelho, ou seja, as áreas mais próximas do Rio Minho, a parte menos acidentada topograficamente e com as cotas mais baixas, verifica-se que partindo desta zona para o interior as cotas sobem e o relevo torna-se mais acidentado dando lugar a formações montanhosas, onde as condições topográficas tornam difíceis a construção de vias e a implantação de aglomerados urbanos de dimensão considerável.

Assim, relativamente às condições de acessibilidade, o município de Valença comporta como eixos principais o IP 1/A3, IC 1 a EN 13, a EN 101 e a EN 201, os quais possibilitam a ligação entre os aglomerados urbanos com maior expressão que surgem essencialmente junto à orla do Concelho que confina com o Rio Minho, e com os concelhos contíguos e a Espanha.



**Figura 34. Rede rodoviária no concelho de Valença**

Fonte: CMV (2019)

Neste contexto, a Figura 34 apresenta a infraestrutura rodoviária principal, identificando a capacidade viária instalada em Valença, que é constituída por:

**a) Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais)**

- IP 1 / A3 - Valença-Castro Marim | Atravessa o Concelho longitudinalmente (orientação Norte - Sul) na sua faixa Poente.

**b) Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares e Estradas Nacionais)**

- IC 1 - Caminha-Guia | O traçado desta via estende-se de Caminha a Albufeira pela faixa litoral do País, assegurando a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, estando prevista a construção do troço entre Caminha e Valença.
- EN 13 - São Pedro da Torre (IC 1) – Valença | Conecta a esta do concelho de Vila Nova de Cerveira
- EN 101 - Valença – Mesão Frio | Estabelece a ligação entre a sede de concelho e Monção
- EN 201 - São Pedro da Torre-Braga | Faz a ligação ao concelho de Paredes de Coura

Estas ligações são essenciais por constituírem um suporte do sistema de mobilidade de pessoas e mercadorias. A par da coesão territorial está associada a coesão social, para a qual o sistema de transportes e a atuação ponderada nesse mesmo sistema, contribuem. Há ainda a distinguir, ao nível da respetiva importância na hierarquia viária, duas categorias de vias distribuidoras secundárias:

- Nível 1 – Estabelecem as ligações da rede principal municipal às sedes de Freguesia assim como a ligação entre estas: EM 506, EM 508, EM 508-1, EM 509, EM 510, EM 511, EM 511-1, EM 511-2, EM 512 e EM 512-1;
- Nível 2 – Estabelecem acessibilidade aos diferentes lugares a partir das sedes de freguesia e da rede municipal secundária; promovem a articulação entre lugares: CM 1033, CM 1033-1, CM 1033-2, CM 1045, CM 1046, CM 1047, CM 1047-1, CM 1047-2, CM 1048, CM 1048-1, CM 1049, CM 1050, CM 1051, CM 1052, CM 1053, CM 1054, CM 1055, CM 1056, CM 1057, CM 1057-1, CM 1058, CM 1059, CM 1060, CM 1061, CM 1061-1, CM 1062, CM 1062-1, CM 1062-2, CM 1063 e CM 1063-1.

Assim, o concelho de Valença encontra-se satisfatoriamente servido de vias de comunicação, pois as áreas do concelho que apresentam uma maior ocupação é onde se encontram implantadas a maior parte das atividades produtivas.

No entanto, as condições de acessibilidade tornam-se mais delicadas no interior do concelho, nas ligações entre lugares. O entendimento é claro de que a mobilidade de pessoas, associada a outras

vantagens – mobilidade de emprego, da habitação, e outras – constitui uma peça essencial da competitividade económica dos indivíduos, das empresas e dos territórios.

De acordo com o PRN, prevê-se que o IC 1 se estenda de Caminha a Valença, mais precisamente até ao nó do IP 1 em São Pedro da Torre.

Torna-se contudo fundamental estudar o traçado a adotar, a este nível haverá que fazer todos os esforços para que o traçado do IC 1 neste troço não coincida com o da atual EN 13 pois esta via, por diferentes motivos a seguir explicitados, já não oferece condições para se poder vir a transformar num itinerário complementar com os requisitos técnicos e níveis de serviço característicos deste tipo de itinerários.

Com a construção do IC 1 com traçado próprio, possibilitar-se-á ainda a requalificação da atual EN 13 numa via com características mais urbanas, com um perfil transversal mais adequado à ocupação marginal e tipo de tráfego que suporta.

A VNV - Variante Nascente de Valença – trata-se de uma proposta que já tinha sido efetuada no anterior PDM. A construção desta via para além de possibilitar o descongestionamento no centro da Cidade e a requalificação do troço mais próximo da sede de Concelho da atual EN 13, estabelecerá uma ligação direta entre as duas vias da rede municipal principal a EN 13 e a EN 101, dando assim maior continuidade e coerência à rede principal e facilitando a articulação do Concelho.

O estado de conservação dos pavimentos destas vias apresenta-se satisfatório, mas já no que se referem às suas características técnicas registam-se alguns problemas / deficiências, em determinados troços, nomeadamente:

- *O perfil transversal nalguns dos troços, particularmente naqueles que apresentam uma maior ocupação marginal, deveria ser requalificado, com a introdução de passeios e disciplinando os atravessamentos pedonais;*
- *Corrigir e melhorar algumas das inserções de vias com uma menor importância hierárquica que constituem pontos de perigosidade (através da abertura dos cruzamentos e/ ou entroncamentos, de sinalética adequada, e da criação de faixas de aceleração e de mudança de direção), e evitar a abertura de novas inserções;*
- *Nas zonas com uma maior ocupação marginal procurar reduzir os acessos diretos de lotes à via, sempre que possível através da criação de vias de serviço;*
- *Melhorar / corrigir o traçado de algumas curvas que se apresentam bastantes fechadas nomeadamente na EN 101.*

Deste modo, apresenta-se as intervenções consideradas para a rede rodoviária:

#### Rede Coletora

- Prolongamento do IC1, tal como preconizado no PRN 2000, até Valença (EN101), constituindo uma alternativa à EN13, promovendo deste modo este eixo urbano do rio Lima.

#### Rede Distribuidora Principal

- Beneficiação das ligações a seguir apresentadas, promovendo a mobilidade e acessibilidade dos respetivos municípios e, conseqüentemente, da região: Qualificação da ligação Valença-Monção-Melgaço.

De mencionar que neste âmbito, várias têm sido as iniciativas por parte da CMV no que respeita à beneficiação e infraestruturação da rede viária.

Notamos a existência de várias ações no âmbito da rede viária no concelho de Valença, por desenvolver, no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020:

- Construção do troço IC1 (A28) de Caminha a Valença;
- Circuitos de transporte transfronteiriço;
- Ligação rodoviária, pelo prolongamento do IC 28, entre Caminha e Valença;
- Melhoria dos níveis de serviço de vias críticas para a competitividade local (à Plataforma
- Logística e Empresarial de Valença);

O Programa Local de Promoção de Acessibilidade de Valença foi desenvolvido em 2012 e permitiu criar um conjunto de medidas que procuraram garantir a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas, sociais e psicológicas que prejudicavam a vida de todos aqueles com mobilidade reduzida.

### 5.5.2. Rede Ferroviária

O concelho de Valença é servido pela infraestrutura ferroviária nacional concretizada pela Linha do Minho, com ligação internacional a Vigo, em via larga única, cujos pontos notáveis são o Porto, Nine e Viana do Castelo. No concelho localizam-se dois pontos de paragem, nomeadamente: Estação de São Pedro da Torre e Estação Internacional de Valença.

Neste particular, Valença assume-se como um ponto fulcral no funcionamento e exploração desta linha, tendo a importância de ser um ponto terminal das viagens nacionais, e o último ponto de paragem em Portugal, sendo estação de fronteira. A infraestrutura ferroviária foi reduzida nos últimos

anos, com o encerramento do troço que concretizava a extensão ferroviária até Monção, entretanto transformada num corredor ecológico denominado por ecopista.

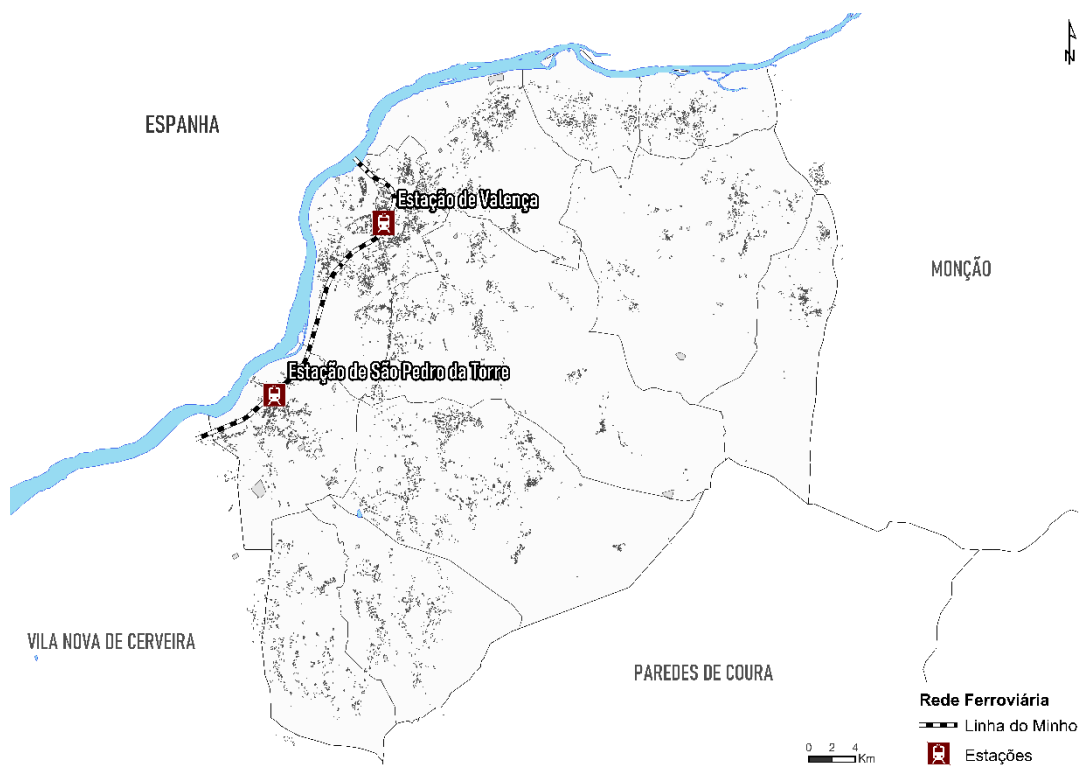


Figura 35. Rede ferroviária no concelho de Valença

FONTE: CMV (2019)

### Modernização da Linha do Minho (Plano de Investimentos Ferrovia 2020)

O projeto de modernização da Linha do Minho visa reforçar a mobilidade de pessoas e bens nas regiões do Grande Porto e do Alto Minho e destas com a Galiza.

A Linha do Minho integra-se na “*comprehensive network*” da Rede Transeuropeia de Transportes, (RTE-T), tratando-se de uma ligação transfronteiriça de carácter estratégico para o país e em particular para a região norte de Portugal, já que serve de suporte aos movimentos de mercadorias e passageiros que têm Espanha como origem ou destino.

Também pelo facto de se localizar no *hinterland* do porto de Leixões (porto “core” do corredor Atlântico), a linha do Minho assegura, numa perspetiva intermodal/multimodal os fluxos de mercadorias entre o porto de Leixões e Espanha, nomeadamente com a região da Galiza, devendo, ser considerada como um eixo complementar ao Corredor Atlântico (“Core Network”).

As intervenções planeadas na Linha do Minho foram também identificadas como um dos investimentos prioritários pelo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+).

O projeto de modernização da Linha do Minho compreende intervenções já concluídas e intervenções em planeamento.

#### Intervenções Concluídas:

- *Variante da Trofa;*
- *Modernização do troço Nine-Valença Fronteira (fase 1 – conclusão: dezembro de 2013).*
  - *Reabilitação da superestrutura de via entre Seixas e Valença, numa extensão de 23,6 km (não incluindo intervenções em passagens de nível e desnivelamentos) e alteamento da gare das Estações de Caminha e S. Pedro da Torre, na Linha do Minho;*
  - *Modernização dos túneis S. Miguel da Carreira, Tamel, Santa Lucrécia e Caminha;*
  - *Requalificação das pontes Eiffel (Viana do Castelo) e Internacional de Valença;*
  - *Supressão e automatização de passagens de nível e construção de passagens desniveladas (entre 2007 e 2012 foram reclassificadas 3 PN e suprimidas 16, originando a construção de 11 passagens inferiores, 2 passagens inferiores pedonais e a melhoria das alternativas existentes e da visibilidade dos comboios).*

#### Principais Intervenções em Planeamento:

- *Modernização do troço Nine/Valença Fronteira (fase 2 – previsão de conclusão: 2019);*
  - *Eletrificação e instalação de sistemas de sinalização eletrónica, telecomunicações e controlo de velocidade em toda a extensão (96 km);*
  - *Adequação de layouts/alteamento de plataformas de passageiros;*
  - *Automatização e supressão de passagens de nível;*
  - *Construção e adequação de novas estações técnicas;*
  - *Construção de nova subestação de tração elétrica em Vila Fria;*
  - *Intervenções nas estações de modo a permitir o cruzamento de comboios de mercadorias com 750 metros.*
- *Quadruplicação do troço Contumil/Ermesinde.*

A Modernização da Linha do Minho é um dos projetos prioritários definidos no Programa Ferrovia 2020 que pretende privilegiar os investimentos que contribuam para o aumento da competitividade da economia, designadamente, reduzindo custos de contexto das exportações nacionais e, consequentemente, fomentado o crescimento da atividade económica, a empregabilidade e o desenvolvimento do tecido empresarial português.

A presente ação integra a candidatura submetida no âmbito do COMPETE 2020, com a designação “Linha do Minho - Modernização do troço Viana do Castelo - Valença, referente à qual se prevê um financiamento comunitário de 85%.

A Linha do Minho atravessa áreas de cariz alternadamente urbano e rural onde o povoamento disperso é predominante. A via desenvolve-se em territórios aplanados evitando as áreas de hipsometria mais elevada onde seria difícil vencer os desníveis sem recorrer a obras de arte de grande envergadura, de execução difícil à época da sua construção, segunda metade do século XIX. Esta modernização da linha do Minho, porém, é bastante mais do que a sua eletrificação. Para ficar completa falta ainda instalar modernos sistemas de comunicação e de sinalização eletrónica.

A Linha do Minho integra o corredor Eixo Atlântico e a concretização do projeto de modernização reveste-se de extrema importância na ligação da rede ferroviária nacional a Espanha, nomeadamente na ligação a Vigo, aumentando a capacidade exportadora de mercadorias do país.

### 5.5.3. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População

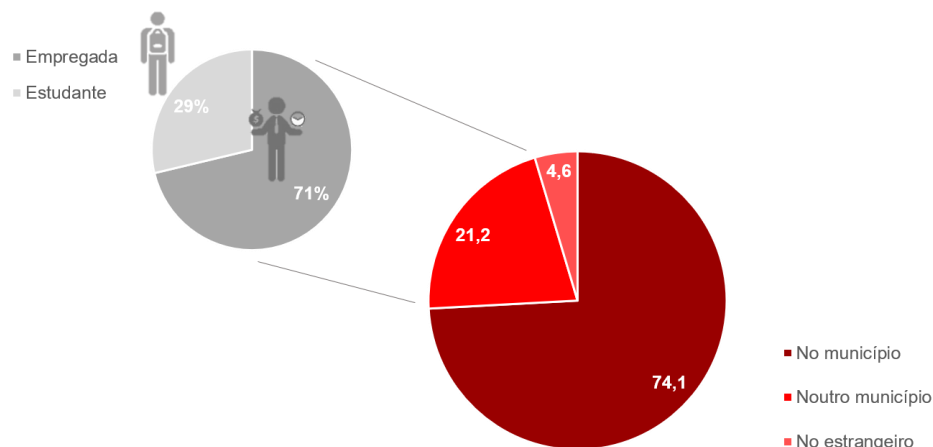
A natureza, o ritmo e a intensidade dos movimentos pendulares constituem um importante contributo para a dinamização da economia local.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, em regra, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal, o quotidiano dos indivíduos. Em busca de melhores condições de trabalho ou então por questões académicas, muitos indivíduos são impulsionados a transpor frequentemente os limites territoriais do município em que residem.

Tendo em consideração a localização estratégica de Valença, que tem permitido a captação e fixação de grandes unidades indústrias, prever-se que esta vertente em conjunto com o ensino possa ser uma mais valia para a dinâmica económica local.

Outra das vertentes que contribui para a dinamização da economia local é a natureza, o ritmo, e a intensidade dos movimentos pendulares.

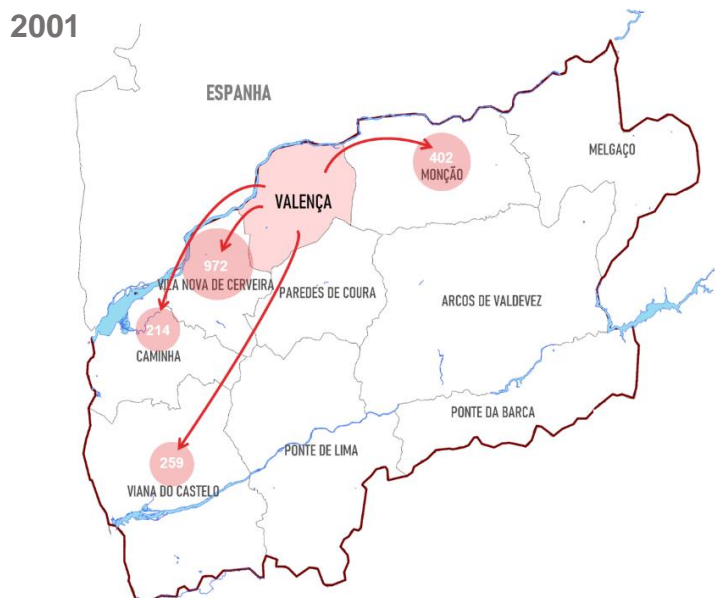


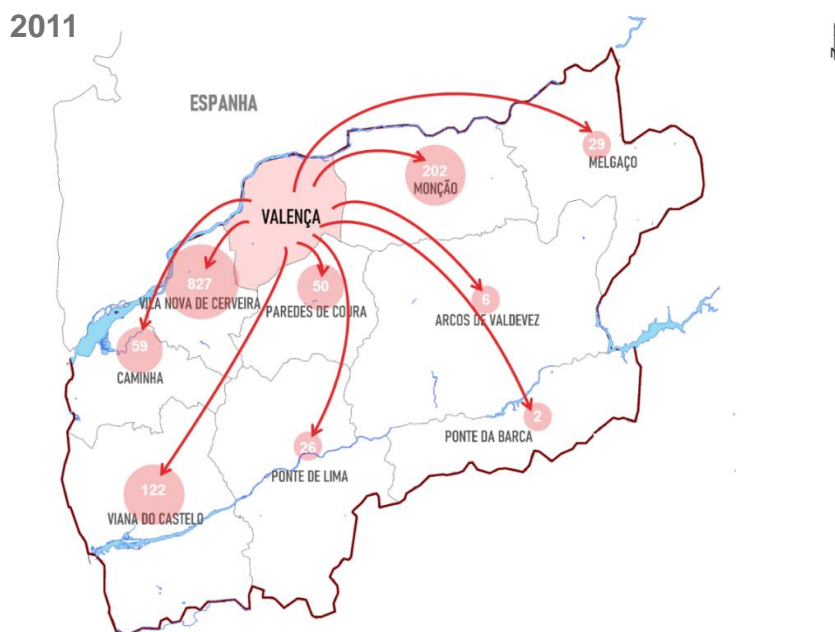


**Gráfico 28. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Valença**

FONTE: INE (2011)

De facto, os movimentos pendulares podem ser indicadores interessantes de decadência ou do dinamismo económico, explicando relações entre lugares distintos, as desigualdades sócio-espaciais, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de equipamentos e serviços. Assim, no Gráfico 28, que apresenta a percentagem da população que trabalha ou estuda, segundo o local de trabalho ou estudo, constata-se que 5 715 (74%) habitantes não necessitam de sair do concelho. Contudo, há 1 636 (21%) pessoas que se descolam para outro município para trabalhar ou estudar, sendo que mais de 2/3 são trabalhadores.



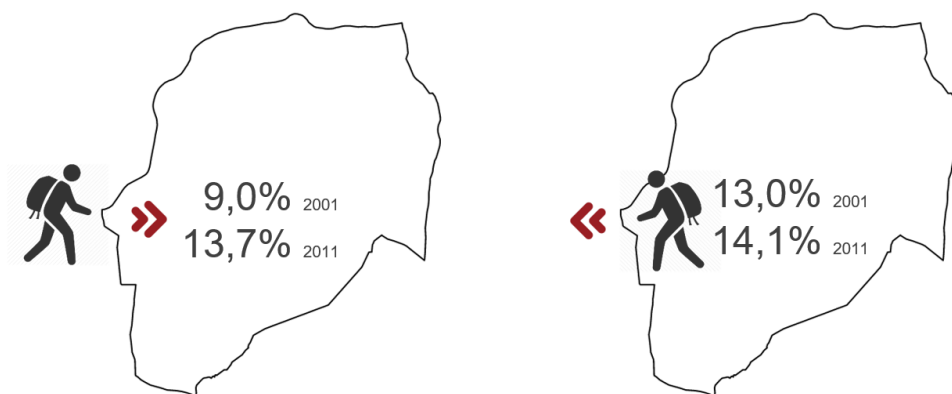


**Figura 36. Principais fluxos externos da população residente do concelho de Valença que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar (N.º)**

FONTE: INE (entre 2001 e 2011)

De notar ainda, que Valença encontra-se em contexto urbano de inter-relacionamento com Espanha, que importa qualificar, não descurando o importância das relações intermunicipais com os concelhos vizinhos (Figura 36).

Importa mencionar também o facto de se registar uma elevada porção de população residente, que trabalha ou estuda, a deslocar-se para Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Monção, que é reflexo do favorável sistema rodoviário e ferroviário existente no concelho de Valença.



**Figura 37. População que entra e sai (%) do município, para trabalhar ou estudar, no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2001 e 2011

Por sua vez, na é possível observar a proporção de população residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas e saídas do município. Verifica-se, deste modo, que Valença apresenta em 2001 e 2011, um valor de população que sai para trabalhar ou estudar superior àquele que entra.

Este fenómeno reflete as recentes dinâmicas demográficas, nomeadamente as deslocações motivadas pela necessidade de obtenção de níveis superiores ou especializados de ensino e também a carência de emprego dentro dos limites concelhios, uma vez que, como evidenciado anteriormente, é a população trabalhadora que mais sai do concelho.

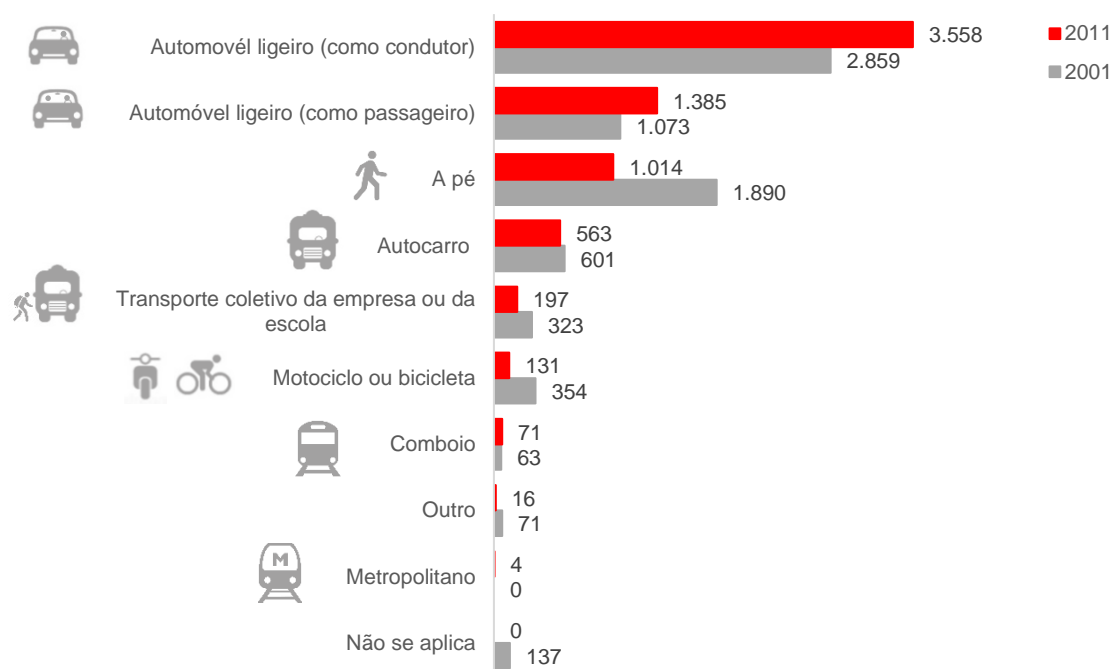


Gráfico 29. Modo de transporte mais utilizado (N.º) nos movimentos pendulares no concelho de Valença

FONTE: INE, 2001 e 2011

No que respeita ao modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, verificando o Gráfico 29, relativamente a 2001 deteta-se o domínio do uso do automóvel ligeiro (como condutor) (39%), situação esta que não sofreu alterações em 2011, uma vez que a utilização do automóvel ligeiro como condutor (51%) passou a representar a preferência da população residente em Valença, contrariando os conceitos de sustentabilidade.

Constata-se, também, que no concelho os modos suaves, designadamente, pedonal e ciclável têm assumido pouca expressividade, registando-se também uma menor utilização dos transportes públicos.

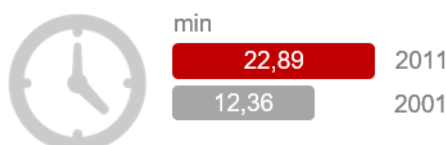


Figura 38. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Valença

FONTE: INE, 2001 e 2011

Além disso, a Figura 38 assinala que a duração média das deslocações entre 2001 e 2011 aumentou.

A cidade depara-se, assim, com um conjunto de problemas de congestionamento, que perturbam compreensivelmente os níveis quantitativos e qualitativos afetos à mobilidade e que na sua base são correlacionáveis com as seguintes questões:

- Modelo de planeamento implementado;
- Elevada taxa de motorização e de utilização do transporte individual;
- Ausência de gestão do estacionamento ou de controlo do estacionamento ilegal;
- Dificuldade de transferência do modo individual para o transporte público.

Este conjunto de constrangimentos supra identificados deverá reconhecer a criação de um quadro estratégico de medidas a implementar e a desenvolver no âmbito da mobilidade, nomeadamente:

- Promoção eficaz de soluções de articulação entre o transporte individual e o transporte coletivo, sobretudo entre áreas novas de urbanização difusa e a cidade consolidada;
- Densificação dos eixos e dos territórios de expansão recente que permita a expansão dos serviços de transporte coletivo;
- Promoção dos percursos pedestres e cicláveis, contemplados no desenho de novos espaços públicos, eliminando as situações de conflito com outras formas de mobilidade;
- Melhoria das ligações (infraestruturas viárias, zonas de estacionamento e serviços de transporte coletivo) com os territórios envolventes reforçando a coesão funcional ao nível micro e macro territorial.

Esta abordagem centrada na mobilidade pretende promover uma visão do concelho integrada a partir de diferentes perspetivas que envolvem políticas/estratégias de mobilidade, tendo presente os aspetos ambientais, sociais e económicos.

Neste contexto, importa destacar a relevância que o Decreto-Lei n.º 60/2016 de 8 de setembro, - que fixa as regras para a implementação de serviços públicos de transporte de passageiros flexível, TPF - , pode ter em territórios como o de Valença, na medida em que constitui uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, colmatando limitações no transporte público convencional, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor procura.

O TPF pode realizar-se através de percursos predefinidos e/ou flexíveis nas componentes de itinerários, paragens e horários. De referir que enquanto transporte a pedido, o TPF pode ser efetuado por solicitação do passageiro, diretamente ao longo do percurso, em paragens preestabelecidas, ou através de reservas.

## 5.5.4. Sistema de Transportes Públicos

A oferta de transportes públicos de passageiros em modo rodoviário e à escala regional, assenta em carreiras de carácter interurbano operadas por empresas que obtêm licenças junto da autoridade nacional de transportes (DGTTF).

A situação genérica das empresas de transporte público interurbano de passageiros é relativamente pouco desafogada, não havendo margem para novos investimentos, caracterizando-se a evolução recente por uma atitude de contenção de custos da qual resulta o encerramento de carreiras não rentáveis nas zonas rurais fora dos eixos de ligação interurbana.

Algumas carreiras subsistem devido a uma componente associada ao transporte de alunos, cuja operação se revela extremamente deficitária fora dos períodos letivos, deixando populações isoladas, em que a alternativa é o recurso ao transporte público individual (táxi) ou a outras soluções menos ortodoxas.

Assiste-se a uma situação indefinida de operação sobreposta relativamente aos transportes escolares e aos transportes gerais, onde o surgimento de soluções próprias de transporte (escolar e não só), por várias entidades (autarquias, associações e outras), causa, na opinião dos operadores, um enfraquecimento quer por perda de passageiros no serviço regular (para o transporte individual), quer por perda de novos nichos de mercado.

## 5.5.5. Aeródromo

O Aeródromo de Cerval, localizado entre Vila Nova de Cerveira e Valença, motiva o empenho das duas autarquias na sua potencialização e requalificação, para melhorar as condições de segurança, funcionalidade e comodidade e para reforçar a sua capacidade no contexto da Península Ibérica.

O Aeródromo de Cerval possui uma localização estratégica no contexto do Alto Minho e do sul da Galiza. Com certificação, para aviação de ultraleves, pelo I.N.A.C., Instituto Nacional de Aviação Civil, em 11 de fevereiro de 2009, permite realizar eventos e receber aviões e pilotos de vários pontos do país e da Europa.

As Câmaras Municipais de Valença e Vila Nova de Cerveira assinaram um acordo de cooperação para a requalificação do Aeródromo de Cerval, em 9 de julho de 2016. Esta parceria pretende dotar a infraestruturas de melhores condições de segurança e acesso, dado o seu papel estratégico ao nível económico, pela proximidade às zonas industriais, e turístico pela forte ligação a Galiza.

As obras de requalificação da estrutura, nomeadamente a pavimentação e aumento da pista, para os 750 metros, vão permitir melhorar as condições de segurança, funcionalidade e comodidade do Aeródromo, bem como reforçar a sua capacidade no contexto da Península Ibérica. As intervenções programadas vão abrir novas janelas de oportunidade à criação de condições para a realização de voos turísticos, reforçar o apoio à proteção das florestas da região, bem como acolher aviões ligeiros.

Atualmente, as Câmaras de Valença e Vila Nova de Cerveira vão criar um centro intermunicipal de proteção civil em Cerval, local onde está instalado um aeródromo partilhado pelos dois concelhos. O novo centro, visará a partilha de meios e recursos afetos aos dois municípios” em matéria de Proteção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Enquanto instrumento de cooperação, o Aeródromo de Cerval pode ainda estabelecer parcerias de colaboração com outros agentes de proteção civil no âmbito do Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais e demais matérias da competência da Proteção Civil no Alto Minho.

O desenvolvimento sustentável dos territórios tem de ser trabalhado pela concertação entre os municípios. Por isso, as boas relações institucionais e as sinergias supramunicipais já encetadas entre as duas câmaras municipais justificam esta aposta numa área de capital importância, como é a Proteção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios

## 5.5.6. Mobilidade Suave e Ativa

O Município de Valença aderiu à Rede Cidades e Vilas de Excelência a 5 de fevereiro de 2014, nas vertentes de Cidade ou Vila de Regeneração e Vitalidade Urbana e Cidade ou Vila Turística, com medidas estratégicas, nomeadamente:

1. *Organização e implementação de ações de dinâmica económica local e inversão positiva da procura em meio urbano através do conceito de Centro Comercial ao Ar Livre mapeando a(s) área(s), desenvolvendo a estratégia e as parcerias e criando dinâmicas adequadas;*
2. *Intervenções de qualificação do espaço público ou no edificado, potenciadoras da recuperação dos espaços económicos e socioculturais envolventes.*

### Políticas de Mobilidade

A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos da cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como o direito à Qualidade de Vida, à Dignidade

Social e à Capacidade Civil, bem como à Igualdade de Oportunidades no acesso à Educação, à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livre e ao Trabalho.

### **Ecopista do Rio Minho**

Esta via possibilita/possibilitará a circulação a pé ou de bicicleta, apresentando uma orografia suave. As paisagens agrícolas são predominantes, com particular destaque para a vinha e para a presença do rio Minho, com as suas pesqueiras, praias fluviais e ínsuas, e, no caso dos troços de Monção e Valença, podem observar-se os apeadeiros e estações da antiga linha que ligava estes dois concelhos. Existem diversas infraestruturas associadas, como pontes férreas, abrigos, sanitários, bebedouros e papelarias;

### **Rede Ciclável de Valença**

Esta operação encontra-se enquadrada na tipologia (i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas e a tipologia (iii) a melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, em matérias como a qualidade do serviço prestado, a acessibilidade de peões e bicicletas, a organização funcional e a inserção urbana no território, tendo em vista o reforço da utilização do transporte público e dos referidos modos suaves não motorizados.

Este projeto respeitando os princípios de uma política ativa de Mobilidade sustentável, que o município, começou a encetar em 2004, com a realização da premida ecopista, assenta por base nos critérios da mobilidade sustentável nos centros urbanos, criando-se novos troços de uma rede ciclável e pedonal interna na Cidade de Valença que liga o Centro histórico e a zona central da Cidade de Valença.

A nova rede ciclável vai nascer com 2800 metros e um investimento previsível de 636 mil euros. A obra avançará, ainda, ao longo de 2019 e terá um prazo de execução de um ano.

O novo percurso ciclável ligará as Portas do Sol, na Fortaleza de Valença, ao Centro Coordenador de Transportes, Estação dos Caminhos de Ferro / praça de táxis, Centro de Interpretação da Ecopista do Rio Minho e à ESCE – Escola Superior de Ciências Empresariais. A obra decorre no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valença e pretende criar um corredor ciclável ligando o centro histórico, com a área central da cidade e os principais pontos de fluxo de mobilidade da cidade”.

O novo percurso ciclável ligará as Portas do Sol, na Fortaleza de Valença, ao Centro Coordenador de Transportes, à Estação dos Caminhos de Ferro / praça de táxis, ao Centro de Interpretação da Ecopista do Rio Minho e à ESCE – Escola Superior de Ciências Empresariais.

### **Requalificação da Avenida dos Combatentes**

No âmbito desta intervenção a avenida dos Combatentes da Grande Guerra (Av. Cristelo) será completamente requalificada, em toda a sua extensão, desde a avenida de Espanha até à Fortaleza. A nova avenida além do percurso ciclável, terá nova e melhor iluminação, um piso mais confortável e com melhor enquadramento urbanístico e arborização nova.

### **Ponte Pedonal da Ponte Seca**

Na Ponte Seca, será construída uma nova ponte pedonal e ciclável, com estrutura metálica, junto à ponte atual, de modo a permitir a passagem do corredor ciclável. Uma intervenção que resolverá um problema antigo da ligação da cidade à parte norte da Ecopista do Rio Minho.

### **Cidade Mais Amiga do Ambiente**

A obra tem por grande objetivo oferecer uma rede atrativa e segura de mobilidade urbana que incentive o uso de meios de transporte mais saudáveis e amigos do ambiente. Uma aposta clara em tornar a cidade ambientalmente mais sustentável e melhor para viver, visitar e investir. A obra tem por grande objetivo oferecer uma rede atrativa e segura de mobilidade urbana que incentive o uso de meios de transporte mais saudáveis e amigos do ambiente. Uma aposta clara em tornar a cidade ambientalmente mais sustentável e melhor para viver, visitar e investir. A obra será financiada pelo programa Norte 2020.

## **5.6. Património**

O património poderá ser entendido como uma síntese de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, que permitem situar-se em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

O conceito de património inclui vertentes diversas, desde os edifícios classificados até às frentes urbanas de conjunto ou linguagens arquitetónicas populares e vernaculares, todos são sentidos como identidade local, afirmação coletiva e sinal de pertença. Desta forma, impõe-se uma revisitação aos conceitos e ao território, a fim de estruturar de forma sólida este importante item urbanístico social e cultural.

Assim, importa destacar o valor patrimonial presente no concelho de Valença, que deve ser preservado e valorizado. À data da 1ª revisão do PDM de Valença, em 2010, estavam identificados



oito imóveis classificados e três imóveis em vias de classificação, como se pode verificar na Tabela 29.

Tabela 29. Património classificado e em vias de classificação à data da 1ª revisão do PDM (2010)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO PDM 2010	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Fortificações da Praça de Valença	Valença	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Miliário Pelourinho de Valença	Valença	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Igreja do Salvador de Ganfei, Claustro e Elementos Arquitetónicos	Ganfei	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Telheira	Verdoejo	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Portal da Quinta do Castro ou Ponte do Manco	Friestas	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja de São Fins de Friestas	Sanfins	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Ponte Velha	São Pedro da Torre	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Gravuras abertas numa laje situada em face de Taião	Talão	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Conjunto da Igreja e Convento de Nª. Sra. de Mosteiró	Cerdal	Em vias de classificação	-
Pousada de S. Teotónio	Valença	Em vias de classificação	-
Gravuras Rupestres da Tapada de Ozão	Gandra	Em vias de classificação	-

FONTE: PDM em vigor, 2010

Atualmente, e como se pode observar na Tabela 30, embora se mantenham os nove imóveis classificados, em relação ao património imóvel em vias de classificação a situação alterou-se, uma vez que dos três identificados na Tabela 29, dois mantêm-se, efetivamente, em vias de classificação, visto que o procedimento de classificação da Pousada de São Teotónio já caducou.

Tabela 30. Património classificado e em vias de classificação atualmente (2019)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO 2019	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Igreja de São Fins de Friestas	Sanfins	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Pelourinho de Valença	Valença	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Fortificações da Praça de Valença do Minho	Valença	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Pelourinho de Telheira	Verdoejo	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Claustro do Convento de Ganfei e elementos arquitetónicos existentes na cerca do Convento	Ganfei	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Igreja de Ganfei	Ganfei	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Ponte Velha	São Pedro da Torre	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Portal da Quinta do Castro, ou Ponte do Manco	Friestas	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Gravuras abertas numa laje situada em face de Taião	Talão	Classificado	Classificado como MN - Monumento Nacional
Conjunto da Igreja e Convento de Nossa Senhora de Mosteiró	Cerdal	Em Vias de Classificação	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público
Pousada de São Teotónio	Valença	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável
Gravuras Rupestres da Tapada de Ozão e do Monte da Lage	Gandra	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado como IIP)
CTT de Valença (e CGD)	Valença	Procedimento encerrado / arquivado - sem proteção legal	Não aplicável
Antigo edifício da CGD de Valença	Valença	Procedimento encerrado / arquivado - sem proteção legal	Procedimento encerrado / arquivado (processo individual).

FONTE: DGPC, 2019

É de salientar que, embora estes três imóveis se destacam por razões diferentes, todos contribuem para um reforço e valorização de Valença.

O concelho de Valença é fortemente marcado pela sua Praça Forte, um Monumento Nacional representativo da arquitetura militar medieval, talvez a mais importante no género e na época no país. Assim, por razões patrimoniais, Valença apresenta uma atratividade turística notável, tendo apresentado uma candidatura conjunta Valença/Tui a Património com Interesse Cultural da Humanidade, junto da UNESCO.

Sendo a salvaguarda dos centros antigos uma condição basilar para a melhoria da atratividade e dinamismo dos mesmos, as intervenções de reabilitação urbana são imperativas para a preservação do património edificado enquanto conjunto de identidade e memórias locais.

## 5.7. Infraestruturas

As infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, são um suporte básico e essencial para a prestação de um serviço público de primeira necessidade de saúde e bem-estar das populações.

No concelho de Valença existem realidades muito distintas, quanto às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, sendo necessário satisfazer cada uma delas. De modo, face às necessidades de resposta, inerentes ao aumento do consumo de água potável e consequente incremento das águas residuais produzidas, prevê-se o seu tratamento adequado e posterior devolução ao meio ambiente, de acordo com as normas legais estabelecidas.

É de salientar o investimento em curso na realização de cadastro das redes de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e na aquisição de cartografia para lançamento dos dados obtidos. Sendo estes investimentos financiados no âmbito de uma candidatura aprovada ao POSEUR, e encontrando-se em fase de conclusão.

Assim, apresenta-se a respetiva rede de abastecimento de água e saneamento, de forma a perceber-se os níveis de cobertura e articulação, no concelho de Valença.

### A. Rede de Abastecimento de Água

Atualmente, verifica-se que a rede de abastecimento público de água tem uma cobertura praticamente total do concelho. O número absoluto de consumidores é de 8 317, dos quais se destacam 7 250 consumidores domésticos e 927 estabelecimentos comerciais e ou industriais,

registando-se quanto ao volume total de água distribuída, o consumo de 973 046 m<sup>3</sup> de água, ao longo do ano de 2017.

Tendo em conta que a fase de maior necessidade de expansão das redes permitiu atingir níveis elevados da taxa de cobertura, superiores aos níveis de atendimento previstos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013), PEAASAR II<sup>52</sup>, quer ao nível do abastecimento de água, quer ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais, a necessidade de remodelação de ambas as redes e respetivos equipamentos é atualmente a grande prioridade para garantir a fiabilidade e qualidade do serviço prestado, que se encontra, atualmente, precavido no PENSAAR 2020<sup>53</sup>.

Assim, a Águas do Norte, S.A. foi constituída<sup>54</sup>, mediante a agregação das quatro empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e integradas no Grupo Águas de Portugal:

- Águas do Noroeste, SA;
- Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.;
- Águas do Douro e Paiva, S.A.;
- SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.

Em sequência foi-lhe atribuída pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.

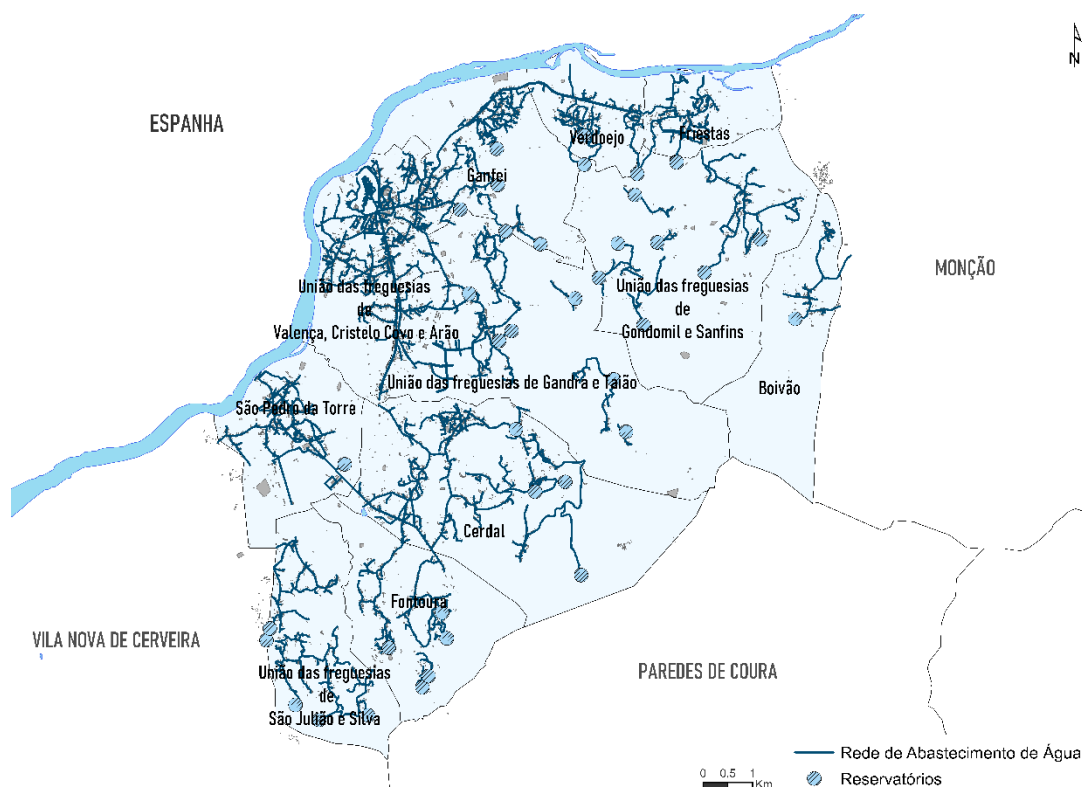
Desta forma, a empresa Águas do Norte, S.A. concretizou um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos municípios através do sistema multimunicipal) e em “baixa” (prestados aos consumidores finais através da parceria), de forma regular, contínua e eficiente.

A Águas do Norte, S.A. tem sob sua gestão as condutas adutoras de abastecimento de água em “alta” no concelho de Valença.

<sup>52</sup> Despacho n.º 2339/2007, 14 de fevereiro. Diário da República n.º 32/2007, Série II.

<sup>53</sup> Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril. Diário da República n.º 84/2015, Série II.

<sup>54</sup> Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio.



**Figura 39. Rede de abastecimento de água, no concelho de Valença**

FONTE: CMV, 2019

Relativamente à extensão das condutas adutoras e de distribuição de água em “baixa” no concelho de Valença, segundo os dados reportados a rede de abastecimento de água apresenta uma extensão total de 345,15 km, distribuídas por:

- Condutas adutoras de água, em “baixa” - 43,23 km;
- Redes de distribuição de água, em “baixa” - 301,92 km.

O abastecimento de água ao concelho Valença é essencialmente assegurado por 39 sistemas de abastecimento (reservatórios), tendo os alojamentos uma cobertura de abastecimento bastante satisfatória, com quase todos os aglomerados a verificarem percentagens entre os 90% e os 100%. As freguesias de Friestas, Ganfei, São Pedro da Torre, Verdoejo, a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, assim como a União das freguesias de Gandra e Taião, apresentam uma cobertura entre 93% a 98%, por sua vez a União das freguesias de Gondomil e Sanfins e a União das freguesias de São Julião e Silva, apresentam valores de 64,6% e 68,3%, respetivamente.

Tabela 31. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de abastecimento de água e a cobertura (%) da rede (2011), por freguesia, no concelho de Valença

Unidade Geográfica	Anos	Não tem água canalizada	Existência de água canalizada		Total
			Ligada à Rede Pública	Ligada à Rede Privada	
Boivão	2001	4	47	41	88
	2011	0	79	9	88
	% cobertura	0,0	89,8	10,2	1,7
Cerdal	2001	12	436	142	578
	2011	4	530	75	605
	% cobertura	0,1	87,6	12,4	11,5
Fontoura	2001	13	160	78	238
	2011	7	194	74	268
	% cobertura	0,1	72,4	27,6	5,1
Friestas	2001	0	183	11	194
	2011	1	204	5	209
	% cobertura	0,0	97,6	2,4	4,0
Ganfei	2001	2	354	62	416
	2011	1	436	34	470
	% cobertura	0,0	92,8	7,2	9,0
São Pedro da Torre	2001	0	325	104	429
	2011	0	444	26	470
	% cobertura	0,0	94,5	5,5	9,0
Verdoejo	2001	1	200	10	210
	2011	0	212	9	221
	% cobertura	0,0	95,9	4,1	4,2
U.F. de Valença, Cristelo Covo e Arão	2001	13	1 723	91	1 814
	2011	11	1 941	33	1 974
	% cobertura	0,2	98,3	1,7	37,7
U.F. de Gandra e Taião	2001	9	394	73	467
	2011	1	499	33	532
	% cobertura	0,0	93,8	6,2	10,1
U.F. de Gondomil e Sanfins	2001	6	85	102	187
	2011	1	115	63	178
	% cobertura	0,0	64,6	35,4	3,4
U.F. de São Julião e	2001	4	129	100	229

Unidade Geográfica	Anos	Não tem água canalizada	Existência de água canalizada		Total
			Ligada à Rede Pública	Ligada à Rede Privada	
Silva	2011	8	155	72	227
	% cobertura	0,2	68,3	31,7	4,3
Total	2001	64	4 036	814	4 850
	2011	34	4 809	433	5 242
	% cobertura	0,6	91,7	8,3	100

FONTE: INE, 2011

Pelos dados obtidos através dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2011, o abastecimento de água o concelho de Valença apresentava uma percentagem de 92% quanto à proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, tendo vindo a manter esse assinalável progresso. Estima-se que neste momento a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual servidos por abastecimento de água canalizada, encontra-se em níveis de praticamente pleno abastecimento.

Sendo que, Valença está a renovar as condutas de abastecimento de água, de modo a evitar percas nas redes mais antigas (Gráfico 30) que contam com mais de 30 anos de utilização, e que devido ao seu atual estado, não cumpriam com eficiência nem qualidade a sua função.

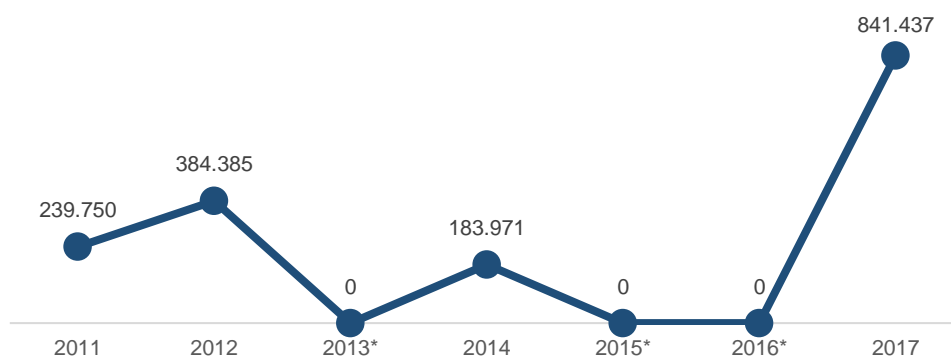


Gráfico 30. Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m³) no concelho de Valença

Os dados apresentados referem-se apenas à informação da atividade das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento em Baixa

FONTE: INE, 2017

\*Dado não disponível.

Com estas intervenções de renovação continua da rede de abastecimento de água a Câmara Municipal pretende elevar, ainda mais, os patamares da qualidade da água da rede pública, em quatro freguesias do concelho, num investimento de 109 902 euros (2018/2019), nomeadamente:

- Em Cerdal vai ser renovada a rede de abastecimento de água, na estrada da Pedreira, entre a EN 13 e a Fervença;
- Em Friestas são as condutas do lugar de Friestes a receber novas tubagens;
- Em Sanfins será o lugar de Melim, na parte superior da freguesia, a ver as condutas renovadas;
- Na Silva a intervenção abarcará, sobretudo, as redes dos lugares da Codeceira e Devesas.

Tabela 32. Investimento total (€) em infraestruturas de abastecimento de água, no concelho de Valença

	Investimento de reabilitação inicial	Renovação de redes	Substituição de redes	Total
Valença	1 209 702 €	4 949 022 €	1 531 645 €	7 690 369 €

FONTE: ERSAR, 2018

Como será abordado, posteriormente no capítulo do Ambiente, a CMV garante água de excelência aos munícipes. Os últimos dados, referentes a 2017, garantem a Valença 99,23% de qualidade na água da Rede Pública, para consumo, segundo os dados do relatório anual da E.R.S.A.R. - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Um nível de excelência de praticamente 100%, que oferece todas as garantias a quem a consome diariamente e coloca Valença entre os concelhos com melhor água da rede pública de Portugal.

## B. Rede de Saneamento (Águas Residuais)

No concelho de Valença a drenagem é efetuada através de redes de coletores gravíticos existentes nos diferentes aglomerados do concelho. Verifica-se que as redes de drenagem existentes, contabilizam um total de 25 estações elevatórias.

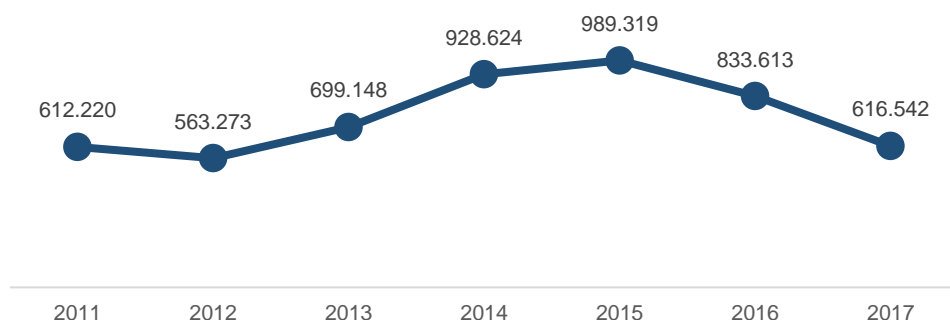


Gráfico 31. Águas residuais drenadas (m³) no concelho de Valença

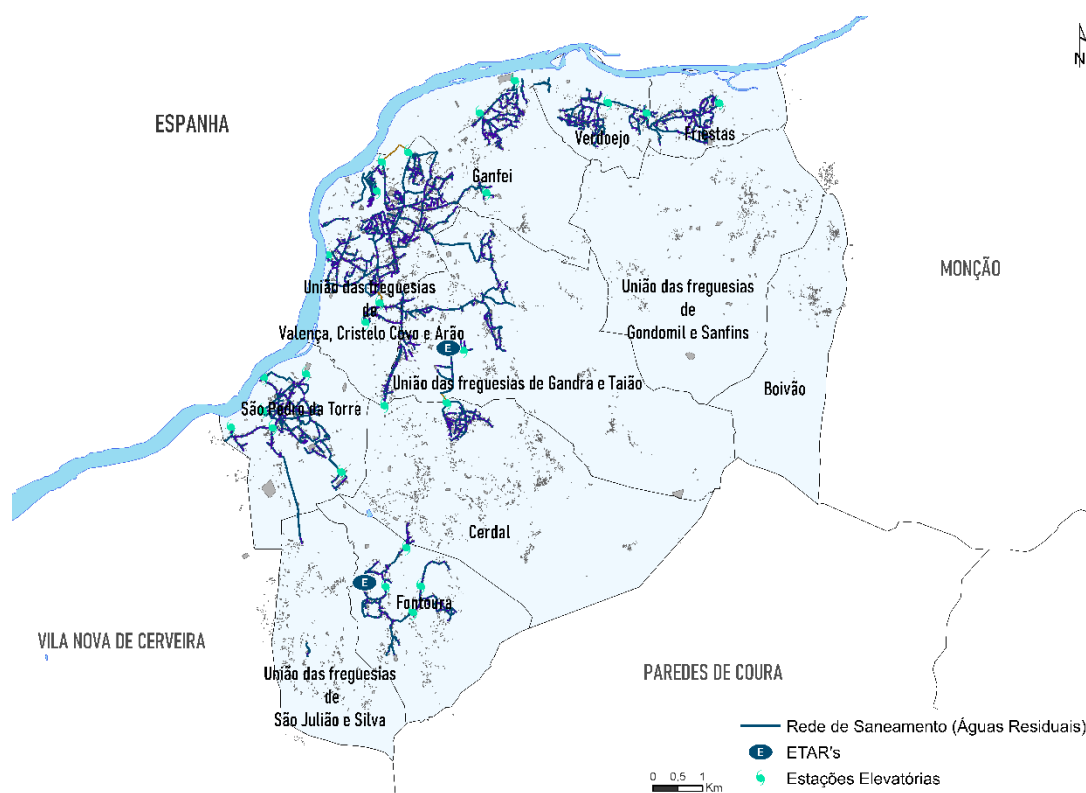
Inclui dados de entidades gestoras em alta e em baixa. O INE procedeu a estimativas nos casos em que não foram reportados e/ou desagregados dados por municípios.

FONTE: INE, 2017

Refira-se que a drenagem dos caudais efluentes produzidos tem origem residencial e dos serviços, não existindo referência a qualquer caudal com origem industrial, sendo que, toda a drenagem de



águas residuais é encaminhada para tratamento em ETAR, Estações de Tratamento de Águas Residuais e/ou em fossas sépticas municipais.



**Figura 40. Rede de saneamento, no concelho de Valença**

Fonte: CMV, 2019

Segundo a informação da CMV, verifica-se que a distribuição das ETARs pelo território demonstra uma concentração próxima à freguesia sede de concelho e num dos aglomerados com maior importância no sector oeste do concelho (Fontoura), deixando à margem e ao recurso à solução das fossas sépticas, os restantes Aglomerados.

Neste âmbito, denota-se uma obsolescência das infraestruturas de saneamento e de drenagem de águas pluviais, assim como inúmeras assimetrias entre as freguesias rurais e o núcleo urbano, não atingindo ainda a cobertura total de saneamento básico.

**Tabela 33. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de drenagem de águas residuais, por freguesia, no concelho de Valença**

Unidade Geográfica	Anos	Não tem sistema de esgotos	Ligada à Rede Pública	Sistema de Esgotos		Total
				Particular (fossa séptica, etc)	Outras Situações	
Boivão	2001	4	2	78	8	92
	2011	1	11	75	1	88
	% cobertura	1,1	12,5	85,2	1,1	1,7
Cerdal	2001	20	21	498	62	601
	2011	23	112	473	3	611
	% cobertura	3,8	18,3	77,4	0,5	11,6
Fontoura	2001	13	5	222	13	253
	2011	13	11	249	2	275
	% cobertura	4,7	4,0	90,5	0,7	5,2
Friestas	2001	0	3	175	16	194
	2011	4	11	193	2	210
	% cobertura	1,9	5,2	91,9	1,0	4,0
Ganfei	2001	5	90	312	15	422
	2011	2	226	236	7	471
	% cobertura	0,4	48,0	50,1	1,5	8,9
São Pedro da Torre	2001	1	275	149	5	430
	2011	4	395	62	10	471
	% cobertura	0,8	83,9	13,2	2,1	8,9
Verdoejo	2001	6	5	200	6	217
	2011	5	12	199	5	221
	% cobertura	2,3	5,4	90,0	2,3	4,2
U.F. de Valença, Cristelo Covo e Arão	2001	14	1 410	377	30	1 831
	2011	29	1 750	196	12	1 987
	% cobertura	1,5	88,1	9,9	0,6	37,6
U.F. de Gandra e Taião	2001	12	66	393	10	481
	2011	5	246	278	5	534
	% cobertura	0,9	46,1	52,1	0,9	10,1
U.F. de Gondomil e Sanfins	2001	11	1	165	21	198
	2011	14	4	160	1	179
	% cobertura	7,8	2,2	89,4	0,6	3,4
U.F. de São Julião e	2001	8	2	207	20	237

Unidade Geográfica	Anos	Não tem sistema de esgotos	Ligada à Rede Pública	Sistema de Esgotos		Total
				Particular (fossa séptica, etc)	Outras Situações	
Silva	2011	14	2	199	20	235
	% cobertura	6,0	0,9	84,7	8,5	4,4
	2001	94	1 880	2 776	206	4 956
Total	2011	114	2 780	2 320	68	5 282
	% cobertura	2,2	52,6	43,9	1,3	100

FONTE: INE, 2011

Quanto à cobertura em termos de esgotos, verifica-se que a cobertura não é de todo satisfatória, uma vez que a percentagem de fossas sépticas particulares ronda, entre os 80% e os 90%, estando apenas a freguesia de São Pedro da Torre e a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, integralmente cobertos por esta infraestrutura ligada à rede pública.

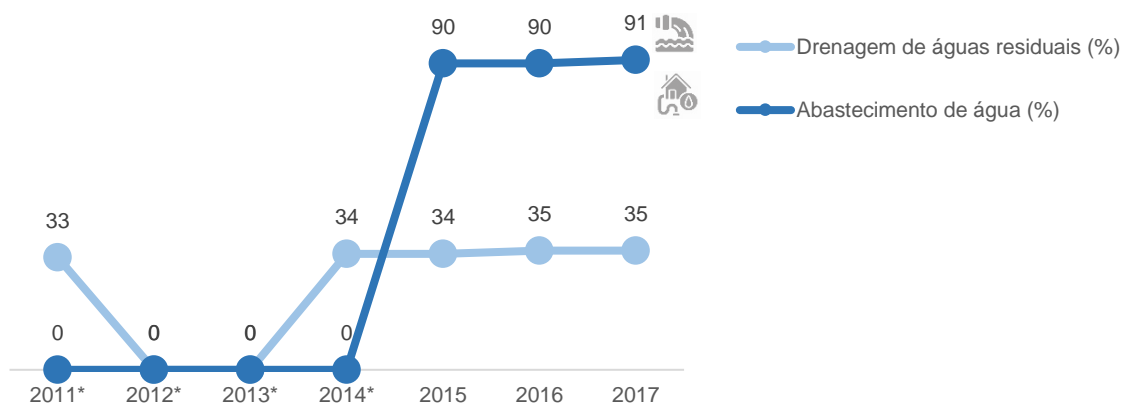
Posto isto, encontram-se em curso ampliações e projetos que pretendem criar um eixo de abrangente de norte a sul do concelho, respetivamente:

- Na freguesia de Friestas está executada uma 1ª fase da rede com a extensão de aproximadamente de 6 500 metros. Está, também, adjudicada uma 2ª fase;
- A freguesia de Verdoejo tem uma extensão de 8 Km de rede;
- Na união de freguesias de Gandra e Taião estão já abrangidos os lugares centrais e mais baixos da área de Gandra;
- Na freguesia de Cerdal o Lugar de Bogim tem já rede pública de recolha de águas residuais;
- A freguesia de Ganfei apresenta já uma boa cobertura da rede de saneamento, estando em estudo a ampliação da rede a diversos lugares;
- A união de freguesias de Arão, Cristelo-Côvo e Valença é a que apresenta a maior taxa de cobertura. A zona de Valença apresenta uma cobertura próxima dos 100% e as áreas de Arão e Cristelo Covo apresentam uma boa cobertura populacional estando, no entanto, previstos projetos de reformulação da rede;
- A freguesia de São Pedro da Torre tem uma boa cobertura de rede estando, em execução uma ampliação da rede;
- A freguesia de Fontoura possui já uma rede de recolha de águas residuais ampla, com ETAR própria. Existe já um projeto para ampliação da rede.

No que concerne às águas residuais, o município tem assegurado o investimento nas redes de drenagem em locais ainda não abrangidos. Para complementar a instalação destas redes emerge o

investimento, em ampliação da rede e ramais, bem como a instalação de estações elevatórias sempre que o sistema o exija, evitando a contaminação dos solos e das linhas de água.

Relativamente às instalações em termos de infraestruturas básicas nos alojamentos familiares de residência habitual, o município de Valença, em 2011, ainda não apresentava uma cobertura total das mesmas, no entanto, como se pode constatar nas tabelas anteriores, apresenta em algumas situações percentagens acima dos 90%. Desta forma, verifica-se que alojamentos com água (91%) e esgotos (35%) estão cobertos quase na totalidade do município, como presente no Gráfico 32.



**Gráfico 32. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2017

\*Dado não disponível.

Em suma, ressalva-se que nem os aglomerados mais bem-dotados de instalações no município, casos da freguesia de São Pedro da Torre e a união das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, conseguem ter cobertura total de todas as instalações, no entanto, a cobertura, de uma forma geral, é bastante satisfatória, quer nestes, quer nos aglomerados que maioritariamente não conseguem percentagens de cobertura de 100% na maioria das instalações.

Contudo, de acordo com dados do INE, em 2017, apenas cerca de 35% dos alojamentos do concelho de Valença eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais e por sistemas de tratamento de águas residuais. Ao nível do sistema de saneamento, o PDM de Valença indica como fundamental para a melhoria da qualidade de vida das populações, uma intervenção que permita completar a rede de saneamento básico.

Atualmente, uma das fraquezas identificadas ao nível concelhio continua a ser a obsolescência das infraestruturas de saneamento e de drenagem de águas pluviais.

## 5.8. Equipamentos

Os equipamentos coletivos são utilizadores de espaço, hoje fundamentais à vivência das populações e à qualificação das áreas urbanas, sendo, em muitos casos, estruturantes no território e, como tal, é essencial a sua consideração ao nível do planeamento.

O progresso de novas centralidades depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, sendo a sua localização uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território. Este ponto visa proceder à identificação atual, de um conjunto de serviços e equipamentos de utilização coletiva que servem a população de Valença.

A expansão dos aglomerados urbanos nem sempre acompanha a oferta de espaços qualificados (equipamentos e serviços) que possibilitem um bom desenvolvimento social, cultural e físico das populações. O desenvolvimento de novas centralidades, depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, donde a sua localização por um lado, tenha uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território e por outro, o seu correto dimensionamento para efetivamente corresponder à satisfação da comunidade para a qual se direciona.

Neste preâmbulo, proceder-se-á, de seguida, à apresentação das tipologias de equipamentos coletivos existentes no concelho de Valença, numa abordagem de identificação e localização mais abrangente, que compreende todas as tipologias de equipamentos normativos.

### 5.8.1. Desportivos

O desporto é cada vez mais reconhecido como um instrumento essencial para a melhoria da condição física e da qualidade de vida e de saúde dos cidadãos. No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, a oferta é equilibrada face à população que servem, pese embora se constate a existência que algumas instalações a necessitem de pequenas intervenções.

Os equipamentos de desporto existentes no município dividem-se em Grandes Campos de Jogos<sup>55</sup>, Pequenos Campos de Jogos<sup>56</sup>, Pavilhões e Salas de Desporto<sup>57</sup>, Piscinas<sup>58</sup>, Campos de Ténis,

<sup>55</sup> Consideraram-se Grandes Campos de Jogos aqueles cuja dimensão funcional útil se situa acima dos 5000m<sup>2</sup>.

<sup>56</sup> Consideraram-se Pequenos Campos de Jogos aqueles cuja dimensão funcional útil se situa acima dos 800m<sup>2</sup>.

<sup>57</sup> Consideraram-se Pavilhões e Salas de Desporto aqueles cuja área de implantação se situa acima dos 720m<sup>2</sup>.

<sup>58</sup> Consideraram-se Piscinas aquelas cuja dimensão funcional útil se situa acima dos 150m<sup>2</sup>.

Instalações de Tiro com Armas de Fogo, Postos Náuticos, Ecopistas, e Zonas de Parapente, os quais se distribuem pelas freguesias.

Tabela 34- Nº de Equipamentos Desportivos no Concelho de Valença

Equipamentos Desportivos	Nº
Grandes Campo de Jogos	9
Pequenos Campo de Jogos	11
Pavilhões e Salas de Desporto	2
Piscinas	3
Campos de Ténis	1
Instalações de Tiro com Armas de Fogo	1
Postos Náuticos	1
Ecopistas	1
Zonas de Parapente	1
<b>Total</b>	<b>30</b>

FONTE: C.M.V (2019)

## 5.8.2. Saúde

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é composto por todos os serviços e entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde.

O acesso aos equipamentos de saúde deverá ser privilegiado e incentivado a baixos custos a toda a população, sendo um direito consagrado pela Constituição da República que consagra a proteção à saúde de todos os cidadãos e da comunidade, assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde.

No concelho de Valença existe apenas um centro de saúde que serve por inteiro todas as freguesias do município, localizado na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, não havendo nenhuma extensão deste equipamento. Tem como alternativa assistencial o serviço de urgência básica de Monção e o seu hospital de referência é o de Viana do Castelo.

Importa ressaltar a possibilidade futura da criação e edificação de um hospital de serviço privado, na área central da cidade de Valença.

### 5.8.3. Escolares

Uma das áreas principais no quadro das múltiplas ações de uma Autarquia Local é, sem dúvida, o ensino. Questões como o insucesso escolar, o abandono pela população em idade escolar da instrução básica, os estabelecimentos de ensino e os equipamentos de apoio apelativos (com as condições de conforto atualmente exigíveis), assim como a boa cobertura de transportes escolares, são imprescindíveis ter em conta quando se pretende combater, por um lado, o insucesso escolar e, por outro, a insatisfação da população neste setor.

Assim, o presente capítulo terá o seu enfoque na atualização da informação sobre a rede escolar existente em termos quantitativos.

Para esta análise serão considerados os conteúdos presentes na Carta Educativa de Valença<sup>59</sup>, de maio de 2006, na medida de aferir o grau de consolidação das diretrizes estabelecidas.

#### 5.8.3.1. Ensino Superior

Relativamente a equipamentos de ensino superior, Valença conta com as instalações da Escola Superior de Ciências Empresariais, integrada no Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Este equipamento está integrado no seu centro urbano e disponibiliza uma oferta formativa de relevo aos níveis da graduação e pós-graduação.

Tabela 35- Equipamentos de Ensino Superior

Escola	Freguesia	Natureza
Escola Superior de Ciências Empresariais- Instituto Politécnico de Viana do Castelo	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Privada

#### 5.8.3.2. Ensino Profissional

O ensino profissional é uma das modalidades do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional, que contribuem para desenvolver as competências pessoais e profissionais dos alunos respondendo às necessidades de trabalho locais e regionais.

<sup>59</sup> Decreto de Lei nº7/2003 aprova elaboração da Carta Educativa pelas Câmaras Municipais

O concelho de Valença, oferece aos alunos que pretendam enveredar por um ensino de vertente profissionalizante, uma escola de natureza privada.

Tabela 36- Equipamentos com ensino profissional

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
ETAP- Escola Profissional	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Privada	O

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTES: DGEstE, 2019

### 5.8.3.3. Ensino Artístico

O município conta com um equipamento escolar de ensino artístico, que faz parte do sistema de ensino especializado de música, sendo também homologado pelo Ministério da Educação desde 21 de setembro de 2014.

Considera-se que este equipamento promove junto dos habitantes de Valença e dos concelhos limítrofes o ensino especializado da música, contribuindo para a formação integral dos seus alunos como músicos e cidadãos, sendo também capaz de projetar o projeto internacional euro-cidade Valença-Tui.

Tabela 37- Equipamentos com ensino artístico

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Academia de Música da Fortaleza de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Privada	M

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTES: DGEstE, 2019

### 5.8.3.4. Ensino Secundário e Básico do 2º e 3º Ciclo

O ensino secundário consolida a diversificação e especialização dos percursos educativos e formativos, oferecendo alternativas de educação e formação, cujo teor dominante pode ser de formação geral, vocacional, artística ou profissional.



Neste nível, o ensino é, em regra, organizado por disciplina e tendencialmente sujeito a provas de avaliação externa, integradas no processo de certificação final da frequência do curso. As ofertas educativas neste nível de ensino, com duração típica de três anos letivos, podem, portanto, ter organizações curriculares predominantemente orientadas para o prosseguimento de estudos no ensino superior, ou para o ingresso no mundo do trabalho, havendo gradações no peso relativo destas orientações, de acordo com o tipo de curso.

Tabela 38- Equipamentos com o ensino secundário e básico do 2º e 3º ciclo

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Pública	CDE

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: DGEstE, 2019

Compreendem os ciclos de estudo relativos à escolaridade obrigatória, integrando o 2.º Ciclo, jovens com idades de frequência dos 10 aos 11 anos e estende-se por dois anos de escolaridade, organizados em áreas interdisciplinares de formação básica da responsabilidade de um professor por área, tendo em vista habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a formação humanística, artística, desportiva, científica, tecnológica, moral e cívica, que o currículo nacional proporciona neste nível de ensino.

O 3.º Ciclo, com idades normais de frequência dos 12 aos 14 anos, compreende três anos de escolaridade, desenvolve o currículo respetivo no regime de um professor por disciplina ou grupos de disciplinas afins e integra diversas áreas vocacionais no ano terminal do ciclo. Pretende-se neste ciclo de ensino propiciar condições para a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento dos estudos, bem como a orientação profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida ativa.

No concelho é também a Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, localizada na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que garante estas valências de ensino.

Acompanhando as diretrizes elencadas na Carta Educativa de Valença, que defende a qualificação das condições materiais de conforto e segurança, o município investiu na requalificação do complexo escolar da Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, garantindo assim a criação de melhores condições gerais de funcionamento, tal como a melhoria das condições energéticas e estéticas deste estabelecimento de ensino. A empreitada é suportada inteiramente pela câmara

municipal, com apoios do Norte 2020, através do Plano de Desenvolvimento de Coesão Territorial do Alto Minho e do Governo Português, e tem previsão de conclusão para maio de 2020.

### 5.8.3.5. Escolas Básica do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar

Tratam-se de escolas com o 1º ciclo do ensino básico e com a valência da educação pré-escolar e que compreendem uma faixa etária dos 3 aos 9 anos. O 1.º ciclo compreende quatro anos de escolaridade, com idades normais de frequência dos 6 aos 9 anos, proporciona um ensino globalizante da responsabilidade de um único professor. Tem como objetivos específicos o enriquecimento da linguagem oral e a iniciação da aprendizagem da leitura, escrita, aritmética, cálculo e a aquisição de noções básicas do meio físico e social, expressão plástica, dramática, musical e motora.

Tabela 39- Equipamentos com o ensino básico e/ou pré-escolar

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica de Friestas	Friestas	Pública	AB
Escola Básica de Paços	Cerdal	Pública	B
Escola Básica de Pedreira	Ganfei	Pública	AB
Escola Básica de Real	União das Freguesias de Gandra e Taião	Pública	AB
Escola Básica de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Pública	AB
Escola Básica de Vilar de Lamas	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Pública	AB
Escola Básica de São Pedro da Torre	São Pedro da Torre	Pública	AB

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTE: DGEstE, 2019

A rede de escolas do ensino básico do 1º ciclo, desde a revisão do PDM, em 2010, sofreu algumas alterações, com destaque para o encerramento de alguns estabelecimentos de ensino, registados na tabela 40.

Tabela 40- Equipamento de ensino do 1º ciclo encerrados

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Escola Básica de Cimo da Vila	Boivão	Pública	B
Escola Básica de Bogim	Cerdal	Pública	B
Escola Básica do Bárrio	Fontoura	Pública	B
Escola Básica de Trofa	Friestas	Pública	B
Escola Básica do Condeceiro	União das Freguesias de São Julião e Silva	Pública	B
Escola Básica de Devesa	Verdoejo	Pública	B

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

### 5.8.3.6. Jardins de Infância

A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins de infância públicos ou privados. Os investimentos verificados na última década no desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar, compreendendo estabelecimentos públicos e privados, visam efetivar a universalidade da educação pré-escolar.

Os estabelecimentos de educação pré-escolar podem funcionar em edifícios distintos ou estar associados a estabelecimentos de ensino básico. Cada sala de educação pré-escolar deve ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 26 crianças. Em zonas de baixas densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 ou a adoção de modalidades alternativas, designadamente de educação itinerante e a animação infantil comunitária.

Tabela 41- Equipamentos com jardim de infância

Escola	Freguesia	Natureza	Ensinos
Jardim de Infância de Bárrio	Fontoura	Pública	A
Jardim de Infância de Bogim	Cerdal	Pública	A
Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia	União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	Privada	A

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

FONTES: DGEstE, 2019

Relativamente à evolução da distribuição dos jardins de infância no concelho de Valença, notou-se que existiu uma elevada alteração, com o encerramento de sete equipamentos, como é visível na tabela 42.

Tabela 42- Equipamento com jardim de infância encerrados

Escola	Freguesia	Ensinos
Jardim de Infância de Vilar de Lamas	União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	A
Jardim de Infância de Passos	Cerdal	A
Jardim Infantil de Friestas	Friestas	A
Jardim de Infância de Real	União das Freguesias de Gandra e Taião	A
Jardim de Infância de Pedreira	Ganfei	A
Jardim de Infância de São Pedro da Torre	São Pedro da Torre	A
Jardim de Infância de Antas	União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	A

A – Pré-escolar | B – 1.º Ciclo | C – 2.º Ciclo | D- 3.º Ciclo | E – Secundário | M – Artístico | O – Profissional

Importa notar que, com exceção do jardim de infância de passos e jardim de infância de antas, os serviços de ensino pré-escolar prestados pelos restantes equipamentos encerrados foram integrados nas escolas básicas da mesma localidade.

## 5.8.4. Sociais

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou de escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

O exercício da ação social é efetuado diretamente pelo Estado, através da utilização de serviços e equipamentos públicos ou em cooperação com as entidades cooperativas, sociais e privadas não lucrativas, designadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS. O alargamento progressivo da cobertura dos concelhos com rede social tem em conta o princípio do planeamento com o objetivo da adoção de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as instituições. As instituições têm assim o objetivo de estimular o voluntariado social para uma atuação integrada junto dos indivíduos e famílias.

O levantamento realizado para o concelho de Valença permitiu identificar quais as instituições de cariz social, assim como, as respetivas valências/tipologias das iniciativas dirigidas a favor da diversa população-alvo. Os equipamentos de solidariedade e apoio social são fundamentais para o desenvolvimento social dos mais jovens e para a manutenção dos espaços de convivialidade dos mais idosos, fatores essenciais para o bem-estar destas populações. O panorama concelhio, relativamente a equipamentos desta natureza, encontra-se descrito nos pontos seguintes e resulta da consulta ao portal da Carta Social de 2018 que reúne os principais elementos de caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

#### 5.8.4.1. Infância e Juventude- Creches e Jardins de Infância

Na área de intervenção da infância e juventude, as creches e jardins-de-infância que tem como definição: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.”<sup>60</sup>

Estes equipamentos de natureza pública, mas também de âmbito privado, assim IPSS, que no seu conjunto pretendem assegurar acolhimento às crianças do município no período de horário laboral, para lhes proporcionarem condições adequadas de desenvolvimento, cooperando ativamente com as famílias no processo educativo.

Em Valença existem 3 equipamentos que asseguram esta resposta social e que estão integrados em várias instituições.

Tabela 43- Creches e jardins de infância

Instituição	Freguesia
Centro Social da Paróquia de Cerdal	Cerdal
Cruz Vermelha Portuguesa	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

<sup>60</sup> Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 17-01-2006.

### 5.8.4.2. Infância e Juventude- Lares de Apoio

Os lares de apoio são definidos por ser uma resposta social materializada em equipamentos, destinados a acolher crianças e jovens com idades compreendidas entre os seis e dezoito anos, com necessidades educativas especiais.

A ação produzida por estes lares efetiva-se na consagração dos direitos das crianças e jovens.

O município de Valença possui no seu território um equipamento que assegura esta resposta social.

**Tabela 44- Lares de Apoio**

Instituição	Freguesia
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

### 5.8.4.3. População Adulta e Idosa- Centros de Atividades Ocupacionais

Os centros de atividades ocupacionais são equipamentos que orientados para dar apoio a pessoas, com idade superior a 18 anos, portadoras de deficiência severa ou profunda.

Estas atividades têm principalmente fins terapêuticos, e são importantes para o apoio psicológico dos cidadãos com deficiência.

**Tabela 45- Centros de Atividades Ocupacionais**

Instituição	Freguesia
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

### 5.8.4.4. População Adulta e Idosa- Centro de Convívio

Os centros de convívio tratam de oferecer uma resposta social, desenvolvida em equipamento de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade e direcionadas para o apoio à população adulta e idosa.

O concelho de Valença conta com esta resposta social em dois equipamentos.

Tabela 46- Centro de Convívio

Instituição	Freguesia
Centro Cultural e Social de São Pedro da Torre	São Pedro da Torre
Associação Cultural e Recreativa dos Aposentados e Reformados do Concelho de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

#### 5.8.4.5. População Adulta e Idosa- Centros de Dia

Os centros de dia na área de intervenção para a população adulta e idosa, são uma: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.”<sup>61</sup>

O centro de dia é uma valência que assegura um conjunto de serviços (refeições, convívio/ocupação, cuidados de higiene, tratamento de roupa, férias organizadas) e que contribui para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Assim, sob a gestão de uma instituição, esta resposta social existe em Valença, conforme exibido na tabela 44.

Tabela 47- Centros de Dia

Instituição	Freguesia
Associação Cultural e Recreativa dos Aposentados e Reformados do Concelho de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

#### 5.8.4.6. População Adulta e Idosa- Lares de Idosos

Na área de intervenção social relacionada com a população idosa, os lares de idosos que se definem como: “Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.”<sup>62</sup>

<sup>61</sup> Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

<sup>62</sup> Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.

Também denominados, segundo a nomenclatura, como estrutura residencial para idosos - vulgo lar de idosos - são estabelecimentos nos quais são desenvolvidas atividades de apoio social, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio, proporcionando animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes. Existem dois equipamentos, cujas instituições que os gerem e asseguram esta valência, estão apresentadas na tabela 45.

Tabela 48- Lares de Idosos

Instituição	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
Cruz Vermelha Portuguesa	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

#### 5.8.4.7. População Adulta e Idosa- Serviços de Apoio Domiciliário

Quanto à população adulta e idosa, Valença nesta área de intervenção das pessoas idosas tem como resposta social os serviços de apoio domiciliário que se definem como: “Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.”<sup>63</sup>

Por conseguinte, distribuídas pelos equipamentos de várias instituições, como se podem aferir na tabela 46, existem atualmente três instituições que asseguram este serviço social.

Tabela 49- Serviços de Apoio Domiciliário

Instituição	Freguesia
Perfeitancora, Unipessoal	União das Freguesias de São Julião e Silva
Santa Casa da Misericórdia de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: Carta Social 2018, 10-10-2019

<sup>63</sup> Carta Social – GEP, MSSS, Nomenclaturas e Conceitos - Despacho do Sr. ° Secretário de Estado da Segurança Social de 19-01-2006.



### 5.8.5. Segurança Pública

A Segurança pública e a proteção civil convergem num conjunto de serviços indispensáveis à sociedade com dispositivos e medidas de prevenção que asseguram ao cidadão a proteção. Na tabela 47 apresentam-se os equipamentos que asseguram esta resposta de segurança e proteção aos cidadãos do município, quer por parte dos Bombeiros, quer da Guarda Nacional Republicana, GNR.

Tabela 50- Equipamento de Segurança Pública

Equipamento	Freguesia
Posto Territorial de Valença- GNR	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão
Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Valença	Tui
Bombeiros Voluntário de Valença	União das Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão

FONTE: GNR e CMV, 2019

### 5.8.6. Administrativos

Relativamente a equipamentos administrativos, o concelho conta com o Tribunal de Juízo de Competência Genérica de Valença, sobre a alçada do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, e que serve todas as freguesias dos concelhos.

Além do edifício da Câmara Municipal de Valença, todas as freguesias beneficiam de instalações próprias de sede de junta.

## 5.9. Ambiente

Cada vez mais se reconhece a preocupação com o ambiente, aumentando a consciencialização da sociedade face à importância da utilização de boas práticas, tendo em vista o desenvolvimento sustentado dos recursos.

Neste sentido, interessa abordar um conjunto de indicadores referentes aos resíduos, à qualidade do ar e da água, à energia e ao ruído. Aliás, proceder-se-á também à análise do papel da proteção civil relativamente à defesa da floresta e na resposta a situações de emergência ou catástrofe.

### 5.9.1. Resíduos

A Câmara Municipal de Valença, enquanto autoridade local com responsabilidade no desenvolvimento socioeconómico sustentável do seu território, procura acompanhar as tendências europeias e nacionais na área da gestão de resíduos que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono, de eficiência na utilização de recursos e caracterizada por uma dinâmica

tendencialmente circular, procurando assim dissociar o crescimento económico do consumo insustentável de recursos, da produção de resíduos e, ainda, promover uma sociedade de reciclagem.

Os resíduos sólidos urbanos, RSU, constituem um dos maiores problemas ambientais das cidades no século XXI. O crescimento exponencial do vulgo “lixo”, a par com uma maior diversidade do tipo de resíduos e uma menor capacidade de se degradarem na natureza, são fatores que nos separam sobremaneira do estilo de vida do início e meados do século XX.

Por este motivo, o município, a fim de assegurar a sustentabilidade, tem assumido a importância de otimização dos recursos disponíveis.

O concelho de Valença integra o Sistema Multimunicipal concessionado à empresa Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., adiante designado por Valorminho<sup>64</sup>, responsável pela Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Minho.

A recolha dos resíduos sólidos urbanos é feita em todo o concelho, através de uma rede de recolha em contentores distribuída pelos vários núcleos populacionais. No total, por todo o concelho, estão distribuídos 881 contentores de superfície (13 de 120 litros; 38 de 1000 litros; 830 de 800 litros).

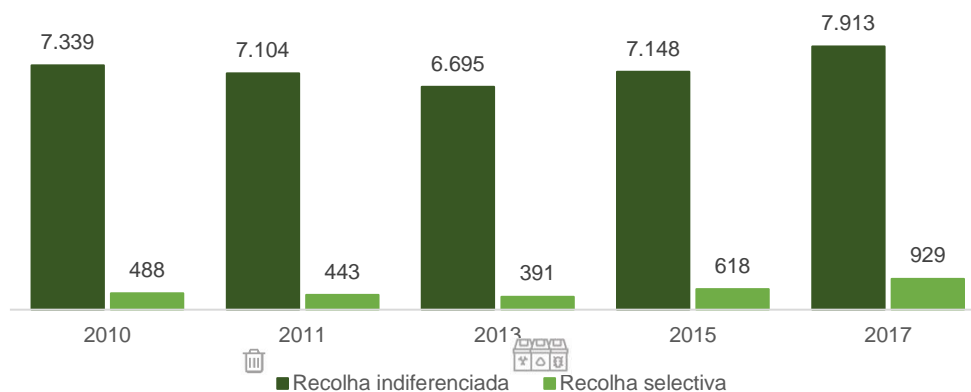
Acresce a este número 35 contentores subterrâneos (11 de 1 500 litros; 24 de 1 000 litros), 5 ecopontos de superfície, 5 ecopontos subterrâneos e 21 óleões.

O modelo técnico do Sistema Multimunicipal da Valorminho contempla ainda no concelho infraestruturas de apoio relacionadas com a receção/tratamento dos resíduos, designadamente:

- 1 aterro sanitário (localizado em S. Pedro da Torre);
- 1 ecocentro (localizado em S. Pedro da Torre);
- 1 estação de triagem (localizada em S. Pedro da Torre);
- 1 plataforma para receção de pneus usados (localizada S. Pedro da Torre);
- 1 plataforma para receção de Óleos Alimentares Usados (localizada S. Pedro da Torre);
- 1 plataforma para receção de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (localizadas em S. Pedro da Torre);
- 1 Central de Valorização Energética de Biogás (localizada S. Pedro da Torre).

<sup>64</sup> Abrange os municípios de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira, conjunto de municípios que são os acionistas da Valorminho, S. A.

Além das infraestruturas que existem no município, importa salientar alguns dados estatísticos que permitem verificar a evolução ao longo dos últimos anos no que respeita à temática ambiental de tratamento de resíduos.



**Gráfico 33. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha no concelho de Valença**

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

Assim, de acordo com o Gráfico 33, é possível confirmar que a recolha de resíduos urbanos apresentou uma evolução crescente em termos quantitativos globais de 2015 a 2017.

Sendo que, quando se observa por tipologia, é em 2017 que há um aumento maior tanto na recolha de resíduos indiferenciados, como no aumento da recolha seletiva, resultado da aposta municipal em ações planeadas no sentido de atingir as metas definidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, PERSU 2020, para a região.

Em relação ao tipo de destino dos resíduos e a sua utilização, como se pode aferir na Tabela 51, só a partir do ano de 2012 existem dados sobre as estratégias de valorização que vão além da valorização multimaterial.

**Tabela 51. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino no concelho de Valença**

Ano	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial
2017	8 045	0	0	626
2015	7 238	0	0	518
2013	6 695	0	0	391
2011	7 104	0	0	443
2010	7 339	0	0	488

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

Por seu turno, importa evidenciar que o aterro surge como o destino mais frequente dos resíduos urbanos recolhidos, apresentando um aumento desde 2015.

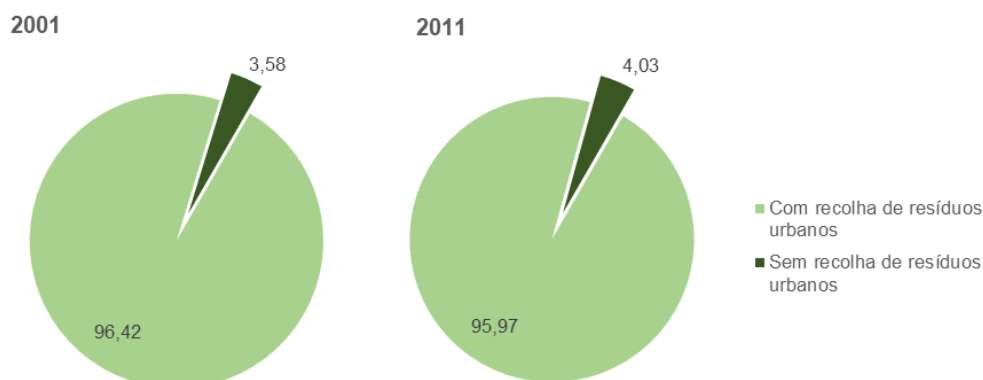


Gráfico 34. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Valença

FONTE: INE Dados Censitários, 2001 e 2011

Por fim, no Gráfico 34 destaca-se o facto dos edifícios abrangidos com sistema de recolha de RSU constituírem 96% do total em 2011, ou seja, manteve-se face a 2001, o que denota uma boa cobertura em termos de sistema de recolha de RSU no município.

Tabela 52. Tipo de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t), no concelho de Valença

Ano	Vidro	Papel e cartão	Embalagens	Madeira	Equipamentos elétricos e eletrónicos	Óleos alimentares usados
2017	255	255	73	241	3	2
2015	245	210	71	20	1	2
2013	236	85	52	-	-	-
2011	249	121	57	-	-	-
2010	276	112	62	-	-	-

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

Relativamente aos resíduos urbanos recolhidos seletivamente, de acordo com os dados disponíveis, o vidro, o papel e cartão são os resíduos recolhidos em maior quantidade, conforme sistematizado na Tabela 52.

Os resíduos sólidos urbanos constituem um dos problemas de difícil resolução das sociedades contemporâneas, dado o seu aumento e a grande variedade de produtos químicos neles presentes. O Município de Valença, enquanto autoridade local com responsabilidade no desenvolvimento socioeconómico sustentável do seu território, procura acompanhar as tendências europeias e nacionais na área da gestão de resíduos, procurando encarar os resíduos como um recurso

reaproveitável, incutindo na sociedade a importância da reciclagem de forma a permitir dissociar o crescimento económico do consumo insustentável de recursos.

Neste sentido, foi elaborado o PARPESU 2020 (Plano de Ação PERSU 2020 – PLANO ESTRATÉGICO DE RESÍDUOS URBANOS), que tem como os principais objetivos:

- i. melhorar a gestão dos resíduos de modo a minimizar os seus impactos ambientais;
- ii. eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro com vista à erradicação da deposição em aterro até 2030;
- iii. eficiência na utilização e gestão dos recursos, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos;
- iv. aproveitamento do potencial dos resíduos urbanos para estimular as economias locais e nacionais criando valor acrescentado para as pessoas, autarquias e empresas com capacidade de internacionalização no quadro de economia verde.

A manutenção do Espaço Público em condições de higiene e limpeza é uma prioridade em toda a área urbana da Valença onde, com equipas próprias, o Município procede com assídua regularidade, à limpeza e higiene urbana.

Considerando a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, a limpeza e higiene urbana nos núcleos rurais compete às respetivas Juntas e Uniãos de Freguesia, que contam para esse efeito com o apoio do Município.

### 5.9.2. Qualidade do Ar

O ar é um recurso natural que, ao contrário de outros, não necessita de ser racionalizado em termos de quantidade, mas precisa de ser gerido ao nível da qualidade.

A Agência Portuguesa do Ambiente, com base em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, CCDR, disponibiliza o Índice da Qualidade do Ar, que é calculado, recorrendo aos dados das redes de Medição da Qualidade do Ar, constituídas por Estações de Monitorização da Qualidade do Ar, EMQAr, e atribuído por zonas do país.

O Índice de Qualidade do Ar (IQar) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos, neste caso pela estação localizada em Viana do Castelo.

De entre os diversos poluentes atmosféricos, focou-se a atenção apenas naqueles que fazem parte do cálculo do índice de qualidade do ar, de acordo com a metodologia preconizada pela APA Ambiente, não só por fazerem parte deste último, mas também por serem comuns, especialmente nas áreas urbanas e industriais. São cinco os poluentes englobados no IQar:

- *Monóxido de carbono (CO);*
- *Dióxido de azoto (NO2);*
- *Dióxido de enxofre (SO2);*
- *Ozono (O3);*
- *Partículas finas ou inaláveis (medidas como PM10).*

O IQar é uma ferramenta que permite:

- *Uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Este índice foi desenvolvido para poder traduzir a qualidade do ar, especialmente das aglomerações existentes no país, mas também de algumas áreas industriais e cidades;*
- *Um fácil acesso do público à informação sobre qualidade do ar;*
- *Dar resposta às obrigações legais.*

Na Figura 41 apresentam-se os históricos anuais dos Índices de Qualidade do Ar calculados para os anos de 2010 e 2015, último resultado validado disponível, ambos indicativos das condições gerais da qualidade do ar registadas nestes anos.

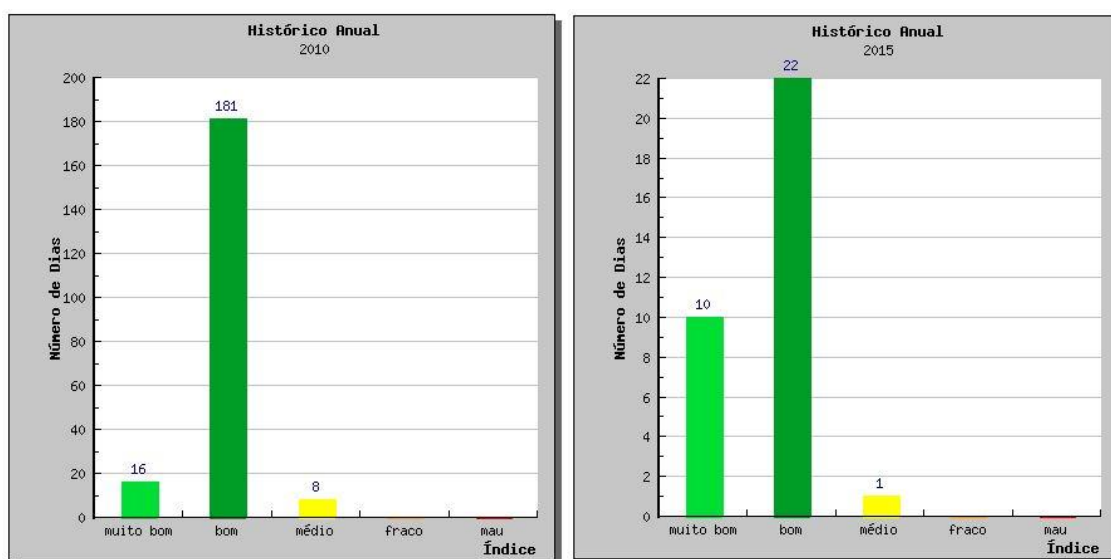


Figura 41. Índice da qualidade do ar na Zona Norte Litoral (históricos anuais)

FONTE: QualAr, APA 2010 e 2015

Estes resultados revelam que o IQar na região em análise é geralmente bom, sem se registar qualquer ocorrência de alguma situação em que as concentrações de poluentes atmosféricos<sup>65</sup> se

<sup>65</sup> Conselhos de saúde de acordo com o índice da qualidade do ar:

**Mau** - Todos os adultos devem evitar esforços físicos ao ar livre. Os grupos sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) deverão permanecer em casa com as janelas fechadas;

**Fraco** - As pessoas sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) devem evitar actividades físicas intensas ao ar livre. Os doentes do foro respiratório e cardiovascular devem ainda respeitar escrupulosamente os tratamentos médicos em curso ou recorrer a cuidados médicos extra, em caso de agravamento de sintomas. A população em geral deve evitar a exposição a outros fatores de risco, tais como o fumo do tabaco e a exposição a produtos irritantes contendo solventes na sua composição.

**Médio** - As pessoas muito sensíveis, nomeadamente crianças e idosos com doenças respiratórias devem limitar as actividades ao ar livre;

situam acima dos valores estipulados no quadro legal vigente, em função sobretudo das expressivas emissões do tráfego automóvel.

De um modo geral, é possível observar que se mantem a qualidade do ar para o período entre 2010 a 2015, tendo-se, contudo, registado de 2010 para 2015 um decréscimo do número de dias com um IQar Muito Bom e Bom.

### 5.9.3. Qualidade da Água

O mais precioso bem do planeta é a água, sendo insubstituível e indispensável para a vida na Terra. A sua disponibilidade sempre será uma condição essencial à fixação da população e ao desenvolvimento das atividades humanas.

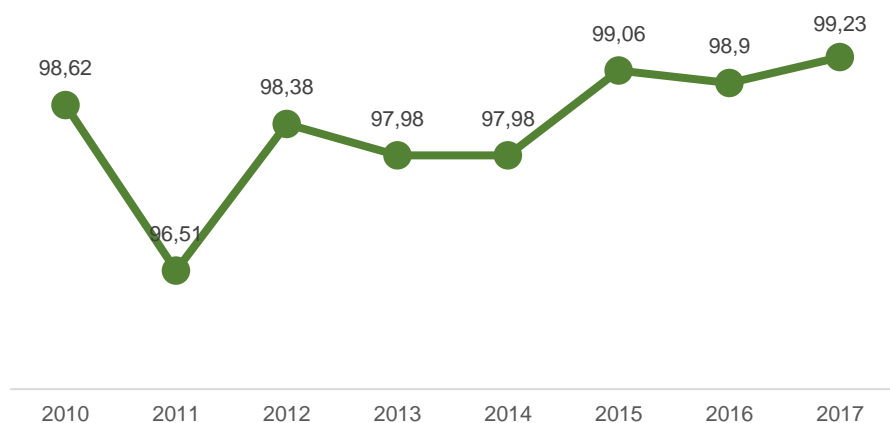


Gráfico 35. Água segura (%)

FONTES: ERSAR, 2019

De acordo com os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a qualidade da água para consumo no concelho de Valença, expressa no Gráfico 35, revela que em 2011 foi quando se registou a percentagem de água segura mais baixa, 96,5%, o aumento da qualidade da água tem vindo a ser constante ao longo dos anos, sendo que é a partir de 2015 que os resultados destas análises realizadas consideram mais de 99% da água segura para consumo.

Tabela 53. Análise (N.º) das águas para consumo humano por parâmetro de qualidade

Ano	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico	Análises em cumprimento do valor paramétrico	Análises em incumprimento do valor paramétrico
-----	--------------------------------------	----------------------------------	-------------------	---	--	--

Bom – nenhuns;

Muito Bom – nenhuns.

2017	2 191	2 191	0	1 691	1 678	13
2015	2 197	2 202	0	1 702	1 686	16
2013	2 501	3 020	0	2 327	2 280	47
2011	2 468	3 014	0	2 324	2 243	81
2010	2 252	2 630	0	2 030	2 002	28

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

Ademais, análises à qualidade da água foram sendo realizadas ao longo dos anos. Como se pode constatar na Tabela 53, o número de observações de controle foi-se mantendo, sendo que a partir do ano de 2010, ano de publicação do PDM em vigência, as análises em falta mantiveram-se a zero.

Este cuidado, permitiu que o incumprimento do valor paramétrico atingisse valores muito abaixo dos de 2010, passando de 28 análises em incumprimento com o parâmetro de qualidade de água para consumo humano, para 13 análises.

### 5.9.4. Energia

A energia constitui um tema estratégico no contexto geopolítico global, uma vez que o desenvolvimento dos países depende de uma infraestrutura energética capaz de colmatar as necessidades da população e das atividades económicas.

Ademais, o tipo de fonte de energia utilizada tem implicações ambientais, que devem ser consideradas aquando da definição das metas de sustentabilidade.

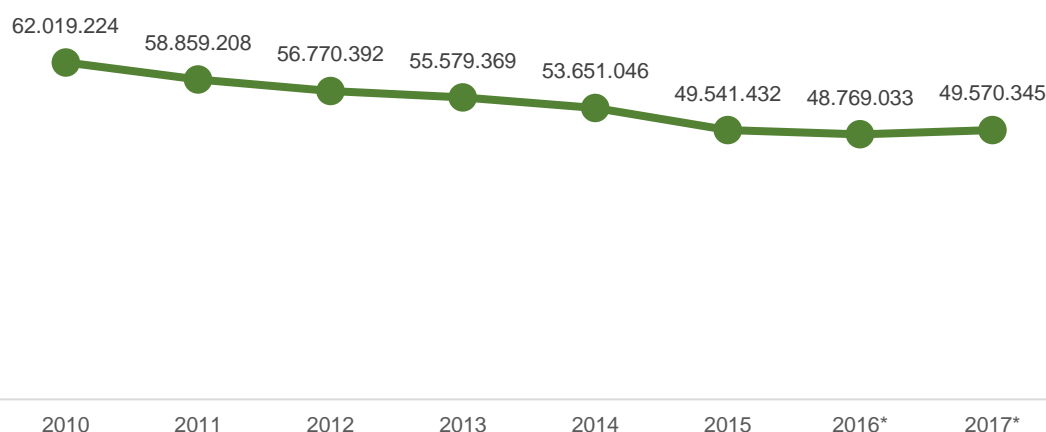


Gráfico 36. Consumo total de energia elétrica (kWh)

FONTE: INE, 2010-2017

\* Dados Provisórios.

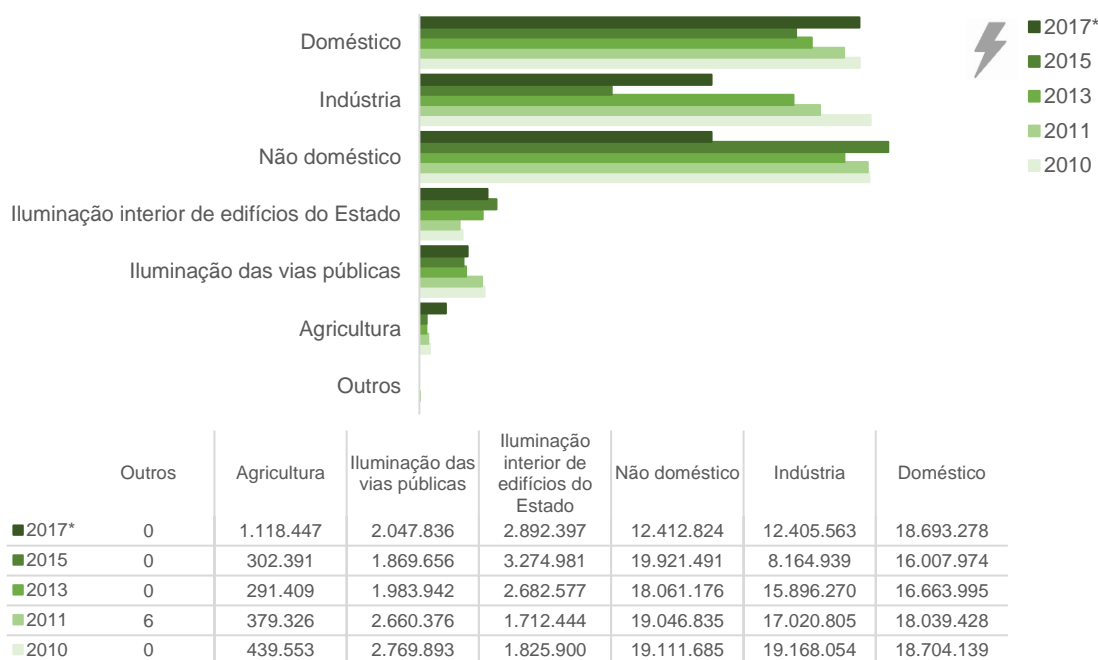
No caso particular de Valença, o Gráfico 36 indica que o consumo total de energia elétrica registou uma progressiva diminuição até 2016, tendo em conta o período em análise. No entanto, os dados provisórios referentes aos consumos do ano de 2017 revelam um aumento, ainda que pouco



significativo. Pode adiantar-se que nos últimos anos tem vindo a ser encetados esforços no sentido da eficiência energética no concelho o que se sustenta nos números apresentados.

Noutra vertente de análise, quando se cruza o total de consumos com a tipologia (Gráfico 37), verifica-se que a maior fatia em termos de consumo de energia elétrica é no consumo doméstico e na indústria, mas também no consumo não doméstico.

Por conseguinte, mesmo com o aumento do edificado e da habitação, e do crescimento industrial, o que se apura é que o consumo total tem vindo sempre a diminuir. Com particular relevância para a iluminação pública e no interior dos edifícios do estado, em que a diminuição é mais acentuada, em resultados das políticas de eficiência energética que tem vindo a ser aplicadas e no caso do município de Valença, todo um conjunto de intervenções em âmbito de obra, que resultam nos resultados atuais.



**Gráfico 37. Consumo total de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)**

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

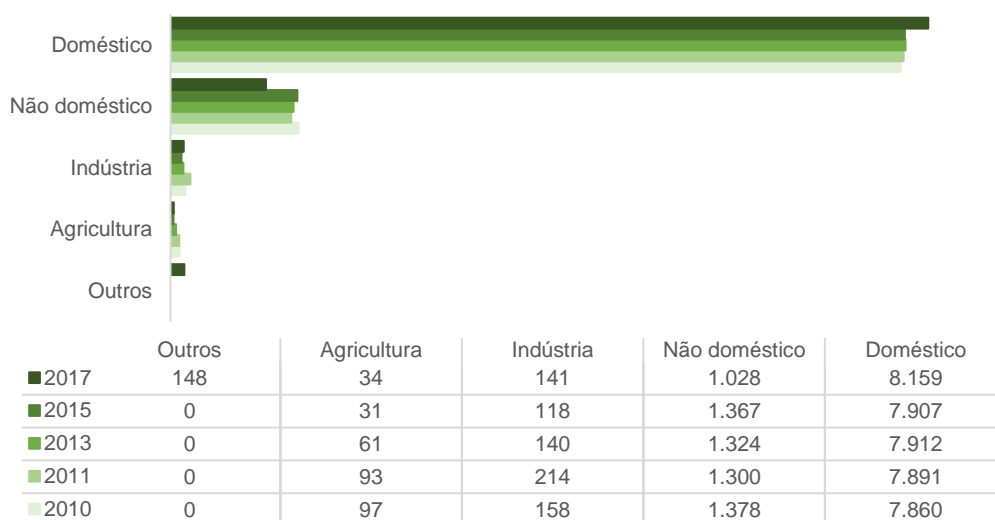
Por exemplo, em termos de consumo de energia elétrica em iluminação pública, a CM de Valença, fez um investimento, que permitiu em 2012 ganhar o segundo prémio no concurso internacional Auroralia 2012, no Festival anual de luz de Lyon em França, pelo seu plano de renovação dos espaços públicos.

Destaca-se a importância desta intervenção, que consistiu em renovar completamente as instalações de iluminação, avançando com uma rede inteligente de iluminação pública com tecnologia LED e sistema de controle de fluxos que permitem maior eficácia e redução de consumos.

Na rede de iluminação pública do concelho, contabilizam-se 630 luminárias leds, nomeadamente na área central da cidade e no Parque Empresarial, áreas de maior consumo e fluxo do concelho, que se pretende alargar à generalidade do espaço público.

Na área do Parque Empresarial de Valença, para além de substituir todas as luminárias, a CMV aplicou um inovador sistema de controle de fluxos que permite gerir melhor a intensidade da luz e os horários de funcionamento das luminárias.

Quando se observa o número de consumidores de energia por tipologias, como apresentado no Gráfico 38, e atendendo ao período em análise, verifica-se que só os consumidores domésticos apresentam uma dinâmica crescente, justificável tanto pelo aumento do número de edifícios para habitação.



**Gráfico 38. Consumidores de energia elétrica (N.º) por tipo de consumo**

FONTE: INE, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017

Importa ressaltar a diminuição do número de compradores industriais, pela diminuição de pequenas unidades, decorrente da crise económica que assolou o país e também os agrícolas, atividade no concelho muito marcada pela economia familiar e de subsistência.

No entanto quando comparados, a diminuição do número de consumidores, com a evolução do consumo total de energia elétrica no município, a diminuição não só se fica a dever ao aumento da eficiência energética como também à redução do número de consumidores na globalidade.

Encontram-se também em fase de negociação propostas do Município para a “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial” e do “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alto Minho 2020”, com investimento elegível proposto, para intervenções ao abrigo da prioridade de investimento “04.03 – A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização

das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação”, Eixo “EP2 – Promover da Resiliência por Via da Sustentabilidade”, Medida “II.1 – OE Promoção da Sustentabilidade Energética na Administração Local”.

As medidas consideradas foram selecionadas de forma a potenciar a redução de consumos de energia e as emissões de CO<sub>2</sub> no município.

Pretendendo assim, continuar a propiciar a instalação progressiva de equipamentos modernos nas redes de iluminação pública, mais adequados às exigências de eficiência energética e da economia de custos.

Além disso, o aproveitamento de recursos energéticos endógenos no Alto Minho tem uma tradição muito significativa, seja inicialmente pela utilização da biomassa, seja mais tarde pela instalação de grandes centrais hidroelétricas (Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Lindoso), e mais recentemente pelo vasto conjunto de parques eólicos.

O Alto Minho é a sede do maior cluster nacional de fabricação de geradores de energia eólica, através do Parque Eólico do Alto Minho conta com 120 aerogeradores, com capacidade de 2 megawatts cada, o que totaliza uma potência de 240 megawatts distribuídos por 5 subparques (38 em Picoto - São Silvestre, 52 em Mendoeiro - Bustavade, 32 em Santo António, 66 em Alto de Corisco e 52 em Picos), localizados nos concelhos de Paredes de Coura, Valença, Monção e Melgaço.

Recentemente, a ampliação do Parque Eólico na freguesia de Taião, contemplou o seu alargamento às freguesias de Boivão e Sanfins, num investimento a cargo da Ventominho, que implicou a construção de novos aerogeradores nos cumes dos montes das freguesias de Boivão, Sanfins e Taião, em três polos o de Alto de Teares, Fortes e o de Chão das Pipas.

### 5.9.5. Ruído

No que respeita ao ambiente sonoro, o Regulamento Geral do Ruído<sup>66</sup>, RGR, estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, determinando a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

<sup>66</sup> Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro. Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas.

Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes e previstas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores Lden e Ln para apoiar a elaboração, alteração e revisão do PDM.

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta muito importante para prever e visualizar espacialmente os níveis sonoros de uma dada área, onde, nomeadamente, se identificam e catalogam fontes ruidosas e recetores expostos. Ainda, são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local.

Por último, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído. Habitualmente, os tipos de ruídos presentes nas cidades são provenientes de:

- *Ruído de Vizinhança* – associado ao uso habitacional e às atividades que lhes estão inerentes, pela sua duração, repetição ou intensidade são influentes na tranquilidade dos vizinhos ou na saúde pública;
- *Atividades Ruidosas* – suscetíveis de produzir ruído nocivo ou incomodativo para os que habitem, trabalhem ou permaneçam nas imediações do local onde ocorrem;
- *Atividades Ruidosas Temporárias* –assumem carácter não permanente, tais como obras de construção civil, competições desportivas, espetáculos, festas ou outros divertimentos, feiras e mercados.

À data do presente relatório apenas se dispunha do Mapa de Ruído de Valença relativo ao ano de 2004. Neste âmbito, não foi possível compreender a sua evolução. De referir, no entanto, que o Mapa de Ruído de Valença foi elaborado, considerando os dados e critérios que se seguem.

Os dados necessários para a elaboração do mapa de ruído do concelho foram os seguintes:

- Clima;
- Geografia e geomorfologia;
- Cartografia digital base fornecida pelo cliente;
- Contagens de tráfego rodoviário com distinção ligeiros/pesados. Velocidades permitidas e perfil da via, para o período diurno e noturno;

- Número de passagens de comboios, por tipo de comboio, comprimento e velocidades médias de circulação, para o período diurno e noturno.

A realização do mapa de ruído englobou as seguintes fases:

- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído rodoviárias;
- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído ferroviárias;
- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído industriais;
- Identificação de barreiras (muros, taludes);
- Realização de medições de ruído junto às fontes de ruído, em pontos considerados estratégicos;
- Introdução dos dados recolhidos e fornecidos pela autarquia num programa informático, de forma a reproduzir o ambiente sonoro do Concelho;
- Comparação dos dados medidos com os resultados obtido pelo programa informático;
- Impressão final do Mapa de Ruído e análise final por inspeção visual, para eventuais deteções de erros de processamento.

Pretende-se, portanto, integrar o fator ruído na tomada de decisão de forma a evitar a coexistência de usos do solo conflituosos e prevenir a exposição das populações a um fator de poluição que vem sendo um dos principais fatores de mal-estar da população, no que às temáticas ambientais diz respeito.

O objetivo fundamental é assegurar os seguintes limites de exposição<sup>67</sup>:

- a) As **zonas sensíveis** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*.
- b) As **zonas sensíveis** na proximidade de grandes Infraestruturas de transporte existentes (em 1 de fevereiro de 2007) não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*.
- c) As **zonas mistas** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*.

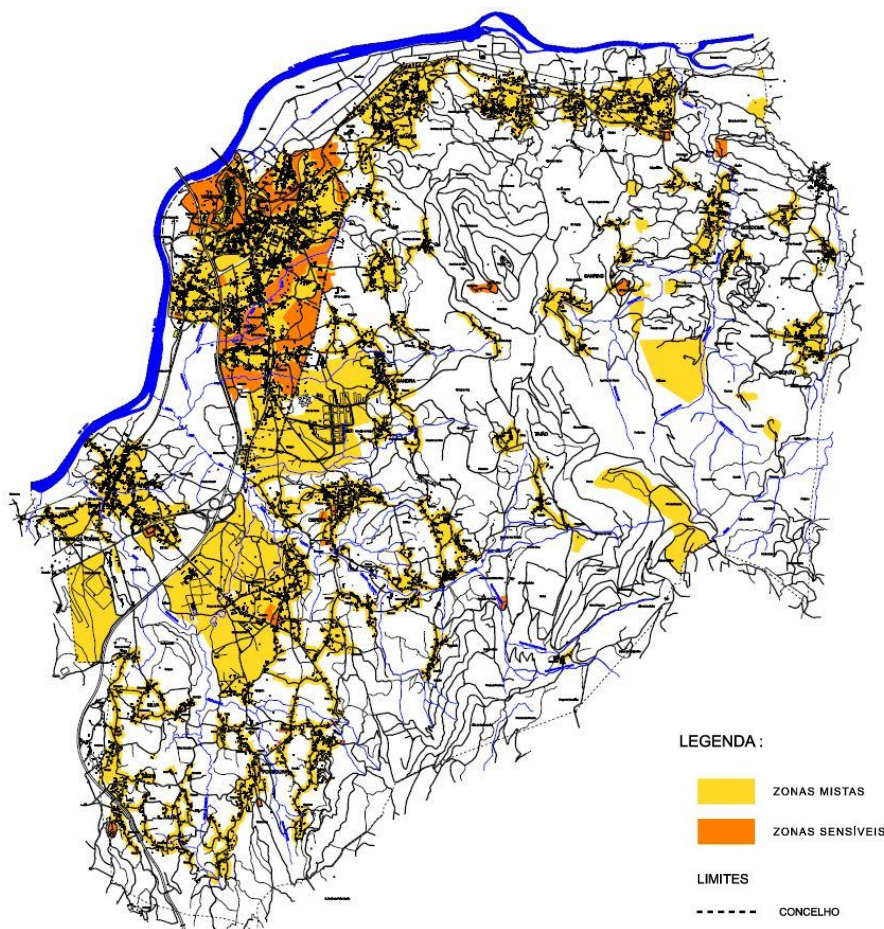
Após a identificação das fontes de ruído, por parte da Câmara Municipal, consideraram-se as seguintes fontes para o cálculo do mapa de ruído:

- A3;
- IP1;
- Estrada Nacional 201;
- Estrada Nacional 101;
- Estrada Nacional 13;

<sup>67</sup> Artigo 11.º do RGR. Valores que podem variar consoante exista ou esteja projetada para a sua proximidade uma grande infraestrutura de transporte.

- Estrada Nacional 13-8;
- Estrada Nacional 13-9;
- Estrada Nacional 13-10;
- Estrada Municipal 506;
- Rua José Maria Gonçalves;
- Rotunda de Valença;
- Nó - Norte de acesso ao IP1;
- Nó – Sul de acesso ao IP1;
- Linha do Minho;
- Zona Industrial de S. Pedro da Torre/Arraial;
- Zona Industrial de S. Pedro da Torre;
- Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra;
- Pedreira Lage do Monte Cabo;
- Pedreira Monte Salgueirinho;
- Pedreira Lage Negra.

A principal fonte de ruído do município é o tráfego rodoviário, nomeadamente, o IP1, a A3, a EN 13 e a EN201.



**Figura 42. Zonamento Acústico**

FONTE: CMV, 2004/2010

No que diz respeito ao ruído industrial na situação de atual, os levantamentos de campo efetuados no âmbito na elaboração dos Mapas de Ruído permitiram verificar que não há impacto ruidoso relevante sobre recetores sensíveis.

## 5.9.6. Proteção Civil

### 5.9.6.1. Defesa da Floresta Contra Incêndios

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, PMDFCI, dá cumprimento à Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio, e estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, SDFCI.



Neste âmbito, o PMDFCI de Valença foi elaborado em 2014, constituindo um instrumento de planeamento com uma vigência de 5 anos, que visa operacionalizar ao nível local e municipal, as ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios, DFCI, no âmbito da prevenção, da previsão e da programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, organizado em três Cadernos: Caderno I (Diagnóstico); Caderno II (Plano de Ação) e o Plano Operacional Municipal, POM.

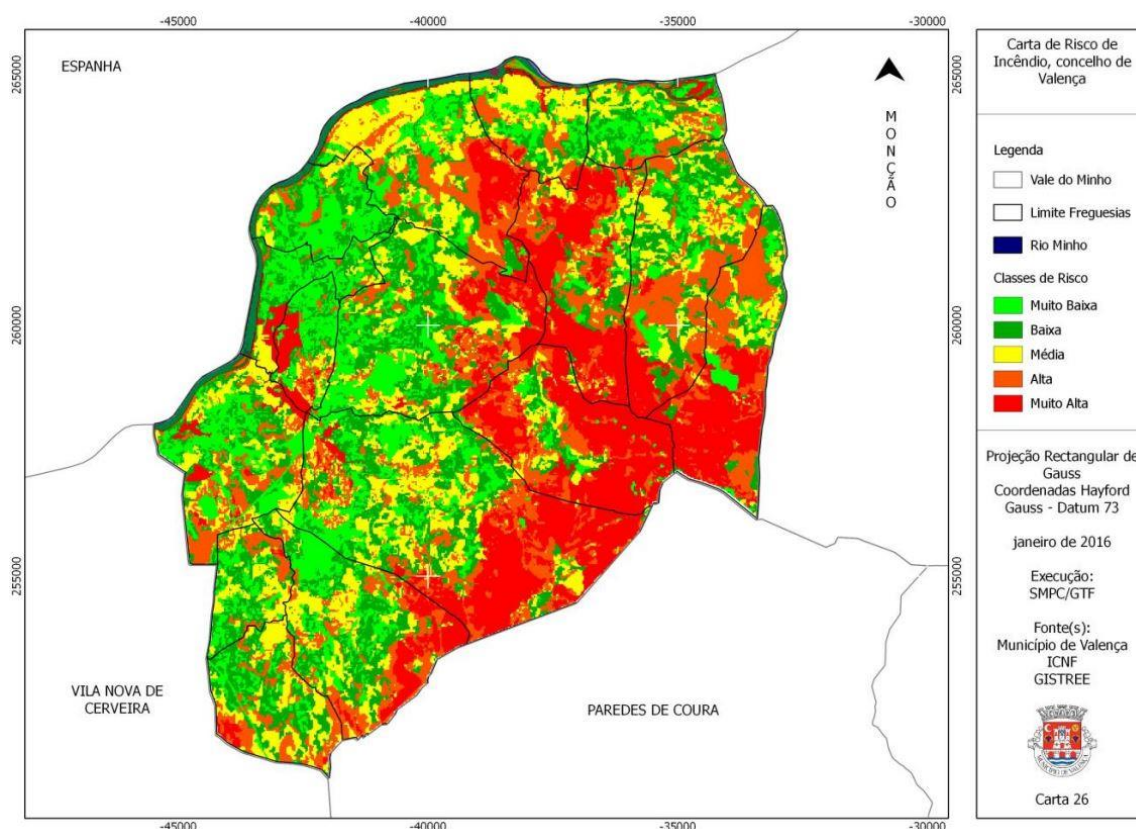


Figura 43. Mapa de Risco de Incêndio

FONTE: CMV, 2014

Pela análise do risco de incêndio constata-se que o risco alto e muito alto apresenta-se mais evidenciado nas áreas a Nascente do município, porque são as áreas que apresentam a maior e mais extensa mancha florestal e maior confrontação dela com as áreas sociais, enquanto que na restante área do município o risco é médio, baixo e muito baixo.

Analisando a tipologia do Concelho, tendo em consideração a sua especificidade no que respeita às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida, o concelho de Valença encontra-se inserido na Tipologia (T4), isto é o concelho apresenta muitas ocorrências e muita área ardida.



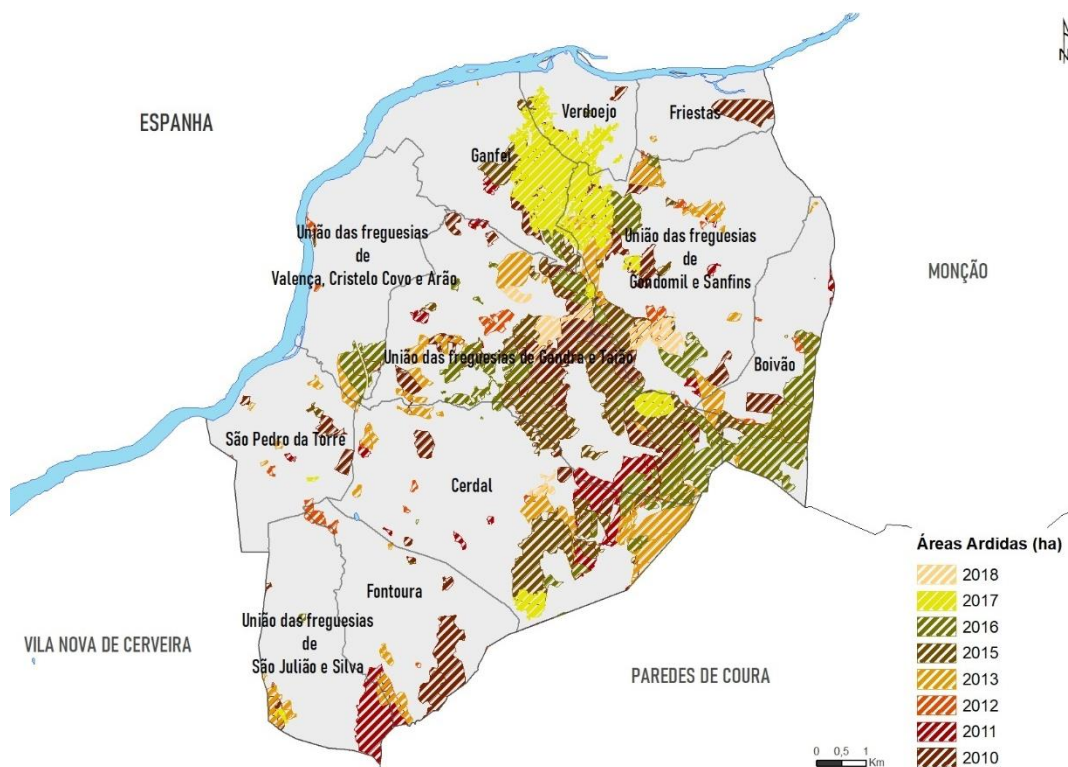


Figura 44. Áreas ardidas (ha) no concelho de Valença

FONTE: ICNF, 2019

Neste âmbito, na Figura 44 é possível observar o panorama de áreas ardidas entre 2010 e 2018, destacando-se determinados lugares, mas há ocorrências por todo o território municipal.

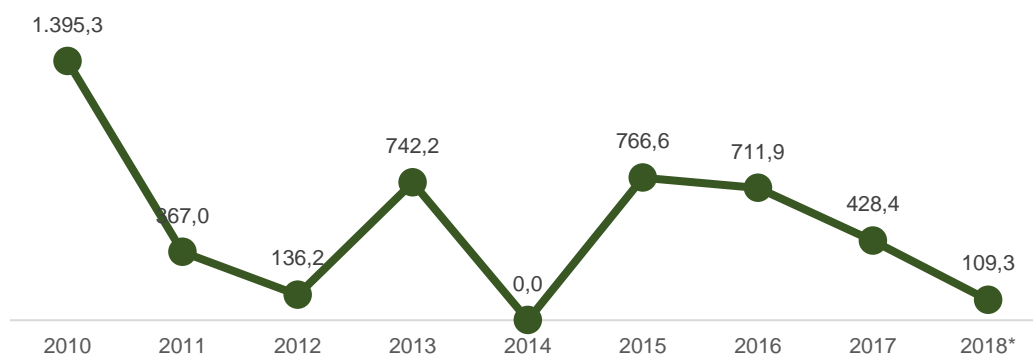


Gráfico 39. Áreas ardidas (ha), por ano, no concelho de Valença

FONTE: ICNF, 2008-2018

\*Dados Provisórios

Por sua vez, o Gráfico 39 evidencia a evolução da área ardida, onde se observa um elevado pico em 2010, em que praticamente duplicam os hectares de área afetada por incêndios florestais, comparativamente aos anos de 2013, 2015 e 2016. Ainda de ressaltar que os dados fornecidos pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF, para o ano de 2018, trata-se de dados provisórios.

Tendo em consideração a tipologia do Concelho, T4 - muitas ocorrências e muita área ardida, será de reforçar a vigilância e fiscalização de forma a diminuir o número de ocorrências, complementadas com ações de sensibilização e na realização de faixas de gestão de combustível de forma a diminuir os grandes incêndios. Neste sentido e de acordo com os objetivos e metas estabelecidos<sup>68</sup> para o concelho de Valença, para o período compreendido entre 2015-2019 são os referidos na Tabela 54.

Tabela 54. Objetivos, metas e indicadores do PMDFCI de Valença

Situação atual do Concelho	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Área ardida média de 2000 a 2011 da superfície florestal constituída por povoamentos (2396ha/12 = 199,7ha)	Reduzir em 80% a área ardida em povoamentos florestais (199,7ha para 39,9%)	Diminuir a área ardida em povoamentos em 20% (159,8)	Diminuir a área ardida em povoamentos em 30% (111,9)	Diminuir a área ardida em povoamentos em 30% (78,3)	Diminuir a área ardida em povoamentos em 30% (54,8)	Diminuir a área ardida em povoamentos em 40% (32,9)
Área ardida anual média de 2000 a 2011 (6813,5ha/12 = 567,8ha)	Reduzir a área ardida para valores inferiores a 300ha/ano em 2019 (567,8-300)	Diminuir a área ardida em 70ha	Diminuir a área ardida em 60ha	Diminuir a área ardida em 50ha	Diminuir a área ardida em 40ha	Diminuir a área ardida em 30ha
N.º médio de reacendimentos de 2002 a 2012 (332/10 = 32 reac.)	Diminuir o n.º de reacendimentos de 32 reac/ano para 10 reac. Ano	Diminuir o n.º de reacendimentos (-2)	Diminuir o n.º de reacendimentos (-2)	Diminuir o n.º de reacendimentos (-2)	Diminuir o n.º de reacendimentos (-3)	Diminuir o n.º de reacendimentos (-3)
N.º médio de ocorrências nos espaços florestais de 2000 a 2011 (338/12 = 28,2 ocorr.)	Reduzir o n.º médio de ocorrências para metade de 28,2 para 14 ocorr.	Reduzir o n.º médio de ocorrências em 10% (25)	Reduzir o n.º médio de ocorrências em 10% (13)	Reduzir o n.º médio de ocorrências em 10% (12)	Reduzir o n.º médio de ocorrências em 10% (11)	Reduzir o n.º médio de ocorrências em 20% (8)

FONTE: PMDFCI de Valença, 2014

Assim, considera-se que o PMDFCI de Valença, enquanto instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, visa concretizar os objetivos estratégicos referentes ao aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, a redução da incidência dos incêndios, a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

<sup>68</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio. Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

florestais, recuperar e reabilitar ecossistemas e a adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz, procurando defender melhor a floresta, a vida das pessoas e os seus bens.

### 5.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valença, PMEPCV, elaborado em 2014, e determina um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinadas a dar resposta a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como a mitigar as suas consequências. Quanto à sua vigência, decorre da lei que estes planos gerais de emergência devem ser revistos no mínimo bianualmente, no entanto a obrigatoriedade de revisão acontece aquando da perceção de novos riscos ou a identificação de novas vulnerabilidades no território a que respeita.

A elaboração do plano realizou-se em conformidade com a Resolução n.º 25/2008<sup>69</sup>, de 18 de julho, cujo um dos seus objetivos incide sobre a necessidade de existir uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de proteção civil e os instrumentos de gestão territorial, no sentido de se promoverem sinergias ao nível da identificação dos riscos e vulnerabilidades e da harmonização com as bases cartográficas.

Neste sentido, procurou-se promover essa articulação do PMEPCV, com os instrumentos de incidência direta no município de Valença, com os seguintes objetivos:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado
- de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e
- dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPCV;

<sup>69</sup> Elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão
- necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.

Importa ressaltar que o PMEPCV, define as principais orientações relativamente ao modo de comando e atuação dos vários organismos, entidades e serviços relativamente ao seu envolvimento e participação em operações de Proteção Civil, tendo sempre como objetivo principal a minimização dos prejuízos e perdas de vidas e o assegurar, no mais curto espaço de tempo, do restabelecimento da normalidade.

### 5.9.7. Pedreiras

Uma das intervenções territoriais de maior impacto na paisagem são as pedreiras. Sem que, no início de elaboração do PDM, fosse possível estabelecer um ponto de situação sobre a legalidade de todas as que se encontram em laboração ou em intervalo da mesma, foi, após um conjunto de reuniões entre a equipa do plano, Câmara Municipal e Ministério da Economia, possível estabelecer o quadro que a seguir se apresenta, sobre aquelas que se encontram legalmente instruídas para a exploração.

De salientar que, a constituição de servidões relativas a massas minerais, vulgo pedreiras, segue o regime previsto no Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março e o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, designado como “lei de pedreiras”, estabelece o Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (rochas e ocorrências minerais não qualificadas legalmente como depósito mineral).

A Direção Geral de Energia e Geologia é a entidade competente para as questões respeitantes a estas servidões. No concelho foram identificadas XX pedreiras licenciadas no concelho, à data do PDM em vigor, identificadas no XX. Que demonstra o grande impacto na economia quer na região de Valença onde ocorre, quer a nível nacional sendo relevante o papel desempenhado no plano das exportações.

A exploração das pedreiras, depreende a necessidade de cuidados especiais em termos ambientais. As pedreiras de Valença consistem em pequenas e médias explorações a céu aberto e de diferentes empresários.

A proliferação da prospeção, pesquisa e exploração de pedreiras, como elencado na XX. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Valença (2019) Tabela XX, tem conduzido frequentemente a situações de desequilíbrio ecológico refletindo-se negativamente no território de Valença, pelo que se

deverá condicionar a localização de tais explorações de modo a conciliar a proteção dos recursos minerais existentes e a vertente populacional e ambiental.

Tabela 55. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Valença

Explorador	Nome da Pedreira	Substância(s)	Data de Licença	Observações
Pedra do Minho Granitos, Lda	"Lage do Rouxinol"	Granito Ornamental	03-07-2017	Fusão / Adaptação
Granitos São Martinho - Sociedade Unipessoal, Lda	"Lage Negra"	Granito	04-10-2017	Ampliação c/ DIA

FONTE: DGE, 2019

Neste contexto, como oportunidade a considerar, na região, salienta-se o trabalho de sensibilizar a população para as aplicações desta rocha na construção e revestimento dos edifícios, caracterizando-se a arquitetura típica da região.

Além disso, o mercado tem revelado aptidão para absorver novos tipos de rochas ornamentais. O que poderá servir de estilo e marca de uma região que, para se afirmar com qualidade, deverá otimizar todos os seus recursos.

A exploração de granitos, quer para fins industriais, quer ornamentais, tem ainda grande potencial e deverá ser feita por forma a garantir as melhores técnicas de exploração e transformação, em áreas licenciadas para o efeito.

No desencadear da exploração de pedreiras, é verificado se, para o local de exploração, existe compatibilidade entre a atividade extrativa e os respetivos Instrumentos de Gestão Territorial.

Posteriormente, deverá ser solicitado o parecer favorável de localização à CCDR-Norte ou ICNF competente pela aprovação do plano ambiental e de recuperação paisagística, ou à Câmara Municipal territorialmente competente, neste último caso quando a área objeto do pedido esteja inserida em área cativa, de reserva, ou em espaço para indústria extrativa constante do respetivo PDM em vigor. Só depois de ultrapassada esta fase, se inicia a apresentação do pedido de licença de exploração.

De referir que o atual PDM de Valença não admite a abertura de novas áreas de exploração para indústria extrativa (os espaços para indústria extrativa referem-se à delimitação de áreas afetadas ou destinadas à exploração de massas minerais) para além das atualmente consideradas.

Pelo número de pedreiras em funcionamento e pelo efetivo impacto na paisagem, nas povoações, onde o pó residual deixa marcas nas habitações e nas estradas do concelho pelo movimento de

veículos pesados de carga, é estratégia da CMV apenas manter em elaboração as pedreiras que já possuem licença, consequentemente sem criar novas áreas industriais de exploração de inertes.

Tabela 56- Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental

Designação do projeto	Proponente	Licenciador	Autoridade AIA	Data de decisão	Sentido da decisão
Ampliação de Pedreira de Granito N.º 5500 - Lage da Bouça da Gralheira	ETESPO - Rochas Ornamentais, Lda.	DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	17/08/2017	Favorável condicionado.
Ampliação da Pedreira n.º 5633 - Laje Negra	Granitos São Martinho, Sociedade Unipessoal, Lda	Direção Regional da Economia do Norte	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	22/07/2014	Favorável condicionado.
Eixo da RNT entre Vila do Conde, Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha, a 400 kV	REN - Rede Elétrica Nacional, SA	DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	22/01/2015	Favorável condicionado.
Sobre equipamento do Parque Eólico do Alto Minho I	Ventominho - Energias Renováveis, SA	Direção Geral de Energia	Agência Portuguesa do Ambiente	21/03/2012	Favorável condicionado.
Eixo Atlântico de Alta Velocidade - Tramo Fronteira Portuguesa - Porriño - Projeto Espanhol	Estado Espanhol	Estado Espanhol	Agência Portuguesa do Ambiente	16/06/2010	Favorável.

FONTE: APA, 2019



## 6. NÍVEL DE EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS NO PDM

No Relatório do Plano da Revisão do PDM de Valença, onde os princípios estratégicos, as linhas estratégicas, as metas e as intervenções e medidas propostas estruturantes para a implementação da forma de desenvolvimento se encontram definidas, permitiram realizar uma matriz do modelo proposto para o território municipal.

Contudo, como até ao momento da realização deste documento ainda não há informação sobre o plano das ações e seu nível de concretização, desenvolveu-se a matriz correspondente ao *Anexo - Avaliação do nível de execução do PDM*, com o objetivo de melhor se proceder à avaliação do grau de implementação das ações previstas no PDM em vigor.





## 7. CONCLUSÕES E LINHAS DE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

Volvidos nove anos desde a entrada em vigência da 1ª revisão do PDM de Valença, torna-se agora pertinente realizar um balanço com este relatório, a fim de retratar o mais fielmente possível o estado atual do território e o modo como, neste período de tempo se deu o seu processo de desenvolvimento.

Por conseguinte, interessa em termos de dinâmicas de políticas de decisão aferir sobre as transformações que, com a passagem do tempo, foram tendo lugar. Numa primeira abordagem importa destacar que ocorreram mudanças em termos de delimitação das NUT para fins estatísticos e que, atualmente, o concelho de Valença, ao invés de integrar a sub-região do Minho-Lima, insere-se na sub-região do Alto Minho. Consequentemente, as sinergias municipais são-no num contexto de diferentes municípios associados, o que por sua vez se consubstancia na criação da Comunidade Intermunicipal que assume esta nova delimitação territorial.

Por seu turno, a criação das CIM em Portugal acarretou um conjunto de atribuições, a este nível intermunicipal, e competências, ora para concretizar em âmbito de CIM, ora para a administração local e a realizar e concretizar pelas autarquias, como no caso de Valença. assim como consubstancia um novo patamar de decisão intimamente associado a alguns programas de financiamento do Portugal 2020, bem como em matérias de estruturante impacto como a aplicação do novo regime jurídico, da qual está dependente a implementação de ações financiadas pelos programas de apoio comunitário.

Numa segunda abordagem, a reorganização dos limites administrativos que se concretizou na redução do número de freguesias, de 16 para 11, através do processo de agregação, tem impactos nas leituras territoriais e também nas competências e serviços que geograficamente estão disponíveis nas juntas de freguesias que agora passam a ser decisoras com assento na assembleia municipal.

Ademais, face às alterações legislativas, com a profunda alteração do enquadramento legislativo introduzido pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo, nomeadamente quanto às regras relativas à classificação e qualificação do solo, as quais foram concretizadas na publicação da revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da sua integração no prazo máximo de cinco anos após entrada em vigor – 13 de julho de 2020 – e, posteriormente o seu reforço com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, o PDM em vigor necessita de realizar a devida adequação a estes diplomas.

Ocorreram também alterações nos Planos de hierarquia superior de incidência territorial no concelho de Valença, o que é fundamental ter em consideração, atendendo a que a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM em vigor data de 2010.

Neste âmbito, importa referir que em 2016 foi publicada a revisão do PNA, que teve como consequência a entrada em vigor do 2º ciclo de planeamento (2016-2020) dos PGRH do Minho e Lima, com abrangência sobre o território municipal e com medidas específicas a concretizar em Valença, durante o tempo validade.

Também neste campo, a entrada em vigor do PROF Entre Douro e Minho em 2019, que estabelece normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, tem implicações em âmbito de regulamento do PDM em vigor, devendo algumas normas ser atualizadas ou compatibilizadas.

Por seu turno, importa deixar uma nota sobre o PNPOT, aprovado e publicado em 2019, concerne na entrada em vigor de um novo modelo territorial e novos desafios às políticas de ordenamento. Entre outros aspetos, o PDM deve ter os conteúdos estratégicos e regulamentares reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Ademais, destaca-se o impacto dos apoios financeiros no território municipal, decorrentes do Programa Portugal 2020, especificamente nos domínios da reabilitação urbana, da mobilidade, da eficiência energética e ainda no que respeita ao tecido económico privado, mas também municipal. No contexto dos fundos de apoio comunitário deve acompanhar-se o documento do Portugal 2030, em elaboração pelo governo atual.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente. *Parte 6 – Programa de Medidas. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica I PGRH do Minho e Lima – RH1*. Maio de 2016.

Agência Portuguesa do Ambiente. *Avaliação Intercalar da Implementação das Medidas. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica I PGRH do Minho e Lima – RH1*. Março de 2019.

CCDR-Norte. *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, PROT-N*. Maio de 2007.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Relatório do Plano*. Junho de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Programa de Execução e Plano de Financiamento*. Junho de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental*. Setembro de 2008.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Caracterização Física*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Caracterização Florestal*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Estrutura Verde*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Rede Viária e Transportes*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Rede de Equipamentos*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Estudo Demográfico*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Estudo da Habitação*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. História e Morfologia Urbana*. Setembro de 2010.

Câmara Municipal de Valença. *Revisão do Plano Director Municipal de Valença. Património*. Setembro de 2008.

Direção-Geral do Território. *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia*. 2018.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. 2002

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. *PROF Entre Douro e Minho*. Documento Estratégico capítulo A - Z, 2019.

OECD (2017), *Multi-level Governance Reforms: Overview of OECD Country Experiences*, OECD Multi-level Governance Studies, Paris: OECD Publishing.

Portugal 2020. *Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano*. 2015.

Tavares, António; de Sousa, Luís. *Qualidade da governação local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santo. pp. 10. 2018.

Teles, F. *Local Governance and Inter-municipal Cooperation*. UK, Palgrave Macmillan. 2016.

## Legislação

Aviso (extrato) n.º 12235/2010. Diário da República, 2.ª série - N.º 117 - 18 de junho de 2010. Revisão do Plano Diretor Municipal de Valença.

Aviso (extrato) n.º 2614/2015. Diário da República, 2.ª série - N.º 48 - 10 de março de 2015. Elaboração do Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença.

Aviso (extrato) n.º 12290/2018. Diário da República, 2.º série - N.º 164 – 27 de agosto de 2018. Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área Central de Valença Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.

Aviso (extrato) n.º 12291/2018. Diário da República, 2.º série - N.º 164 – 27 de agosto de 2018. Operação de Reabilitação Urbana Sistemática do Centro Histórico de Valença. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.

Declaração de Retificação n.º 548/2015. Diário da República n.º 122/2015, Série II de 2015-06-25. Plano de Urbanização da Área Empresarial.

Decreto-lei n.º 9/2007. Diário da República n.º 12/2007, Série I de 2007-01-17. Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.

Decreto-Lei n.º 11/2019. Diário da República n.º 14/2019, Série I de 2019-01-21. Alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 114/2010, de 22 de outubro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 65/2017, de 12 de junho, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

Decreto-Lei n.º 16/2009. Diário da República n.º 9/2009, Série I de 2009-01-14. Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Leis n.ºs 204/99 e 205/99, ambos de 9 de Junho.

Decreto-Lei n.º 76/2016. Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09. Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 60/2016. Diário da República n.º 173/2016, Série I de 2016-09-08. Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível.

Decreto-Lei n.º 80/2015. Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 90/90. Diário da República n.º 63/1990, Série I de 1990-03-16. Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 140/99. Diário da República n.º 96/1999, Série I-A de 1999-04-24. Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 270/2001. Diário da República n.º 232/2001, Série I-A de 2001-10-06. Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras, revogando o Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de Março, que aprova o regulamento de pedreiras.

Decreto-Lei n.º 137/2014. Diário da República n.º 176/2014, Série I de 2014-09-12. Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

Decreto-Lei n.º 130/2012. Diário da República n.º 120/2012, Série I de 2012-06-22. Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto-Lei n.º 307/2009. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. Alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovadas em Assembleia Municipal a 25 de junho de 2015.

Decreto-Lei n.º 347/2007. Diário da República n.º 202/2007, Série I de 2007-10-19. Aprova a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas.

Decreto-Lei n.º 124/2006. Diário da República n.º 123/2006, Série I-A de 2006-06-28. Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 112/2002. Diário da República n.º 90/2002, Série I-A de 2002-04-17. Aprova o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 555/99. Diário da República n.º 291/1999, Série I-A de 1999-12-16. Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 182/2003. Diário da República n.º 188/2003, Série I-A de 2003-08-16. Altera o plano rodoviário nacional, definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, que redefine o Plano Rodoviário Nacional e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 317/97. Diário da República n.º 273/1997, Série I-A de 1997-11-25. É criado o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público.

Decreto-Lei n.º 340/2007. Diário da República n.º 197/2007, Série I de 2007-10-12. Altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

Decreto-Lei n.º 45/94. Diário da República n.º 44/1994, Série I-A de 1994-02-22. Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 380/85. Diário da República n.º 222/1985, Série I de 1985-09-26. Consagra o regime jurídico das comunicações públicas rodoviárias afetas à rede nacional.

Decreto-Lei n.º 310/2003. Diário da República n.º 284/2003, Série I-A de 2003-12-10. Altera pela segunda vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Decreto-Lei n.º 384-B/99. Diário da República n.º 223/1999, 1º Suplemento, Série I-A de 1999-09-23. Cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.ºs 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio.

Decreto Regulamentar n.º 15/2015. Diário da República n.º 161/2015, Série I de 2015-08-19. Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Despacho n.º 472/2019. Diário da República n.º 6/2019, Série II de 2019-01-09. Alteração ao Regulamento interno de organização e funcionamento dos serviços da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Despacho n.º 782/2014. Diário da República n.º 12/2014, Série II de 2014-01-17. Determina a revisão dos planos regionais de ordenamento florestal.

Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000. Estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio. Diretiva Habitats.

Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril. Diretiva Aves.

Lei n.º 77/2015. Diário da República n.º 146/2015, Série I de 2015-07-29. Regime Jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.

Lei n.º 31/2014. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30. Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Lei n.º 48/98. Diário da República n.º 184/1998, Série I-A de 1998-08-11. Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Lei n.º 75/2013. Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12. Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Lei n.º 11-A/2013. Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.



Lei n.º 45/2008. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27. Regime Jurídico do Associativismo Municipal.

Lei n.º 58/2007. Diário da República n.º 170/2007, Série I de 2007-09-04. Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Lei n.º 27/2006. Diário da República n.º 126/2006, Série I de 2006-07-03. Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil.

Lei n.º 58/2005. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29. Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Lei n.º 32/2012. Diário da República n.º 157/2012, Série I de 2012-08-14. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Lei n.º 33/96. Diário da República n.º 190/1996, Série I-A de 1996-08-17. Lei de Bases da Política Florestal.

Lei n.º 98/99. Diário da República n.º 172/1999, Série I-A de 1999-07-26. Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, que redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais.

Lei n.º 5-A/2002. Diário da República n.º 9/2002, 1º Suplemento, Série I-A de 2002-01-11. Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Lei n.º 76/2017. Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17. Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

Portaria n.º 58/2019. Diário da República n.º 29/2019, Série I de 2019-02-11. Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho.

Portaria n.º 78/2013. Diário da República n.º 35/2013, Série I de 2013-02-19. Determina a ocorrência de factos relevantes para efeitos de revisão dos planos regionais de ordenamento florestal em vigor em Portugal continental, bem como a suspensão parcial desses planos e revoga a Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro.

Portaria n.º 187-A/2014. Diário da República, 2.ª Série, n.º 179, de 17 de setembro. Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

Portaria n.º 1139/2006. Diário da República n.º 206/2006, Série I de 2006-10-25. Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, que altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003 relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.

Resolução n.º 30/2015. Diário da República n.º 88/2015, Série II de 2015-05-07. Aprovação de diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho.

Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009. Diário da República n.º 25/2009, Série I de 2009-02-05. Plano nacional de promoção da bicicleta e outros modos de transporte suaves.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016. Diário da República n.º 181/2016, Série I de 2016-09-20. Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016. Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23. Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97. Diário da República n.º 198/1997, Série I-B de 1997-08-28. Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto (transpõe para o direito interno a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).

## Sítios da Internet

Agência Portuguesa do Ambiente. <https://www.apambiente.pt>

Agência Portuguesa do Ambiente. Plano Nacional da Água.  
<https://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho - Valença. <http://muralhasdominho.com/>

Centro de Saúde de Valença – Unidade Local de Saúde Alto Minho. <http://www.ulsam.min-saude.pt/contactos/centro-de-saude-de-valenca/>

Câmara Municipal de Valença. <https://www.cm-valenca.pt/>

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. <http://www.cim-altominho.pt/>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Direção-Geral do Território. <http://www.dgterritorio.pt/>

Carta Social. <http://www.cartasocial.pt>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. <https://www.dgeste.mec.pt/>

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. <http://www.ersar.pt/pt>

Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat/>

Guarda Nacional Republicana. <https://www.gnr.pt/>

Infraestruturas de Portugal. <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/>

NORTE 2020. <http://norte2020.pt/>

Portal da Habitação. <http://www.portaldahabitacao.pt/>

PORDATA. <https://www.pordata.pt/>

QualAr, Agência Portuguesa do Ambiente. <https://qualar.apambiente.pt/>

Rede de Cidades e Vilas de Excelência. <http://cidadesdeexcelencia.org/pt>

Registo Nacional de Turismo. <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

Serviço Nacional de Saúde. <https://www.sns.gov.pt/>

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. <http://www.monumentos.gov.pt/>

## Siglas e acrónimos

**Anafre** Associação Nacional de Freguesias

**ANMP** Associação Nacional de Municípios Portugueses

**APA** Agência Portuguesa do Ambiente

**ARU** Área de Reabilitação Urbana

**CAOP** Carta Administrativa Oficial de Portugal

**CCDR-N** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

**CDH** Contratos de Desenvolvimento de Habitação

**CIP** Conjunto de Interesse Público

**CMV** Câmara Municipal de Valença

**COS** Carta de Uso e Ocupação do Solo

**CIM** Comunidade Intermunicipal

**CIMAM** Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

**CIP** Conjunto de Interesse Público

**COS** Carta de Uso e Ocupação do Solo

**CS** Centro de Saúde

**DGEG** Direção Geral de Energia e Geologia

**DGOTDU** Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**DGPC** Direcção-Geral do Património Cultural

**DGT** Direção Geral do Território

**DGTTF** Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

**DQA** Diretiva Quadro da Água

**EDP** Energias de Portugal

**ELH** Estratégia Local de Habitação

**EMQAr** Estações de Monitorização da Qualidade do Ar

**EN** Estrada Nacional

**ENAAC** Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

**ER** Estrada Regional

**ERSAR** Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

**ETAR** Estação de Tratamento de Águas Residuais

**FEADER** Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEAMP** Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

**FEDER** Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FSE** Fundo Social Europeu

**GE** Grau de Execução

**GCJ** Grandes Campos de Jogos

**GNR** Guarda Nacional Republicana

**ICNF** Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

**IGAPHE** Instituto De Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

**IHRU** instituto De Gestão E Alienação Do Património Habitacional Do Estado

**IM** Interesse Municipal

**INAC** Instituto Nacional de Aviação Civil

**INE** Instituto Nacional de Estatística

**INH** Instituto Nacional da habitação

**IP** Itinerário Principal

**IIP** Imóvel de Interesse Público

**IPSS** Instituições Particulares de Solidariedade Social

**LBGPPSOTU** Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

**MN** Monumento Nacional

**MIM** Monumento de Interesse Municipal

**MIP** Monumento de Interesse Público

**MR** Mapa de Ruído

**NGPH** Nova Geração de Políticas de Habitação

**NUTS** Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

**OAU** Óleos Alimentares Usados

**ORU** Operação de Reabilitação Urbana

**PAICD** Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

**PAMUS** Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

**PARU** Plano de Ação de Regeneração Urbana

**PCJ** Pequenos Campos de Jogos

**PDM** Plano Diretor Municipal

**PEDU** Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

**PEOT** Programa Especial de Ordenamento do Território

**PERSU** Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

**PETI** Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas

**PGRH** Plano de Gestão da Região Hidrográfica

**PGRH Minho e Lima** Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima

**PI** Prioridades de Investimento

**PIAACC** Plano Intermunicipal de Adaptação Às Alterações Climáticas

**PIOT** Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território

**PLPA** Programa Local de Promoção da Acessibilidade

**PMDFCI** Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

**PME** Pequenas e Médias Empresas

**PMEPC** Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

**PMOT** Plano Municipal de Ordenamento do Território

**PNA** Plano Nacional da Água

**PNPOT** Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

**POPH** Programa Operacional Potencial Humano

**PP** Plano de Pormenor

**PRN** Plano Rodoviário Nacional

**PROF** Programa Regional de Ordenamento Florestal

**PROF EDM** Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho

**PROT** Plano Regional de Ordenamento do Território

**PROT-N** Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

**PS** Programa Setorial

**PSRN 2000** Plano Setorial da Rede Natura 2000

**PUACV** Plano de Urbanização da Área Central de Valença

**PUEV** Plano de Urbanização da Área Empresarial de Valença

**QREN** Quadro de Referência Estratégica Nacional

**RAMPA** Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade

**RAN** Reserva Agrícola Nacional

**REN** Reserva Ecológica Nacional

**REOT** Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

**RGR** Regulamento Geral do Ruído

**RJIGT** Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

**RJPQMM** Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais

**RJRU** Regime Jurídico de Reabilitação Urbana

**RJUE** Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

**RSU** Resíduos Sólidos Urbanos

**RTE-T** Rede Transeuropeia de Transportes

**SIC** Sítio de Importância Comunitária

**TPF** Transporte de Passageiros Flexível

**UOPG** Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

**VNV** Variante Nascente de Valença

**ZIF** Zona de Intervenção Florestal

**ZPE** Zona de Proteção Especial



## Glossário

**Alojamento** Pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, destina-se a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

**Alojamento Familiar Clássico** Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

**Atividade Económica** Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços.

**Densidade Populacional** Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território.

População / Área

**Edifício** Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

**Esperança média de vida** Corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

**Estabelecimento Hoteleiro** A atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Incluem-se os hotéis, pensões, estalagens, pousadas, mótéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

**Grupo Etário** Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

**Habitação Social** Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

**Família Clássica** Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

**Indicador per Capita do poder de compra** Decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 45,1% da variância total das variáveis de base. Recorre-se ao coeficiente de variação do Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

**Índice de Dependência de Idosos** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

**Índice de Dependência de Jovens** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com menos de 15 anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

**Índice de Dependência Total** Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

$$[(\text{População com menos de 15 anos} + \text{População com 65 ou mais anos}) / \text{População entre os 15 e os 64 anos}] * 100$$

**Índice de Envelhecimento** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População com menos de 15 anos}) * 100$$

**Mão-de-obra Familiar** Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que, não pertencendo ao seu agregado doméstico, trabalham regularmente na exploração.

**Mão-de-obra não Familiar** Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

**Movimento Pendular** Deslocação diária entre o local de trabalho ou estudo e o local de residência.

**Património Classificado** Bem imóvel de interesse cultural classificado por lei.

**População Ativa** População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

**População Residente** Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de

residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

**Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível** Serviço público de transporte de passageiros explorado de forma adaptada às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das seguintes dimensões da prestação do serviço: itinerários, horários, paragens e tipologia de veículo.

**Setor de Atividade** Divisão das atividades económicas, de acordo com a essência da tarefa em questão. Estarão no mesmo setor instituições que produzam bens ou prestem serviços de uma mesma classe.

**Taxa de Atividade** Define o peso da população ativa sobre o total da população.

$$(\text{População ativa} / \text{População total}) * 100$$

**Taxa de Crescimento Migratório** Saldo migratório, ou seja, a diferença entre imigrantes e emigrantes, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$[(\text{Imigração} - \text{Emigração}) / \text{População Total}] * 1000$$

**Taxa de Crescimento Natural** Saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e óbitos, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$\text{Taxa de natalidade} - \text{Taxa de mortalidade}$$

**Taxa de Desemprego** Define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

$$(\text{População desempregada} / \text{População ativa}) * 100$$

**Taxa de Mortalidade** Óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(\text{Óbitos no ano civil} / \text{População total}) * 1000$$

**Taxa de Natalidade** Nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(\text{Nados vivos no ano civil} / \text{População total}) * 1000$$

**Taxa de Variação** Diferença entre os valores em dois momentos temporais.






**Taxa de Sobrevivência** Quociente entre o número de empresas ativas em n, que tendo nascido em n-t sobreviveram t anos, e o número de nascimentos reais em n-t.

## ANEXO

### Matriz de Ações e Grau de Execução

Linhas Estratégicas	Ações e Intervenções Propostas	Objetivo Estratégico	Grau de Execução	Intervenções / Ações não previstas	Grau de Execução das Ações Não Previstas
EXPANSÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA	Plano de Urbanização da Área Central de Valença	- Reforçar e qualificar a imagem e atratividade da centralidade de Valença		<ul style="list-style-type: none"><li>Requalificação Urbana da Área Central da Cidade de Valença – fase 1 (PARU - em execução)</li><li>Requalificação Urbana da Área Intramuralhas de Valença (PARU)</li></ul>	
	Avenida Miguel Dantas	- Qualificar a imagem e a vivência urbana da vila de Valença		<ul style="list-style-type: none"><li>Requalificação Urbana do Centro Histórico de Valença, 4.ª fase (em execução)</li></ul>	
	Expansão Urbana	- Qualificar e estruturar as áreas urbanas envolventes ao centro		<ul style="list-style-type: none"><li>Egov- Valença 2.0 (submetida/em execução)</li><li>Fecho de sistema de águas residuais na freguesia de Friestas, Ganfei e Gandra (em execução)</li><li>Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa. - Município de Valença (em execução)</li><li>Reabilitação do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal (PARU)</li><li>Requalificação do antigo Campo da Feira da Avenida de Cristelo e Portas do Sol (PARU)</li><li>Reabilitação do Mercado Municipal (PARU)</li><li>Reabilitação do edifício ferroviário de Valença (PARU)</li><li>Reabilitação de Casa-Mata (PARU)</li></ul>	
COMPONENTES ECOLÓGICAS	Parque da Sra. da Cabeça	- Valorizar e qualificar o património natural			
	Ecopista	- Aumentar a atratividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências		<ul style="list-style-type: none"><li>Rede Ciclável de Valença (PAMUS - aceite pelas Entidades/contratada)</li></ul>	
	Parque do Monte de Faro	- Valorizar e qualificar o património natural			
	Estrutura Ecológica	- Valorizar as suas potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do concelho.			
	Parque Ambiental	- Valorização do território biofísico de suporte e qualificação da paisagem e melhoria da qualidade do meio ambiente.		<ul style="list-style-type: none"><li>PA8 - Qualificação das Experiências de Turismo de Natureza no Minho - Parque de Lazer de Gondomil (a candidatar)</li></ul>	
	Zona da Veiga da Mira	- Classificação de Paisagem Protegida (PP)		<ul style="list-style-type: none"><li>“VEIGAS DO MINHO APPÉ – Valorização e Interpretação do Sítio de Importância Comunitária “Rio Minho”” (em execução)</li></ul>	
PATRIMÓNIO	Centro Histórico – Candidatura a Património Mundial	- Valorizar a memória da Vila e realçar a sua história; - Assumir a cultura como vetor indispensável ao processo de desenvolvimento; - Promover o reconhecimento mundial do valor patrimonial em conjunto com Tuy		<ul style="list-style-type: none"><li>Requalificação Urbana do Centro Histórico de Valença, 4.ª fase (não admitida)</li><li>Qualificação das Experiências de Touring Cultural no Minho - Centro Interpretativo Mosteiro de Sanfins (CIMOS)/Valença (aceite pelas Entidades/contratada)</li><li>Reabilitação do edifício do Cineteatro de Valença (PARU)</li></ul>	
EQUIPAMENTOS	Campus Universitário – Polo do Institutuo Politécnico	- Aumentar a competitividade da vila pela dotação de unidades de ensino superior e de investigação; - Reforçar as relações das unidades de ensino superior com o tecido produtivo local.		<ul style="list-style-type: none"><li>Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar – projetos (em execução)</li><li>Requalificação da EB2,3/S de Valença (em execução)</li><li>PEPAL (em execução)</li><li>Arranjo paisagístico da área envolvente ao Colégio Asilo Fonseca (PARU)</li><li>Reabilitação do edifício do antigo Colégio Asilo Fonseca (PARU)</li><li>Reabilitação do edifício para residência universitária (PARU)</li></ul>	

Linhas Estratégicas	Ações e Intervenções Propostas	Objetivo Estratégico	Grau de Execução	Intervenções / Ações não previstas	Grau de Execução das Ações Não Previstas
INDÚSTRIA	Zona Desportiva	- Dotar a Vila de uma rede de equipamentos que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população; - Aumentar as condições de atratividade e competitividade locais			
	Parque Empresarial de Valença (Granda)	- Aumentar a competitividade económica do concelho - Criar condições atrativas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço			
	Zona Industrial de S. Pedro da Torre	- Aumentar a competitividade económica do concelho - Criar condições atrativas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço			
REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	Eixo Estruturante	- Reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias		▪ Valença multimodal (PAMUS)	
	Mobilidade e Acessibilidade	- Reforçar a acessibilidade e a mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e pedonal			
INTERVENÇÕES EXTENSIVAS	Plataforma Logística de Valença	- Dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal - Galiza			
	Comboio de Alta Velocidade	- Oferecer serviços competitivos capazes de conquistar importantes sectores de mercado - Integrar infraestruturas de transporte reconhecidas de interesse europeu para assegurar a livre circulação de pessoas e bens - Favorecer a sustentabilidade dos modelos de crescimento em termos sociais, ambientais e territoriais - Desempenhar um papel relevante no processo de coesão social e económico			

Grau de Execução:  Executada;  Não executada;  Em execução;  Execução parcial;  Sem informação à data.